

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RAFAEL JOÃO MENDONÇA DE ALBUQUERQUE

**A permanência do capital na experiência soviética na obra *Para Além do Capital*, de
István Mészáros**

Maceió
2019

RAFAEL JOÃO MENDONÇA DE ALBUQUERQUE

**A permanência do capital na experiência soviética na obra *Para Além do Capital*, de
István Mészáros**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.

Maceió

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A345p Albuquerque, Rafael João Mendonça de.
A permanência do capital na experiência soviética na obra Para Além do Capital, de István Mészáros / Rafael João Mendonça de Albuquerque. – 2019.
170 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 168-170.

1. Mészáros, István, 1930- . Para Além do Capital- . 2. Engels-Marx. Manifesto comunista. 3. Capitalismo - História. I. Título.

CDU: 36:330.342.14:141.82



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Rafael João Mendonça de Albuquerque** intitulada “**A permanência do capital na experiência soviética na obra *Para Além do Capital*, de István Mészáros**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 26 de setembro de 2019, às 15h, na sala de aula do Laboratório de Computação Científica e Visualização (LCCV/UFAL).

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)

Prof. Dra. Reivan Marinho de Souza
Examinadora interna (PPGSS- FSSO - UFAL)

Prof. Dr. Vitor Bartoletti Sartori
Examinador externo (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que, por intermédio da bolsa CAPES, garantiu a possibilidade material de pesquisar durante o curso de mestrado, bem como de produzir o fruto desta investigação.

RESUMO

Esta dissertação aproxima-se da argumentação de István Mészáros a respeito da permanência do capital na experiência soviética, o que se deu através de uma análise bibliográfica de sua obra *Para Além do Capital*, estruturada e apresentada em capítulos, nos quais, se desenvolveram três partes importantes desta afirmativa. Partiu-se de uma análise da concepção de capital de Marx e a apropriação meszariana desta concepção, que a construiu a partir dos eventos históricos da experiência soviética. No segundo capítulo, expõe-se a relação dialética de autossustentação entre o Estado moderno e o sistema do capital, em conjunto com a análise da necessidade social do fencimento do Estado, uma vez que este só existe em sociedades fundamentadas na extração do trabalho excedente dos produtores por um círculo dirigente. E, por fim, no terceiro capítulo, a abordagem se alicerça na característica fundamental da própria relação-capital que emergiu da experiência soviética, a forma específica em que o sistema do capital desenvolveu a extração do trabalho excedente nas condições pós-revolucionárias: uma extração determinada politicamente.

Palavras-chave: Sistema do capital. Pós-capitalismo. Experiência soviética.

ABSTRACT

This dissertation approach the István Mészáros' argumentation about the continuance of the capital's system in the soviet experience. Through a bibliographical analysis of his work *Beyond Capital*, in each chapter this dissertation develop three main parts of his affirmative. The starting point is an analysis of Marx's capital's conception and the meszarian appropriation of this conception, developing it through the historic events of soviet experience. In the second chapter, it develop the dialectic relation of self-sustainment between the modern State and capital's system, together with the analysis of social necessity of the State wither away, since the State only exists in societies grounded in the extraction of surplus-labour by a ruler circle. And finally, in the third chapter, the approach refer about a inherent fundamental characteristic of the relation-capital that emerged from soviet experience, the specific form that capital's system developed the extraction of surplus-labour in the post-revolutionaries conditions: an extration politically determinated.

Key Word: Capital's system. Post-capitalism. Soviet experience.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CAPÍTULO 1 – A APROPRIAÇÃO MESZARIANA DA CONCEPÇÃO DE CAPITAL DE MARX	13
2.1.A mais-valia.....	18
2.2.O <i>capitalista</i> e o comando <i>capitalista</i>	28
2.3.O trabalhador <i>assalariado</i>	32
2.4.As condições objetivas de trabalho <i>como mercadorias</i>	37
2.5.A concepção de capital de Marx.....	41
2.6.A apropriação de Mészáros da concepção de capital de Marx	46
3. CAPÍTULO 2 – O ESTADO MODERNO E O SISTEMA DO CAPITAL	57
3.1.A expropriação dos trabalhadores: um elemento fundamental para a existência do Estado	58
3.2.A relação dialética de autossustentação entre o Estado moderno e o sistema do capital.....	66
3.3.A necessidade social do fencimento do Estado.....	78
4. CAPÍTULO 3 – A EXTRAÇÃO DO TRABALHO EXCEDENTE DETERMINADA POLITICAMENTE.....	85
4.1.Marx e Engels sobre a Rússia pré-revolucionária.....	85
4.2.A vitória da revolução na Rússia e o início do impasse da experiência soviética	106
4.3.O papel do Estado na experiência soviética	120
4.4.A experiência soviética e a permanência da relação-capital através da extração do trabalho excedente determinada politicamente	129
5. CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Russa de outubro de 1917 foi um dos acontecimentos históricos mais importantes do século XX. A experiência revolucionária que se desdobrou a partir de 1917 e que se findou perto do fim do século (em 1991, com a dissolução da União das Republicas Socialistas Soviéticas - URSS) influenciou bastante, durante este período, o contexto socioeconômico do mundo. Ainda assim, sua importância para o contexto global não acabou, pelo contrário, continua ecoando através dos anos do século XXI. Por exemplo: suscitando análises, debates e polêmicas. Uma das polêmicas em questão, a qual demonstra a complexidade de tal evento histórico, é a busca pela compreensão do real significado desta experiência, do seu vínculo real com a teoria de Karl Marx e da natureza de suas contradições tão profundas.

Estas questões estão longe de ser um consenso, seja na perspectiva conservadora, seja na perspectiva revolucionária. Em meio à complexidade da natureza da experiência soviética, um estudo detalhado desta experiência não só demandaria o estudo de um período histórico abrangente, desde os elementos que precederam, em séculos, a Revolução de Outubro, mas também demandaria uma abrangência de autores das mais diferentes perspectivas. Dentre vários pensadores que se propuseram a analisar a experiência soviética, consideramos nos delimitar à análise de István Mészáros (que além de estudar e analisa-la por décadas, viveu a própria experiência), contida em sua obra *Para Além do Capital*. Um elemento central desta análise crítica à experiência soviética é que sua contradição fundamental foi a *permanência do capital*, como um antagonismo entre o chamado capital pós-capitalista soviético e o trabalho pós-revolucionário. É sabido que os elementos contidos nesta obra não podem significar a única análise importante para entender este acontecimento histórico fundamental para o mundo, que reverbera através dos anos. Apesar disso, nos delimitaremos à sua obra por conta de sua originalidade em tratar a questão, trazendo uma profunda contribuição para o entendimento da experiência soviética, bem como uma contribuição significativa para a compreensão da natureza do próprio sistema do capital, ao argumentar que este permaneceu após a destruição revolucionária do capitalismo.

Além da obra *Para Além do Capital*, nosso estudo se fundamenta numa análise do Livro I d'O *Capital*, de Karl Marx, bem como de outros textos mais históricos, a exemplo da importante contribuição de Engels, referente à história francesa do século XIX e à história russa da segunda metade deste mesmo século, englobados nas edições que foram publicadas no Brasil como *Revolução Antes da Revolução* e *Lutas de Classe na Rússia*. Isto foi preciso

por um motivo essencial: Mészáros, para afirmar a originalidade de sua perspectiva a respeito de que o capital permaneceu na experiência soviética, posiciona-se como um continuador da perspectiva originalmente elaborada por Marx. Isto porque alega que a compreensão da natureza mais profunda da crítica de Karl Marx ao *capital* é essencial para analisar a sua permanência na experiência soviética, sob uma forma metamorfoseada de controle, apesar da destruição do capitalismo pelo processo revolucionário russo.

A *distinção entre capital e capitalismo* foi o tema do estudo realizado para nosso Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, no qual foi possível compreendermos que a consolidação do *capital industrial* e a instauração de sua *idade moderna* pressupôs um processo de desenvolvimento histórico do capital (enquanto *capital comercial* e *capital usurário* como formas *pretéritas* de existência do capital) dentro de formações sociais anteriores ao capitalismo, como a antiguidade escravista e a Idade Média feudal. Capital e capitalismo que, à primeira vista, pareciam sinônimos, revelaram diferenças fundamentais neste desenvolvimento histórico secular, ainda que consideremos a história até o ponto da consolidação do *capitalismo industrial* concomitante com a consolidação do *capitalismo* como sistema social que cada vez mais dominava o mundo. Ou seja, ainda que consideremos o *capitalismo* como a única variedade de produção do capital desenvolvida na história até então.

O capital em suas formas *pretéritas* (*capital comercial* e *usurário*) que encontramos nas fases pré-capitalistas (na Antiguidade escravista e no Medievo feudal) tem determinadas características próprias que são diferentes em relação à natureza do *capital industrial*. Tais formas pretéritas sobreviviam nas margens das sociedades vigentes: enquanto *capital comercial* e *usurário*, ele tinha uma relação apenas com o excedente útil da produção das respectivas sociedades (produção escravista ou produção feudal). Sua fonte de acumulação se dava através de atividades que não se inserem na estrutura da atividade produtiva, dominada por outras formas de produção (escravista ou feudal). Ou seja, essas formas pretéritas de capital desenvolvem-se em sociedades nas quais ele não é o elemento predominante da produção.

Ao passo que o capital foi controlando o processo de produção, ele foi exercendo um controle sobre a sociedade que “implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade”. Os critérios de viabilidade do próprio capital foram se tornando o critério de viabilidade de todas as esferas da vida “desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais” (MÉSZÁROS,

2009, p. 96), se constituindo como um *sistema orgânico* de controle da reprodução do metabolismo social.

Mészáros argumenta que Marx demonstrou em vários contextos que “todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital” apareceram “em algum grau na história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes” – inclusive “a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista”. No entanto, os antecedentes históricos do capital, lembrados por Mészáros, são “*parciais e esporádicos*” e não podem ser elementos que fundamentem qualquer tentativa de, ao analisar o passado, “*eternizar o modo capitalista de controle da reprodução sociometabólica da humanidade*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 703). Nas palavras de Marx, em seus *Economic Works: 1861-1864*, vemos que

Inicialmente, o capital vem da circulação e, além disso, seu ponto de partida é o dinheiro. Vimos que o dinheiro que entra em circulação e que ao mesmo tempo dela retorna para si mesmo é a última exigência, em que o dinheiro suspende a si mesmo. É ao mesmo tempo o primeiro conceito de capital, e a primeira forma na qual ele aparece. ... [D-M-M-D] *este movimento de comprar para vender, que compõe o aspecto formal do comércio, do capital enquanto capital mercantil, é encontrado nas condições mais primitivas do desenvolvimento econômico; é o primeiro movimento pelo qual o valor de troca enquanto tal forma seu conteúdo – não é apenas a forma, mas também seu próprio conteúdo. Esta noção pode ocorrer no interior de um povo, ou entre povos para cujas produções o valor de troca de modo algum tenha ainda se tornado um pressuposto. O movimento apenas se apodera do excedente de sua produção diretamente útil, e se desenvolve apenas na sua margem. Tal como os judeus na velha sociedade polonesa ou na sociedade medieval em geral, povos completamente mercantis, como na Antiguidade (e, mais tarde, os lombardos), podem ocupar esta posição entre povos cujo modo de produção não está ainda determinado pelo valor de troca como pressuposto fundamental. Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele ainda não se tornou de modo algum o fundamento da produção. Uma forma mais desenvolvida é o capital dinheiro, e juro dinheiro, usura, cuja aparência independente pertence do mesmo modo a um estágio anterior. Finalmente, a forma M-D-D-M, na qual dinheiro e circulação em geral aparecem como meros meios para a circulação de mercadorias* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 711).

Em outras palavras, a *troca de mercadorias* é uma das “*condições de emergência*” do capital e “é formada sobre a base oferecida por vários *diferentes estágios da produção* que têm todos em comum a situação em que a produção capitalista ou não existe absolutamente ou existe apenas esporadicamente” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 707). Ou seja, na concepção de Mészáros, como força todo-poderosa da reprodução do metabolismo social, “o capital resulta de constituintes que, em sua condição original, por necessidade, desempenham necessariamente um papel subordinado mesmo que dinamicamente crescente em relação a outras forças e determinações reprodutivas da sociedade dada” (MÉSZÁROS, 2009, p. 711).

Neste contexto, para Mészáros, “o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isto”. O *capital enquanto tal* “ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1029). Segundo o autor, o *capitalismo* não passa de uma “fase” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1029), uma “variedade” (MÉSZÁROS, 2009, p. 709), um “modo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 727), uma “forma” (MÉSZÁROS, 2009, p. 723) de produção de *capital* enquanto *capital industrial*. Esta perspectiva de análise do capital se torna ainda mais profunda quando temos em vista que o *capital industrial* permaneceu inclusive para além da *variedade capitalista*.

A análise de que o *sistema do capital* permaneceu na experiência soviética traz,, inclusive, uma significativa contribuição ao Serviço Social, na medida em que nos permite aprofundar a análise da chamada “questão social”, não restringindo apenas à fase *capitalista* de produção do *capital* (se suas contradições profundas que degradam a vida dos produtores permanecem). De acordo com Netto, na sua apresentação ao livro de Engels *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*,

entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal *pauperismo* das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como “questão social” (NETTO, 2010, p. 30).

Para o autor supracitado, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é a primeira obra, no debate da época sobre esta questão, em que a “questão social” é “compreendida como uma implicação necessária do padrão societário embasado na propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sua resolubilidade é posta como função da supressão desse mesmo padrão societário” (NETTO, 2010, p. 30). Consequentemente, se o capitalismo é destruído por um processo revolucionário, mas o *sistema do capital* permanece através de outra forma de controlar o processo de produção e a força de trabalho, criando outra maneira de desenvolver a propriedade privada dos meios de produção fundamentais por um círculo dirigente em contraposição com os produtores, certamente os trabalhadores continuarão a sofrer as consequências do *pauperismo* e a análise da questão social no capitalismo terá uma significativa validade para analisar as contradições da experiência soviética.

Um exemplo ilustrativo do pauperismo vivido pelos produtores na experiência soviética é o livro de David Mandel constituído por entrevistas com trabalhadores soviéticos, intitulado *RABOTYAGI – uma visão dos de baixo, após a Perestroika*. O título já nos sinaliza um caráter antagônico daquela sociedade analisada nos seus anos finais, em que, por um lado, oferece uma “visão dos de baixo”; e, por outro lado, o termo *rabochii* ou informalmente nas ruas *rabotyagi* refere-se àqueles que “exercem um trabalho fatigante” e anunciados como heróis pelo Estado soviético (MANDEL, 2017a, p. 283).

No capítulo I, ele entrevista Petr Siuda, e intitula-se *Sobrevivência e Resistência: a História de uma Família Soviética – Petr Siuda [Verão de 1988]*, já na breve apresentação de seu encontro, Mandel diz que “de seus primeiros a seus últimos momentos, a vida de Petr foi tragicamente moldada pela repressão política”. A vida deste indivíduo “foi uma *expressão concentrada do destino da classe trabalhadora soviética* – cuja causa Petr, assim como seu pai antes dele, dedicou-se até o fim” (MANDEL, 2017a, p. 293, grifos nossos). Depois que seu pai “morreu em 7 de janeiro de 1938” sob tortura por defender um camarada de partido chamado Korolev “que tinha sido falsamente acusado e preso” (MANDEL, 2017a, p. 297), sua mãe

não conseguiu encontrar trabalho por vários meses, e quando encontrava, era sempre temporário. Quase todos os dias ela andava pelos escritórios e ficava nos portões da prisão. Os parentes dos prisioneiros tinham uma rede informal e sabiam quando havia o trânsito de grupos para os campos [de trabalho forçado]. Ela ia para a estação toda vez que um grupo era enviado. Acima dos vagões havia plataformas de madeira com soldados armados e cachorros (MANDEL, 2017a, p. 297).

Em agosto de 1943, ela foi presa, porque quando era diretora da creche da montadora de navios a vapor do Don River, demitiu a tesoureira da creche, que “era uma ladra”. E Petr diz que “por vingança a mulher acusou falsamente minha mãe de *agitação antissoviética*, acusando-a de ter conduzido um serviço religioso para marcar a abertura do centro. Minha mãe pegou sete anos, uma sentença *relativamente branda* naquela época” (MANDEL, 2017a, p. 298, grifos nossos). No orfanato,

os tempos eram muito difíceis. *A fome era terrível*. Eles não conseguiam nos alimentar o bastante, apesar de terem feito seu melhor. Em cada primavera eles nos levavam para “pastar”, ou seja, nos ensinavam quais plantas eram comestíveis: por exemplo, cebolas selvagens e alho. Nós comíamos tudo, inclusive brotos de abeto. Nós pegávamos pardais, porcos-espinhos, *qualquer coisa para sobreviver* (MANDEL, 2017a, p. 299, grifos nossos).

Sua mãe foi solta em 1950 e “encontrou trabalho como operária em uma construção em Gornyatsk” (MANDEL, 2017a, p. 299). Mas isto não foi apenas algo positivo, pois Petr descreve que

não havia guindastes nos locais de construção naqueles dias. Minha mãe carregava tijolos, oito ou dez de cada vez. *Ela estava desmaiando de fome, seu nariz e suas orelhas sangravam.* Ela trabalhou até a exaustão e deixou sua família quase faminta para conseguir juntar algum dinheiro para viajar para Moscou. Veja, meu irmão mais velho foi sentenciado em 1947 a vinte e dois anos *por roubo à mão armada* em Novocherkassk (MANDEL, 2017a, p. 299-300).

Quando menciona a greve de 1º de junho de 1962 em Novocherkassk, Petr diz que “a situação da comida era horrível” e a “*escassez de moradia também era aguda*”. Além disso, “*A cidade dos trabalhadores era constituída de construções pré-guerra antigas, barracos que datavam, provavelmente, da época da construção da fábrica de locomotivas*”. A própria moradia dos trabalhadores era imprópria, pois segundo ele “vários outros prédios foram construídos depois de 1962, mas *em geral o setor de moradias era negligenciado*”, mencionando que “pode-se ver como são esses prédios: você congela no inverno e no verão é como uma sauna. *Não dá para respirar*” (MANDEL, 2017a, p. 308-9, grifos nossos).

Quando Petr tentou sua “reabilitação” junto do Comitê Central e o *Presidium* do Soviete Supremo da URSS, e junto à Suprema Corte, se passou o prazo de três meses para a resposta, ele largou seu trabalho para dedicar suas energias a essa causa. David Mandel então pergunta como então ele se virava na vida, e Petr responde “*bem, nós somos pobres*” (MANDEL, 2017a, p. 327, grifos nossos).

Apesar da distância temporal e geográfica entre a *questão social* discutida na época em que Engels escreveu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e este relato de um trabalhador soviético russo, as semelhanças de temas abordados como problemas familiares e infantis, problemas de moradia dos trabalhadores, fome, a existência de os “de cima” e os “de baixo” que exercem um trabalho fatigante não são meras coincidências históricas. Portanto, pensamos que a originalidade da argumentação de Mészáros de que o *sistema do capital* permaneceu na experiência soviética, apesar das modificações revolucionárias, traz uma contribuição significativa se também voltada aos temas específicos do Serviço Social.

Então, neste trabalho de dissertação de mestrado, o objetivo foi abordar três elementos fundamentais para a compreensão da *permanência do capital* na experiência soviética, a partir do *Para Além do Capital*, de Mészáros: 1) a própria concepção de capital, complementada com a análise da concepção de capital de Marx no livro I d’*O Capital*; 2) a relação dialética

de autossustentação entre o sistema do capital e o Estado moderno e 3) a extração do trabalho excedente realizada na experiência soviética dentro da estrutura produtiva da grande indústria. Cada elemento tem um capítulo correspondente.

Partimos de uma análise da própria concepção de capital de Marx, compreendendo-a como uma relação social de produção (e, conseqüentemente, de reprodução social), que é profundamente antagônica, sob a estrutura econômica da grande indústria, analisando, a partir do pensamento de Mészáros, a sua validade para além da fase capitalista de produção do capital. Em seguida, abordamos a concepção do Estado e sua emergência a partir de organizações sociais que se fundamentam na expropriação do trabalho excedente; e, neste segundo capítulo, destacamos principalmente a existência de uma relação dialética de autossustentação entre o sistema do capital e o Estado moderno. E, por último, abordamos uma característica fundamental da própria relação-capital na experiência soviética na concepção de Mészáros: a extração do trabalho excedente que era determinada politicamente pelo Estado.

2. CAPÍTULO 1 – A APROPRIAÇÃO MESZARIANA DA CONCEPÇÃO DE CAPITAL DE MARX

Ao discutirmos a apropriação de Mészáros da concepção marxiana de capital, é preciso destacar dois elementos muito importantes. Um diz respeito propriamente ao método de Marx, contido nos *Grundrisse*. Mészáros compreendeu o método de Marx como um método científico que necessita sempre de uma “modificação significativa”, na medida em que as circunstâncias históricas cambiantes do próprio desenvolvimento da realidade assim o exijam. A citação chave para esta reflexão são as palavras de Marx sobre o desenvolvimento da sua própria teoria: “todas estas afirmações são corretas apenas nesta *abstração* da relação do *ponto de vista do presente*. Surgirão relações adicionais que *as modificarão significativamente*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 518).

Para Mészáros, esta passagem exemplificaria “claramente uma regra fundamental do método de Marx: o aprofundamento e a revisão constantes (‘modificação significativa’) de todos os pontos principais” que “acontecem à luz das séries de relações complexas em desdobramento às quais pertencem” (MÉSZÁROS, 2009, p. 518). Devemos, portanto, colocar sempre este enfoque sobre a categoria “capital” – buscando seu aprofundamento e sua revisão, a partir das novas contradições que surgirem na história, como as que emergiram da

experiência soviética – já que é crucialmente necessário agarrarmos o “desenvolvimento exato do conceito de capital”, pois, para Marx,

O desenvolvimento exato do conceito de capital é necessário, já que é o conceito *fundamental* da economia moderna¹, assim como o próprio capital, cuja *imagem* abstrata, *refletida* no seu conceito, é o *fundamento* da sociedade burguesa. A formulação exata dos *pressupostos básicos* da relação deve trazer *todas as contradições* da produção burguesa, assim como os *limites* que ela leva *para além de si própria* (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 518).

Neste sentido, para Mészáros, as “determinações e contradições” do capital “se desdobram objetivamente”. E, através delas, o sistema do capital “sobrepõe seus próprios limites”. Assim, “tudo deve ser apreendido pela lógica interna dos seus múltiplos contextos”, ao passo que a realidade se desenvolve. De acordo com este autor, é por este motivo “que Marx afirma que ‘nada pode *emergir* ao final do processo que não tenha aparecido como premissa e pré-condição no *começo*. Mas, por outro lado, *tudo tem que se evidenciar*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 518, grifos nossos). Assim, a partir da compreensão da natureza própria do sistema do capital, todas as novidades históricas que surgirem ou estão contidas na sua natureza interna como “premissa” e “pré-condição”, ou simplesmente toda a teoria deve ser revista. Além disso, o que queremos destacar, aqui, é que “tudo tem que se evidenciar” no processo histórico em que o sistema do capital se desenvolve, portanto, a teoria deve incorporar as novidades históricas que hão de surgir e que criam novas multiplicidades de contextos nos quais as determinações e contradições do sistema do capital se expressam.

Por outro lado, o segundo elemento fundamental para pensarmos a apropriação de Mészáros do pensamento de Marx sobre o conceito de capital é a concepção do filósofo húngaro quanto à “apropriação criativa” da “concepção original de Marx”. Se a elaboração teórica do materialismo histórico dialético precisa de “modificações significativas” a partir da

¹ Pensamos que esta necessidade de uma “modificação significativa” tem forte relação com outro princípio metodológico de Marx muito fundamental e que serviu para Mészáros analisar a experiência soviética: o princípio de que o desenvolvimento posterior explica o desenvolvimento anterior. Este princípio metodológico, que Mészáros considera fundamental para compreender e avaliar a concepção de Marx a respeito da natureza do capital, contido nos *Grundrisse*, aparece no início do capítulo 17 (*Formas mutantes do controle do capital*). No trecho citado por Mészáros, vemos que, para Marx: “A *anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco*. Os indícios de desenvolvimentos superiores entre as espécies de animais subordinadas, contudo, pode ser compreendida *apenas depois de conhecido o desenvolvimento superior*. A economia burguesa, desse modo, fornece a chave para a antiga, etc. [...] *A assim chamada apresentação histórica do desenvolvimento* baseia-se em geral no fato de que a última forma considera as anteriores como passos que a preparam” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 701). Portanto, pensamos que os dois princípios metodológicos em questão tem forte relação, pois se o ser mais desenvolvido fornece a chave para a compreensão do ser menos desenvolvido, é preciso que a teoria elaborada esteja sempre aprofundando e revisando constantemente suas proposições, ao passo que ocorre o desenvolvimento do ser em questão, para que suas formas mais desenvolvidas, sempre que surgirem, sejam englobadas pela teoria e forneçam a chave para a compreensão das formas anteriores – enriquecendo a teoria como um todo para analisar o presente em movimento.

concepção emancipatória original de Marx (e ele mesmo via essa necessidade sobre *sua própria teoria!*), esta “apropriação” do pensamento de Marx deve ser “criativa”, complementando a ideia original com os elementos novos que surgirem, sem nunca nos desatentar para algumas considerações importantes como: “à exigência de nos orientarmos pelo *espírito* da obra” (MÉSZÁROS, 2009, p. 520).

Neste sentido, Mézáros considera que “era princípio metodológico explícito de Marx constantemente revisar e ‘modificar significativamente’ suas proposições”. Isto deve acontecer “em conformidade com as exigências da mudança no conjunto das relações em termos das quais os vários conceitos eram definidos, com conotações cada vez mais ricas”. E o risco da negligência sobre este princípio metodológico não poderia ser pior para a perspectiva do materialismo histórico dialético, pois “sem tal revisão, os conceitos teriam permanecido ‘abstrações’ parciais, como ele próprio os denominou tratando das suas primeiras formulações”². Nesta linha de raciocínio, “apelar ao espírito da obra de Marx, portanto, significa antes de tudo empreender a *crítica interna* necessária”. Isto implica, para Mézáros, utilizando as próprias palavras de Marx, “a ‘modificação significativa’ de algumas proposições específicas, à luz da teoria como um todo e, portanto, a remoção de todas as ‘abstrações’ e unilateralidades removíveis” (MÉSZÁROS, 2009, p. 521).

De fato, esta atenção para a regra fundamental do método de Marx, de aprofundar e revisar constantemente sua elaboração teórica através de uma apropriação criativa, deve voltar-se para o problema do “impacto dos acontecimentos sociais pós-marxianos sobre a orientação da teoria” (MÉSZÁROS, 2009, p. 522). Pois, na concepção de Mézáros, grandes levantes históricos, como a Revolução Russa, “criam *novos começos* e drasticamente redesenham as fronteiras das pressuposições e precondições anteriores”. Diante da experiência pessoal e histórica da experiência soviética e seus estudos do pensamento de Marx, Mézáros está convencido de que “uma modificação significativa das teóricas ‘pressuposições do todo’ é necessária para adaptar a teoria original aos horizontes históricos alterados” (MÉSZÁROS, 2009, p. 522). Uma das conclusões que chegamos neste ponto da obra *Para Além do Capital* é que, referindo-se à teoria marxista, um dos elementos que

² Aqui, Mézáros continua dizendo que: “Quando, mais tarde, sob a pressão de determinações políticas, a defesa dos princípios socialistas contra o ‘revisionismo’, que se tornou uma preocupação central do movimento da classe trabalhadora, gerou também o anúncio compreensível da *ortodoxia* política e teórica e a negligência do método dialético de Marx, culminando com a completa subordinação da teoria à ortodoxia política (stalinista)” (MÉSZÁROS, 2009, p. 521). Desta maneira, trazendo enormes problemas para a concepção de alguma tentativa de realizar uma “modificação significativa”, mas mantendo a essência da crítica emancipatória desenvolvida por Marx.

“representam as mais novas e desafiadoras ‘pressuposições do todo’” é a “emergência de *novos tipos de contradições* nas sociedades pós-capitalistas³” (MÉSZÁROS, 2009, p. 523).

Partindo conscientemente da concepção original de Marx, a “modificação” referida não deve ser entendida como uma alteração dos seus fundamentos. Na verdade, Mézáros a entende como “revisão constante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 518), pois as afirmações que *o próprio Marx* elaborou nos *Grundrisse*, como vimos, eram vistas por *ele mesmo* como afirmações corretas “apenas nesta *abstração* da relação do *ponto de vista do presente*”. Por conta de sua perspectiva radicalmente histórica, para Marx estava claro que, no desenrolar do processo histórico, “surgirão relações adicionais que *as modificarão significativamente*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 518). E a teoria deve se apropriar destas relações adicionais. Assim, diante da grandeza histórica da experiência soviética, ela se torna um ponto em que os fundamentos essenciais do *conceito de capital* devem ser reanalisados e, pela exigência das mudanças históricas, devem sofrer uma “modificação significativa” – através de uma “apropriação criativa” de seus elementos essenciais – para dar conta de analisar com radicalidade a novidade histórica que se inaugurou com a Revolução Russa de 1917 e suas contradições consequentes.

Podemos dizer que esta tarefa de “modificação significativa”, que precisa abarcar as novidades históricas dos acontecimentos pós-marxianos, sobretudo a experiência soviética, é, de fato, uma tarefa empreendida no *Para Além do Capital* como um todo. Esta perspectiva crítica e autocrítica da própria elaboração teórica socialista está presente na intenção da elaboração desta obra. Já na introdução, Mézáros argumenta que “o presente volume tenciona ser uma contribuição para a tarefa de reavaliação e esclarecimento teórico”. Em um breve comentário, nos aponta que “todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx”, pois “tanto no Oriente como no Ocidente” afirmava-se “que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso” (MÉSZÁROS, 2009, p. 44). Obviamente, esta afirmação não poderia estar correta para o pensador István Mézáros, o qual testemunha que

Tendo sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente), para mim ficou muito claro que não apenas

³ Quando Mézáros se refere às experiências das sociedades “pós-capitalistas”, é como denomina as sociedades que emergiram de processos revolucionários que, por um lado, destruíram o sistema *capitalista*, mas, por outro lado, permaneceram dentro dos parâmetros estruturais do *sistema do capital*. Como, por exemplo, as experiências chinesa, cubana e soviética (cf. MÉSZÁROS, 2009, p. 795). No *Para Além do Capital*, Mézáros trata de maneira substantiva apenas da experiência soviética.

o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo (MÉSZÁROS, 2009, p. 44).

Contrariando grande parte da esquerda mundial e apesar da dificuldade da tarefa, para Mézáros, “não obstante, à luz da desanimadora experiência pessoal e histórica, era necessário admitir que só se poderia permanecer socialista *apesar* e não *por causa* da União Soviética”. Ele, então, se propôs a uma profunda crítica radical das contradições da experiência soviética como maneira de contribuir para o resgate do projeto emancipatório original, “ao contrário da maneira como muita gente no Ocidente tentou preservar suas convicções de esquerdistas por delegação, abstraindo as condições de seus próprios países e ao mesmo tempo ficcionalizando a realidade de seu proclamado modelo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 45).

Neste sentido, pode-se dizer que a tarefa teórica implicou tanto no resgate dos fundamentos da concepção originária de Marx, quanto, ao mesmo tempo, exigiu uma ida para além dos limites históricos de sua teoria elaborada no século XIX, o que permitiria dar conta de um século tão complexo como o século XX, que implicou num grande impacto sob o movimento socialista mundial até os dias de hoje. Para Mézáros, a história do século XX, contexto no qual a experiência soviética tem grande influência, trouxe, na verdade, um “impacto devastador sobre o projeto socialista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 705). Pensamos que um dos elementos fundamentais que causou este impacto devastador sobre a teoria emancipatória instaurada por Marx foi esta ser concebida como *socialismo*, quando na verdade foi uma forma de desenvolvimento social que continuou dentro dos parâmetros do *sistema do capital*, apesar das alterações mais significativas realizadas pelo processo revolucionário que caracterizam a *destruição do capitalismo*. Esta é a concepção do pensador István Mézáros, expressa na obra *Para Além do Capital*.

Mas, antes de considerarmos a análise de Mézáros sobre como o sistema do capital permaneceu na experiência soviética, sob uma forma metamorfoseada de controle em relação ao capitalismo, convém analisar o próprio pensamento de Marx, sua concepção de capital, e outros elementos importantes que se relacionem com a apropriação que Mézáros fez dos fundamentos da concepção de capital de Marx para que pudesse afirmar a permanência do sistema do capital para além da estrutura que caracterizaria o sistema capitalista.

Assim, no primeiro capítulo abordamos a concepção de capital de Marx no Livro I d’*O Capital* (destacando, para isso, as categorias “mais-valia”, “o *capitalista* e o comando *capitalista*”, “O trabalhador *assalariado*” e “as condições objetivas de trabalho como *mercadorias*”). Depois, abordamos a apropriação meszariana da concepção de capital de

Marx, como forma de entender sua argumentação a respeito da *permanência do capital* na experiência que se consolidou a partir da Revolução Russa de 1917.

2.1. A mais-valia

A “mais-valia” (*Mehrwert*) é uma categoria fundamental para se entender o modo de produção capitalista. Sem a noção deste “valor excedente”, o processo capitalista de “circulação de mercadorias” perde seu sentido. Pois, num exemplo simples, “trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa”. O processo de comprar 100 libras esterlinas de algodão (D – M) e depois vender esta quantidade de algodão (M – D), expresso como D – M – D, tem como extremos o “dinheiro”. Desta maneira, “o processo D – M – D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa”. Através desse movimento de comprar para vender, “no final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas” – e, assim, a circulação capitalista de mercadorias tem sentido. Para Marx, “a forma completa desse processo é, portanto, D – M – D’, em que D’ = D + ΔD, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento”. Justamente “esse incremento, ou o excedente sobre o valor original”, Marx chama “mais-valia (*surplus value*)”. E continua: “o valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1983, p. 128).

Esta circulação, este movimento do dinheiro como capital é “uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável”. A “meta imediata do capitalismo” é o “incessante movimento do ganho” (MARX, 1983, p. 129). Desta maneira, “o valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo” (MARX, 1983, p. 131).

Por isso, “na descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas”, capital pôde ser visto como “D – D’, dinheiro que gera dinheiro – *money which begets money*” (MARX, 1983, p. 131). Além disso, “comprar para vender, ou melhor,

comprar para vender mais caro, $D - M - D'$, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial”. E no capital usurário, ou no “capital a juros”, a “circulação $D - M - D'$ apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como $D - D'$, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo”. Mas esta fórmula, para Marx, também descreve o processo de outra forma do capital – desenvolvida, em relação às formas pretéritas de capital como o capital comercial e usurário –, que é o capital industrial, pois “também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro” (MARX, 1983, p. 131). Por isso, apesar de existirem diferenças significativas entre estas formas de capital (capital comercial e usurário de um lado, e, de outro lado, capital industrial)⁴, Marx argumenta que “de fato, portanto, $D - M - D'$ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação” (MARX, 1983, p. 131).

Quando nos aproximamos da argumentação de Marx a respeito do “processo de produção” da mais-valia, deparamo-nos com duas questões fundamentais. Por um lado, vemos que ela *surge* como *valor novo* apenas no processo de produção desenvolvido pelo capital industrial. Por outro lado, concebida a partir da *emergência* do processo produtivo do capital industrial, vemos que a caracterização da “mais-valia” traz grandes contribuições para analisar a experiência soviética.

Ao tratar das *Contradições da fórmula geral*⁵ do capital, Marx diverge de outras posições que explicam a *emergência* deste valor a mais pela compra barata e venda cara, pelo simples engodo, no caso de uma relação de troca entre não-equivalentes; bem como está claro para ele que a “mais-valia” não pode surgir da troca entre mercadorias de valores equivalentes. Para ele, “pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia”, pois “a circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor” (MARX, 1983, p. 136). Ainda segundo o autor,

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual. Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer,

⁴ Como veremos adiante.

⁵ Capítulo 4 – Transformação de dinheiro em capital. Ponto 2, Contradições da fórmula geral. Cf. 1983, p. 131.

portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato D – M, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 1983, p. 138-139).

Assim, este autor se contrapõe a ideia de que a “mais-valia” surge na esfera da “circulação” das mercadorias, embora a esfera da circulação seja de fato fundamental para a existência desta “mais-valia” e sua apropriação pelo capitalista privado⁶. Portanto, na concepção de Marx, é na *produção* que “há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital”. E, com isso, segundo Marx, “o segredo da fabricação mais-valia há de se finalmente desvendar” (MARX, 1983, p. 145).

A chegada a este ponto da história, quando o capital aparece enquanto capital desenvolvido – capital industrial – que domina o processo de produção e reprodução social, é decorrente de um longo processo histórico. Neste sentido, é explícito no Livro I d’*O Capital* que todo o processo do capital industrial pressupõe um longo processo de desenvolvimento da lei da troca de mercadorias⁷. No capítulo em que revela o segredo da transformação de dinheiro em capital, no início do ponto sobre a “fórmula geral do capital”, Marx afirma que “circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”. Os “pressupostos históricos sob os quais” o sistema do capital surge são a “produção de mercadorias e circulação desenvolvidas de mercadorias, comércio”. Assim, “comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital” (MARX, 1983, p. 125).

Portanto, quando podemos falar em capital industrial consolidado enquanto tal, os meios de produção, os instrumentos de trabalho e a própria força de trabalho já estão convertidos – através de um longo e tortuoso processo histórico – em mercadorias. E isto significa que, uma vez que o capital tenha se desenvolvido ao ponto de se tornar capital industrial, a terra e outros componentes da natureza, as máquinas, os instrumentos de trabalho

⁶ “Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção” (MARX, 1983, p. 16).

⁷ Ainda que Marx afirme que “a forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que a distingue da circulação simples de mercadorias é a sequência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra” (MARX, 1983, p. 131). Uma vende para comprar, outra compra para vender. Ainda assim, a reprodução do capital se baseia na lei de intercâmbio de mercadorias para sua realização, por exemplo, quando, ao contratar o trabalhador, o capitalista *pressupõe* pagar o valor daquela mercadoria (força de trabalho), e, assim, trocar equivalente por equivalente.

e as horas em que a corporalidade viva dos indivíduos pode trabalhar já estão quantificadas monetariamente, já são caracterizadas com determinado *preço* como um dos seus pressupostos. Desta maneira, como elementos que tiveram um longo desenvolvimento histórico, o dinheiro e a mercadoria,

desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias tem de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização no mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista (MARX, 1984, p. 262).

Diante do imprescindível desenvolvimento da lei do intercâmbio de mercadorias, e este processo histórico em que dinheiro e mercadorias se transformam em capital, como pressuposto da consolidação do capitalismo e do capital industrial, que, por sua vez, dá origem à “mais-valia”, pode parecer que esta categoria do “valor excedente” teria sua validade apenas para a relação de produção especificamente capitalista. De nada nos serviria para analisar a experiência soviética? Vejamos melhor algumas determinações mais profundas desta categoria, em torno da sua “fabricação”, em torno do consumo do valor de uso da força de trabalho, como já mencionado.

Marx argumenta que a “mais-valia”, como um valor a mais, ou valor excedente, surge através do processo de prolongamento da jornada de trabalho para além da quantidade de horas necessárias para criar uma riqueza suficiente para garantir a sobrevivência do indivíduo trabalhador, ou seja, é o processo de formação de valor prolongado até certo ponto⁸. A formação de valor é considerada por Marx como um “processo simples” se ele durar apenas “até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente”. E “se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização” (MARX, 1983, p. 161). Assim, na sua concepção, está clara a ideia de que o processo de valorização “ocorre na esfera da produção” (MARX, 1983, p. 160). podemos entender que “a mais-valia é mera consequência da mudança de valor que ocorre com ‘v’, a parte do capital convertida em força de trabalho” (MARX, 1983, p. 174). Por sua vez, nesta linha de raciocínio, uma das fórmulas

⁸ Que Marx denomina como “mais-valia absoluta”, como veremos mais adiante.

de se calcular a “taxa da mais-valia” é colocada por Marx como “a relação da mais-valia com a parte apenas variável desse capital” (MARX, 1984, p. 116). Ou seja, é a fração entre *mais-valia* e *valor da força de trabalho*. Assim, se o trabalhador produz 10 reais de mais-valia diária e o valor diário de sua força de trabalho é de 10 reais, sua taxa de mais-valia é de 100%.

No entanto, como podemos perceber, é igualmente explícito n’*O capital* que a caracterização monetária da relação que produz “mais-valia” não é tudo. Marx vai além. Podemos ver isso quando ele argumenta que: o próprio conteúdo de “dinheiro” é um produto histórico humano. Para este autor, “não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis”. Ao contrário disso, o dinheiro é *apenas uma medida comum de valor*. Se todas as mercadorias são, “enquanto valores, trabalho humano objetivado, e, portanto, sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro”. É fundamental estarmos atentos, portanto, que “dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 1983, p. 87).

Marx, ao longo d’*O Capital*, desenvolve a ideia de que o processo do trabalho sob o comando do capital pode ser dividido em duas partes. Em uma delas, o trabalhador “apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita”, assim, “se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador necessita trabalhar em média 6 horas por dia para produzi-lo”. Esta primeira parte da jornada de trabalho, Marx denomina como “tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo” (MARX, 1983, p. 176). A outra parte da jornada de trabalho, “em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário” é que “gera mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*)” (MARX, 1984, p. 114).

Esta categoria, a do “mais-trabalho”, portanto, mostra-se fundamental também para entender o capitalismo (e o sistema do capital), pois é a partir dela que se “gera mais-valia”. E ainda mais: em relação a esta categoria do “mais-trabalho” que, no capitalismo, é a parte do trabalho que “gera mais-valia”, vemos que nos seus estudos para *O Capital*, contida nas notas chamadas *Formen*⁹, Marx não estava preocupado com o combate a uma determinada forma de

⁹ Abreviação de *Formen die der Kapitalistischen Produktion vorhergehen (über den Prozess der der Bildung des Kapitalverhältnisses oder der Ursprünglichen Akkumulation vorhergeht)*, que, de acordo com Hobsbawm, é um

exploração, mas em encontrar cientificamente os elementos que poderiam contribuir para livrar a humanidade de *toda a forma de exploração* do trabalho. Investigava o que poderia explicar a *separação* dos “seres humanos vivos e ativos” das “condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza”. Ele buscava explicar “a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente na relação entre o trabalho-assalariado e o capital” (MARX, 2011, p. 82).

Somente completada plenamente no sistema do capital pois “no relacionamento de escravidão e de servidão não há tal separação; o que acontece é que uma parte da sociedade é tratada pela outra como simples condição *inorgânica e natural* de sua própria reprodução”. Diferentemente da relação de produção dos tempos modernos, “o escravo carece de qualquer espécie de relação com as condições objetivas de seu trabalho”. Antes, para Marx, “é *trabalho* em si, tanto na forma de escravo como na de servo, situado entre outros seres vivos (*Naturwesen*) como *condição inorgânica* de produção, juntamente com o gado ou como um apêndice do solo” (MARX, 2011, p. 82-3).

Diante da investigação de diferentes formas de propriedade, do seu estudo das formações sociais pré-capitalistas, Marx apreende pontos em comum das sociedades que viveram sob alguma forma de sociedade de classes, como as escravistas e feudais e a moderna sociedade capitalista consolidada, a exemplo da expropriação do trabalho alheio. Marx argumenta, n’*O Capital*, que “onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente”. Este mais-trabalho é “destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário [*aristocrata*] ateniense, teocrata etrusco, [*cidadão romano*], barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, [*Senhor de terras*] moderno ou capitalista” (MARX, 1983, p. 190). Neste sentido, para Marx, “o capital não inventou o mais-trabalho” (MARX, 1983, p. 190), ou seja, a parte da jornada de trabalho que não pertence ao trabalhador¹⁰. Quer dizer, de diferentes formas, todas as sociedades de classes precedentes também estavam fundamentadas na existência do “mais-trabalho”, pois

trabalho que faz “parte de um volumoso manuscrito elaborado por Marx em 1857-58, como preparação às suas obras Contribuição à crítica da Economia Política e O Capital”, conhecido como *Grundrisse* (HOBSBAWM, 2011, p. 13). Iremos nos referir a esta obra como apenas *Formen*.

¹⁰ “Trabalho não-pago/trabalho pago é apenas a expressão mais popular para mais-trabalho/trabalho necessário” (MARX, 1984, p. 123).

se o trabalhador precisa de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao sustento de si mesmo e de sua *race*, não lhe resta tempo algum para trabalhar gratuitamente para uma terceira pessoa. Sem certo grau de produtividade do trabalho não há tal tempo disponível para o trabalhador, e sem tal tempo excedente, nenhum mais-trabalho e, portanto, nenhum capitalista, mas também nenhum senhor de escravos, nenhum barão feudal, em uma palavra, nenhuma classe de grandes proprietários (MARX, 1984, p. 107).

Uma das diferenças – como vemos no capítulo da *Transformação do valor em salário*¹¹ – é que a refluência da riqueza ao produtor, na forma específica do salário, extingue “todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago”. No sistema feudal, “na corveia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra”. No sistema escravista, “no trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago”. Diferentemente, “no trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado” (MARX, 1984, p. 130).

Portanto, é fundamental termos em mente que, na concepção de Marx, “apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, dos trabalhadores, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado” (MARX, 1983, p. 176-177). Analisando sob esta perspectiva, a caracterização monetária pode ser momentaneamente abstraída e o processo pode ser visto como diferentes maneiras de apropriação do “mais-trabalho”, ou seja, do trabalho que excede o necessário para a reprodução do próprio trabalhador (“trabalho necessário”). Neste sentido, para além da categoria da “mais-valia” (como mencionamos no início do ponto), o desdobramento da análise de sua *origem* nos mostra que as categorias “mais-trabalho” e, conseqüentemente, “tempo de trabalho excedente”, são igualmente categorias fundamentais para entender o capitalismo – e “o capital”.

No entanto, é preciso sempre estar atento para as novidades históricas que emergem com o sistema do capital, que o diferencia das formas precedentes de propriedade e de expropriação do mais-trabalho. Nas *Formen*, Marx argumenta que

¹¹ Transformação do valor, respectivamente do preço da força de trabalho, em salário. Capítulo 17 d’ *O Capital*, Livro I, tomo II.

a relação do trabalho com o capital, ou com as condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diversas formas nas quais o trabalhador é um proprietário e o proprietário trabalha. Isto significa, antes de mais nada:

Uma *dissolução* da relação com a terra – ou solo – como uma condição natural de produção que o homem trata como sua própria existência inorgânica, como o laboratório de suas forças e o domínio de sua vontade [...].

Dissolução das relações em que o homem mostra-se como o *proprietário do instrumento*. Como a forma acima de propriedade da terra pressupõe uma *comunidade real*, assim também a propriedade do instrumento de trabalho pelo trabalhador presume uma forma particular de desenvolvimento da manufatura – expressamente, a forma de *trabalho artesanal*. A guilda e as instituições corporativas estão ligadas e este. [...].

Implícito em ambos está o fato do homem possuir meios de consumo anteriores à produção, necessários a sua manutenção como produtor – i.é, durante a produção, *antes* de acabá-la [...].

Por outro lado, há a *dissolução* das relações em que os *trabalhadores mesmos*, as *unidades vivas da força de trabalho*, ainda são *parte direta das condições objetivas de produção* e objetos de apropriação, nesta qualidade – sendo, portanto, escravos ou servos. Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o capital se apropria não do trabalhador mas do seu trabalho – e não diretamente, mas por meio de troca (MARX, 2011, p. 91-93).

Além destes pontos, poderíamos acrescentar que a grande indústria e a ciência aplicada ao desenvolvimento da produção inauguram uma forma de extrair mais excedente com uma mesma quantidade de horas de trabalho; ou ainda mais: mais excedente com uma menor jornada de trabalho, através da intensificação da sua produtividade, o que representa uma intensificação da exploração do produtor direto. Marx a denominou “mais-valia relativa”¹², que supõe a existência de “um modo de produção especificamente capitalista” (MARX, 1984, p. 106).

Sem perder de vista, portanto, que o sistema capitalista não pode se confundir com outras formas passadas de apropriação do “mais-trabalho”, podemos ver que Marx foi além da “denominação monetária” das coisas, pois o “preço” de uma mercadoria nada mais é do que a “denominação monetária do *trabalho objetivado* na mercadoria” (MARX, 1983, p. 92, grifos nossos)¹³. A mais-valia, e a taxa da mais-valia, na concepção de Marx, podem ser descritas

¹² Segundo Marx, “o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 1984, p. 106).

¹³ “A forma preço não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão do valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias” (MARX, 1983, p. 92).

como “relação de valores” e também como “relação dos tempos” de trabalho “durante os quais esses valores são produzidos” (MARX, 1984, p. 121). São grandezas correspondentes.

Este pensador compreendeu que o “que gera mais-valia” é a “porção de trabalho adicional” (MARX, 1983, p. 162). Portanto, “a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 1983, p. 162). Em outras palavras, “o trabalhador acrescenta ao objeto de trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado quantum de trabalho” (MARX, 1983, p. 165).

O trabalhador agrega tempo de trabalho, e, portanto, valor, “sempre apenas sob a forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo”. Ou seja: o “fiandeiro só agrega tempo de trabalho fiando, o tecelão tecendo, o ferreiro forjando. Mediante essa forma orientada a um fim, porém, sob a qual agregam trabalho em geral e, por isso, novo valor” (MARX, 1983, p. 165). Assim, a “mais-valia” deve ser entendida fundamentalmente como “mais-trabalho agregado” durante o processo de produção (MARX, 1983, p. 180). Isto quer dizer que a mais-valia só existe por conta de uma porção de trabalho adicional. É o trabalho adicional que gera mais-valia, ou um valor excedente. Ou, em outras palavras, um novo valor é agregado com a “mera agregação” quantitativa de trabalho.

Diante desta caracterização das categorias de “trabalho necessário” e “trabalho excedente”, Marx argumenta que

assim como, *para a noção do valor em geral*, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, *é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado* (MARX, 1983, p. 176, grifos nossos).

Num exemplo ilustrativo, Marx transita entre a forma monetária e sua representação em tempo de trabalho, por exemplo: “valor da força de trabalho” “de 4 xelins ou o tempo de trabalho necessário de 8 horas”; “mais-valia de 2 xelins ou o mais-trabalho de 4 horas de trabalho” (MARX, 1984, p. 114). Em outra suposição na página seguinte, ele descreve o mesmo movimento: “sendo de 3 xelins o valor original da força de trabalho e de 6 horas o tempo de trabalho necessário, sendo a mais-valia também de 3 xelins ou o mais-trabalho de 6 horas” (MARX, 1984, p. 115). É uma ilustração da transição de Marx entre as denominações monetárias e o “mero coágulo de tempo” de trabalho. Portanto, o valor da força de trabalho pode ser expresso tanto em sua denominação monetária, quanto em termos do *quantum* de trabalho por tempo. Elas são grandezas correspondentes.

As fórmulas que representam o cálculo da taxa de mais-valia também devem ser vistas sob esta perspectiva, não somente como a já citada divisão da *mais-valia* sobre o *capital*

variável (valor da força de trabalho). Pois Marx vê a relação estreita que existe entre o valor do capital variável e o valor da força de trabalho comprada pelo capitalista, conseqüentemente “como o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia, por seu lado, é determinada pela parte excedente da jornada de trabalho”, a argumentação de Marx é que “a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia $m/v = \text{mais-trabalho/trabalho necessário}$ ” (MARX, 1983, p. 177).

Portanto, no capítulo sobre as *Diferentes fórmulas para a taxa da mais-valia*¹⁴, Marx argumenta que a taxa da mais-valia poderia ser representada nas fórmulas: “mais-valia/capital variável (m/v)”, ou “mais-valia/valor da força de trabalho”; ou “mais-trabalho/trabalho necessário”. Para ele, estas fórmulas são “intersubstituíveis”. A questão é que “as duas primeiras fórmulas apresentam como relação de valores o que a terceira apresenta com relação dos tempos durante os quais esses valores são produzidos” (MARX, 1984, p. 121). Nesta mesma linha de raciocínio, Marx descreve a “lei absoluta” do modo de produção capitalista como a “produção de mais-valia ou geração de excedente” (MARX, 1984, p. 191). E o “elemento constitutivo da acumulação” é “elevar a produção de mais-valia ou mais-produto” (MARX, 1984, p. 195).

Na análise da categoria da “mais-valia”, devemos nos atentar com o processo de sua *origem*, analisando fundamentalmente a relação social de produção em sua substância material de determinado *quantum* de trabalho realizado. Ao focarmos na *emergência* da “mais-valia” a partir do processo de trabalho, além da sua caracterização como “valor excedente”, chegamos a ideia de que a categoria do “mais-trabalho” é o fundamento de sua existência, já que a mais-valia resultaria “somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (MARX, 1983, p. 162). Assim, se entendermos a mais-valia apenas como um “valor excedente” ou um incremento sobre o valor originalmente lançado no processo, no qual temos como pressuposto um longo desenvolvimento histórico da lei de intercâmbio de mercadorias, e o mercado de trabalho consolidado, elementos cruciais para a formação capitalista, esta caracterização parece não contribuir muito para a análise da experiência soviética, uma vez que esta se define pela *destruição do capitalismo*.

No entanto, se focarmos em sua caracterização “como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado” (MARX, 1983, p. 176), mesmo

¹⁴ Diferentes fórmulas para a taxa de Mais-valia. Capítulo 16 d’*O Capital*, Livro I, tomo II.

esta categoria da “mais-valia”, aparentemente válida apenas para entender o *capitalismo*, tem grande contribuição na análise da experiência soviética. Pois, mesmo que destruídas as condições de reprodução do *modo de produção capitalista*, a teoria de Marx a respeito desta categoria continua tendo enorme validade, sobretudo se ainda continua em operação – mesmo que de forma metamorfoseada – as categorias do “trabalho necessário” e “mais-trabalho” (ou “trabalho excedente” – *Mehrarbeit*). Conseqüentemente, em circunstâncias alteradas em relação ao capitalismo, mesmo se não pudermos falar de uma taxa de “mais-valia”, certamente podemos falar de uma “taxa de exploração”, baseada na equação do “mais-trabalho”/“trabalho necessário”¹⁵. E, como vimos, o “mais-trabalho” é a categoria fundamental para a existência de uma sociedade que, em seu processo de produção e reprodução social, é dividida em classes sociais antagônicas. Se esta produção se dá de uma forma *moderna*, sob base do *capital industrial*, com base na *grande indústria* e na *ciência aplicada* à produção, ainda que destruído o capitalismo, a natureza da categoria da “mais-valia” possui uma enorme validade para analisar este sistema social.

Pensamos que esta abrangência na análise da categoria da “mais-valia” deve ser estendida para várias outras categorias. Como, por exemplo, “*capitalista*” e o “comando *capitalista*”; “os meios de produção e o processo de produção *como mercadorias*” e a categoria do “trabalhador *assalariado*”, pois são categorias importantes para compreender a concepção de capital de Marx e, conseqüentemente, possuem uma importância fundamental para analisar a experiência soviética. São todas cruciais para definir um sistema como sistema capitalista. Todas fundamentais para entender o sistema do capital.

2.2. O *capitalista* e o comando *capitalista*

É preciso estar atento para o que dá origem a esta condição de capitalista. No prefácio da primeira edição alemã d’*O Capital*, o autor já menciona que “as figuras do capitalista e do proprietário fundiário”, na obra que o leitor tem nas mãos, “só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses”. Para Marx, “o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural”, não pode “tornar o indivíduo responsável por relações das quais *ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas*” (MARX, 1983, p. 13, grifos nossos).

¹⁵ A “mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia *m/v* = mais-trabalho/trabalho necessário” (MARX, 1983, p. 177).

No primeiro parágrafo do capítulo 2 d’*O Capital*, intitulado “O processo de troca”, Marx já anuncia uma intenção fundamental de sua obra:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. *O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.* As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que *as personificações das relações econômicas*, como portadores das quais elas se defrontam (MARX, 1983, p. 79-80, grifos nossos).

Podemos ver, portanto, nesta caracterização geral de todos os possuidores de mercadorias, reconhecendo-se reciprocamente como proprietários privados (o trabalhador, de sua força de trabalho; o capitalista, do seu dinheiro), que o próprio capitalista (foco da nossa exposição neste ponto) encarna um “personagem econômico”; ele é uma “personificação” da relação econômica que ele desenvolve com o indivíduo trabalhador e a sua força de trabalho. No pensamento de Marx, o “possuidor do dinheiro” torna-se um capitalista por ser um “portador consciente” do movimento do dinheiro como capital. Portanto, “sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro”. A meta que é internalizada como uma “meta subjetiva”, na verdade, é o “o conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor” (MARX, 1983, p. 129). Ou seja, a meta de sua personalidade, concebida como uma *meta pessoal*, é, na verdade, a internalização da própria “lei absoluta” do modo de produção capitalista que é a “produção de mais-valia ou geração de excedente” (MARX, 1984, p. 191), como vimos no ponto anterior. O seu sentido enquanto um indivíduo *capitalista* não existe em si mesmo, pois “só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou *capital personificado*, dotado de vontade e consciência” (MARX, 1983, p. 129, grifos nossos).

O próprio indivíduo, para ser um capitalista, precisa querer realizar algumas condições objetivas do próprio sistema, como, primeiro, ter de “produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria”. Em segundo lugar, ele tem de

– e quer, enquanto capitalista – “produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado”. Por isso, o capitalista “quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (MARX, 1983, p. 155). Assim, está claro para Marx que “como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital” (MARX, 1983, p. 189). O indivíduo introjeta em sua própria subjetividade o fato objetivamente existente na estrutura do sistema de que

O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa (MARX, 1983, p. 189).

Neste sentido, é importante estarmos atentos para a caracterização de Marx de que “dentro do processo de produção, *o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho*, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador”. Conseqüentemente, o “*capital personificado, o capitalista, cuida* para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade” (MARX, 1983, p. 244, grifos nossos). Na concepção do pensador alemão, “uma pessoa só encarna *a personagem econômico* do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 1984, p. 153, grifos nossos). Assim, a crítica profunda de Marx às relações capitalistas, e, logo, à existência de capitalistas privados, está fundamentado no fato de que

É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. *Ele se completa na grande indústria*, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1983, p. 283-284, grifos nossos).

Ao analisarmos a crítica de Marx à “*direção capitalista*” ou o “*comando capitalista*”, é fundamental estarmos atentos ao fato de que a “*direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo de trabalho e pertencente a ele*”. Para Marx, “ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto,

condicionada pelo inevitável antagonismo entre explorador e a matéria-prima de sua exploração¹⁶” (MARX, 1983, p. 263).

Portanto, este “comando” surge de uma necessidade objetivamente fundada na natureza da própria reprodução social, ao passo que o “comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção” (MARX, 1983, p. 263). Para Marx, a “função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas” (MARX, 1983, p. 263). Nesta linha de raciocínio, Marx afirma, em relação à cooperação dos trabalhadores, que o capital desenvolve, que a “conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos”. Ainda segundo o autor, “a conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia que subordina sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1983, p. 263).

De acordo com este pensador, a “direção capitalista” possui uma forma “despótica”. Ainda mais: “com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares”. Quando o capital do capitalista individual atinge uma determinada grandeza mínima, e o indivíduo capitalista é “libertado do trabalho manual” – “com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa” – ele “transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados”. Falando em despotismo, aqui Marx faz uma relação entre a relação do sistema de produção do capital e a hierarquia militar, argumentando que “do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares”, um exército de força de trabalho, ou melhor “uma massa de trabalhadores”, ao cooperarem “sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contra-mâitre*) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital”. E através deste processo, o “trabalho de superintendência se cristaliza” na “função exclusiva” do capital” (MARX, 1983, p. 263-264).

Podemos ver que, a partir da concepção de Marx, não se trata de uma relação simples de comando de um indivíduo particular como capitalista. Ele é, em sua função, determinado

¹⁶ “*Die Leitung des Kapitalisten ist nicht nur reine aus der Natur des gesellschaftlichen Arbeitsprozesses und daher bedingt durch den unvermeidlichen Antagonismus zwischen dem Ausbeuter und der Rohmaterial seiner Ausbeutung*” (MARX, 2008, p. 350).

pela necessidade objetiva do sistema do capital em operação. Na verdade, a concepção de “comando” é bastante profunda e mais complexa do que a categoria do “capitalista” simplificada ou esvaziada da sua base material. Para Marx, “o comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, como no tempo feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária” (MARX, 1983, p. 264). Mesmo em se tratando de um capitalista individual e seu capital individual, está claro para este autor que “todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com *comando correspondente sobre* um exército maior ou menor de trabalhadores” (MARX, 1984, p. 196, grifos nossos).

Então, podemos ver que, na concepção de Marx, não é indivíduo capitalista que fundamenta e cria o sistema do capital. Ele é apenas um personagem econômico, uma personificação de uma relação de produção existente objetivamente. O capitalista privado é uma “criatura das relações sociais” que fundamentam o “comando supremo na indústria” do sistema do capital. Neste sentido, uma categoria tão inerentemente vinculada ao capitalismo quanto o *capitalista privado* parece ter alguma validade para entender a experiência soviética, na medida em que nos abre uma reflexão para o fato de que há profundas complicações para a perspectiva emancipatória se, apesar da expropriação dos exploradores capitalistas, continuar existindo - objetivamente em operação - uma relação de produção baseada em um “comando supremo na indústria” separado dos trabalhadores. Se continuar existindo um “impulso vital” de “absorver”, com os “os meios de produção”, a “maior massa possível de mais-trabalho”. Se continuar existindo um “trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa (MARX, 1983, p. 189). A perspectiva emancipatória estará completamente desviada se, apesar da expropriação dos expropriadores, continuar existindo uma divisão do trabalho que opõe “as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia” aos produtores, como um “poder” que “domina” os trabalhadores (MARX, 1983, p. 283-284).

Tal como vimos com as categorias da “mais-valia”, do “capitalista” e do “comando *capitalista*”, é possível que a reflexão sobre a categoria do “trabalhador *assalariado*” (no Livro I d’*O Capital*) tenha alguma contribuição para analisar a experiência soviética? No próximo ponto, faremos novamente este movimento.

2.3. O trabalhador *assalariado*

Também em relação à categoria do “trabalhador *assalariado*”, é importante não ficarmos limitados à compreensão de que a “condição de existência” do indivíduo trabalhador é a “venda da própria força para multiplicar riqueza alheia ou para autovalorização do capital” (MARX, 1984, p. 209), como consta no capítulo da *Lei geral da acumulação capitalista*.

De fato, no sistema capitalista, o indivíduo trabalhador, “vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro”. E a consequência é que “o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu” (MARX, 1983, p. 160). E assim, como já mencionamos, o indivíduo é colocado a trabalhar num processo de formação de valor prolongado, ou processo de valorização (cf. MARX, 1983, p. 161). É isso e ainda mais.

É importante estarmos atentos também para outras caracterizações igualmente fundamentais. Como já mencionamos anteriormente sobre a categoria da “mais-valia”, falar em “valor da força de trabalho” também quer dizer “tempo de trabalho necessário” (Cf. MARX, 1984, p. 114). Além disso, no capítulo 6 – *Capital constante e capital variável* – Marx trata a “força de trabalho em ação” como o “fator subjetivo do processo de trabalho” (MARX, 1983, p. 170). Sua argumentação vai no sentido de que

Ao apresentar os papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, caracterizamos, de fato, as funções das diferentes partes componentes do capital em seu próprio processo de valorização. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado. Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, *são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu* ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho (MARX, 1983, p. 171, grifos nossos).

Portanto, devemos entender que, na concepção de Marx, os diversos fatores do processo de trabalho são, de fato, partes componentes do capital. E a força de trabalho é uma forma de existência do capital, que ele precisa assumir, transmutar-se, para realizar seu ciclo produtivo. Para Marx, a parte do capital “que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção”. Por isso ele a chama de “parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante” (MARX, 1983, p. 171). E ele continua:

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa

parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável (MARX, 1983, p. 171).

Assim, é importante não perdermos de vista que “as mesmas partes componentes do capital” são concebidas a partir do processo de trabalho e a partir do processo de valorização. Para Marx, estas partes componentes do capital “que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável” (MARX, 1983, p. 171). O indivíduo é proprietário unicamente da sua própria força de trabalho e apenas ela pode vender ao capitalista. Ao contratar 100 indivíduos, o capitalista, portanto, “paga o valor das 100 forças de trabalho independentes, mas não paga a força combinada dos 100” (MARX, 1983, p. 264). Neste ponto, Marx argumenta:

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, *eles não são mais do que um modo específico de existência do capital*. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital (MARX, 1983, p. 264, grifos nossos).

Marx argumenta, n’*O Capital*, que “assim como na cooperação simples, na manufatura é o corpo de trabalho em ação uma forma de existência do capital” (MARX, 1983, p. 283). Neste sentido, a “conexão do mecanismo global” criado pela maquinaria específica do período manufatureiro obriga o trabalhador “a operar com regularidade de um componente da máquina” (MARX, 1983, p. 276).

Além de a força de trabalho ser encarada como *fator subjetivo* do processo de trabalho, *componente do capital*, *capital variável* – é também importante termos em mente que, segundo Marx, “o consumo individual do trabalhador é para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado; ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que produz a força produtora de riqueza alheia” (MARX, 1984, p. 158). O autor continua dizendo que:

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto do trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. O processo, porém, faz com que esses instrumentos de produção autoconscientes não fujam ao remover constantemente seu produto do polo deles para o polo oposto do capital. O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro,

mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes ao seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato” (MARX, 1984, p. 158).

Para Marx, a subordinação da força de trabalho ao capital “só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende” e que, de fato, a própria “reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização” constitui “*um momento da própria reprodução do capital*” (MARX, 1984, p. 188, grifos nossos).

Neste sentido, o “processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador”. Este processo de produção, por sua própria natureza, “obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a compra-la para se enriquecer”. Desta maneira, “já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor do mercado”. Na verdade, “é a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro”. Inclusive, “na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista”. Segundo Marx, “*sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho*” (MARX, 1984, p. 161, grifos nossos). De fato, a crítica de Marx se concentra no fato de que

dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento do seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda do *Juggernaut* do capital (MARX, 1984, p. 209-210).

Portanto, pensamos que a questão de o trabalhador aparecer como “mercadoria” e ter que vender sua força de trabalho como meio de sobrevivência, ou seja, ser um “trabalhador assalariado” é apenas parte do problema. Como vimos, o problema social em questão é muito

mais complexo. Consequentemente, a crítica de Marx tem de ser bem mais profunda do que atacar meramente a condição de *assalariamento*, e não complementar a crítica com o enfoque nas condições em que o trabalhador, durante o processo de trabalho, é submetido ao despotismo do próprio sistema em si, que transforma seu tempo de vida em tempo de trabalho.

Qual seria a validade da teoria emancipatória elaborada por Marx se o trabalhador deixasse de ser uma mercadoria, deixasse de ser um trabalhador *assalariado*, mas o “processo de produção” ainda reproduzisse “mediante seu próprio procedimento” a “separação entre força de trabalho e condições de trabalho”? Qual o sentido emancipatório da sua teoria se o próprio processo de produção reproduzisse e perpetuasse as “condições de exploração do trabalhador”? (MARX, 1984, p. 161).

A categoria do “trabalhador *assalariado*” em Marx parece contribuir para analisar a experiência soviética se tivermos em mente que de nada adianta acabar com a sua condição de *assalariamento* típico do capitalismo, a partir da compra e venda da força de trabalho, e todos os “métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho” se aplicarem ainda “à custa do trabalhador individual”, e “os meios para o desenvolvimento da produção” continuarem se convertendo “em meios de dominação e exploração do produtor”, que “mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam com o tormento do seu trabalho, seu conteúdo”. A caracterização de Marx do trabalhador *assalariado* continua tendo grande validade enquanto os meios para o desenvolvimento da produção continuarem desfigurando as condições dentro das quais o indivíduo trabalha, submetendo-o “durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo”, transformando “seu tempo de vida em tempo de trabalho” (MARX, 1984, p. 209-210).

Pois, pensamos que enquanto estas determinações continuarem em operação, a força de trabalho – “como membro de um organismo que trabalha” – continua sendo “um modo específico de existência do capital”. E a força produtiva que este corpo de trabalhadores “desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital” (MARX, 1983, p. 264).

Em relação às condições objetivas de trabalho, é suficiente apreendermos o processo histórico complexo em que elas se transformaram em *mercadorias*? Pensamos que focar na argumentação de Marx a respeito de como as condições objetivas de trabalho são *alienadas* dos trabalhadores contribui para refletirmos sobre a permanência do capital na experiência soviética, no pensamento de Mészáros.

2.4. As condições objetivas de trabalho como mercadorias

A transformação das condições objetivas de trabalho em *mercadorias* foi um processo histórico fundamental para a emergência e consolidação do capitalismo maduro e a consequente dominação do processo de produção pelo capital industrial. Nos tempos feudais, a terra, por exemplo, não estava “livre” e “disponível” para ser comprada e vendida. Durante o modo de produção feudal, conforme os embates ideológicos dos tempos medievais, “o capital estava fatalmente implicado em mais de um ‘pecado mortal’ e, assim, teria de ser banido como ‘herege’ pelas mais altas autoridades religiosas: o papado e seus sínodos”. Para se tornar a “força dominante do processo sociometabólico”, além de ter que “eliminar a proibição absoluta – e religiosamente santificada – da ‘usura’”, o capital precisava “vencer a batalha em torno da ‘alienabilidade da terra’” que era um “tema de proibição absoluta e religiosamente santificada no sistema feudal”. Sem vencer essa batalha, “a emergência da agricultura capitalista – condição essencial para o triunfo do sistema do capital de modo geral – seria praticamente inconcebível” (MÉSZÁROS, 2009, p. 100-101). Este processo histórico é, de fato, fundamental para entendermos a consolidação do capital industrial (e, conseqüentemente, do capitalismo). No entanto, para compreender a crítica de Marx ao capital industrial, é preciso observar outras caracterizações igualmente fundamentais.

É importante estarmos atentos para o fato de que o trabalho está subordinado realmente ao capital e que a “maquinaria utilizada como capital” não serve para aliviar a labuta do ser humano. Pois “igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho”, no capitalismo, a maquinaria como capital “se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia” (MARX, 1984, p. 7).

Segundo Marx, o “meio característico de trabalho da grande indústria” é composto por “máquina e maquinaria desenvolvidas sistematicamente” (MARX, 1984, p. 18). E “como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza”. Se considerarmos o período em que a produção está baseada na manufatura, “a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um

organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material” (MARX, 1984, p. 17).

Neste sentido, em relação à ferramenta de trabalho, “em vez de trabalhar com a ferramenta manual, o capital põe o operário a trabalhar agora com uma máquina, que conduz por si mesma suas ferramentas”. E, além disso, “a grande indústria tem de aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho mediante a incorporação de monstruosas forças da Natureza e das ciências naturais ao processo de produção” (MARX, 1984, p. 17-18). Desta maneira, “na maquinaria se autonomizam o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho em face do operário”. Para Marx, este movimento e atividade operativa do meio de trabalho “torna-se em si e para si um *perpetuum mobile* industrial, que iria produzir ininterruptamente caso não se chocasse com certas limitações naturais em seus auxiliares humanos: sua fraqueza corpórea e sua vontade própria” (MARX, 1984, p. 29).

Temos que nos atentar sempre para a prerrogativa de que os “meios de produção” são uma forma de existência “que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho” (MARX, 1983, 171). Ou seja, como mencionamos, na concepção de Marx, os meios de produção são uma parte componente do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho é o “fator objetivo” e, do ponto de vista do processo de valorização, Marx caracteriza-o como “capital constante” (MARX, 1983, p. 171).

Em comparação com a produção manufatureira, “da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial”. Neste sentido, “abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial”. E, assim, Marx argumenta que não só diminuem os “custos necessários para sua própria reprodução de modo significativo, mas, ao mesmo tempo, completa-se sua irremediável dependência da fábrica como um todo e, portanto, do capitalista” (MARX, 1984, p. 43).

Desta maneira, “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina”. Na manufatura, o “movimento do meio de trabalho” parte do trabalhador. Na fábrica, “ele precisa acompanhar o movimento”. Na “manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX, 1984, p. 43). Na concepção de Marx,

enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e

espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria (MARX, 1984, p. 43-44).

Ao destruir as antigas relações de produção feudais, e substituir o “camponês” pelo “trabalhador assalariado” no campo, para Marx, significa que “tanto na agricultura quanto na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece, ao mesmo tempo, como martirológico dos produtores”. Portanto, “o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração, pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomia individuais” (MARX, 1984, p. 102).

Na concepção de Marx, “o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho”. Este é um processo que “transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados”. Conseqüentemente, para Marx, “a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984, p. 262).

Através do monstruoso processo de constituição do sistema do capital, que Marx descreve no capítulo da *Assim chamada acumulação primitiva*¹⁷, desatou-se “as ‘eternas leis naturais’ do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e condições de trabalho”. Assim, estas “eternas leis naturais” foram desatadas “para converter, em um dos polos, os meios sociais de produção e subsistência em capital e, no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em ‘pobres laboriosos’ livres, essa obra de arte da história moderna” (MARX, 1984, p. 292). Neste sentido, os meios de produção e de subsistência “tornam-se capital apenas sob condições em que servem ao mesmo tempo como meios de exploração e dominação do trabalho” (MARX, 1984, p. 296). Portanto, “os fusos e teares e a matéria-prima, de meios de existência independente para fiandeiros e

¹⁷ A assim chamada Acumulação Primitiva. Capítulo 24 d’ *O Capital*, Livro I, tomo II.

tecelões, transformam-se, de agora em diante, em meios de comandá-los e de extrair deles trabalho não pago” (MARX, 1984, p. 283).

Pensamos que, para entender o capitalismo, é fundamental analisar o processo histórico de constituição deste sistema a partir da crise das relações feudais de produção, como, por exemplo, a mudança na relação com a terra, contribuindo para aguçá-la e para consolidar novas relações de produção. Uma das modificações bastante significativas, em comparação às relações tipicamente feudais de produção, foi o fato de a terra poder ser comprada e vendida. De fato, no momento histórico de crise do sistema feudal de produção, a entrada em cena da terra como uma *mercadoria* desempenha um papel muito importante para o sistema do capital.

No entanto, a crítica de Marx mesmo às relações capitalistas não pode ser entendida em toda a sua profundidade e complexidade se desconsiderarmos as caracterizações que abordamos acima. Pensamos que a consideração da transformação das condições objetivas de produção em *mercadoria* precisa ser complementada com todas estas contradições da vida dos produtores. Em relação ao nosso tema especificamente, a argumentação de Marx pode trazer grandes contribuições para pensar a experiência soviética, também a respeito desta temática.

Será que os estudos de Marx conteriam mesmo apenas uma validade para o *capitalismo*? Como a teoria marxista deveria lidar com a situação histórica em que as condições objetivas de trabalho não são mais *mercadorias*, mas o processo de trabalho baseado na maquinaria ainda exigir objetivamente que o trabalhador precise “acompanhar o movimento” da máquina e servir à máquina – ao invés da máquina servir a ele? Na fábrica, continuaria existindo, para os trabalhadores, “um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX, 1984, p. 43).

Qual seria o sentido de uma teoria emancipatória que perder de vista elementos tão fundamentais das condições objetivas de trabalho? Apesar de uma alteração da “produção capitalista”, se as condições de trabalho “usam o trabalhador”, e o meio de trabalho é um “autômato”, não estaríamos diante da situação em que “o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva”? A partir destas condições objetivas de produção, com base “na grande indústria erguida sobre base da maquinaria”, se continuar existindo uma “separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual”, acreditamos que veremos, então, “a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho” (MARX, 1984, p. 43-44).

Lembremos, portanto, que um dos elementos fundamentais da *acumulação* primitiva não é exatamente os capitalistas privados terem *acumulado grandeza monetária*. Para Marx, fundamentalmente, “a assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o *processo histórico de separação* entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984, p. 262, grifos nossos). Assim, a ênfase da crítica de Marx neste ponto é que as “eternas leis naturais” do capital foram desatadas “para completar o processo de *separação* entre trabalhadores e condições de trabalho” (MARX, 1984, p. 292, grifos nossos).

Então, apesar de as condições objetivas de trabalho porventura não serem mais *mercadorias*, mas todas estas determinações complexas *continuarem*, fazendo com que os meios de produção e subsistência sirvam “ao mesmo tempo como meios de exploração e dominação do trabalho” com base na maquinaria, estaríamos, assim, diante ainda da caracterização de Marx de que estes meios de produção e de subsistência “tornam-se capital” (MARX, 1984, p. 283). Ou seja, os meios de produção continuariam a ser uma parte componente do capital, considerados como “fator objetivo” (MARX, 1983, p. 171) do processo de trabalho. Continuariam sendo uma *forma de existência do capital* que continuam a ser meios de comandar os trabalhadores e de “extrair deles trabalho não pago” (MARX, 1984, p. 283).

Por fim, no próximo ponto, abordamos diretamente a concepção de capital de Marx, como último ponto da reflexão sobre a validade de suas investigações para analisar a experiência soviética.

2.5. A concepção de capital de Marx

Como vimos, na concepção de Marx, o próprio valor em contínuo processo de autoexpansão *é capital*¹⁸. Em relação propriamente ao capital industrial, vimos que o capital

¹⁸ “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1983, p. 128). Em outra passagem d’*O Capital*, vemos: “As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no final do movimento. Na circulação D – M – D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua

originário se divide em duas partes: meios de produção e força de trabalho. Para Marx, os meios e instrumentos de trabalho também são uma forma da existência do capital¹⁹. De igual maneira, este capital originário precisa se transmutar em força de trabalho, em atividade, para que este processo se realize, assim, Marx também a considera, nesta determinação, uma forma de existência do capital²⁰. E, como vimos, sob estas condições específicas, a força produtiva do trabalho é a força produtiva do capital.

Constituído como um processo de expropriação do trabalho alheio, não é possível que esta reprodução opere continuamente sem que haja uma classe de indivíduos que introjete em suas subjetividades as necessidades objetivas do próprio sistema do capital, e, como personificações, se encarreguem de garantir sua produtividade necessária – ou seja, sem que haja a ação cotidiana do próprio capital personificado²¹.

Conseqüentemente, o produto, que é resultado desse processo alienado de produção, se afasta do trabalhador, pois este produto criado por sua força de trabalho é uma forma de existência do capital²². Além disso, vimos que, na concepção de Marx, olhando sob a

própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor por que ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro” (MARX, 1983, p. 130). “O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital” (MARX, 1983, p. 131). “O valor originalmente adotado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1983, p. 128).

¹⁹ “Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro, são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho (MARX, 1983, p. 171). “maquinaria utilizada como capital” (MARX, 1984, p. 7).

²⁰ “As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável (MARX, 1983, p. 171). “Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital” (MARX, 1983, p. 264).

²¹ “O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é a sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (MARX, 1983, p. 129). “Como capitalista, ele é capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho” (MARX, 1983, p. 189). “Uma pessoa só encarna a personagem econômico do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 1984, p. 153).

²² “O processo de produção é iniciado com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse início se renova constantemente, tão logo o prazo de venda do trabalho esteja vencido, tendo decorrido determinado período de produção, semana, mês, etc. O trabalhador, porém, só é pago depois de sua força de trabalho ter se efetivado e realizado tanto seu próprio valor como a mais-valia, em mercadorias. Ele produziu, dessa forma, tanto a mais-valia, que consideramos por enquanto apenas como fundo de consumo do capitalista, quanto o fundo de seu próprio pagamento, o capital variável, antes que este retorne a ele sob a forma de salário, e ele só fica ocupado enquanto não deixa de reproduzi-lo. Daí provém a fórmula dos economistas, mencionada no capítulo XVI, II, que representa o salário como participação no próprio produto. *É uma parte do produto reproduzido continuamente pelo próprio trabalhador, que reflui constantemente para ele na forma de salário. O*

perspectiva da reprodução geral do capital, a própria reprodução do trabalhador aparece como um momento da reprodução do capital²³, o seu consumo individual aparece como um momento da reprodução do capital. Sem esquecermos que capital *também* é capital constante, condições objetivas de produção, que capital “é trabalho morto” e, tal como os vampiros, reanima-se chupando trabalho vivo²⁴, chega-se à conclusão, portanto, que todos os momentos deste processo de trabalho são “capital”, que a produção em geral é capital²⁵.

Esta conclusão de que *todos os momentos do processo são capital* não deve causar estranheza, pois o capital, na concepção marxiana é, de fato, uma *relação social de produção*. Nas palavras do próprio Marx: “capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (MARX, 1984, p. 296). Marx argumenta que “o capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção” (MARX, 1984, p. 296)²⁶. Nas *Formen*, vemos que

capitalista paga-lhe, contudo, o valor das mercadorias em dinheiro. Mas o dinheiro não é nada mais que a forma transformada do produto do trabalho. Enquanto o trabalhador transforma parte dos meios de produção em produto, retransforma-se parte de seu produto anterior em dinheiro. *É com seu trabalho da semana anterior ou do último meio ano que seu trabalho de hoje ou do próximo meio ano será pago*. A ilusão, gerada pela *forma monetária*, desaparece imediatamente tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, *sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela*. Esses títulos, o trabalhador os restitui, do mesmo modo constante, à classe capitalista e retira-lhe, com isso, aquela parte de seu produto que é atribuída a ele. *A forma mercadoria do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação*. O capital variável, portanto, é apenas uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou fundo de trabalho, de que o trabalhador necessita para sua própria manutenção e reprodução e que em todos os sistemas de produção social ele mesmo sempre tem de produzir e reproduzir. O fundo de trabalho só flui constantemente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, porque *seu próprio produto afasta-se constantemente dele sob a forma de capital*” (MARX, 1984, p. 154, grifos nossos).

²³ “o trabalhador é com frequência forçado a fazer de seu consumo individual mero incidente do processo de produção. Nesse caso, ele se abastece de meios de subsistência a fim de manter sua força de trabalho em andamento, como se abastece de água e carvão a máquina a vapor e de óleo a roda” (MARX, 1984, p. 157). “Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital, quer ocorra dentro, quer fora da oficina, da fábrica, etc., quer dentro quer fora do processo de trabalho, exatamente como a limpeza da máquina, se esta ocorre durante o processo de trabalho ou durante determinadas pausas do mesmo” (MARX, 1984, p. 157).

²⁴ “Capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa” (MARX, 1983, p. 189).

²⁵ Capital “não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 711). “O capital é, essencialmente, *o capitalista*, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral é *capital*, como um elemento na existência do capitalista, bem distinto dele” (MARX, 2011, p. 111).

²⁶ Nota 256 de Marx: “Um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se um escravo. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é

Dificuldades que não surgiram na análise conceitual do dinheiro surgem na do capital. O capital é, essencialmente, *o capitalista*, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral é *capital*, como um elemento na existência do capitalista. Bem distinto dele. Assim, descobriremos mais tarde que no termo *capital* há muita coisa incluída que aparentemente, não pertence ao conceito. Ex.: o capital é emprestado, é acumulado, etc. Em todas estas relações ele figura como um mero objeto e parece coincidir inteiramente com a matéria que o constitui. Entretanto, análise mais aprofundada esclarecerá este e outros problemas. [...] O dinheiro sempre mantém a mesma forma no mesmo substrato e é, portanto, mais facilmente concebido como um objeto. Mas a mesma coisa, mercadoria, dinheiro, etc., pode representar capital ou receita, etc. Por isto é claro, até para os economistas, que o dinheiro não é tangível, porém que a mesma coisa pode ser incluída ora sob a denominação de capital, ora sob outra denominação e bem contrária, e, de acordo com isso, *é* ou *não é* capital; este é *uma relação e somente pode ser uma relação de produção* (MARX, 2011, p. 111).

Para Marx, a relação-capital nasce sobre um solo econômico que é produto de um longo processo de desenvolvimento, evoluindo, dentro do processo de produção²⁷, “para o comando sobre o trabalho”. E, assim, evoluiu “para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias necessidades vitais”. Além disso, “*como produtor de laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital supera em energia, exorbitamento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores* baseados em trabalho forçado direto”

o preço do açúcar. (...) O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção” (MARX, 1984, p. 296).

²⁷ No pensamento de Marx, vemos a história do capital ser caracterizada a partir de dois momentos distintos. Capital nas formas pré-capitalistas, formas precedentes de capital, formas pretéritas, não-desenvolvidas, ou chamada formas *antidiluvianas*, por um lado, e, por outro lado, o capital que emerge com a consolidação do capitalismo, o capital industrial, sua forma madura, desenvolvida. Uma das diferenças fundamentais que cabe pontuar aqui é que no capital pré-capitalista, em suas formas pretéritas de *capital comercial* e *capital usurário*, não é um modo de produção que domina a sociedade. Pelo contrário. Existe apenas sob as margens de modos de produção pré-capitalistas; por exemplo: em sociedades escravistas e feudais. Os bens eram produzidos de acordo com as relações predominantes do modo de produção existente – e apenas o excedente desta produção era normalmente comercializado. Ao passo que o capital, através de um longo processo histórico, passa a dominar a produção e a exercer seu comando absoluto sobre o processo de trabalho, emerge na história a forma moderna do capital, o capital industrial, que é o elemento dominante da sociedade, e que atinge o patamar de sistema global. Segundo Marx, “Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa” (MARX, 1983, p. 75). Em uma “mera alusão a formas híbridas, em que a mais-valia não é extraída do produtor por coação direta nem sucedeu a subordinação formal deste ao capital”, Marx argumenta que “O capital ainda não se apoderou aqui diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores autônomos que exercem seus ofícios ou lavram a terra de modo tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário ou o capital comercial, que os suga parasitariamente. A predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista, para o qual, por outro lado, como nos fins da Idade Média, pode constituir a transição” (MARX, 1984, p. 106). Na concepção de Marx, “A pureza (determinidade abstrata) com que aparecem no mundo antigo os povos comerciantes – fenícios, cartagineses – é dada pela própria predominância dos povos agricultores. O capital, enquanto capital comercial ou capital de dinheiro, aparece precisamente sob essa forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e judeus ocupam a mesma situação diante das sociedades medievais que praticam a agricultura” (MARX, 1982, p. 19).

(MARX, 1983, p. 244, grifos nossos). Marx compreende, portanto, como vimos, que este “comando do capital”, como um “comando supremo na indústria”, é um atributo que surge das relações que emergem das condições objetivas do modo como a riqueza é produzida, tal “como no tempo feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária” (MARX, 1983, p. 264).

Consequentemente, sendo uma *relação-social* historicamente específica de realização do processo de trabalho, todos os momentos deste processo precisam aparecer como *formas de existência* do capital, uma vez que todos eles estão determinados por esta relação, para que ele possa se reproduzir de acordo com sua própria natureza inerentemente antagônica e contraditória, que a tudo engloba. Assim, para este autor, não faz sentido entender o “capital” como *apenas* “‘riqueza acumulada’ (mais-valia ou renda transformada) ‘que é empregada de novo para a produção de mais-valia’”, como argumentam Malthus e Jones²⁸. Ou entender “todo capital existente” como “juro acumulado ou capitalizado”, como aparece no *Economist*²⁹ (MARX, 1984, p. 169).

Capital, na concepção de Marx, é uma “uma relação social de produção”. E, enquanto uma “relação histórica de produção” (MARX, 1984, p. 296), que desenvolve o processo de trabalho a partir da sua natureza imanente, exerce um comando absoluto no processo produtivo. No pensamento deste autor, as determinações de uma época econômica específica são constituídas a partir da maneira como a sociedade realiza o seu processo de trabalho, ou seja, “a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações sócio-econômicas desaparecidas”. Para ele, “não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas” (MARX, 1983, p. 151).

Nesta perspectiva filosófica, a reprodução de uma determinada sociedade é constituída pela sua produção. Assim, “qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir”. No pensamento de Marx, “considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução”. Desta

²⁸ Nota 25 de Marx: “‘Capital é riqueza acumulada, empregada para se obter lucro’. (MALTHUS, *Op. Cit.* [p. 262]). ‘Capital (...) consiste em riqueza economizada da renda e utilizada para a obtenção de lucro’ (JONES, R. *Textbook of Lectures on the Political Economy of Nations*. Hertford, 1852, p. 16)” (MARX, 1984, p. 169).

²⁹ Nota 27 de Marx: “‘Capital, com os juros sobre cada parte do capital poupado, apodera-se de tudo a tal ponto, que toda a riqueza do mundo da qual renda é obtida já se transformou há muito tempo em juros de capital’ (Londres, *Economist* de 19 de julho de 1851)” (MARX, 1984, p. 169).

maneira, “as condições da produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução”. Portanto, “se a produção tem forma capitalista, então terá a reprodução” (MARX, 1984, p. 153).

Assim, o “capital” deve ser entendido como um *sistema social de produção e reprodução*. Esta categoria, no pensamento do Marx, deve ser entendida como uma forma de organização da produção e da reprodução da sociedade. O capital, de fato, como mencionamos acima, é um sistema de produção que “como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho”, superou “em energia, exorbitamento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto” (MARX, 1983, p. 244).

Portanto, não faz sentido entender a existência do capital a partir de uma relação jurídica simples com o capitalista privado, em que a mera expropriação destes exploradores fosse grande passo na tarefa da emancipação. Mészáros cita uma passagem dos *Grundrisse* em que Marx sublinha que “a ideia sustentada por alguns socialistas de que *precisamos do capital mas não dos capitalistas* é completamente errada. Está posto, dentro do conceito de capital, que as *condições objetivas* de trabalho – sendo estas seus próprios produtos – assumem uma *personalidade* em relação a ele” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 719). Dessa forma, enquanto as condições objetivas de funcionamento deste *sistema de produção e reprodução social* continuarem em operação, não adianta simplesmente expropriar os capitalistas, pois uma nova forma de comando alienado em relação aos trabalhadores tem de se repor sempre, já que está dentro do conceito de capital que as condições objetivas de trabalho assumem uma personalidade oposta aos trabalhadores.

A partir desta concepção marxiana de capital como uma relação social de produção, e o *sistema do capital* entendido como um sistema específico de produção e reprodução da sociedade, vejamos como Mészáros apropriou-se dela para analisar a experiência soviética.

2.6. A apropriação de Mészáros da concepção de capital de Marx

Para Mészáros, era natural que Marx não tivesse imaginado o tipo de desenvolvimento que iria emergir a partir da experiência soviética e que também acarretaria em sua desintegração. Mészáros argumenta que “à luz da nossa própria experiência histórica, a *autocrítica* da revolução socialista e seu desdobramento real”, nós a “encontramos em Marx apenas como um princípio geral, mencionado brevemente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”. O pensamento de Mészáros é explícito no que concerne a afirmativa de que a

obra elaborada por Marx “não poderia tratar dessa questão vital, já que ele não podia de maneira alguma levar em conta as especificidades históricas nas quais se deram os desconcertantes desenvolvimentos históricos que ao final conduziram à implosão de tipo soviético de sistema pós-capitalista do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 705-706).

Apesar do fato reconhecido de que Marx não poderia antecipar teoricamente as condições históricas em que tal experiência complexa da história da humanidade iria emergir e desabar, nem as condições históricas do século XX “sob as quais um novo tipo de personificação do capital tornou-se agudo”, Mézáros está convencido de que “encontramos em seus escritos algumas advertências a respeito, ainda que nem sempre claramente expressas ou completamente articuladas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 719). Um exemplo importante para este autor é a crítica de Marx à ilusão de construir o socialismo expropriando os capitalistas enquanto se mantém o capital como tal, que

É explícita em muitos lugares de seus escritos, embora o problema não seja examinado na direção em que poderia indicar as formas alternativas viáveis ao domínio do capital e as modalidades correspondentes de personificação, sob circunstâncias históricas muito diferentes. Assim, nos *Grundrisse*, Marx sublinha que “a ideia sustentada por alguns socialistas de que *precisamos do capital mas não dos capitalistas* é completamente errada. Está posto, dentro do conceito de capital, que as *condições objetivas* de trabalho – sendo estas seus próprios produtos – assumem uma *personalidade* em relação a ele” (MÉSZÁROS, 2009, p. 719).

Ainda nos *Grundrisse*, Mézáros toma, em outro contexto, esta ideia. Marx afirma que “o capital em seu ser-para-si é o capitalista. Claro, os socialistas às vezes dizem ‘nós precisamos do capital, mas não dos capitalistas’. (Por exemplo, John Gray, *The Social System*, p. 36, e J. F. Bray, *Labour’s Wrongs*, pp. 157-176)”. Afirmar isto, na concepção de Marx, significava que “então o capital aparece como uma coisa pura, não como uma relação de produção que, refletida em si mesma, é precisamente o capitalista”. Por isso, estava claro para ele que se pode “muito bem separar o capital de um dado indivíduo capitalista, e transferi-lo para outro. Mas, ao perder o capital, ele perde a qualidade de ser capitalista. Portanto, o capital é, de fato, separável de um indivíduo capitalista, mas não *do* capitalista que, como tal, controla o trabalhador” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 720). Ou seja, o capital não é separável do personagem econômico expresso no *capital personificado* que controla o trabalhador (ainda que Marx tivesse em mente o *indivíduo capitalista* como expressão desta personificação).

Podemos ver a ideia de que o sistema do capital exige e determina suas personificações (ainda que expressa no *capitalista*) em outra passagem em que Marx caracteriza o processo autoexpansivo do capital:

A reprodução e a *valorização*, isto é, a *expansão*, dessas *condições objetivas* são simultaneamente sua reprodução e sua nova produção como a riqueza de um sujeito estranho, indiferente à capacidade de trabalho e que a enfrenta independentemente. O reproduzido e novamente produzido, é, não apenas o *ser* dessas condições objetivas do trabalho vivo, mas *seu ser como alheio* ao trabalhador, tal como confronta sua capacidade de trabalho vivo. As condições *objetivas* do trabalho ganham uma existência *subjetiva* contrária à capacidade de trabalho vivo – o capital dá origem ao capitalista (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 723).

A existência do capital, portanto, não está determinada por sua relação simples com um capitalista privado específico, que uma vez expropriado destruiria radicalmente o sistema do capital. Na verdade, ao contrário disso, Mézszáros argumenta que “para evitar que o capital dê origem ao capitalista – ou às suas possíveis formas alteradas sob diferentes condições sócio-históricas – é necessário livrar-se completamente do capital, ou seja, da autoperpetuante relação-capital”. Para ele, “em todo contexto em que trata destes problemas, Marx deixa claro que *a relação causal vai do capital ao capitalista*, e não o contrário” (MÉSZÁROS, 2009, p. 723). De acordo com a ideia emancipatória original, “as mudanças exigidas na produção e na distribuição equivalem à total erradicação do capital, como *comando sobre o trabalho*, do sociometabolismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 722). É por isso que, para o pensador húngaro,

Submeter ao controle social as posses materiais dos capitalistas privados é uma parte relativamente fácil desse empreendimento. Pois “o próprio capitalista apenas mantém o poder como *personificação do capital*”³⁰. Não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução; elas o controlam *em favor do próprio capital*. Por isso, não devem ser concebidas, equivocadamente, como sujeitos do processo sociometabólico “em cujos vários momentos” o capital em si é o *sujeito em comando* real (por mais que perversamente reificado), permanecendo “sempre capital”, mesmo em suas instâncias personificadas (MÉSZÁROS, 2009, p. 723).

Mészáros agarra com grande criatividade teórica a concepção de capital elaborada por Marx. Como, para este último, capital “não é uma simples relação, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital”³¹ (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 711), Mézszáros compreendeu que “o capital deve ser superado na totalidade de suas relações, caso contrário o seu modo de reprodução sociometabólica, que a tudo domina, não poderá ser deslocado mesmo em relação a assuntos de relativamente menor importância” (MÉSZÁROS, 2009, p. 711).

Nesta linha de raciocínio, é preciso enfatizar incisivamente que, para Mézszáros, o “sistema do capital” é um “modo de operação” de “intercâmbio produtivo dos seres humanos

³⁰ Marx, *Economic Works: 1861-1864*, p. 123. Mézszáros cita com itálicos de Marx.

³¹ Marx, *Economic Works: 1861-1864*, p. 258-9. Mézszáros cita com itálicos de Marx.

com a natureza e entre si” (MÉSZÁROS, 2009, p. 96). O capital é “um modo de reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 836). Ou seja, “o modo de reprodução sociometabólico existente” é “totalmente dominado pelo capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 853). Tal como Marx, Mészáros entende o sistema do capital como um sistema social de produção e reprodução social.

Diante desta concepção do capital como um modo de reprodução do metabolismo social, está claro para ele, portanto, que é preciso “entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado, alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador”. Pois, sem compreender este movimento “não há como escapar do círculo vicioso da autorreprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história” (MÉSZÁROS, 2009, p. 708). E toda esta tarefa exige a compreensão de que

O capital é não mais uma *coisa*, do que o dinheiro o é³². No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais de produção definidas entre pessoas* são expressas *como a relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencente a coisas*³³ (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 708).

Diante disto, de acordo com Mészáros, a “condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*”. Esta é uma “*condição absoluta*”: exercer um “comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém”, que “deve existir sempre” – “sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis”. Isto quer dizer, na concepção do pensador húngaro, que – como resultado da sua apropriação criativa, à luz das novidades históricas que emergiram com a experiência soviética – “naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes” (MÉSZÁROS, 2009, p. 710) em relação ao *comando capitalista*. Contanto que elas continuem mantendo em operação este comando objetivado e alienado sobre o trabalho. Portanto, está claro para Mészáros que

Enquanto o capital, sob qualquer forma, mantiver seu poder regulador substantivo sobre o sociometabolismo, a necessidade de encontrar uma forma de personificação

³² Nesta frase fizemos uma tradução livre do original. Em português, nesta frase, lemos: “o capital é apenas uma *coisa*, tal como o dinheiro o é” (MÉSZÁROS, 2009, p. 708). Exatamente o oposto de toda a concepção de capital de Marx, inclusive o oposto da continuação do trecho citado. No original, temos: “*capital is no more a thing than the money is*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 607).

³³ Marx, *Economic Works: 1861-1864*, p. 413. Mészáros cita com itálicos de Marx.

do capital adequada às circunstâncias permanece inseparável dele. O capital como tal é inerente ao princípio de estruturação conflitante herdado que opera no processo de trabalho. Se, no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista – que prevê o controle da reprodução sociometabólica por meio das autodeterminações autônomas dos produtores associados –, este princípio estruturador não for radicalmente superado, o capital há certamente de reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação necessárias para manter o trabalho sob o controle de uma “vontade alheia”. Em qualquer de suas variedades viáveis apropriadas às circunstâncias, essa ‘vontade alheia’ se torna absolutamente insubstituível na operação de um *sistema conflitante*, quando o comando do trabalho é objetivamente alienado do trabalho. Sem as suas novas personificações, o capital não poderia continuar a cumprir suas funções reprodutivas por tanto tempo sustentadas e profundamente engastadas. Sem elas, e na ausência de uma alternativa efetiva e total, controlada pelo próprio trabalho, que poderia desafiar de todos os modos o controle totalizante do capital, estaria comprometido todo o sociometabolismo (MÉSZÁROS, 2009, p. 719).

Em sua argumentação vemos que “o capital em seu ser-para-si é a *personificação necessária do capital* que, dependendo das circunstâncias históricas específicas, pode ou não ser o proprietário capitalista privado dos meios de produção”. De acordo com a análise que fez do contexto histórico do capital do século 20, Mészáros compreende que “o que decide a questão é a relação-capital na qual o controlador do trabalhador enfrenta e domina o trabalhador” (MÉSZÁROS, 2009, p. 720). Em sua obra *Para Além do Capital*, portanto, Mészáros aponta quatro condições que são necessárias em todas as formas concebíveis de relação-capital desenvolvida, para além do *capitalismo* – para além das condições objetivas do processo de trabalho serem mercadorias; para além de o comando sobre os produtores e o processo de trabalho ser tipicamente capitalista (em qualquer de suas fases de desenvolvimento próprio); para além da personificação do capital exclusivamente como *capitalista*; e para além da personificação do trabalho apenas como *trabalhador assalariado*. São elas:

- (1) a *separação* e a *alienação* das condições *objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho.
- (2) a *imposição* de tais condições *objetivadas* e *alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*;
- (3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *auto-expansão*, como uma *vontade* própria (sem a qual não poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo); uma vontade, não no sentido do “capricho individual”, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si; [...] e
- (4) a equivalente *personificação do trabalho* (isto é, a personificação dos trabalhadores como “trabalho”[...]), confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias” (MÉSZÁROS, 2009, p. 720-721).

Para este autor, “essas quatro condições básicas são constitutivas do ‘sistema orgânico’ do capital e compatíveis com todos os tipos de transformações parciais sem que isso

altere sua substância”. Isto significa que “o capital pode, portanto, mudar prontamente a *forma do seu domínio* enquanto estas quatro condições básicas não forem radicalmente superadas pela formação de um *sistema orgânico* alternativo, genuinamente socialista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 721). Esta forma de domínio pode ser diferente do sistema capitalista se as circunstâncias históricas que foram modificadas assim o exigirem. Na concepção de Mézáros,

As características essenciais que definem todas as possíveis formas do sistema do capital são: *a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação* – “valor sustentando-se a si mesmo” (Marx) – e *para a contínua reprodução ampliada de riqueza acumulada*. As formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema (MÉSZÁROS, 2009, p. 781).

Tendo isto em mente, em sua compreensão, “o domínio do capital e suas personificações – como subjetividade específica-do-sistema no comando sobre o trabalho – mantêm-se e caem juntos”. É por isso que “a mudança de época requerida para se mover para além do capital está relacionada à questão do controle e à radical superação, pelos próprios produtores livremente associados, do sistema alienado de comando sobre o trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 934). Não apenas destruir *o sistema capitalista* de comando alienado sobre o trabalho.

Neste sentido, para este pensador, o “problema real da relação sujeito-objeto que confronta o trabalho” ao invés de limitar-se a *destruir o capitalismo* “é a tarefa prática tangível de remover a contradição paralisante por meio da qual o sujeito real da produção é tratado pelo capital como objeto degradado do processo de reprodução societal”; e, além disso, tratado como “‘acessório isolado vivo’ da maquinaria produtiva do capital no presente estágio do desenvolvimento histórico”. Pois, repetimos a concepção de Mézáros de que “o capital é a objetivação alienada do trabalho convertida no poder controlador e ‘sujeito dominante’ do processo de trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 716-717). Indo no sentido contrário desta perspectiva,

A ordem pós-revolucionária de tipo soviético, funcionando dentro dos parâmetros estruturais do sistema do capital, não faz qualquer tentativa de alterar fundamentalmente a estrutura hierárquica de comando de *dominação do trabalho* que herdou. Em vez de entrar na difícil estrada da instituição de um processo socialista de trabalho – dentro de uma estrutura de *temporalidade aberta* que liga o presente a um futuro de verdade que já se abre à frente – pela criação das condições de uma *autogestão* significativa, ela reage à grave crise da Primeira Guerra Mundial e suas dolorosas consequências apenas mudando o *pessoal no comando* – e até isso

de maneira absolutamente incompatível. Modifica os direitos legais hereditários – direitos automáticos de propriedade – do pessoal dominante, mas deixa os novos tipos de personificação do capital no controle autoritário do processo herdado de trabalho hierárquico. No entanto, ao fazê-lo, permite que algumas determinações fundamentais do velho controle sociometabólico permaneçam em vigor, das quais, no devido tempo, também pode emergir a exigência de restauração do direito legal à propriedade, como realmente aconteceu na “perestroika” de Gorbachev (MÉSZÁROS, 2009, p. 178).

No pensamento de Mézáros, “a questão de se ir *para além do capital* depende da capacidade ou incapacidade de os produtores associados criarem um novo ‘sistema orgânico’”. Isto significa um sistema “genuinamente socialista e sustentável: uma totalidade social coerente que não apenas quebre o círculo vicioso da totalidade orgânica auto-sustentada do capital, mas que também coloque em seu lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto”. O que ele chama de “tragédia das sociedades pós-capitalistas de tipo soviético” tem a ver exatamente com isto, pois a tragédia desta experiência “foi o fracasso na realização dessa difícil tarefa histórica, na medida em que seguiram a ‘linha de menor resistência’ – ao propor o socialismo sem radicalmente superar os *pressupostos materiais* do sistema do capital”. De acordo com a análise do pensador húngaro, os “constituintes da ‘totalidade orgânica’ anteriormente estabelecida” do sistema do capital tem um “poder restaurador ativo”. Por isso, “elementos que não foram objeto de mudanças, a adoção da ‘linha de menor resistência’ faz com que se caia de volta, mais cedo ou mais tarde, nas determinações reprodutivas do ‘sistema orgânico’ objetivamente constituído que se está tentando deixar para trás”, como demonstrou a experiência soviética. Desta maneira, está claro para este filósofo que “marginalizar os capitalistas privados como o tipo antigo de personificação do capital está muito longe de assegurar o sucesso da revolução socialista³⁴” (MÉSZÁROS, 2009, p. 726).

Assim, podemos dizer que, no pensamento de Mézáros, o *comando capitalista* foi destruído pela Revolução de Outubro de 1917, mas o *comando do capital* se repôs sob forma metamorfoseada, uma vez que um dos limites da experiência foi ter apenas *mudado o pessoal de comando*.

Além disso, se tivermos em mente o fundamento de Marx de compreender o sistema do capital como “sistema orgânico”, os outros componentes que estruturam este “sistema

³⁴ Está muito longe, porque “esta revolução não pode significar tão-somente um ato político desesperado, mas uma ‘revolução social’ constantemente renovada (ou ‘revolução permanente’) dos produtores associados que deve ‘subordinar todos os elementos da sociedade a ela’”. Além disso, “ao mesmo tempo deve criar, a partir do sistema orgânico herdado mas progressivamente reestruturado, ‘os órgãos de que ainda carece’ – para ser capaz de se tornar seu próprio tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica e irreversível”. Deve construir um “novo sistema orgânico irreversível para o passado retrógrado, mas criativamente aberto para com o futuro”. Para Mézáros, “este é o significado vital da distinção marxiana – explícita ou implícita – entre *capital* e *capitalismo* para o presente e para o futuro”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 726).

orgânico” também se repuseram, ainda que de forma igualmente metamorfoseada. Pois se, por um lado, o capital é quem dá origem ao capitalista, entendido como uma relação social de produção, um processo em que todos os seus momentos são capital, por outro lado, devemos lembrar que os trabalhadores também são, nesta relação, reduzidos a “personificações”.

É o que indica a questão do fetichismo mistificador e a “simultânea personificação no centro da relação-capital”. Mészáros argumenta que “Marx cita com aprovação a primeira caracterização do jovem Engels da personificação do capital e também do trabalho como inseparáveis da determinação mútua da relação-capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 718). A frase de Engels é a seguinte: “a relação do industrial com os seus operários é ... puramente econômica. O industrial é ‘Capital’, o operário, ‘Trabalho’” (ENGELS *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 718).

O conceito de *personificação* não deve ser entendido apenas referente ao *pessoal de controle*. Para Mészáros, na “relação-capital” entre capital e trabalho, há uma “simultânea personificação” (MÉSZÁROS, 2009, p. 717). Portanto, o trabalhador, nesta forma de produção da riqueza, também existe enquanto uma *personificação*. São, assim, “personificações particulares do capital ou do trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 205). Esta ideia aparece no pensamento de Marx quando argumenta que, no processo de produção, “o dono dos bens se torna um capitalista, *capital personificado*, e o trabalhador, *mera personificação do trabalho para o capital*” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 205). Por isso, Mészáros alerta que “não deveríamos nos esquecer de que o trabalho, em sua imediatez, incluindo sua confrontação direta com o capital, assume necessariamente a forma de consciência como ‘personificação do trabalho’” e, enquanto “personificação do trabalho”, “entra em conflito com a ‘personificação do capital’, limitando-se aos objetivos que podem ser contidos pelos parâmetros estruturais do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 943).

Consequentemente, para o pensador húngaro, “a alienada ‘personificação recíproca’, característica do modo de o capital controlar o sociometabolismo em todas as suas formas historicamente conhecidas e possíveis” é determinada pela “*necessária alienação do controle* de todos os aspectos do processo de reprodução societária – inclusive o controle da maquinaria produtiva e da pesquisa científica – do trabalho social dentro da estrutura do ‘sistema orgânico’ do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 725).

A teoria desenvolvida por Marx teria alguma utilidade emancipatória do gênero humano se significasse a construção de uma sociedade que *destrói o sistema capitalista*, mas preserva a contradição antagônica entre produtor e explorador do trabalho? Um sistema no

qual o trabalhador existe como acessório isolado vivo de uma maquinaria de produção avançada que objetiva a ideia científica e é de fato a coordenadora do processo? Que o comando do seu trabalho é imposto por uma “vontade alheia”, um poder separado dos produtores? Que *destrói o sistema capitalista*, mas preserva a *essência do sistema do capital* – crítica constante de seus trabalhos? Mészáros insiste que

em várias ocasiões, argumentei, mas não realcei suficientemente, que o objeto da crítica de Marx não era o *capitalismo*, mas o *capital*. Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da *produção capitalista*, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à “*produção do capital*”. Ou seja, livrar a humanidade das condições desumanizadoras sob as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa-de-força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema. Ele tratou, com sarcasmo, todos aqueles que queriam “reformular” o sistema existente de *distribuição*, enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de *produção* do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 721).

Como mencionamos, para Mészáros, o “capital é a objetivação alienada do trabalho convertida no poder controlador e ‘sujeito dominante’ do processo de trabalho”, repetimos que para resolver o “problema real da relação sujeito-objeto que confronta o trabalho” devemos realizar a “tarefa prática tangível de remover a contradição paralisante por meio da qual o sujeito real da produção é tratado pelo capital como objeto degradado do processo de reprodução societal”. Uma contradição da relação de produção em que o trabalhador é um “acessório isolado vivo’ da maquinaria produtiva do capital no presente estágio do desenvolvimento histórico (MÉSZÁROS, 2009, p. 716-717). Não simplesmente a contradição de o indivíduo ser um trabalhador *assalariado*. Na concepção de Mészáros,

Marx escreveu *O Capital* a serviço do rompimento do domínio do *capital*, não apenas do capitalismo. No entanto, estranhamente, é sobre a avaliação desta mais íntima natureza do seu projeto que os desentendimentos são maiores e mais danosos. O título do livro I de *O capital* foi traduzido pela primeira vez para o inglês, sob a supervisão de Engels, como “Uma análise crítica da produção capitalista”, enquanto o original é “O processo de produção do capital” (*Der Produktionsprozess des Kapitals*), o que é algo radicalmente diferente. O projeto de Marx se ocupa das condições de produção e reprodução do *capital em si* – de sua gênese e sua expansão, assim como das condições inerentes que prenunciam a sua supressão por meio de um “longo e doloroso processo de desenvolvimento” –, enquanto a mal traduzida versão fala apenas de uma dada *fase* da produção do capital, confundindo problemáticamente os conceitos de “produção capitalista” e “produção do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1028-1029).

Então, entendemos que o pensamento desenvolvido por Marx é fundamental para compreender a experiência soviética, considerando os princípios mencionados de

“modificação significativa” e “apropriação criativa”, mencionados no início do capítulo. De acordo com o próprio pensador húngaro, algo que ajuda a “esclarecer os erros e constitui importante alerta para o futuro” é a “forma pela qual Marx caracterizou a ordem plenamente desenvolvida de capital como ‘sistema orgânico’ que deverá ser superado como um *sistema orgânico*”, pois o não entendimento de que o sistema do capital é um *sistema orgânico*, dificulta a apreensão teórica de que as partes constituintes deste sistema de reprodução social “sustentam-se reciprocamente, ao invés de limitar a mudança apenas à sua dimensão jurídica, enquanto mantém intacta em seus muitos aspectos a relação-capital herdada” (MÉSZÁROS, 2009, p. 705-706).

A Revolução Russa de 1917, de fato, abalou a existência de vários pilares da estrutura de sociedade *capitalista*. Como veremos no próximo capítulo, para Mézszáros, o Partido Bolchevique toma o poder do Estado; os burgueses são expropriados, seu comando capitalista foi expurgado das fábricas; as empresas e as terras foram expropriadas; o indivíduo trabalhador não se relacionava com o processo de trabalho através de uma relação contratual de compra e venda da sua força de trabalho, ele não é mais mercadoria³⁵. Mas é impossível esconder o fato frustrante de que esta experiência desembocou em um sistema social profundamente desigual entre os trabalhadores e os dirigentes do Partido³⁶ e que implodiu diante dos trabalhadores sem revolta³⁷.

³⁵ “Fora as relações comerciais com o Ocidente capitalista ao longo das décadas pós-revolucionárias, algum tipo de ‘quase-mercado interno’ existiu na União Soviética, na forma da ‘circulação de mercadorias’, pela qual a força de trabalho era ‘compensada pelo esforço despendido no processo de produção’, de acordo com o último texto de Stalin sobre economia política. Contudo, isto estava muito distante de constituir realmente um mercado de trabalho. A característica definidora do mercado de trabalho é que as partes envolvidas na relação de troca não são simplesmente os ‘compradores e os vendedores’ que poderiam, a princípio, alternar as suas posições e papéis, sendo às vezes compradores e outras vezes vendedores. Pelo contrário, elas são *personificações particulares* da relação-capital *estruturalmente enraizada* mas necessariamente particularizada – isto é, *personificações particulares* tanto do capital como do trabalho – que entram em uma relação contratual recíproca de transação comercial. Não havia nada comparável a isto no sistema do capital de tipo soviético”, como veremos um pouco melhor no próximo capítulo (MÉSZÁROS, 2009, p. 779-780).

³⁶ Segundo o testemunho de Victor Serge, no seu *Memórias de um revolucionário*, na parte 3 do livro intitulada “O desânimo e o entusiasmo 1919-1920”: “Moscou, suas antigas arquiteturas italianas e bizantinas, suas incontáveis igrejas, suas nevadas, seu formigueiro humano, suas grandes administrações, seus mercados semiclandestinos ocupando imensas praças. Moscou parecia viver um pouco melhor do que Petrogrado, amontoando comitês sobre conselhos e direções sobre comissões. Tive de imediato a pior impressão deste aparelho que me pareceu funcionar, em grande medida, no vazio, perdendo três quartos do seu tempo em deliberações sobre projetos irrealizáveis. Ele já alimentava, na miséria geral, uma multidão de funcionários mais azafamados do que ocupados. Encontravam-se nos escritórios dos comissariados senhores elegantes, lindas datilógrafas perfeitamente empoadas, uniformes bem-talhados sobrecarregados de insígnias, e toda essa bela gente, *em contraste com a plebe faminta da rua*, pela menor coisa enviava as pessoas de escritório em escritório, sem o menor resultado. Vi homens que pertenciam aos meios dirigentes reduzidos a telefonar para Lenin visando conseguir uma passagem de trem ou um quarto de hotel, isto é, na Casa dos Sovietes. O secretariado do Comitê Central me deu os boletos de alojamento, mas não consegui o alojamento, pois além do mais era preciso *ser iniciado nas tramoias*” (SERGE, 1987, p. 94, grifos nossos). Em outro trecho intrigante, Serge afirma: “Altos funcionários, fomos instalados no Hotel Astória, primeira residência dos Sovietes, onde moravam os militantes *com maiores responsabilidades no partido*, sob a proteção das metralhadoras no andar térreo. Comprei no

Segundo Mészáros, o trabalhador, na experiência soviética, continuou *separado e alienado* das *condições objetivas* do processo de trabalho; além disso, tais condições *objetivadas e alienadas* continuaram *impostas* sobre os trabalhadores como um *poder separado* que exerce *comando sobre o trabalho*³⁸. Assim, diante da *mudança no pessoal de comando*, e a metamorfose da *personificação do capital*, do outro lado da relação, o indivíduo trabalhador continuou uma “equivalente *personificação do trabalho*”. Isto é, “a personificação dos trabalhadores como ‘trabalho’” que é “destinado a entrar numa relação de dependência” com o capital do “tipo historicamente prevalecente”. Isso quer dizer que a identidade do sujeito deste “trabalho” continuou confinada “às suas funções produtivas fragmentárias”. Características que pertencem tanto ao “trabalhador assalariado sob o capitalismo” quanto ao “‘trabalhador socialista’ cumpridor e supercumpridor de normas sob o sistema do capital pós-capitalista, com sua forma própria de divisão horizontal e vertical do trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 721).

Por este motivo, na concepção de Mészáros, a “*autocrítica* da revolução socialista e seu desdobramento real” devem ser “parte integrante da compreensão da realidade contraditória do capital também em suas variedades pós-capitalistas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 706). Aprofundando e revendo constantemente os pontos principais que se relacionam com esta autocrítica, de acordo com uma regra fundamental do método de Marx.

Como conclusão, podemos dizer que, na concepção de Mészáros, a personificação do capital e o comando sobre o trabalho pode ou não ser expresso pelo capitalista privado; os meios de trabalho, instrumentos e as condições de trabalho, podem ou não ser mercadorias; a personificação do trabalho ao capital pode ou não ser o trabalhador assalariado, e o sistema em questão ainda pode ser estruturado de acordo com os parâmetros essenciais do *sistema do*

mercado negro uma jaqueta forrada de cavalaria; retirados os piolhos, ela me deu uma boa aparência. Na antiga embaixada da Áustria-Hungria, encontramos bons uniformes de oficiais habsbúrgicos, de tecido fino, para alguns camaradas do nosso novo pessoal. Éramos grandes privilegiados, embora a burguesia privada de suas posses e agora entregue a todas as especulações imagináveis, vivesse muito melhor do que nós. À mesa do Executivo da Comuna do Norte, encontrávamos todos os dias uma sopa gorda e, frequentemente, uma ração de carne de cavalo ligeiramente estragada, mas succulenta. Os habitantes eram Zinoviev, Ievdokimov, do CC, Zorin, do Comitê de Petrogrado, Bakaev, presidente da Tcheka, às vezes Ieliena Stassova, secretária do Comitê Central, às vezes Stalin, quase desconhecido nessa época. Zinoviev ocupava um apartamento no primeiro andar do Astória; *privilégio inaudito*, esse *hotel dos ditadores* era mais ou menos aquecido, bem iluminado durante a noite, visto que o trabalho nunca parava, formando assim uma enorme nave de luz acima das praças negras” (SERGE, 1987, p. 99).

³⁷ Conferir *Por que não há revolta? A classe trabalhadora russa e o movimento operário*. Abrindo o artigo publicado em 2001, Mandel nos intriga: “Por que não há revolta? A comunidade simpática aos trabalhadores russos naturalmente faz essa pergunta quando se confronta com o empobrecimento, o desemprego em massa, os salários não pagos, o desmantelamento de programas sociais, a pilhagem da riqueza nacional, a destruição do potencial humano e econômico do país e com um governo ilegítimo que tem desprezado a lei, peça central de sua política” (MANDEL, 2017b, p. 243-244).

³⁸ Cf. Mészáros, p. 720. Ver também capítulo 17 e 22.

capital. Destruindo as condições de reprodução da *forma capitalista* de controle do capital, mas permanecendo dentro do parâmetro estrutural fornecido pelas quatro condições essenciais acima mencionadas, todos estes elementos se repõem de acordo com as circunstâncias históricas cambiantes, para continuar a reprodução progressivamente ampliada da relação-capital, através da extração de trabalho excedente sob uma forma metamorfoseada em relação ao capitalismo.

A reposição destes elementos – depois de destruído o *capitalismo*, mas permanecendo sob a estrutura do *sistema do capital* – exige, portanto, um movimento de *continuidade* e *descontinuidade*. *Continuidade* na medida em que precisa expressar as características mais essenciais do sistema do capital, ao mesmo tempo em que em sua *descontinuidade* expressa a maneira como estas características essenciais surgem na história em uma forma de operação que se distingue significativamente do *capitalismo* para dar continuidade à sua reprodução ampliada.

Para aproximar-nos mais deste movimento de continuidade na descontinuidade, nos próximos capítulos abordamos a continuidade do sistema do capital a partir da continuidade do Estado moderno; bem como abordamos a descontinuidade em relação ao capitalismo, ao analisarmos a forma da extração do trabalho excedente no sistema soviético de capital, de acordo com o pensamento de Mészáros.

3. CAPÍTULO 2 – O ESTADO MODERNO E O SISTEMA DO CAPITAL

Quando se discute a experiência soviética, um dos elementos que sempre está presente é o chamado “Estado Proletário” que se formou com a tomada do poder do Estado, em 1917, pelo Partido Bolchevique. O caráter deste Estado é usado, muitas vezes, como ponto de referência para a defesa desta experiência como uma grande contribuição para a emancipação humana, por sua clara contraposição ao Estado capitalista. Entretanto, alguns elementos da natureza do Estado elaborados por Marx e Engels parecem entrar em contradição com a perspectiva que entende o chamado “Estado Proletário” como um grande passo para a emancipação.

Além disso, para a concepção do filósofo Mészáros, o fortalecimento da formação estatal através de uma forma metamorfoseada – entendida como Estado dos trabalhadores – é

um ponto que demonstra que esta experiência se afastou imensamente do princípio emancipatório marxiano. E, como um ponto fundamental para nosso trabalho, demonstra que o sistema do capital continuou operando através de uma forma metamorfoseada de controle. Neste capítulo, analisaremos algumas obras de Marx e Engels para tentarmos agarrar alguns elementos fundamentais sobre a natureza do Estado em suas concepções, bem como a concepção de Mészáros sobre este tema.

Primeiramente, antes de partirmos para a relação dialética que existe entre o Estado moderno e o sistema do capital, veremos que há uma relação estreita entre o Estado enquanto tal e um determinado modo de produção e reprodução social que esteja fundamentado na divisão entre classe dominante e classe produtora, entre os expropriadores do trabalho excedente e os indivíduos produtores. No segundo ponto vemos que a formação estatal conhecida como o *Estado moderno* foi uma necessidade imposta pelo próprio desenvolvimento da produção e das demais relações sociais condizentes com a expansão do comando do sistema do capital sobre a sociedade. Mesmo no capitalismo, é possível observar diversas formações estatais (republicanas à ditatoriais).

Parece-nos que Mészáros torna esta análise mais abrangente através da sua crítica à experiência soviética, ao argumentar que, enquanto o sistema do capital sobreviver de uma forma de controle distinta da *variedade capitalista*, o *Estado moderno* pode se manifestar através de formas metamorfoseadas em relação ao Estado capitalista, seja ele qual for. No último ponto deste capítulo, como conclusão, abordamos a necessidade do fencimento do Estado como um elemento fundamental da emancipação humana da relação-capital enquanto tal, expresso em qualquer forma de controle.

3.1. A expropriação dos trabalhadores: um elemento fundamental para a existência do Estado

Já em 1844, no texto *Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano³⁹, Marx sinaliza alguns elementos importantes sobre a natureza do Estado que compõem o fundamento da sua teoria. O texto é uma polêmica com Arnold Ruge sobre uma revolta dos trabalhadores tecelões da Silésia acontecida no mesmo ano. Ruge afirma que a existência daqueles males sociais em debate decorre da natureza do Estado alemão não ser um Estado *político*, não ser um Estado *moderno*, ter resquícios de feudalidade. Marx discorda veementemente. A questão não é exatamente que o Estado alemão

³⁹ Que, daqui em diante, iremos nos referir apenas como *Glosas Críticas*.

ainda não se modernizou, mas um determinado modo de produção que possui um antagonismo interno insuperável e que gera constantemente os males sociais em questão, mesmo que o atraso do Estado alemão venha a trazer alguns entraves para o desenvolvimento do sistema do capital e para o enfrentamento *moderno* aos males sociais.

Como ilustração de sua argumentação, Marx sugere ao leitor refletir sobre as sociedades conhecidas como *modernas* de sua época, a Inglaterra e a França, juntamente com seus respectivos Estados *modernos*, Estados *políticos*. Percebe-se, então, que, ao invés de solução para os males sociais, há uma forma moderna de lidar com eles enquanto eles se propagam, oriundos do próprio funcionamento do sistema social que fundamenta a organização da sociedade. Quando o tema é o pauperismo, a burguesia, o governo e a imprensa da Inglaterra o concebem – quando consideram esta questão uma responsabilidade política – como uma responsabilidade que é jogada do *Tory* para o *Whig* e vice-versa, mantendo a reflexão aprisionada dentro da política estatal. Marx contesta: “nenhum dos partidos encontra a causa [do pauperismo] na *política em geral*” (MARX, 2010a, p. 48, grifos nossos), demonstrando que, em sua concepção, tem-se que buscar a *causa do pauperismo* na *política em geral*.

A concepção que se fecha dentro do intelecto político não consegue conceber o pauperismo como uma consequência necessária da indústria moderna comandada pelo sistema do capital⁴⁰. Neste sentido, nem Napoleão, nem a Convenção, conseguiram também solucionar a mendicância na França. Na concepção de Marx, devido à sua própria natureza, não é possível que o Estado se comporte de outra maneira, independentemente da nacionalidade e do desenvolvimento ou subdesenvolvimento:

Pode o Estado comportar-se de outra forma? O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, como o “prussiano” [Arnold Ruge] exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (MARX, 2010a, p. 58-59).

Assim, podemos ver que Marx enxerga uma estreita relação entre os males sociais provocados pela indústria moderna que está sob o comando do sistema do capital e a essência do Estado (não de uma forma determinada de Estado). Além disso, para este primeiro ponto do capítulo destacamos que, apesar do tema central ter como foco a discussão sobre o Estado

⁴⁰ (cf. MARX, 2010, p. 53-54).

moderno, podemos ver, já em 1844, alguns elementos importantes para uma caracterização da natureza do Estado em geral. Segundo este autor:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente a consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, *essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga – fracas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes – hipócritas antíteses cristãs.* Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, *deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela.* Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio de sua vida, na essência de sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma e tentar remediá-los (MARX, 2010, 60-61, grifos nossos).

O Estado, portanto, segundo Marx, repousa na contradição entre vida pública e vida privada, entre os interesses que são gerais e aqueles que são particulares e, independentemente da forma histórica em que se constitua, ele estará fundamentado na existência da escravidão (em alguma forma histórica específica), ou seja, na existência de alguma maneira determinada de uma parte dos indivíduos *explorar o trabalho excedente de uma massa de produtores*. Ou seja, a existência do Estado pressupõe a existência de alguma forma específica da escravidão (no sentido de ter o seu trabalho expropriado sistematicamente), pois está fundamentado nela. Vemos, portanto, que *o Estado e a existência da expropriação do trabalho excedente são inseparáveis*.

No texto conhecido como *Ideologia Alemã* (escrito por volta de 1845-1846) também é possível ver a posição de Marx, bem como de Engels, sobre a relação direta que existe entre os fundamentos materiais da existência do Estado e uma sociedade que se estrutura sobre uma organização de classes na sua forma produtiva, isto é, que se baseia na exploração do homem pelo homem. Portanto, está embasada, conseqüentemente, na *expropriação do trabalho excedente* dos indivíduos produtores, o que provoca a contradição entre os interesses particulares e o interesse geral, comunitário. Neste texto, eles afirmam que:

com a divisão do trabalho está dada ao mesmo tempo, a contradição entre o interesse de cada um dos indivíduos ou de cada uma das famílias e o interesse comunitário [*gemeinschaftlichen*] de todos os indivíduos que mantêm intercâmbio uns com os outros; e a verdade é que esse interesse comunitário de modo algum existe meramente na representação, como “universal”, mas antes de mais nada na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. E é precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [*Gestaltung*] autônoma como *Estado*, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real [*realen Basis*] dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais – como de carne e sangue, de língua, de divisão do trabalho numa escala maior, e demais interesses –, e, especialmente, como mais tarde desenvolveremos, das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens, e das quais uma domina todas as outras. [...] Precisamente porque os indivíduos procuram *apenas* o seu interesse particular, o qual para eles não coincide com o seu interesse comunitário – a verdade é que o geral é a forma ilusória da existência na comunidade –, este é feito valer como um interesse que lhes é “alienado” [*fremdes*] e “independente” deles, como um interesse “geral” que é também ele, por sua vez, particular e peculiar, ou eles próprios têm de se mover nesta discórdia, como na democracia. Por outro lado, também a luta *prática* desses interesses particulares, que *realmente* se opõem constantemente aos interesses comunitários e aos interesses comunitários ilusórios, torna necessários a intervenção e o refreamento *prático* pelo interesse “geral” ilusório como Estado (MARX; ENGELS, 2009, p. 47-48).

Vemos a ideia de que a natureza do Estado tem como seu fundamento a contradição entre o interesse particular e o interesse comunitário, bem como, uma vez constituído, torna-se uma necessidade fundamental para que o sistema que se baseia em conflitos antagônicos possa se reproduzir com certa eficácia. Assim, a contradição entre o interesse particular e o interesse comunitário exige uma forma de existência do “interesse geral” que é uma forma ilusória da comunidade, já que o fundamento da reprodução da sociedade faz com que os indivíduos procurem *apenas* o seu interesse particular que não coincide com o interesse comunitário, já que a sociedade é dividida entre produtores e exploradores do trabalho excedente. Esta forma ilusória da sociedade, concebida como “interesse geral”, o interesse comunitário, é imposta como um interesse que é *alienado* e *separado* dos próprios indivíduos produtores. É igualmente importante o Estado, como interesse geral ilusório, para intervir e refrear, na realidade da vida em sociedade, a luta *prática* entre os interesses particulares da sociedade cindida, pois, nesta luta, os interesses particulares *realmente* se opõem constantemente aos interesses comunitários, ao mesmo tempo em que a sociedade tem de permanecer coesa em suas contradições antagônicas.

As reflexões sobre a natureza do Estado foram enriquecidas pelas pesquisas científicas da segunda metade do século XIX a respeito da estrutura social das comunidades primitivas, que existiram no período da história da humanidade antes das sociedades escravistas. Tais

pesquisas que foram avançando significativamente neste período e trazendo elementos para analisar a constituição familiar destas comunidades primitivas e a ordem evolutiva das famílias em relação ao desenvolvimento social, também ampliaram a profundidade e a riqueza das investigações de Marx e Engels sobre as comunidades que constituíram o comunismo primitivo⁴¹, bem como a sua dissolução e a emergência das sociedades divididas em classes sociais, além da concomitante emergência do Estado enquanto uma nova necessidade dessa nova estrutura social.

É a partir da obra principal de um destes pesquisadores, Lewis Morgan, publicada em 1877, intitulada *Ancient Society, or Reseraches in the Lines of Human Progress from Savagery, through Barbarism to Civilization* [Sociedade antiga, ou pesquisas nas linhas do progresso humano da selvageria, através do barbarismo até a civilização] que Engels escreve a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Mas não podemos dizer exatamente que a escreveu sozinho. Como ele mesmo deixa claro desde o prefácio da primeira edição, lançada em 1884,

Os capítulos a seguir constituem, de certo modo, a execução de um testamento. Ninguém menos que Karl Marx havia reservado para si a tarefa de expor os resultados das pesquisas de Morgan em conexão com os resultados de sua – e, em certa medida, posso dizer nossa – investigação materialista da história e, desse modo, evidenciar toda a sua importância. Pois foi Morgan quem redescobriu na América do Norte a concepção materialista de história descoberta por Marx quarenta anos antes e, ao comparar barbárie com civilização, foi levado por ela, no que diz respeito aos seus pontos principais, aos mesmos resultados obtidos por Marx. A *Ancient Society* de Morgan foi tratada pelos porta-vozes da ciência “pré-histórica” na Inglaterra do mesmo modo que *O capital* foi tratado por muitos anos pelos

⁴¹ Engels menciona estudiosos da época que contribuíram, com diferentes perspectivas, para o interessante debate corrente, como é o caso de E. B. Taylor, com sua obra chamada *Researches into the Early History of Mankind etc. etc.* [Pesquisas sobre a história antiga da humanidade, etc. etc.]; de Bachofen, que escreveu em 1861 o seu *O Direito Materno*, elaborando uma história da família ainda baseado numa fundamentação mística/religiosa; de J. F. McLennan, com sua visão jurídica das relações familiares em questão; de John Lubbock, com seu livro *A origem da civilização e a condição primitiva do homem*, escrito em 1870, que trouxe uma contribuição ao reconhecer a facticidade histórica do casamento grupal (*comunal marriage*); e de Lewis H. Morgan que, em 1871, “veio a público com material novo e decisivo em muitos aspectos” (ENGELS, 2019, p. 27). Morgan é importante para os pensadores Marx e Engels, porque “publicou as informações coletadas e as conclusões que tirou delas em seu livro *Systems of Consanguinity and Affinity* [Sistemas de consanguinidade e afinidade], de 1871, e, ao fazer isso, levou o debate para um campo infinitamente mais abrangente”. De acordo com Engels, “ao partir dos sistemas de parentesco e, com base neles, reconstruir as formas da família que lhes correspondiam, ele inaugurou um novo caminho para a pesquisa e um olhar retrospectivo de maior alcance para a Pré-História da humanidade” (ENGELS, 2019, p. 27). Desta maneira, para Engels, “A redescoberta da *gens* matrilinear original como pré-estágio da *gens* patrilinear dos povos civilizados tem para a história primitiva a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria do mais-valor de Marx para a economia política. Ela capacitou Morgan a esboçar, pela primeira vez, uma história da família em que se constata provisoriamente e em grandes traços os estágios clássicos do desenvolvimento, na medida do que permite o material conhecido até agora. É evidente para todos que, com isso, tem início uma nova era do tratamento da história primitiva” (ENGELS, 2019, p. 29). Portanto, a importância de Morgan consiste no fato de que ele “é o primeiro a tentar estabelecer, com conhecimento de causa, uma certa ordem da Pré-História da humanidade” (ENGELS, 2019, p. 31).

economistas de ofício na Alemanha, ou seja, ambos foram tão diligentemente copiados quanto obstinadamente silenciados. Meu trabalho não pode ser senão uma pobre compensação para aquilo que meu falecido amigo não pôde oferecer. No entanto, nos extensos excertos que ele fez do trabalho de Morgan, há observações críticas que reproduzirei aqui na medida do possível (ENGELS, 2019, p. 19).

Portanto, 38 anos depois do texto conhecido como *Ideologia Alemã*, Engels escreve o livro *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado* baseado nos estudos de Marx da investigação de Morgan sobre as sociedades primitivas⁴² e aqui também podemos ver alguns elementos fundamentais sobre a concepção da natureza do Estado. Também nesta obra podemos ver a relação entre o Estado e a expropriação dos trabalhadores na concepção desenvolvida pelos dois pensadores.

Como uma conclusão desta obra, Engels argumenta que o Estado é uma criação humana, ele possui uma historicidade. Esta criação humana corresponde ao atendimento de determinadas necessidades sociais que brotam do modo no qual se desdobra o desenvolvimento econômico-social em determinado momento da história da humanidade. O desenvolvimento de uma sociedade que possuía um antagonismo interno entre explorador e explorado como um fundamento de toda a produção e reprodução social foi uma característica fundamental que exigiu a concomitante emergência do Estado como forma de organização da sociedade. O autor argumenta que

a organização gentílica brotara de uma sociedade que não conhecia *antagonismos internos* e fora adaptada apenas a essa sociedade. Ela não tinha meios coercitivos, a não ser a opinião pública. Porém, surgiu uma sociedade que, em virtude de suas condições econômicas globais de vida, teve de cindir-se em homens livres e escravos, ricos espoliadores e pobres espoliados, *uma sociedade que não só era incapaz de conciliar esses antagonismos, como era forçada a exacerbá-los cada vez mais*. Uma sociedade como essa só podia subsistir na luta aberta e permanente entre essas classes ou então sob o domínio de uma terceira força, que, aparentemente situada acima das classes em conflito, abafava o conflito aberto entre elas e permitia que a luta de classes fosse travada, no máximo, na esfera econômica, sob a chamada forma legal. A constituição gentílica caducou. Rompeu-se pela divisão do trabalho e pelo resultado desta, a cisão da sociedade em classes. Ela foi substituída pelo *Estado* (ENGELS, 2019, p. 156, grifos nossos).

A argumentação de Engels, a partir destes estudos de Marx, caminha no sentido de que o Estado emergiu do desmoronamento das sociedades conhecidas por sua organização gentílica, tendo, na obra, a forma ateniense, a romana e a germânica como exemplo das

⁴² Interessante observar que a argumentação de Engels de que “enquanto uma ampliação do material disponível não obrigar a modificações, a estruturação estabelecida por ele [Morgan] permanecerá em vigor” (ENGELS, 2019, p. 31). Aqui vemos, de acordo com o tema específico em questão, em outras palavras, a preocupação de Engels com o princípio metodológico do materialismo histórico e dialético que Marx rascunhou como “modificação significativa” e “revisão constante” da pesquisa (mencionado no capítulo 1), que são exigidas ao investigador pela ampliação do material disponível para a pesquisa científica.

principais formas⁴³. Mesmo que as caracterizações de Engels precisem de uma atualização a partir de estudos mais recentes sobre a complexidade das comunidades primitivas, o que é importante para nós é que Engels compreendeu, a partir dos estudos científicos que estavam disponíveis ao seu tempo, que a existência do Estado tem uma relação estreita com uma sociedade dividida em classes sociais, uma sociedade que possui como fundamento da produção e da reprodução um profundo antagonismo entre explorado e explorador.

Importante para nosso tema é que, nesta obra, é enriquecida a ideia de que a natureza do Estado está fundamentada na existência de alguma forma de *expropriação do trabalho excedente* dos indivíduos produtores, a partir do desmoronamento das sociedades que viveram em formas de sociedade que tinham como pressuposto o desenvolvimento comunitário genuíno (ainda que primitivo). O Estado, nesta perspectiva, é uma criação humana que

de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade *se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma*, cindiu-se *em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los*. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, *tornou-se necessário* um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse

⁴³ Embora Engels não trate disto na *Origem da família, do Estado e da propriedade privada*, a sociedade escravista não foi a única a surgir da dissolução das comunidades igualitárias. Na verdade, considerando a cronologia histórica, as sociedades de modo de produção asiático se desenvolveram primeiro. Hobsbawm observa que há uma evolução dos pontos de vista de Marx e Engels sobre a periodização e a evolução histórica das diferentes formas de propriedade. Um primeiro momento desta evolução é representado pela *Ideologia Alemã*, que possui uma análise das formas distintas de propriedade que, para Hobsbawm, foi “a base das partes históricas do Manifesto Comunista”. Segundo este autor, “Seu fundamento histórico é estreito, limitando-se à antiguidade clássica (principalmente romana), Europa central e ocidental. Reconhece apenas três formas de sociedades de classe: a sociedade escravista da antiguidade, o feudalismo e a sociedade burguesa. Parece sugerir as duas primeiras como vias *alternativas* a partir da sociedade comunal primitiva” (HOBSBAWM, 2011, p. 33-34). Já um segundo momento pode ser representado pelas *Formen* – que também aparece no Prefácio da Crítica da Economia Política. Hobsbawm argumenta que “A etapa do pensamento de Marx representada pelas *Formen* é consideravelmente mais sofisticada e elaborada, baseando-se em estudos históricos muito mais amplos e variados, não confinados apenas à Europa. A principal inovação no quadro dos períodos históricos é o sistema ‘asiático’ ou ‘oriental’, incorporado ao famoso Prefácio da Crítica da Economia Política” (HOBSBAWM, 2011, p. 34). Assim, “falando de modo genérico, pode-se considerar agora três ou quatro vias alternativas de desenvolvimento a partir do sistema comunal primitivo, cada qual representando uma forma de divisão social do trabalho já existente ou implícita nela – a *oriental*, a *antiga*, a *germânica* (embora Marx não a limite, naturalmente, a um só povo) e uma forma *Eslava*, um pouco obscura, que não será discutida ulteriormente mas tem afinidades com a *oriental*” (HOBSBAWM, 2011, p. 34). Neste sentido, Hobsbawm faz uma observação interessante sobre o texto de Engels (*Origem da família, do Estado e da propriedade privada*): “a sociedade pré-classista compreende uma grande e complexa época histórica em si mesma, com sua própria história, suas leis de desenvolvimento e suas próprias variedades de organização econômico-social, que Marx tende a chamar, agora, coletivamente, ‘formação ou tipo arcaico’. Isto, parece claro. Inclui as quatro variantes básicas do comunismo primitivo, como são apresentadas nas *Formen*. Provavelmente, inclui também o ‘modo asiático’ (que vimos ser a mais primitiva das formações econômico-sociais desenvolvidas), e pode explicar porque este modo desaparece do trabalho sistemático de Engels sobre o tema no Anti-Dühring e na *Origem da família*” (HOBSBAWM, 2011, p. 51).

poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (ENGELS, 2019, p. 157, grifos nossos).

Desta maneira, um elemento importante da teoria desenvolvida por Marx e Engels é que o Estado nem sempre existiu. O Estado não é uma necessidade social que brotou de todas as formações sociais da história da humanidade. Nesta obra, Engels argumenta que “houve sociedades que passaram sem ele, que não tinham a menor ideia do Estado ou de seu poder”. Desta maneira, em sua concepção, através de um processo histórico complexo, “num determinado estágio de desenvolvimento econômico que estava necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes, o Estado, em virtude dessa divisão, *tornou-se uma necessidade*” (ENGELS, 2009, p. 213-214, grifos nossos).

No primeiro prefácio desta obra, Engels afirma que

Segundo a concepção materialista, o fator que, em última análise, determina a história é este: a produção e a reprodução da vida imediata. Ele próprio, porém, é de natureza dupla. Por um lado, a geração dos meios de subsistência, dos objetos destinados a alimentação, vestuário, habitação e das ferramentas requeridas para isso; por outro, a geração dos próprios seres humanos, a procriação do gênero. As instituições sociais em que os seres humanos de determinada época histórica e de determinado país vivem são condicionadas por duas espécies de produção: pelo estágio de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e pelo da família, de outro. Quanto menos desenvolvido o trabalho, quanto mais limitada a quantidade de seus produtos e, portanto, de riqueza da sociedade, tanto mais a ordem social se mostrará dominada por laços consanguíneos. Entretanto, é sob essa estrutura social baseada em laços consanguíneos que se desenvolve gradativamente a produtividade do trabalho e, com ela, a propriedade privada e a troca, a diferenciação da riqueza, o aproveitamento da força de trabalho alheia e, desse modo, a base dos antagonismos de classe: novos elementos sociais que, no decurso das gerações, se esfalfam para adequar a antiga constituição social às novas condições até que, por fim, a incompatibilidade das duas acarreta uma revolução total. A velha sociedade, baseada em uniões consanguíneas, explode ao chocar-se com as classes sociais recém-desenvolvidas; seu lugar é tomado por uma nova sociedade, sintetizada no Estado, cujas subdivisões são formadas não mais por uniões consanguíneas, mas por uniões locais, uma sociedade em que a ordem da família é inteiramente dominada pela ordem da propriedade e na qual passam a desdobrar-se livremente os antagonismos de classe e as lutas de classe, que constituem o conteúdo de toda a história *escrita* até agora (ENGELS, 2019, p. 19-20).

A partir da sua análise histórica, Engels argumenta, portanto, que “a escravidão, peculiar ao mundo antigo, é a primeira forma da espoliação: a ela se segue a servidão na Idade Média, o trabalho assalariado na época mais recente”⁴⁴. Este autor classifica estas formações

⁴⁴ Ver nota anterior. Depois de citar este mesmo trecho, na apresentação das *Formen*, Hobsbawm argumenta em nota de rodapé que “fica evidente, por este texto, que nenhuma tentativa é feita aqui para incluir o que Marx chamava ‘modo asiático’ em qualquer dos três indicados”. Para Hobsbawm, este modo de produção asiático é “omitido como se pertencente à pré-história da ‘civilização’” (HOBBSAWM, 2011, p. 51). Ainda assim, cabe outro comentário muito importante: esta discussão não significa que “sejamos obrigados a aceitar a classificação de épocas históricas de Marx, tal como foram apresentadas no Prefácio ou nas *Formen*”. Na verdade, “a lista, e

sociais como “as três formas de escravização, características das três grandes eras da civilização; a escravidão aberta e, mais recentemente, a escravidão dissimulada sempre as acompanham” (ENGELS, 2019, p. 161). A partir desta perspectiva, podemos dizer que é da natureza do Estado ser a “síntese da sociedade civilizada”, que, “em todos os períodos tomados como exemplo, é sem exceção o Estado da classe dominante e, em todos os casos, é *essencialmente um mecanismo de repressão da classe oprimida e espoliada*” (ENGELS, 2019, p. 162).

Nestas obras citadas, podemos nos aproximar da caracterização de Marx e Engels a respeito da natureza do Estado como uma necessidade social que brota de uma sociedade que tem como fundamento do seu modo de produção e reprodução social o antagonismo estrutural entre explorado e explorador. Ou seja, vemos que há uma inseparabilidade entre a existência do Estado e a existência da escravidão em alguma forma determinada, em outras palavras: a existência de alguma forma determinada de *expropriação do trabalho excedente dos produtores*. Diante da divisão da sociedade em classes e o consequente antagonismo entre o interesse particular e o interesse comunitário, o que se considera por “interesse geral” é uma existência da comunidade em uma forma ilusória. O “interesse geral” é imposto como um interesse que é independente e alienado em relação aos produtores, sobretudo. Este consequente “interesse geral ilusório” é o Estado, caracterizado, em sua essência, em todos os períodos históricos investigados, como uma máquina de repressão da classe produtora explorada.

3.2. A relação dialética de autossustentação entre o Estado moderno e o sistema do capital

Além desta relação entre a natureza do Estado em geral e uma organização social fundamentada em uma determinada forma de expropriação do trabalho excedente, é

boa parte das discussões subjacentes a ela, nas Formen, são o resultado da observação e não de dedução teórica. A teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão. A partir do material histórico disponível, Marx distinguiu um certo número de formações econômico-sociais sucessivas. Mas, ainda que tivesse havido equívoco em suas observações, ou se estas fossem baseadas em informações parciais e portanto enganadoras, a teoria geral do materialismo histórico não teria sido afetada. Concorda-se, de um modo geral, que as observações de Marx e Engels sobre época pré-capitalistas baseiam-se em estudos bem menos profundos do que a descrição e análise do capitalismo feitas por Marx. Este concentrou suas energias no estudo do capitalismo, dedicando-se ao resto da história em graus diversos de detalhes, principalmente na medida em que o levava às origens e ao desenvolvimento do capitalismo” (HOBSBAWM, 2011, p. 22-23).

importante termos em mente que a forma como esta exploração do trabalho excedente é realizada, determina, em grande medida, a particularidade da formação estatal necessária (bem como toda a sociedade que se estrutura nesta relação determinada: escravista, feudal ou capitalista, por exemplo). Com o desenvolvimento de uma sociedade que esteja sob o comando do sistema do capital, foi preciso desenvolver uma forma de Estado correspondente às aquelas necessidades novas que surgiam de relações sociais novas em contraposição aos modos de produção anteriores.

É certo que o processo de consolidação do sistema do capital também significou avanços sociais determinados, principalmente em sua contraposição ao feudalismo e suas relações que se tornavam retrógradas para o desenvolvimento social alcançado. No entanto, a destruição das relações feudais de opressão não significou a emancipação humana em geral das condições de exploração do trabalho excedente. Ou seja, não significou a emancipação humana em relação a uma sociedade estruturada em algum tipo determinado de escravidão. A emancipação levada à frente pelo sistema do capital não poderia ir além de uma emancipação política. Conseqüentemente, o próprio aperfeiçoamento do sistema do capital e do seu Estado moderno não puderam, nem podem ultrapassar os limites da emancipação política, desenvolvendo, portanto, sempre um determinado tipo de contradição antagônica da sociedade a partir da expropriação do trabalho excedente dentro da estrutura da grande indústria.

Na *Questão Judaica*, vemos que, em relação às conquistas emancipatórias realizadas pelo sistema do capital, para Marx, “a *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010b, p. 41). No entanto, é preciso estarmos sempre atentos que, em sua concepção, o “Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material” (MARX, 2010b, p. 40). Desta maneira, com a emancipação política e, de acordo com a natureza do Estado,

Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e na vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão *de poderes estranhos a ele* (MARX, 2010b, p. 40, grifos nossos).

Para Marx, apesar do avanço social em relação ao feudalismo, o Estado político não pode fazer nada quanto à essência das contradições da sociedade burguesa, uma vez que o Estado moderno é forçado, por conta da estrutura de sua própria base material, a reconhecer esta sociedade burguesa, “produzi-la e deixar-se dominar por ela”. Para o autor, por um lado, na sociedade burguesa, na realidade mais imediata da sua vida, o indivíduo “é um ente profano”; e, nesta mesma sociedade, “onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico”. Por outro lado, no Estado, “no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal” (MARX, 2010b, p. 40; 41).

Marx argumenta, neste escrito, que a emancipação política em relação à religião (uma necessidade imprescindível na destruição mais radical do Estado feudal) não altera o fundamento da sua existência, já que emancipar politicamente o Estado da religião ainda permite que a religião continue existindo na vida privada. Para este autor, “a contradição em que se encontra o adepto de uma religião em particular com sua cidadania é apenas uma *parte da contradição secular universal ente o Estado político e a sociedade burguesa*”. Neste sentido, o Estado pode até se professar como Estado e abstrair-se da religião de seus membros, levando à frente uma realização plena do Estado, no entanto, a “emancipação do Estado em relação à religião não é a emancipação do homem real em relação à religião” (MARX, 2010b, p. 46). Resumindo a sua posição em relação à questão judaica em debate, o autor afirma que

não estamos, portanto, dizendo aos judeus, como faz Bauer: vos não podeis vos tornar politicamente emancipados sem vos emancipar radicalmente do judaísmo. Estamos lhes dizendo, antes: pelo fato de poderdes vos emancipar politicamente sem vos desvincular completa e irrefutavelmente do judaísmo, a *emancipação política* não é por si mesma a *emancipação humana*. Se vós, judeus, quereis vos emancipar politicamente sem vos emancipar em termos humanos, então a parcialidade e a contradição não se acham apenas em vós, mas também na *essência* e na *categoria* da emancipação política. Estando envolvidos nessa categoria, compartilhai um envolvimento universal (MARX, 2010b, p. 46).

Assim, nesta reflexão sobre a política e na relação concreta do indivíduo produtor com o Estado como um mero joguete de poderes estranhos a ele, vemos que Marx já enxergava que a categoria da emancipação política era constituída por uma parcialidade e contradição na sua própria essência. Na sua teoria, “a emancipação política representa concomitantemente a *dissolução* da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa” (MARX,

2010b, p. 51-52). E, em relação às estruturas econômicas de produção e reprodução social, a sociedade emergente que resultou da revolução política burguesa também repousava sobre a contradição antagônica entre explorador e explorado, também repousava sobre a *expropriação do trabalho excedente*, ainda que de forma mais sofisticada do que a relação feudal.

Consequentemente, neste processo, a emancipação alcançada dizia respeito às necessidades expansivas do sistema do capital enquanto modo de controle do metabolismo social, uma vez que o homem “não foi libertado da religião. Ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio” (MARX, 2010b, p. 53).

Na concepção de Marx, “*Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem*” e a “emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral”. Segundo este autor, há, portanto, uma diferença fundamental entre emancipação política e emancipação humana, uma vez que, no sentido oposto, a emancipação humana “só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais”. O processo de emancipação humana só se realiza “quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*” (MARX, 2010b, p. 54).

Certamente esta nova forma moderna do Estado não está restrita a uma única expressão na vida real dos diferentes países. O Estado *moderno* representa, na verdade, um conjunto de formações estatais que se adequam às necessidades concretas de expansão do sistema do capital, como demonstra a passagem de formas democráticas para ditatoriais e vice-versa, sem que se alterem os fundamentos da produção e reprodução do metabolismo social. Exemplo disto pode ser visto na parte da história da França discutida nas obras de Marx intituladas de *Luta de classes na França, 18 Brumário de Luis Bonaparte* e *Guerra Civil na França*, bem como nos acréscimos de Engels a estas obras.

No prefácio à terceira edição alemã (1885) para o *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Engels argumenta que a França foi o centro do feudalismo na Idade Média, além de ter sido o país modelo da monarquia unitária de Estados (ou ordens sociais) desde o Renascimento. Na grande Revolução de 1789, o feudalismo foi demolido e fundou-se a dominação pura da burguesia sob uma forma clássica, de uma forma que não existiu em nenhum país da Europa

(cf. ENGELS, 2008a, p. 204). Neste sentido, ele afirma que, na França, “as lutas históricas de classe foram levadas ao termo decisivo”, foi onde “as formas políticas mutáveis adquiriram os contornos mais acusados” (ENGELS, 2008a, p. 204).

Na concepção de Marx, o poder executivo surgiu no período histórico da monarquia absoluta, ao passo que o mundo feudal decaía e, ao mesmo tempo, ajudou a acelerar esta decadência. Nesta reflexão, é importante termos sempre em mente que há uma relação fundamental entre o Estado e a reprodução material; e, neste sentido, Marx compreende que existe uma contraposição entre o Estado feudal e o Estado Moderno.

Portanto, na passagem do sistema feudal para o sistema do capital, os “privilégios senhoriais dos grandes proprietários fundiários e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder de Estado, os dignitários feudais em funcionários retribuídos”; e, além disso, “o variado mostruário dos plenos poderes medievais divergentes” foi transformado “no plano regulado de um poder de Estado cujo trabalho está dividido e centralizado como uma fábrica”. Na primeira Revolução Francesa, foi preciso criar a unidade burguesa, desenvolver elementos que a monarquia absoluta tinha iniciado, como a “centralização, mas ao mesmo tempo a extensão, os atributos e os servidores do poder do governo”. Nesta história francesa, Napoleão foi importante, pois aperfeiçoou a máquina estatal e Marx critica enfaticamente que todas as revoluções aperfeiçoavam a máquina do Estado, ao invés de destruí-la, além do fato de que os “partidos que lutavam alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse desse imenso edifício do Estado como a presa principal do vencedor” (MARX, 2008, p. 322-323).

Tendo em vista a variedade da forma específica do Estado moderno francês em formação, vemos que, na obra *Luta de Classes na França*, no processo revolucionário da burguesia, fica ilustrada tanto a inseparabilidade entre o Estado e uma sociedade *baseada na expropriação do trabalho excedente*, quanto a necessidade de modernização do Estado pelo sistema do capital em consolidação e em luta contra os resquícios feudais. O sistema do capital precisou que os elementos feudais do Estado fossem destruídos, mas igualmente importante era garantir que a formação estatal se estabelecesse de acordo com as exigências do funcionamento do sistema do capital como um sistema social antagônico que estava emergindo e se consolidado.

Portanto, vemos que, nas derrotas do proletariado em junho de 1848 e dos pequeno-burgueses e camponeses em junho de 1849, a destruição do Estado feudal, e de seus resquícios de feudalidade, não eram o suficiente para o sistema do capital. Era preciso constituir sua própria forma adequada de administrar os conflitos modernos impondo as

necessidades expansivas do sistema do capital às classes produtoras e à pequena-burguesia. Conflitos que são, por sua vez, cada vez mais oriundos da indústria moderna submetida ao comando do sistema do capital, não uma miserabilidade feudal remanescente.

Diante de uma análise desta parte da história da França, é importante termos em mente que as formas políticas nas quais o Estado moderno pode se apresentar são mutáveis e a história da França pós-revolucionária é ilustrativa neste sentido. A questão da forma específica do Estado *moderno*, do Estado capitalista, é determinada sempre pela necessidade de encontrar a forma política moderna que seja mais adequada ao desenvolvimento econômico e o enfrentamento contra as demais classes (produtores e pequena-burguesia e camponeses enquanto estes tiverem sustentação social em resquícios feudais), passando, assim, da democracia republicana para a ditadura militar conforme as circunstâncias históricas assim exijam.

Marx argumenta que “somente sob o segundo Bonaparte parece ter o Estado se autonomizado completamente”. Com o Luís Bonaparte, “a máquina do Estado consolidou-se” frente “à sociedade burguesa” (MARX, 2008, p. 323). Para este pensador, há momentos históricos em que o próprio interesse da burguesia “lhe ordena que evite os perigos do seu autogoverno”. Assim, “para poder impor a tranquilidade no país tem que impô-la em primeiro lugar ao seu parlamento burguês” e “para manter intacto o seu poder social tem que enfraquecer o seu poder político”. Percebemos então que não é um contrassenso a necessidade de uma ditadura que retire o poder político da burguesia, se as circunstâncias históricas assim exigirem. Podem haver momentos históricos em que o “burguês privado só pode continuar a explorar outras classes e a gozar pacificamente da propriedade, da família, da religião e da ordem com a condição de a sua classe ser condenada com as outras classes à mesma nulidade política” (MARX, 2008, p. 263-264).

A questão fundamental é perpetuar a exploração das outras classes pela burguesia, em um sistema fundamentado da e na expropriação do trabalho excedente dos produtores através da compra e venda da força de trabalho, independentemente da forma específica do Estado moderno. Atender esta necessidade é essencial, portanto, para dar continuidade à expansão do sistema do capital. Segundo Engels, em sua introdução à edição de 1891 da *Guerra Civil na França*:

o segundo Império iniciou a exploração da França por um bando de aventureiros políticos e financeiros, mas ao mesmo tempo, também, um desenvolvimento industrial como nunca foi possível sob o sistema mesquinho e medroso de Luís Felipe, com a exclusiva dominação de apenas uma pequena parte da grande burguesia. Luís Bonaparte tomou aos capitalistas o seu poder político, sob o pretexto

de os proteger, a eles burgueses, contra os operários e, por sua vez, os operários contra aqueles; mas, para isso, a sua dominação favoreceu a especulação e a atividade industrial, numa palavra, o ascenso e o enriquecimento do conjunto da burguesia numa medida inaudita até aí (ENGELS, 2008b, p. 343).

Neste mesmo sentido, na concepção de Mészáros, é extremamente necessário que o Estado consiga garantir a expansão do sistema do capital como um todo, ou seja, “o que está em jogo aqui, em última análise, não é simplesmente a eficácia do apoio proporcionado pelo Estado a esta ou àquela fração particular do capital sob sua jurisdição”. Na verdade, a questão “é antes a capacidade de assegurar o avanço do ‘todo’ na dinâmica variável da acumulação e expansão” (MÉSZÁROS, 2009, p. 128). Para este autor,

o apoio privilegiado que qualquer Estado pode proporcionar a suas seções dominantes do capital – a ponto de facilitar a expansão extremamente monopolista – é parte da lógica de sustentação do avanço do “conjunto” dado (o que, na prática, significa: o capital nacional total do Estado em questão), sujeito à necessidade de se ajustar aos limites estruturais do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 128).

Neste sentido, para o pensador húngaro, o capital, o Estado e o trabalho alienado possuem uma “dimensão acessível à mudança”, portanto, podem ter formas históricas muito diferentes, a depender do “nível atingido de concentração e centralização do capital”, a depender da “especificidade social de suas formas de existência historicamente prevalentes” – como por exemplo constituindo-se como “‘monopólio/imperialista’, ‘semifeudal’, ‘colonial dependente’, ‘subdesenvolvido’, ‘orientado pelo complexo-industrial-militar’, ou o que quer que seja”. A esta determinação a partir do patamar de desenvolvimento do capital, corresponde a “variedade das formações estatais específicas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 576), como por exemplo,

do Estado bonapartista à Rússia czarista logo antes da revolução, e dos Estados “liberais” que dirigem os impérios britânicos até o fascismo e até as variedades atuais de ditaduras empenhadas no “desenvolvimento” neocapitalista, sob a tutela de nossas grandes democracias); e, finalmente, [a dimensão imediatamente acessível à mudança que existe na relação entre capital, Estado e trabalho alienado consiste] em todas as formas e configurações específicas através das quais o “trabalho assalariado”, em íntima conjunção com a forma dominante de capital, redesenham as práticas produtivas de cada país, permitindo que o capital funcione como um sistema global verdadeiramente interligado (MÉSZÁROS, 2009, p. 576).

Como vimos no capítulo 1, na concepção de Mészáros, o sistema de reprodução do metabolismo social comandado do capital é profundamente contraditório. Na obra *Para Além do Capital*, Mészáros argumenta que a natureza da sua estrutura é inerente à contradição da

falta de unidade entre produção e controle, produção e consumo e produção e distribuição. Para lidar com estes problemas estruturais, o “Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico”. A função do Estado, neste sentido, é retificar a falta de unidade nestes três aspectos fundamentais. E, por estar fundamentado na própria estrutura reprodutiva do sistema do capital, Mészáros enfatiza que esta retificação é possível “apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

Em relação à falta de unidade entre produção e controle, o Estado “protege legalmente a relação de forças estabelecida”, e, com sua salvaguarda, “as diversas ‘personificações do capital’ conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais ‘livremente iniciado’ (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado)” (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

Diante deste antagonismo estrutural entre produção e controle que existe no sistema do capital, para que seja possível algum tipo de administração desta separação, “a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 107). De acordo com o pensamento de Mészáros, esta exigência absoluta do Estado para exercer a tirania no local de trabalho

se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os menores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica (MÉSZÁROS, 2009, p. 107-108).

Esta dependência do Estado para com o avanço do sistema como um todo – impondo a escravidão moderna aos produtores – possui uma pesada base material como pressuposto. Na perspectiva do pensador húngaro, o Estado moderno emergiu “com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma de *estrutura totalizadora de comando político do capital*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 106). Assim, na concepção deste pensador, entre o Estado moderno e o sistema do capital há uma reciprocidade dialética, na medida em que

o Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade

dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais imediato e abrangente (MÉSZÁROS, 2009, p. 108-109).

Desta maneira, o ponto fundamental deste capítulo é que, na concepção do filósofo húngaro, “a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 117). Neste sentido, Mészáros entende que o sistema do capital “é *seu próprio* sistema de comando” e a dimensão política é “*parte integrante*” deste (MÉSZÁROS, 2009, p. 124). Portanto, entre o comando do sistema do capital e a dimensão política como sua *parte integrante*, há uma reciprocidade dialética na qual esta dimensão política não é simplesmente subordinada às exigências do sistema do capital – na verdade, a própria dimensão política (e, conseqüentemente, o Estado) é essencialmente dependente das exigências expansivas do sistema do capital. Ou seja, para este autor, o Estado moderno surge como uma estrutura de comando político que é parte integrante da “base material” do sistema do capital. Ele considera o Estado moderno como “‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” que o constituem (MÉSZÁROS, 2009, p. 119).

Conseqüentemente, o sistema do capital e o Estado moderno são inseparáveis, pois “o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital”. Portanto, na “qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura” (MÉSZÁROS, 2009, p. 119).

Para este autor, a *temporalidade* na qual o Estado moderno se desenvolveu em relação ao sistema do capital é caracterizada pela *simultaneidade*, pois as práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno foram se desenvolvendo em paralelo à chegada e consolidação do capital a “dominância no reino da produção material” (MÉSZÁROS, 2009, p. 106). Neste sentido, há uma relação de *concomitância* entre a consolidação do sistema do capital na produção material, se tornando a força dominante da sociedade, e o desenvolvimento destas práticas políticas totalizadoras que caracterizam o Estado moderno. Além disso, Mészáros entende que há uma *codeterminação* entre as determinações e as estruturas reprodutivas materiais diretas do capital e o Estado moderno. Devido à reciprocidade dialética entre a estrutura socioeconômica e a estrutura de comando político, a “dinâmica do desenvolvimento não deve ser caracterizada sob a categoria do ‘em

consequência de’, mas em termos do ‘*em conjunção a*’”. Ambos os polos desta reciprocidade dialética (Estado e capital) se desenvolvem em conjunção de um ao outro (e não nos termos de “em consequência” de um em relação ao outro) e isto é fundamental “sempre que se deseja tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emergem da reciprocidade dialética entre sua estrutura de comando político e a socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 119).

Assim, tanto a reprodução econômica direta, quanto as funções reguladoras do Estado mais mediadas tem em comum o imperativo estrutural que é orientado para a expansão do sistema “a que devem se adaptar os diversos órgãos sociais que atuam sob a regra do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 120).

Podemos perceber, portanto, que o Estado moderno complementa as estruturas econômicas do sociometabolismo que é constituído pelo sistema do capital. Há uma sustentação recíproca entre os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as suas estruturas políticas de comando. Assim, “o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2009, p. 98).

Então, tanto o Estado em geral deve ser entendido como uma manifestação da divisão hierárquica e estrutural do trabalho, quanto devemos ter em mente que a emergência do Estado *moderno* foi extremamente necessária para que o capital se tornasse um “sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis – produtores e extratores dinâmicos do trabalho excedente, devidamente integrados e sustentáveis” (MÉSZÁROS, 2009, p. 123). Mézáros considera que o Estado moderno é um “sistema de comando político abrangente do capital” e, conseqüentemente, caracteriza-o tanto como “*pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*”, quanto “*quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 124; 125).

Portanto, em sua argumentação a respeito da relação de autossustentação recíproca entre Estado, capital e trabalho alienado, vemos que a formação estatal é essencial para garantir as condições sociais da extração do trabalho excedente dos produtores. Neste sentido, é fundamental destacarmos que, segundo Mézáros,

o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas

conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo –, a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura *separada* de comando político totalizador. Como prova da substantiva materialidade do Estado moderno, realmente descobrimos que, em sua condição de estrutura de comando político totalizador do capital, ele não está menos preocupado em assegurar as condições da extração do trabalho excedente do que com as próprias unidades reprodutivas econômicas diretas, embora, naturalmente, ofereça à sua própria maneira sua contribuição para um bom resultado. Entretanto, o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração do trabalho excedente⁴⁵” (MÉSZÁROS, 2009, p. 121).

Mészáros argumenta ainda que “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”. Não é possível entender o Estado moderno sem sua relação intrínseca com o sistema do capital, pois “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2009, p. 106). Para Mészáros, “em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital”. Este sistema do capital é concebido pelo autor como “um sistema reprodutivo social” que é “antagonicamente estruturado” e que tomou “o lugar do princípio que regia o sistema reprodutivo feudal”, consolidando-se como “um novo tipo de microcosmo socioeconômico, caracterizado por grande mobilidade e dinamismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 107).

É importante ressaltar também que a necessidade de transformar a formação estatal em um meio de escravização social do trabalho pelo capital é expressa por Marx na *Guerra Civil na França*:

o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho – tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da nascente sociedade burguesa como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. Contudo, o seu desenvolvimento permanecia obstruído por toda a espécie de entulho medieval, direitos senhoriais, privilégios

⁴⁵ Aqui temos um problema de tradução. Na edição brasileira, nesta última frase, tem-se: “o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da *mais-valia* do trabalho excedente”. No original, lemos: “*is its vital role in securing and safeguarding the overall conditions of surplus-labour extraction*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 61). Não há extração da *mais-valia* do trabalho excedente. É a extração do trabalho excedente, ou mais-trabalho. Optamos por fazer esta alteração e retirar a palavra “mais-valia”.

locais, monopólios municipais de guilda e constituições provinciais. A gigantesca vassourada da Revolução Francesa do século 18 levou todas essas relíquias de tempos idos, limpando assim, simultaneamente, o terreno social dos seus últimos embaraços para a superestrutura do edifício do Estado moderno erguido sob o primeiro Império, ele próprio fruto das guerras de coalizão da velha Europa semifeudal contra a França moderna. Durante os *régimes* subsequentes, o governo, colocado sob controle parlamentar – isto é, sob o controle direto das classes possidentes –, não apenas se tornou um viveiro de enormes dívidas nacionais e de impostos esmagadores; com os seus irresistíveis atrativos de lugares, proventos e clientelas, não apenas se tornou o pomo de discórdia entre frações rivais e aventureiros das classes dirigentes; mas o seu caráter político mudou simultaneamente com as mudanças econômicas da sociedade. *No mesmo passo em que o processo da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe.* Depois de qualquer revolução que marque um progresso na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado (MARX, 2008, p. 399-400, grifos nossos).

A partir desta citação, vemos que estava claro, para Marx, a relação dialética que existia entre a indústria moderna desenvolvida sob o comando da relação-capital em oposição antagonica com o trabalho alienado e o poder de Estado que se constituiu como Estado moderno. Ao passo que se desenvolve o processo da indústria moderna sob o comando da relação capital (intensificando, portanto, o antagonismo de classe entre *capital e trabalho*), o autor afirma que cada vez mais o poder do Estado moderno representava o poder nacional do capital sobre o trabalho, ou seja, em suas palavras, uma “força pública organizada para a escravização social”, e a extração do trabalho excedente pela relação-capital. Consequentemente, cada vez mais assumia o caráter de uma máquina de despotismo de classe.

Nesta linha de raciocínio, para Mészáros, tanto o sistema do capital não pode ser entendido sem o Estado moderno, como também “este inter-relacionamento íntimo também se mantém quando visto pelo outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 125). Portanto,

Em razão dessa determinação recíproca, devemos falar de uma correspondência estreita entre, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida. Para os socialistas, esta é uma reciprocidade desafiadora e desconfortável. Ela põe em relevo o fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista. E, pelo lado oposto, o corolário desse mesmo fato acautelador é que, precisamente porque têm de enfrentar a forma da *reciprocidade auto-sustentada do capital* sob suas dimensões fundamentais, os socialistas jamais deverão esquecer ou ignorar – embora o esquecimento proposital deste fato tenha sido a razão da tragédia de setenta anos da experiência soviética – que não existe a possibilidade de superar a

força do capital sem permanecer fiel à preocupação marxista com o “encolhimento” do Estado (MÉSZÁROS, 2009, p. 125).

Vimos que, no pensamento de Marx e Engels, há uma relação dialética entre o Estado moderno e a indústria moderna sob o comando da relação-capital. No pensamento deles, esta nova forma moderna do Estado não está restrita a uma única expressão na vida real dos diferentes países: o Estado *moderno* representa, na verdade, um conjunto de formações estatais que se adequam às necessidades concretas de expansão do sistema do capital, como demonstra a passagem de formas democráticas para ditatoriais, e vice-versa, na história da França pós-revolucionária, sem que se alterem os fundamentos da produção e reprodução do metabolismo social. Além disso, destacamos que Mézáros traz uma contribuição significativa ao argumentar que a *formação estatal moderna* fundamentada na grande indústria sob controle da relação-capital pode se expressar em formas para além da variedade do *Estado capitalista*.

Na perspectiva deste último pensador, o Estado moderno compõe a materialidade do próprio sistema do capital, se constituindo, sob quaisquer variedades, em uma estrutura de comando político que é totalizador e, por conta da própria estrutura do sistema do capital da qual se ergue, é um poder político separado dos produtores da riqueza. Tem, portanto, como um princípio fundamental garantir e proteger as condições em que a sociedade se reproduza a partir do antagonismo social da produção – e destacamos aqui as condições de *extração do trabalho excedente dos produtores*.

Então, a perspectiva emancipatória de autodeterminação dos produtores deve se preocupar imensamente com a questão do fim do Estado: primeiramente, pelo que vimos no ponto anterior, por conta de um elemento fundamental da base material da existência do Estado enquanto tal em qualquer período histórico: alguma forma determinada de extração do trabalho excedente (que constitui algum tipo de escravidão social). E, em segundo lugar, como a perspectiva de emancipação social deve confrontar o sistema social antagônico vigente (o sistema do capital) e este possui uma relação dialética de autossustentação recíproca com o Estado moderno e o trabalho alienado, não é possível superar o sistema do capital, e emancipar o trabalho, sem eliminar conjuntamente o Estado como uma necessidade social.

3.3. A necessidade social do fenecimento do Estado

Diante do argumentado sobre a natureza do capital ser inseparável de alguma forma histórica de expropriação do trabalho excedente, sobre o Estado moderno e o sistema do capital possuírem uma relação dialética de autossustentação, não é possível caminhar em direção da emancipação humana se o Estado não fenecer, bem como o Estado não pode fenecer enquanto a relação-capital – através das formas de controle mais metamorfoseadas possíveis – continuar como o comando absoluto da produção e da reprodução da sociedade, ou seja, enquanto a sociedade for fundamentada sob o sistema do capital. Portanto, neste último ponto do capítulo, queremos enfatizar que a necessidade do fenecimento do Estado é fundamental para a emancipação humana, devido à própria natureza do Estado; bem como enfatizar que o Estado não pode fenecer enquanto o sistema do capital for o comando absoluto da produção e da reprodução social através de alguma forma metamorfoseada de controle. Pois ambos existem em uma relação de sustentação recíproca.

Como vimos no ponto anterior, na *Questão Judaica*, no método de análise objetiva que Marx começava a desenvolver, a emancipação política e a emancipação humana são duas coisas bastante distintas e o processo de realização da emancipação humana tem como necessidade um *papel decadente da política*. Segundo este autor,

a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (MARX, 2010b, p. 54).

Ou seja, é fundamental que o indivíduo real, na sua própria vida imediata, em suas relações individuais (e não a exclusão de sua subjetividade) tenha se tornado um *ser genérico*. E além disso, é preciso que os indivíduos reconheçam e organizem as suas próprias forças como forças *sociais*, e a consequência disto é que esta força social não mais se separa dos indivíduos *na forma da força política*. Não há mais necessidade desta relação *política* entre os indivíduos, pois o antagonismo entre os interesses particulares e os interesses gerais (comunitários) é superado neste processo emancipatório. Neste caso, consolidado o processo, não haveria mais interesses antagonísticos entre os indivíduos que constituem a comunidade humana.

Esta ideia se complementa a outra bastante fundamental presente nas *Glosas Críticas*. Neste texto, Marx argumenta que existe uma diferença essencial entre uma revolução social

com alma política (revolução política, ou simplesmente revolução) e uma revolução política com alma social (revolução social ou revolução socialista). Na sua concepção,

uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana. Ao contrário, a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do poder. O seu ponto de vista é aquele do Estado, de uma totalidade abstrata, que subsiste apenas através da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a ideia geral e a existência individual do homem. Por isso, *uma revolução com alma política organiza também, de acordo com a natureza limitada e discorde dessa alma, um círculo dirigente na sociedade e às custas da sociedade* (MARX, 2010a, p. 76-77, grifos nossos).

Marx considera, portanto, a alma política de uma revolução, o ponto de vista do Estado (uma totalidade abstrata) como um caminho antagônico à perspectiva emancipatória que ele elaborava. Este caminho, ao contrário de emancipar os indivíduos, pode até resultar em outra organização da sociedade, mas a revolução política organiza também (tal como a sociedade anterior, à qual se contrapôs) um círculo dirigente na sociedade e às custas da sociedade. Obviamente, isto acontece através de alguma forma de *expropriação do trabalho excedente* da massa dos produtores por este círculo dirigente.

O autor argumenta que uma revolução em geral é a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações e, nisto, ela é um ato político que, inclusive, o socialismo precisa realizar para dar início ao processo de emancipação social e regeneração da sociedade, pois ele necessita destruir e dissolver o velho mundo. É importante estarmos atentos ao fato de que, em sua concepção, parte do que ele precisa destruir e dissolver é o próprio Estado enquanto tal. Pois se o socialismo precisa, durante algum determinado período, do ato político como parte constituinte do processo de luta pela emancipação, Marx alerta: “no entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então *o socialismo se desembaraça do seu revestimento político*” (MARX, 2010a, p. 78, grifos nossos).

Podemos dizer que esta é uma ideia comum entre ele e Engels. Na sua Introdução ao texto de Marx *Guerra Civil em França*, escrita em 1891, Engels pode relacionar o acontecimento da Comuna de Paris com elementos que foram desenvolvidos durante anos de estudo sobre o Estado, argumentando que

A Comuna teve mesmo de reconhecer, desde logo, que a classe operária, uma vez chegada à dominação, não podia continuar a administrar com a velha máquina de Estado; que essa classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, acabada de conquistar, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até aí utilizada contra si própria, mas, por outro lado, de se precaver contra os seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer exceção, revogáveis a todo o momento (ENGELS, 2008b, p. 352).

Nos anos finais da sua vida, este autor continua afirmando que “na realidade, o Estado não é outra coisa senão uma máquina para a opressão de uma classe por outra e, de fato, na república democrática não menos do que na monarquia”. Para Engels, o Estado, é, “no melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de cortar, imediatamente, o mais possível, tal como no caso da Comuna”. Mas não para por aí, pois a necessidade vai além de cortar o mais rápido possível os piores aspectos durante a luta pelo domínio da sociedade. É preciso que “uma geração crescida em novas e livres condições sociais se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado” (ENGELS, 2008b, p. 354, grifos nossos).

No texto da *Guerra Civil em França*, vemos explicitamente, como argumentação da natureza do Estado a partir de dados históricos importantes, que, no processo de libertação social, “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos”. Pois, como vimos no ponto anterior, “no mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho”. No mesmo passo deste *processo industrial moderno*, o Estado assumia cada vez mais o caráter “de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe” (MARX, 2008, p. 399-400). Portanto, não podemos perder de vista que o fundamento do Estado moderno repousa e sobre a própria estrutura de produção do sistema do capital e a complementa.

Segundo Mészáros, o crescimento do movimento socialista no século XIX colocou, na “agenda histórica”, questões fundamentais sobre qual força da sociedade tem condições de confrontar todo o peso das contradições do Estado em relação aos problemas sociais e fazer com que o próprio Estado seja destruído. Desta maneira, “as respostas amplamente diferentes que encontramos nos anais da época testemunham as estratégias qualitativamente diferentes das pessoas engajadas na luta” (MÉSZÁROS, 2009, p. 566).

Para este autor, “no que se refere ao próprio Marx, a resposta fora substancial e claramente formulada no início da década de 1840, com repetidas advertências contra o

voluntarismo e o dogmatismo, *Leitmotifs* de sua visão política” (MÉSZÁROS, 2009, p. 566).

Em sete pontos principais, ele resume a resposta de Marx:

- (1) O Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas político-administrativas;
- (2) A revolução que se aproxima não pode ser simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução *social* para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema autoperpetuador de exploração socioeconômica;
- (3) Revoluções sociais buscam remover a contradição entre parcialidade e universalidade que as revoluções políticas do passado sempre reproduziram, submetendo a sociedade como um todo à regência da parcialidade política, no interesse das seções dominantes da “sociedade civil”;
- (4) O sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo em que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante – uma classe dominante mantida pelo trabalho de outras – sobre toda a sociedade;
- (5) Lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética e consequentemente a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade;
- (6) A ausência de condições objetivas para a implementação das medidas socialistas ironicamente pode apenas levar adiante as políticas dos adversários na eventualidade de uma conquista prematura do poder⁴⁶;
- (7) A revolução social bem-sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade –, ela há de ser *global/universal*; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala *global* (MÉSZÁROS, 2009, p. 566-567).

Na obra de Mézárós está explícita a necessidade, para a emancipação social, do que ele chama de *fenecimento do Estado*. Esta ideia é abordada em todas as partes do *Para Além do Capital*, e no capítulo 13 encontramos uma exposição explícita a respeito. Neste capítulo, de título *Como poderia o Estado fenecer?*, o autor argumenta que há uma relação de autossustentação recíproca entre Estado, capital e trabalho alienado. Tal autossustentação recíproca perpetua o antagonismo social deste sistema. Consequente, para superá-lo, é

⁴⁶ Em uma interessante nota de rodapé neste ponto seis, Mézárós argumenta que este ponto da conquista prematura do poder possui uma boa ilustração no exemplo do confronto político entre Marx e Schapper. Marx afirmou que “Eu tenho sempre resistido às opiniões momentâneas do proletariado. Somos devotados a um partido que, *afortunadamente* para ele, ainda não pode chegar ao poder. Se o proletariado chegasse ao poder, as medidas que ele introduziria seriam pequeno-burguesas e não diretamente proletárias. Nosso partido pode chegar ao *poder* apenas quando as condições lhe permitirem colocar em prática *sua própria visão*”. Marx se opôs a Schapper criticando que “a revolução não é vista como um produto de *realidades* da situação, mas como resultado de um esforço de *vontade*. Quando teríamos de dizer aos trabalhadores: vocês tem 15, 20, 50 anos de guerra civil pela frente para alterar a situação e a *treinar* vocês mesmos para o *exercício do poder*, se diz: devemos tomar o poder *imediatamente*, ou então voltar para nossas camas. Tal como os democratas abusaram da palavra ‘povo’, agora a palavra ‘proletariado’ tem sido usada como uma mera frase. Para tornar esta frase efetiva será necessário descrever todos os pequeno-burgueses como proletários e consequentemente representar na prática a pequena burguesia e não os proletários. O processo revolucionário *real* teria que ser substituído por *lemas* revolucionários” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 567).

necessário que os três sejam eliminados simultaneamente por um processo de transformação da maneira como a sociedade produz e se reproduz, uma transformação estrutural de todo o metabolismo social. Desta maneira, “nenhum dos três poderia ser ‘derrubado nem abolido’, mas apenas ‘transcendido e superado’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 576).

Nesta linha de raciocínio, devido à “inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado”. É insuficiente, para alcançar a emancipação humana, tomar o poder do Estado, pois “paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 600).

Mészáros argumenta que é até possível destruir o Estado burguês, o Estado capitalista, através da conquista do poder político, mas é “[bastante – *quite*]⁴⁷ impossível ‘esmagar a dependência estrutural herdada do trabalho em relação ao capital, já que esta dependência é assegurada materialmente pela divisão estrutural hierárquica do trabalho estabelecida’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 601).

Portanto, não é possível conceber como fazer o Estado fenecer sem estar em questão o próprio “fenecimento do capital” como o “regulador do processo sociometabólico”. Este sistema social é constituído por um círculo vicioso que tanto “prende o trabalho à dependência estrutural do capital”, quanto “o coloca em uma posição subordinada no que concerne à tomada política de decisão por um poder estatal estranho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 601-602).

Portanto, “enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado” (que para Mészáros significa “um novo tipo de personificação do capital”), argumenta que “o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade” (MÉSZÁROS, 2009, p. 601). Para Mészáros,

⁴⁷ Nesta frase também temos um problema de tradução. Na edição brasileira vemos a ideia de que “é *quase* impossível ‘esmagar’ a dependência estrutural herdada do trabalho em relação ao capital”. Assim, é *quase* impossível, mas seria possível esmagar esta dependência estrutural, o que vai de encontro com a sua concepção mais geral acerca do tema. Nas suas próprias palavras, vemos que o termo é *quite*: “*However, it is quite impossible to ‘smash’ labour’s inherited structural dependency from capital*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 494). A melhor tradução para este termo, neste contexto, seria bastante ou completamente.

não é, portanto, de modo algum acidental que a experiência histórica tenha produzido abundantes exemplos de *fortalecimento* do Estado pós-revolucionário, sem dar sequer o menor passo na direção de seu “fenecimento”. O trabalho pós-revolucionário, no seu modo imediatamente viável de existência, tanto em antigas sociedades capitalistas avançadas como em países subdesenvolvidos, permanece diretamente atado à substância do capital, isto é, à sua existência material como a determinação estrutural vigente do processo de trabalho, e não à sua forma historicamente contingente de personificação jurídica. A substância do capital, como poder determinante do processo sociometabólico, materialmente encastado, incorrigivelmente hierárquico e orientado-para-a-expansão, permanece o mesmo enquanto este sistema – tanto em suas formas capitalistas como nas pós-capitalistas – puder exercer com sucesso as funções controladoras do trabalho historicamente alienadas (MÉSZÁROS, 2009, p. 600).

Enquanto o sistema do capital mantiver, sob alguma forma historicamente mutável, o seu comando absoluto na produção e reprodução da sociedade, o fenecimento do Estado é uma ilusão. Para nosso trabalho, é fundamental destacarmos que, por consequência, o “*fortalecimento* do Estado pós-revolucionário” ocorre “sobre e contra a *força de trabalho*” – e “não ocorre simplesmente em relação ao mundo *exterior* – o qual, após a derrota das forças intervencionistas na Rússia, era de fato incapaz de exercer um impacto importante no curso dos acontecimentos *internos*”. A situação é mais complexa do que simplesmente a causa de relações *exteriores* complicadoras, pois o *fortalecimento* do Estado “se transforma numa perversa necessidade estrutural” por conta da “máxima extração politicamente regulada no trabalho excedente”. Neste sentido, nem se trata da consequência da relação *exterior*, nem uma “degeneração burocrática” que é “facilmente corrigível a ser retificada no plano político graças a uma nova ‘revolução’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 601). Ou seja, é “de importância fundamental ter em mente que o fortalecimento perverso do Estado pós-capitalista não é uma causa autossustentável, mas uma causa inseparável da dependência estrutural do trabalho em relação ao capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 602) nas circunstâncias específicas desenvolvidas na Rússia no começo do século XX.

Portanto, se o Estado se fortaleceu, há uma causa fundamental no modo de produção levada à frente por aquela experiência. Na perspectiva de Mézáros, a existência e o fortalecimento do Estado moderno correspondem à continuidade da relação-capital como comando absoluto da produção e da reprodução social. Continua existindo, portanto, a *expropriação do trabalho excedente* da massa de produtores dentro da estrutura da grande indústria.

É verdade que, para Marx e Engels, as expressões apresentadas pelo Estado moderno estão restritas à forma capitalista de controle do capital e seu Estado capitalista – democrático

ou ditatorial⁴⁸. Mencionamos novamente o princípio metodológico materialista histórico dialético de “revisão constante” e “modificação significativa”, pois se o Estado é inseparável em relação à expropriação do trabalho excedente (algum tipo de escravização social) e, nos tempos modernos, erguidos sob a relação-capital que comanda a grande indústria, o Estado é parte constituinte do sistema do capital – então a experiência soviética tem uma profunda contradição em sua história por ter *fortalecido o poder estatal* ainda que chamado de Estado Proletário.

Portanto, para nós este é um elemento fundamental da argumentação de Mészáros a respeito da permanência do capital na experiência soviética: a permanência do Estado moderno (ainda que numa forma metamorfoseada em relação ao Estado *capitalista*) corresponde à permanência do sistema do capital como controlador do processo de trabalho e, conseqüentemente, de reprodução social. E o Estado *moderno*, na concepção deste autor, não só permaneceu existindo, como se fortaleceu, gerando complicações enormes para a perspectiva emancipatória do socialismo científico.

No próximo capítulo, abordamos sobretudo a concepção de Mészáros a respeito do modo específico de extração do trabalho excedente que o sistema do capital desenvolveu nas condições históricas da experiência soviética. Para este pensador, a revolução na Rússia, que estava latente desde a segunda metade do século XIX, possibilitou o desenvolvimento de uma forma pós-revolucionária de sistema do capital extrator do trabalho excedente: o capital pós-capitalista soviético com sua relação dialética com o Estado Proletário, o Estado *fortalecido* da experiência soviética.

4. CAPÍTULO 3 – A EXTRAÇÃO DO TRABALHO EXCEDENTE DETERMINADA POLITICAMENTE

4.1. Marx e Engels sobre a Rússia pré-revolucionária

Muitos anos antes da tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique ocorrer em outubro de 1917, a própria formação estatal que existia na Rússia estava completamente desestruturada. Era o reflexo, do ponto de vista político do Estado, da crise existente nas próprias estruturas econômicas e sociais russas. A situação social russa da segunda metade do século XIX em diante, sobretudo depois da abolição da servidão em 1861, foi se agravando de

⁴⁸ Conforme podemos ver nas obras de Marx como a *Luta de classes na França, 18 Brumário de Luis Bonaparte* e a *Guerra Civil na França*, bem como nos acréscimos de Engels nas introduções e prefácios.

tal forma que, para pensadores de perspectivas de mundo diferentes, ela não poderia continuar por muito tempo como estava. Para várias tendências teóricas russas – os liberais, os social-democratas e os socialistas – era necessário que houvesse alguma transformação das estruturas daquela sociedade arcaica. Certamente houve também aqueles que, diante da grave crise, lutavam contra qualquer mudança radical do sistema social russo – como os próprios monarquistas e os oficiais da monarquia, bem como os grandes latifundiários que estavam ligados aos resquícios feudais existentes no capitalismo tardio e subdesenvolvido da Rússia.

Esta situação pré-revolucionária russa da segunda metade do século XIX foi um elemento importante que fez com que Marx e Engels se dedicassem, nos últimos anos de suas vidas, ao estudo da Rússia e do movimento revolucionário daquele país. Um outro elemento importante que chamou a atenção científica de ambos foi o fato de que a *comuna russa* (*obchtchina*) continuava a existir num momento em que o mundo estava na entrada de sua época moderna, enquanto que as *comunas* dos demais países da Europa tinham sido dissolvidas antes mesmo do capitalismo (e o seu “mundo moderno”) se consolidar. De que maneira aquele elemento de um *resquício comunitário* da humanidade poderia contribuir para a luta pela emancipação humana e a realização de uma comunidade humana global? Esta era uma questão fundamental, sobretudo quando o próprio Marx tinha em mente que o capitalismo global estava em sua crise fatal⁴⁹ e que, da margem do capitalismo, na Rússia, viria a nova onda revolucionária que *poderia* destruir de vez o *sistema caduco* e instaurar uma nova forma de organização social global que seja fruto do trabalho dos produtores livremente associados, se esta onda revolucionária englobasse os países capitalistas desenvolvidos.

Alguns escritos que podem ilustrar esta situação são os textos reunidos de Marx e Engels publicados no Brasil como *Luta de Classes na Rússia*. Nestes textos, além do fato de que a Rússia realmente estava vivendo um momento de transformação social profunda desde a segunda metade do século XIX (primeiro ponto importante a se observar), podemos ver mais quatro pontos importantes: 1) o atraso das forças produtivas na Rússia é visto, por alguns revolucionários, como uma vantagem deste país em relação à Europa ocidental (onde o

⁴⁹ Nas palavras de Marx, contidas no primeiro esboço (1881) para a carta de resposta a Vera Zaslitch (que veremos melhor adiante): “A melhor prova de que esse desenvolvimento da ‘comuna rural’ responde à corrente histórica de nossa época é a *crise fatal* sofrida pela produção capitalista nos países europeus e norte-americanos, onde ela mais avançou e que terminará com a sua eliminação, com o retorno da sociedade moderna a uma forma superior do tipo mais arcaico – a produção e a apropriação coletivas” (MARX, 2013a, p. 99, grifos nossos). Podemos ver esta ideia também, com informações retrospectivas do início da metade do século XIX, no Prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista* (1882) da seguinte forma: “O *Manifesto Comunista* [publicado em 1848] tinha como tarefa a *proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa*. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da *velhacaria capitalista* e da propriedade burguesa que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é posse coletiva dos camponeses” (MARX; ENGELS, 2013, p. 125, grifos nossos).

capitalismo estava mais consolidado) em relação à construção de uma sociedade socialista; 2) na concepção de Marx e Engels, era necessário investigar a realidade russa em conjunto com sistema do capital a nível global para poder elaborar estratégias de combinar as vantagens reais que a Rússia poderia ter na tarefa de regeneração social da humanidade em confronto com as problemáticas desvantagens; 3) para os dois últimos pensadores, havia, na verdade, graves complicadores para que a revolução russa iminente tivesse um caráter socialista.

E, por último, 4) podemos ver que o objetivo fundamental da regeneração social da humanidade é que os indivíduos produtores coloquem as forças produtivas modernas da indústria a serviço de toda a coletividade, ou seja, construir, a partir das forças produtivas da indústria moderna, uma sociedade sem distinções de classe, onde não haja a expropriação do trabalho excedente da massa de produtores por um círculo dirigente.

Na Rússia da segunda metade do século XIX, havia um debate sobre qual seria ou deveria ser o futuro da Rússia que estava prestes a ruir e a sua relação com o papel que a comuna rural russa poderia desempenhar neste processo. Basicamente, a questão se dividia entre opiniões como a dos economistas liberais, que achavam que a Rússia deveria começar “por destruir a comuna rural para passar ao regime capitalista ou se, pelo contrário, ela poderia, sem experimentar a tortura infligida por esse regime, apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos” como afirmavam alguns revolucionários russos (MARX, 2013b, p. 65).

Um exemplo importante deste debate é a troca de cartas entre Marx e Vera Zaslitch⁵⁰. A posição de Marx é de um *apoio objetivamente condicional* à possibilidade de que a comuna russa pudesse ser um elemento importante na regeneração social da Rússia pela via socialista na medida em que houvesse uma revolução russa em correlação com a revolução nos países desenvolvidos do Ocidente. A própria carta de Vera Zaslitch a Marx é bastante interessante e reveladora do debate revolucionário que acontecia na Rússia. Escrita em 16 de fevereiro de 1881, Vera afirma em sua carta que a obra *O Capital* desempenha um papel importante nas discussões russas sobre a questão agrária daquele país e sobre a comuna rural (*obchtchina*) que lá existia. O motivo pelo qual enviava aquela carta era o de obter de Marx, diretamente,

⁵⁰ De acordo com Michael Löwy, na introdução aos textos da *Luta de Classes na Rússia*, Vera Zaslitch foi uma revolucionária russa que “participou em 1878 de um atentado contra o coronel Trepov, governador czarista de São Petersburgo, fazia parte, ao lado de Georgi Plekhanov e Pavel Axelrod, de um grupo de revolucionários russos exilados em Genebra. Dissidentes do movimento *narodnik* – os assim chamados ‘populistas’ da organização *Narodnaia Volia* [A vontade do Povo] –, formam o grupo *Tchorny Péredel* [Partilha Negra], interessado pelas ideias de Marx e cujo nome se refere a um programa radical de reforma agrária. Alguns anos depois, os três figurariam entre os principais fundadores do Partido Operário Social-Democrata Russo e, um pouco mais tarde, de sua ala menchevique” (LÖWY, 2013, p. 11).

uma análise acerca do desenvolvimento social russo em relação à *obchtchina*. Vera argumenta:

Vós sabeis melhor do que ninguém o quanto essa questão é urgente na Rússia. Vós sabeis o que pensa Tchernichevski⁵¹. Nossa literatura avançada, como, por exemplo, os artigos da [Notas Patrióticas], continua a desenvolver suas ideias. Mas, a meu ver, trata-se de uma questão de vida ou morte, sobretudo para o nosso partido socialista. Do posicionamento da vossa parte sobre essa questão depende até mesmo o nosso destino pessoal como socialistas revolucionários. Apenas duas soluções são possíveis. A comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos de terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista, quer dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas. Nesse caso, o socialista revolucionário deve envidar todos os seus esforços em prol da libertação da comuna e de seu desenvolvimento.

Mas se, pelo contrário, a comuna está destinada a perecer, ao socialista como tal não resta outra coisa senão dedicar-se a cálculos mais ou menos mal fundamentados para descobrir em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa ocidental. Eles deverão, portanto, fazer a propaganda apenas entre os trabalhadores das cidades, que por sua vez serão continuamente inundadas pela massa de camponeses, a ser lançada em seus paralelepípedos em busca de salário, como consequência da dissolução da comuna.

Nos últimos tempos, ouvimos dizer com frequência que a comuna rural é uma forma arcaica, condenada à morte, como se fosse a coisa mais indiscutível, pela história, pelo socialismo científico. As pessoas que apregoam isso se dizem vossos discípulos por excelência: “marxistas”. Seu argumento mais forte muitas vezes é: “Foi Marx quem disse isso”. Quando se objeta: “Mas como vós deduzis isso de seu *O capital*? Ele não trata da questão agrária e nunca fala da Rússia”, eles replicam, de um modo talvez um tanto temerário: “Ele o teria dito se tivesse falado do vosso país”. Vós compreendeis, portanto, Cidadão, até que ponto vossa opinião sobre essa questão nos interessa e como é grande o serviço que vós nos prestaríeis, expondo vossas ideias sobre o possível destino de nossa comuna rural e sobre a teoria da necessidade histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista.

Tomo a liberdade de vos pedir, Cidadão, em nome de meus amigos, que se disponha a prestar-nos esse serviço.

Se o tempo não permitir que exponhais vossas ideias sobre essas questões de uma maneira mais ou menos detalhada, tendes ao menos o obséquio de fazê-lo na forma de uma carta que queirais permitir que eu traduza e publique na Rússia (ZASULITCH, 2013, p. 78-80).

Marx escreveu quatro esboços para esta resposta a Vera Zaslitch antes de mandar a versão definitiva. A relativa diferença de abordagem é visível de um para o outro, sendo o primeiro esboço o mais elaborado, que vai reduzindo até o ponto da resposta efetivamente enviada, na qual apenas o último parágrafo diz respeito diretamente a sua opinião acerca do futuro da comuna rural russa. Ao analisar o primeiro esboço, vemos que, para Marx, o destino do desenvolvimento social russo não teria, necessariamente, o mesmo destino da Europa

⁵¹ Nicolai Gavrilovtch Tchernichevski foi um pensador da tendência socialista populista (*narodnik*). Tchernichevski acreditava que uma nova sociedade na Rússia poderia emergir pelo futuro desenvolvimento da comunidade rural russa (*obchtchina*).

ocidental. No entanto, isto à parte, existiam enormes dificuldades para que a comuna rural russa pudesse se desenvolver num sentido socialista, e não era neste caminho que a tendência objetiva apontava à época em que analisava tal situação.

Na primeira redação da carta de resposta, vemos que, de início, Marx afirmou sua concepção sobre a existência de uma particularidade histórica em cada país e que o esboço histórico da Europa ocidental delineado a partir do exemplo *clássico* da Inglaterra não poderia servir para uma teoria histórica geral que engloba todos os países do mundo de maneira uniforme. Uma diferença entre a Rússia e os elementos que ele mesmo delineou é apontada na afirmativa de que o processo histórico da Europa ocidental corresponde à suplantação da *propriedade privada* fundada no trabalho pessoal pela *propriedade privada capitalista*, fundada na exploração do trabalho de outro indivíduo, fundada no trabalho assalariado – correspondendo ao movimento de eliminação que transformou os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados. A partir desta argumentação, Marx objeta:

Assim, em última análise, ocorre a transformação *de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*. A terra nas mãos dos camponeses russos jamais foi *a sua propriedade privada*; então, como se aplicaria esse desenvolvimento? (MARX, 2013a, p. 89).

Marx enxergava, apesar das dificuldades, uma possibilidade de a comuna rural russa não passar pelo mesmo destino de decadência e eliminação das demais comunas rurais que existiram na Europa ocidental. Ele esboçou que:

Do ponto de vista histórico, o único argumento sério a favor da *dissolução fatal* da comuna de *camponeses russos* é este: quando muito, se encontra em toda parte na Europa ocidental um tipo mais ou menos arcaico de propriedade comum; ela desapareceu totalmente com o progresso social. Por que ela escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? Respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas *as conquistas positivas* e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias Orientais (MARX, 2013a, p. 89-90).

O destino da comuna agrícola em determinado país, para Marx, estava relacionado ao ambiente histórico onde a comuna se encontra estruturada, não é uma predeterminação a priori a partir de uma teoria geral da história das comunas agrícolas que existiram em

diferentes partes do mundo. Outro argumento que Marx enxergava para esta possibilidade da comuna rural russa dizia respeito à conjuntura histórica na qual estava inserido o sistema do capitalismo global, em sua perspectiva na época. De acordo com este primeiro esboço de Marx,

Outra circunstância favorável à conservação da comuna russa (pela via do desenvolvimento) é que ela não só é contemporânea da produção capitalista como também sobreviveu à época em que esse sistema social ainda se apresentava intacto. É que ela o encontra, pelo contrário, tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, em luta contra a ciência, contra as massas populares e contra as próprias forças produtivas que engendra. Em suma, ela o encontra numa crise que só terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas ao tipo “arcaico” da propriedade comum, uma forma, ou, como disse um autor norte-americano nem um pouco suspeito de tendências revolucionárias e que em seus trabalhos contou com o apoio do governo de Washington, “o sistema novo” para o qual tende a sociedade moderna “será uma renascença (*a revival*) numa forma superior (*in a superior form*) de um tipo social arcaico”. Por conseguinte, não há porque deixar-se atemorizar pela palavra “arcaico” (MARX, 2013a, p. 90-91).

Marx considerava, portanto, que o sistema social capitalista não estava mais intacto, pelo contrário, vivenciava uma crise que *só terminaria* com a sua eliminação através de uma reorganização social que “retornaria” (de maneira mais avançada, claro) ao princípio “arcaico” de propriedade comum – livre associação dos indivíduos produtores, não a existência de uma nova forma de *expropriação do trabalho excedente* dos produtores por uma minoria. Marx – “falando em termos teóricos” – argumenta, portanto, que a

“comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um *ponto de partida direto* do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista, regime que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua *duração* possível, conta muito pouco na vida da sociedade. Porém, é preciso descer da teoria pura à realidade (MARX, 2013a, p. 96).

Em contradição com os *termos teóricos* desta possibilidade, a dura realidade da comuna rural russa naquela época, no entanto, era bastante complicada para conseguir caminhar pelos trilhos desta possibilidade teórica de regeneração. Segundo o próprio Marx,

Desde a assim chamada emancipação dos camponeses, a comuna russa foi colocada pelo Estado em condições anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos. Extenuada pela carga fiscal que pesa sobre ela, tornou-se matéria inerte passível de ser facilmente explorada pelo comércio, pela propriedade fundiária e pela usura. Essa opressão vinda de fora desencadeou no seio da própria comuna o conflito de interesses já presente nela e desenvolveu rapidamente os germes de sua decomposição. Mas isso não é tudo. À

custa dos camponeses, o Estado deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental que, sem desenvolver de nenhum modo as capacidades produtivas da agricultura, são os mais apropriados para facilitar o roubo de seus frutos pelos intermediários improdutivos. Desse modo, ele cooperou para o enriquecimento de um novo parasita capitalista que suga o sangue já tão anêmico da “comuna rural”. (Em suma: o Estado concorreu para o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados, a fim de facilitar e precipitar a exploração do agricultor, isto é, da maior força produtiva da Rússia, além de enriquecer os “novos pilares sociais”).

A menos que seja rompido por uma potente reação, esse concurso de influências destrutivas naturalmente deverá levar a comuna rural à morte (MARX, 2013a, p. 96-97).

Vemos, portanto, que a possibilidade de uma regeneração social da Rússia, através da preservação de sua comuna pelo desenvolvimento, possui fortes condicionantes objetivos: nada menos do que uma *reação potente*, que deveria *romper o concurso de influências destrutivas*. Marx ainda acrescenta que:

Porém, é preciso perguntar-se por que todo esse interesse – inclusive da parte das grandes indústrias que se encontram sob a tutela governamental – em obter resultados tão bons no estado atual da comuna rural, por que eles, cientes disso, conspiram para matar a galinha que põe para eles seus ovos de ouro? Precisamente porque sentem que “esse estado atual” não se sustenta, e que, em consequência, o modo atual de explorar já não está mais na moda. A miséria do agricultor já infectou a terra, tornando-a estéril. As boas colheitas são neutralizadas por períodos de fome. A média dos últimos dez anos mostra que a produção agrícola não só estagnou como está recuando (MARX, 2013a, p. 97).

Portanto, podemos dizer que a situação na Rússia estava se tornando cada vez mais insuportável e inviável. Era um verdadeiro impasse. Na concepção deste autor,

De um lado, a “comuna rural” está quase reduzida ao seu último resto e, de outro, uma poderosa conspiração se põe de tocaia para desferir-lhe o golpe de misericórdia. Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa. De resto, os detentores dos poderes políticos e sociais fazem o melhor que podem para preparar as massas para essa catástrofe (MARX, 2013a, p. 100).

No seu primeiro esboço fica claro que a salvação da comuna russa tem uma condição objetiva bastante complexa: uma revolução na Rússia que assegurasse o livre crescimento da comuna rural em um ambiente internacional desafiador. Assim, em resposta a Vera, Marx esboça primeiramente que

Vós sabeis perfeitamente que hoje a própria existência da comuna russa corre perigo advindo de uma conspiração de interesses poderosos; esmagada pelas exações diretas do Estado, explorada fraudulentamente pelos intrusos “capitalistas”, mercadores, etc., e pelos “proprietários” de terras, ela, ainda por cima, enfrenta o mercado minado pelos usurários da cidade, pelos conflitos de interesses provocados em seu próprio seio pelo situação em que ela foi colocada.

[...] Ao mesmo tempo em que sangra e tortura a comuna, que se esteriliza e pauperiza a sua terra, os lacaios literários dos “novos pilares da sociedade” designam ironicamente os ferimentos que assim lhe são infligidos como sintomas de sua decrepitude espontânea. Afirma-se que ela está morrendo de morte natural e que se fará um bom trabalho abreviando sua agonia. Aqui não se trata mais de um problema a resolver; trata-se pura e simplesmente de um inimigo a derrotar. Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa. De resto, o governo e os “novos pilares da sociedade” fazem o melhor que podem para preparar as massas para essa catástrofe. Se a revolução acontecer em tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela logo se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista (MARX, 2013a, p. 101-102).

Desta maneira, vemos que o apoio de Marx em relação à possibilidade da comuna russa servir ao desenvolvimento do socialismo é um *apoio condicional*, dependente de uma revolução russa e que *esta revolução concentrasse todas as suas forças* para assegurar o *livre crescimento da comuna rural* – ou seja, mais uma vez destacando, de acordo com a questão em pauta, a necessidade da livre associação dos produtores. Vemos que estes elementos principais – que colocam uma possibilidade bastante condicionada – permanecem nos demais esboços.

No segundo esboço, Marx argumenta que “o que ameaça a vida da comuna russa não é uma fatalidade histórica nem uma fatalidade teórica; é a opressão por parte do Estado e a exploração pelos intrusos capitalistas que se tornaram poderosos, à custa dos camponeses, com a ajuda do próprio Estado” (MARX, 2013a, p. 105). Ele termina este segundo esboço com um parágrafo que carregava um alerta perigoso:

Deixando de lado toda a questão mais ou menos teórica, só o que tenho a vos dizer é que hoje a própria existência da comuna russa é ameaçada por uma conspiração de interesses poderosos. Certo gênero de capitalismo, nutrido às expensas dos camponeses por intermédio do Estado, ergue-se defronte da comuna; seu interesse é esmagá-la. O interesse dos proprietários de terras é constituir os agricultores mais ou menos bem situados como classe média agrícola e transformar os camponeses pobres – isto é, a massa – em simples assalariados. E isso quer dizer trabalho barato! E como resistiria uma comuna moída pelas exações do Estado, pilhada pelo comércio, explorada pelos proprietários de terras, minada em seu interior pela usura? (MARX, 2013a, p. 107).

No terceiro, Marx esboçou que as questões levantadas por Vera Zaslitch não podem ser satisfeitas com respostas simples. Nesta terceira redação, Marx escreveu: “para tratar a fundo as questões propostas na vossa carta de 16 de fevereiro, eu precisaria analisar as coisas em detalhes e interromper trabalhos urgentes”. O que se proporia, portanto, era fazer “uma exposição sucinta” com a esperança de que fosse o suficiente “para dissipar todo mal-entendido em relação à minha assim chamada teoria” (MARX, 2013a, p. 107). O quarto

esboço, mais sucinto na argumentação, está mais próximo da carta definitiva que foi enviada como resposta.

A carta efetivamente enviada a Vera Zasulitch, escrita em 8 de março de 1881, depois de citar um trecho do próprio *O Capital* como argumentação (e defesa contra o mal-entendido de sua teoria quanto a uma fatalidade histórica no destino da Rússia) contém a mensagem de que

Portanto, a “fatalidade histórica” desse processo [de gênese da produção capitalista] está expressamente restrita aos países da Europa ocidental. A razão dessa restrição é indicada na seguinte passagem do capítulo 32: “A propriedade privada fundada no trabalho pessoal [...] é suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado”.

Nesse processo ocidental, o que ocorre é a transformação de uma forma de propriedade privada para outra forma de propriedade privada. Já no caso dos camponeses russos, ao contrário, seria preciso transformar sua propriedade comunal [*propriété commune*] em propriedade privada.

Desse modo, a análise apresentada n’*O capital* não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d’appui*] da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e então assegurar-lhes as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (MARX, 2013a, p. 115).

Pode-se dizer que a carta efetivamente mandada para Vera Zasulitch tem um teor um pouco mais otimista em relação a alguns elementos escritos nos esboços, quanto à possibilidade de a comuna rural russa ser uma alavanca da regeneração social na Rússia, mas, ainda assim, Marx deixa claro que era preciso eliminar as “influências deletérias” que assaltam a comuna “por todos os lados” – vindo do Estado, dos grandes latifundiários, dos comerciantes e usurários, etc., em coerência com o que ele mesmo traça em seus esboços.

E, para assegurar-lhes as “condições normais de um desenvolvimento espontâneo” – visto que reconhecidamente a tendência histórica russa não apontava para isto – era necessário nada menos que uma revolução na Rússia (como ele esboçou, mas não escreveu diretamente na carta efetivamente mandada). Além disso, para Marx, a perspectiva socialista sempre esteve ligada a uma perspectiva global, já que partia da necessidade de superação de um sistema que era de natureza global. Portanto, a situação se complica ainda mais quando pensamos que uma revolução social russa não seria suficiente para produzir uma regeneração social em seu próprio país, se esta revolução ficasse isolada e não houvesse a superação do sistema do capital como um sistema global, como podemos ver num escrito destinado à Rússia pouco tempo depois desta carta: o Prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*.

Este prefácio foi publicado no ano seguinte da carta para Vera Zasulich, em 1882, e nele Marx e Engels tocam em alguns dos elementos importantes relacionados à situação pré-revolucionária na Rússia e à necessidade, para a regeneração social russa, da existência de uma relação complementar com a revolução socialista a partir do Ocidente capitalista consolidado e, portanto, mais avançado. Neste prefácio, os autores afirmam que o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, ao expressar a luta de classes real, abordava um “limitado campo do movimento proletário daquele tempo”, ou seja, naquela circunstância histórica. Consequentemente, a Rússia e os Estados Unidos não foram citados na parte do manifesto que se referia à “posição dos comunistas em relação aos vários partidos de oposição nos diferentes países” (MARX; ENGELS, 2013, p. 124), pois

Naquela época [por volta de 1848], a Rússia se constituía na última grande reserva da reação europeia, enquanto os Estados Unidos absorviam o excedente das forças proletárias da Europa que para lá emigravam. Ambos os países proviam a Europa de matérias-primas, assim como eram mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente.

Que diferença hoje [em 1882]! Foi justamente a imigração europeia que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural da Europa – tanto a grande quanto a pequena. Simultaneamente, deu aos Estados Unidos a oportunidade de explorar seus imensos recursos industriais com tal energia e em tais proporções que, dentro de pouco tempo, o monopólio industrial da Europa ocidental estará arruinado, em especial o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, sucumbem diante da competição das fazendas gigantescas; no paralelo, formam-se, pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa de capitais.

E a Rússia? Durante a revolução de 1848-1849, a burguesia e os monarcas europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar [Nicolau I] foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução, ao passo que a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é posse coletiva dos camponeses. O problema agora é: poderia a *obchtchina* russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria antes passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista (MARX; ENGELS, 2013, p. 125).

Vemos, neste prefácio, alguns elementos interessantes sobre a Rússia, um país que se encontrava numa situação de revolução iminente. Primeiro, que, por conta de sua situação

social em crise grave e da luta de classes, a Rússia era considerada por Marx e Engels como formadora da vanguarda da ação revolucionária da Europa. Em segundo lugar, vemos que, da época em que escreveram o *Manifesto Comunista* em 1847-48 até 1882 (quando publicaram este prefácio) eles pensavam que o sistema do capital e sua moderna propriedade burguesa estavam em uma crise que só terminaria com o fim do sistema. Ainda assim, tinham de reconhecer: neste interim, houve *o começo de um desenvolvimento* de florescimento (acelerado, inclusive), do que eles consideravam “velhacaria capitalista” e “propriedade burguesa” no Ocidente, e, na Rússia, ainda havia a comuna rural (*obchtchina*), que eles reconheciam estar numa forma muito deteriorada em relação à forma da antiga posse comum da terra pela comunidade.

Apesar do admitido começo de desenvolvimento do sistema do capital e da forma deteriorada que a *obchtchina* se encontrava, ainda assim, eles consideravam que o sistema do capital estava em uma crise fatal e, devido a esta situação conjuntural, ainda havia uma esperança: a revolução russa ser um sinal para a revolução proletária no Ocidente, e estes dois flancos revolucionários se complementarem. A Rússia realmente fervilhava em contradições que se acumulavam.

Por conta da importância histórica mundial deste evento histórico russo, vemos que Engels também estava atento ao seu movimento e assim também nos traz algumas reflexões importantes. O seu debate⁵² com Tkatchov⁵³, entre 1874-1875 e em 1894⁵⁴, nos fornece uma demonstração de como estava a situação social russa e do Estado russo. Além disso, Engels também enxerga problemas objetivos que colocam fortes questionamentos sobre o caráter *socialista* que poderia existir naquele movimento revolucionário iminente.

Segundo Tkatchov, fazer uma revolução social na Rússia justamente naquele momento é algo muito mais fácil do que realizar a revolução social na Europa ocidental, pois, segundo seu próprio argumento, se entre os russos não há um proletariado urbano, tampouco há uma burguesia, portanto os trabalhadores tem apenas de combater o *poder político* que os oprime (o Estado russo), uma vez que o *poder do capital* é ainda embrionário na sociedade russa. E, para Tkatchov, lutar contra o *poder político* (o Estado) é mais fácil do que lutar contra o *poder do capital*⁵⁵. Engels, por sua vez, discorda que seria mais fácil realizar uma

⁵² Debate contido na série de artigos chamado *Literatura de Refugiados*.

⁵³ Piotr Tkatchov era um populista russo.

⁵⁴ Em 1894 Engels escreve um Posfácio a um artigo seu chamado *Questões sociais da Rússia*, publicado em julho de 1875, que foi desenvolvido a partir do artigo V da série *Literatura de Refugiados*, fornecendo dados históricos de quase uma década depois da morte de Marx, que morre em 14 de março de 1883.

⁵⁵ Nas palavras de Tkatchov: “Entre nós não há um proletariado urbano, isso é verdade; só que, em compensação, tampouco temos burguesia [...] nossos trabalhadores terão de combater apenas o *poder político* – o

revolução socialista em determinado país, alegando que este não tem um proletariado nem uma burguesia desenvolvida. Ele argumenta que:

A revolução almejada pelo socialismo moderno é, sucintamente, a vitória do proletariado contra a burguesia e a reorganização da sociedade mediante a anulação das diferenças de classes. Para tanto, é preciso que haja não só um proletariado capaz de realizar essa revolução, mas também uma burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade se desenvolveram a ponto de permitir a anulação definitiva das diferenças de classe⁵⁶. Entre os selvagens e semisselvagens frequentemente também não há diferenças de classe, e todos os povos passaram por tal situação. A ideia de restaurá-la sequer pode nos ocorrer, porque dela decorrem necessariamente, com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as diferenças de classe. Somente em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que até para os tempos atuais é bastante elevado, torna-se possível aumentar a produção a um nível em que a eliminação das diferenças de classe seja um verdadeiro progresso e possa ser duradoura, sem acarretar uma paralisação ou mesmo um retrocesso no modo de produção da sociedade. Porém, as forças produtivas só chegaram a esse grau de desenvolvimento pelas mãos da burguesia. Sendo assim, a burguesia, também nesse aspecto, é uma condição tão necessária da revolução socialista quanto o próprio proletariado (ENGELS, 2013a, p. 37).

Engels considerava, portanto, que os tempos atuais (por volta de 1870) não tinham atingido o estágio do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que precisaria existir para que a produção pudesse ser aumentada de tal forma que tornasse possível (e realmente um avanço) a eliminação das diferenças de classe. Além disso, enquanto que, para Tkatchov, o Estado russo não tem raízes na vida econômica do povo, não corporifica os interesses de nenhum estamento em si mesmo e a forma da sociedade russa deve sua existência ao Estado russo, que supostamente pairaria no ar, que não teria nada em comum com a ordem social vigente, que não teria suas raízes no passado, mas no presente⁵⁷ – para Engels é exatamente o oposto disto.

Segundo Engels, como a pequena parcela dos nobres tinha posse de mais ou menos a mesma quantidade de terras que os camponeses (que existiam em um número muito maior), obviamente os nobres tinham interesse no Estado russo, pois “lhes protege a posse de metade da terra” (ENGELS, 2013a, p. 39). Além disso, os camponeses pagam muito mais impostos e

poder do capital ainda é embrionário entre nós. E o senhor certamente sabe que lutar conta o primeiro é bem mais fácil do que contra o segundo” (TKATCHOV *apud* ENGELS, 2013a, p. 37).

⁵⁶ Ou seja, que ninguém viva da expropriação do trabalho excedente de outrem.

⁵⁷ Tkatchov defende esta ideia argumentando que o Estado russo “só de longe parece um poder. [...] Ele não tem raízes na vida econômica do povo; não corporifica em si os interesses de nenhum estamento. [...] Onde o senhor vive, o Estado não é um poder aparente. Ele se apoia com os dois pés sobre o capital; ele corporifica em si certos interesses econômicos. [...] Entre nós, essa questão se apresenta como o exato inverso disso – a nossa forma de sociedade deve a sua existência ao Estado, ao Estado, por assim dizer, pairando no ar, que nada tem em comum com a ordem social vigente, que tem suas raízes no passado, mas não no presente” (TKATCHOV *apud* ENGELS, 2013a, p. 38).

os nobres detêm as parcelas mais férteis da terra disponível (ENGELS, 2013a, p. 39). Para este autor, a dispensa dos trabalhos forçados foi realizada de uma maneira que “deixou os camponeses – maciçamente – numa situação de miséria extrema, completamente insustentável” (ENGELS, 2013a, p. 40). E ainda mais, o autor argumenta que o Estado russo daquela época também era dos interesses da alta burguesia de São Petersburgo, Moscou e Odessa, pois

toda a grande indústria russa, que só subsiste mediante a proteção alfandegária que o Estado lhe outorga, todos esses elementos significativos da população que se encontram em crescimento acelerado não teriam nenhum interesse na existência do Estado russo? Isso sem falar do exército inumerável de funcionários que inunda e saqueia a Rússia e, nesse caso, constitui um verdadeiro estamento. E quando o senhor vem nos assegurar que o Estado russo “não tem raízes na vida econômica do povo, não corporifica em si os interesses de nenhum estamento”, que ele paira “no ar”, quer nos parecer que não é o Estado russo que paira no ar, mas, muito antes, o senhor Tkatchov (ENGELS, 2013a, p. 42-43).

Na continuação de sua discussão com Tkatchov, em 18 de abril de 1875, Engels coloca uma questão fundamental:

Está claro que, desde a emancipação da servidão [em 1861], a situação dos camponeses russos se tornou insuportável e, no longo prazo, insustentável e que, já por essa razão, está se encaminhando uma revolução na Rússia. *A pergunta a fazer é qual poderá ser e qual será o resultado dessa revolução?* O senhor Tkatchov diz que será uma revolução social. [...] O que ele quer dizer, no entanto, é que será uma revolução socialista, que introduzirá na Rússia a forma de sociedade almejada pelo socialismo europeu ocidental ainda antes que nós, no Ocidente, cheguemos a isso – e isto em condições sociais nas quais tanto o proletariado quanto a burguesia ocorrem apenas esporadicamente e num estágio pouco desenvolvido. Segundo ele, isso será possível porque os russos são, por assim dizer, o povo eleito do socialismo e possuem o *artel*⁵⁸ e a propriedade comunal da terra (ENGELS, 2013a, p. 43, grifos nossos).

Que a Rússia estava em uma situação próxima da revolução, isto era verdade, mas havia enormes obstáculos objetivos para que esta revolução russa tivesse um caráter *socialista*. Engels discorda desta perspectiva que Tkatchov usa para analisar as circunstâncias russas e o papel do *artel* e da *obchtchina*, uma vez que “na Rússia, a palavra *artel* é usada para designar não só todo tipo de atividade comunitária, mas também instituições comunitárias. Até a *bolsa de valores* é um *artel*”. Inclusive “nos *artels* de trabalhadores”, não raramente, há casos em que “o *artel* serve para *facilitar* consideravelmente ao capitalista a espoliação dos assalariados” (ENGELS, 2013a, p. 45; 46). Para este autor,

⁵⁸ O *artel* é um tipo de associação muito presente na Rússia desta época.

o *artel* é uma sociedade cooperativa que surgiu de modo natural e espontâneo, sendo, por conseguinte, ainda bastante subdesenvolvida e, como tal, de modo algum exclusivamente russa ou mesmo eslava. Sociedades desse tipo se formam em toda parte onde haja necessidade delas. [...] A preponderância dessa forma na Rússia comprova, em todo caso, a existência de um forte impulso associativo entre seu povo, mas nem de longe comprova sua capacitação para, com a ajuda desse impulso, saltar sem mais nem menos do *artel* para a ordem social socialista. Para isso se requer, antes de tudo, que o próprio *artel* seja capaz de evoluir, despindo-se de sua forma natural-espontânea – na qual, como vimos, serve menos aos trabalhadores do que ao capital – e elevando-se, *no mínimo*, à posição das sociedades cooperativas da Europa ocidental. [...] O *artel* [...] sucumbirá necessariamente diante da grande indústria, caso não consiga evoluir (ENGELS, 2013a, p. 46; 47).

Vemos que as esperanças de uma relação mais igualitária na Rússia (a partir da *vantagem russa* da existência do *artel* e da *obchtchina*) detém pesados fatores objetivos que bloqueiam o seu desenvolvimento, no que concerne a emancipação social russa (e global). Fatores objetivos relacionados ao atraso russo e a sua luta mortal contra o avanço da indústria moderna sob o comando da relação-capital e a impossibilidade de, por suas próprias características, saltar de uma fase mais arcaica de desenvolvimento social para uma forma emancipada para além do sistema do capital. Neste sentido, Engels argumenta que:

Vê-se que a propriedade comunal na Rússia há muito abandonou a época de seu florescimento e, ao que tudo indica, rumo para a própria dissolução. Ainda assim, inegavelmente existe a possibilidade de fazer essa forma social passar para uma forma social superior, caso ela se conserve *até que as circunstâncias estejam maduras para isso* e caso ela se mostre capaz de desenvolver-se de tal maneira que os camponeses não mais cultivem a terra de forma separada mas sim conjuntamente; fazê-la passar para essa forma superior sem que os camponeses russos tenham de percorrer os estágios intermediários da propriedade parceleira russa. *Porém, isso só poderá acontecer se, na Europa ocidental, uma revolução proletária for vitoriosa ainda antes da desagregação total da propriedade comunal*, propiciando ao camponês russo as condições para essa passagem, e sobretudo também as condições materiais de que ele necessita para impor a revolução necessariamente associada a ela em todo o seu sistema agrícola. [...]. *Se há algo* que ainda pode salvar a propriedade comunal russa e propiciar-lhe a oportunidade de se transformar numa nova forma realmente capaz de sobreviver, *isto seria uma revolução proletária na Europa ocidental* (ENGELS, 2013a, p. 52-53, grifos nossos).

A partir desta citação, vemos que a dependência para com uma revolução na Europa ocidental não se trata de nenhum “eurocentrismo” por parte de Engels, ou mesmo de Marx. A questão é que, até aquele momento, apesar do florescimento da indústria moderna em outras partes do mundo (como eles mesmos estavam atentos), a Europa ocidental constituía a parte do mundo em que o sistema do capital havia se consolidado e, conseqüentemente, se havia algum lugar no globo em que as forças produtivas estavam maduras para realizar uma transição revolucionária para uma sociedade em que não se estruturasse mais na existência de classes sociais antagônicas (ou seja, *a expropriação do trabalho excedente* da massa de

produtores por um corpo alienado em relação aos trabalhadores), era a Europa ocidental. Neste contexto, o futuro se apresentava, de certa forma, como um impasse, pois, mesmo sem a realidade “esperar” que as condições estivessem maduras para um desenvolvimento da perspectiva socialista na prática concreta da situação da Rússia, para Engels,

Sem dúvida nenhuma, a Rússia se encontra às vésperas de uma revolução. As finanças estão deterioradas ao extremo. Não há como apertar ainda mais o torniquete dos impostos, e os juros das dívidas públicas antigas estão sendo pagos com novos empréstimos, o que torna cada vez mais difícil conseguir um novo. De fato, hoje só se consegue dinheiro usando as ferrovias como pretexto! A administração desde sempre corrompida de alto a baixo; os funcionários vivendo mais de roubo, suborno e extorsão do que da remuneração. Toda produção rural – que de longe é a mais essencial para a Rússia – foi completamente desorganizada pela emancipação de 1861; a grande propriedade da terra não dispõe de suficientes forças de trabalho, os camponeses não dispõem de terra suficiente, sendo sufocados pelos impostos e extorquidos pelos usurários; a produção agrícola diminui ano a ano. A duras penas o conjunto é mantido exteriormente coeso por meio de um despotismo oriental, de cuja arbitrariedade nós, aqui no Ocidente, não temos a menor noção; um despotismo que a cada dia que passa não só se revela em gritante contradição com as concepções das classes esclarecidas e principalmente com as da burguesia em rápido crescimento na capital, mas que, na pessoa de seus detentores, já não sabe mais o que quer, que hoje faz concessões ao liberalismo e amanhã volta atrás assustado, o que contribui para que cada vez mais se prive de todo o crédito. Em meio a isso, entre os estratos esclarecidos da nação, concentrados na capital, cresce a consciência de que essa situação é insustentável, que a revolução é iminente, e alimenta-se a ilusão de poder canalizá-la para um leito constitucional tranquilo. Aqui estão reunidas todas as condições para uma revolução, que pode ser deflagrada pelas classes mais altas da capital, talvez até pelo próprio governo, mas que tem de ser levada rapidamente adiante pelos camponeses para além da primeira fase constitucional; uma revolução que será da maior importância para toda a Europa, uma vez que destruirá de um só golpe a última reserva ainda intacta do reacionarismo europeu como um todo. Essa revolução seguramente está a caminho (ENGELS, 2013a, p. 55-56).

Uma revolução na Rússia estava a caminho, indubitavelmente, e esta teria uma importância universal (mesmo não sendo uma revolução socialista) na medida em que a Rússia czarista era um pilar do resquício do reacionarismo europeu. Cerca de vinte anos depois, em 1894 (no seu *Posfácio a “Questões sociais na Rússia”*), Engels nos fornece uma perspectiva que engloba as transformações destes anos. Desta maneira, não só alguns elementos fundamentais permaneceram presentes na análise de Engels, como podemos ver que alguns elementos sobre a situação social russa se agravaram no decorrer destes quase dez anos. Referindo-se à esperança no papel que a comuna russa poderia desempenhar na regeneração social, na construção do sistema social socialista, Engels afirma:

Porém, o simples fato de que, ao lado da comunidade camponesa russa, a produção capitalista na Europa ocidental simultaneamente *se aproxima do seu ponto de ruptura e já aponta para uma nova forma de produção*, na qual os meios de produção são empregados do modo planejado como propriedade social – esse

simples fato não é capaz de proporcionar à comuna russa a força para desenvolver a partir de si mesma essa nova forma de sociedade. Como ela poderia apropriar-se enquanto propriedade social e instrumento, das gigantescas forças produtivas da sociedade capitalista antes mesmo de a sociedade capitalista ter consumado essa revolução? Como a comuna russa poderia mostrar ao mundo como se opera a grande indústria visando à contabilidade comum depois de ter desaprendido a cultivar seu solo? [...].

Todas as formas da cooperativa gentílica que surgiram da produção de mercadorias e da troca individual tem uma coisa em comum com a futura sociedade socialista: que certas coisas, os meios de produção, constituem propriedade comum e uso comum de certos grupos. *Mas tal qualidade comunitária não capacita a forma social inferior a produzir a partir de si mesma a futura sociedade socialista, esse produto bem próprio e derradeiro do capitalismo.* Cada formação econômica dada tem seus próprios problemas decorrentes de si própria a resolver; querer resolver os de uma outra formação totalmente estranha a ela seria um contrassenso absoluto (ENGELS, 2013b, p. 132-133, grifos nossos).

Portanto, em 1894, Engels continuava a conceber o sistema do capital como um sistema que estava próximo de sua ruptura final, mas para ele estava claro que “a vitória do proletariado europeu ocidental contra a burguesia e a substituição a ela associada da produção capitalista pela produção socialmente conduzida constituem as precondições necessárias para alçar a comuna russa ao mesmo estágio” (ENGELS, 2013b, p. 132). A esperança que existia era determinada, portanto, pela circunstância histórica de superação do sistema do capital em seu nível global, de acordo – como vimos antes – com a necessidade objetiva do alto desenvolvimento das forças produtivas para que todas as necessidades dos indivíduos fossem atendidas de maneira que a eliminação das distinções de classe significasse um avanço social global. Desta maneira, este vínculo do destino da comuna russa com a revolução no capitalismo ocidental era, para ele, uma “condição incontornável” (não por conta de um eurocentrismo, mas de uma determinação objetiva de como reproduzir a vida de forma mais avançada, em que a eliminação das classes signifique um genuíno progresso social):

Em contrapartida, não é só uma possibilidade, mas uma certeza que, após a vitória do proletariado e a transferência dos meios de produção para a posse comum dos povos europeus ocidentais, os povos que recém sucumbiram à produção capitalista e conseguiram salvar instituições gentílicas ou resquícios destas dispõem, na forma desses resquícios de posse comum e nos hábitos populares que lhe correspondem, de um meio poderoso de abreviar significativamente seu processo de desenvolvimento até a sociedade socialista e resguardar-se da maior parte dos sofrimentos e lutas que nós, na Europa ocidental, só com muito esforço conseguimos superar. Mas, para isso, o exemplo e o apoio ativo do Ocidente até agora capitalista constitui uma *condição incontornável.* *Somente quando a economia capitalista tiver sido superada em sua pátria e nos países em que floresceu, somente quando os países atrasados virem através desse exemplo “como se faz”, como se coloca as modernas forças produtivas da indústria a serviço da coletividade na forma de propriedade social*⁵⁹,

⁵⁹ Aqui Engels está se referindo, diretamente, a uma relação social que, baseada nas forças produtivas modernas da indústria, fosse estruturada sem a existência de exploradores e explorados, sem a existência da escravização social, ou seja, sem a existência de uma expropriação do trabalho excedente da massa de produtores. Uma

só então eles poderão encetar esse processo abreviado de desenvolvimento. Poderão assim fazê-lo com êxito assegurado. E isso vale para todos os países do estágio pré-capitalista, não apenas para a Rússia. Porém, na Rússia, será relativamente mais fácil, porque ali uma parte da população autóctone já se apropriou dos resultados intelectuais do desenvolvimento capitalista e, por esse meio, torna-se possível realizar aí, num período revolucionário, a reconfiguração social em simultâneo com o Ocidente (ENGELS, 2013b, p. 134).

Em seguida, é importante mencionar o fato de que ele lembra ao leitor que esta argumentação já foi dita por ele e Marx no prefácio da edição russa do *Manifesto Comunista*. Mas alguns anos se passaram e, como as contradições russas avançavam rapidamente, Engels pode fornecer alguns elementos sobre a evolução destas contradições entre o momento em que escreveu o prefácio da edição russa do *Manifesto* (1882) e este *Prefácio a “Questões sociais na Rússia”* (1894). Engels ressalva:

não se pode esquecer que, entretanto, a mencionada forte deterioração da propriedade comum na Rússia avançou consideravelmente. As derrotas sofridas na Guerra da Crimeia [1853-1856] deixaram clara para a Rússia a necessidade de um rápido desenvolvimento industrial. Necessitava-se, antes de tudo, ferrovias, e estas não são possíveis em larga escala sem uma grande indústria autóctone. A precondição para isso foi a assim chamada libertação dos camponeses, que inaugurou a era capitalista na Rússia – mas, ao mesmo tempo, também a era do rápido solapamento da propriedade comum do solo. As taxas impostas aos camponeses pela extração da madeira, somadas ao aumento dos impostos e à simultânea redução e depauperação do solo a eles destinado, jogaram-nos infalivelmente nas mãos dos usurários, em geral membros enriquecidos da comunidade camponesa. As ferrovias deram acesso a muitas regiões até ali isoladas a um mercado para seu grão, mas também levaram até elas os produtos baratos da grande indústria, o que desalojou a indústria caseira dos camponeses que até então confeccionavam produtos similares em parte do consumo próprio, em parte para a venda. As relações de compra e venda costumeiras se desorganizaram, instalou-se a deterioração que acompanha em toda parte a passagem da economia natural para a economia monetária, apareceram grandes diferenças de patrimônio entre os membros da comunidade – por meio da dívida, os pobres se tornaram escravos dos ricos (ENGELS, 2013b, p. 135).

A situação social russa era tão tensa que, no contexto da década de 1870, “havia dois governos na Rússia: o do czar e o do *Ispolnitelnyi Komitet* [Comitê Executivo] secreto dos conspiradores terroristas. O poder desse governo paralelo secreto crescia a cada dia. A derrubada do czarismo parecia iminente”. O importante, para o movimento revolucionário mundial, era que a revolução na Rússia iria privar “todo o reacionarismo europeu de seu sustentáculo mais forte, do seu grande exército de reserva e, por essa via, proporcionaria ao movimento político do Ocidente um impulso novo e poderoso, além de, acima de tudo, condições infinitamente mais favoráveis de operação”. No entanto, naquela época, a

relação social de produção baseada na *indústria moderna* que estivesse, portanto, a “serviço da coletividade na forma de propriedade social”.

“revolução russa não aconteceu. O czarismo conseguiu controlar o terrorismo que, momentaneamente, voltou a jogar nos braços daquele inclusive todas as classes possuidoras, ‘amantes da ordem’”. Portanto, não se poderia perder de vista a dura realidade de que nos dezessete anos que se passaram “tanto o capitalismo quanto a dissolução da comunidade camponesa na Rússia fizeram enormes progressos”. Assim, questiona: “como se coloca, pois, a questão hoje, no ano de 1894?” (ENGELS, 2013b, p. 138). Nesta perspectiva, Engels aborda alguns elementos interessantes sobre o contexto histórico de 1894⁶⁰, afirmando que:

Como, depois das derrotas da Guerra da Crimeia [1853-1856] e do suicídio do czar Nicolau [1855], o velho despotismo czarista persistiu inalterado, só restou um caminho: *passar o mais rápido possível para a indústria capitalista*. O exército fora destruído pelas dimensões gigantescas do império, pelas longas marchas até o campo de batalha: as distâncias precisavam ser eliminadas por uma rede estratégica de ferrovias. Ferrovias, no entanto, significam indústria capitalista, além de revolução da agricultura primitiva. Por um lado, o produto agrícola até nos lugares mais remotos entra em conexão direta com o mercado mundial; por outro, um sistema ferroviário expandido não se constrói nem se mantém em funcionamento sem uma indústria autóctone que forneça trilhos, locomotivas, vagões, etc. Porém, *não é possível introduzir um ramo da grande indústria sem arcar com todo o sistema*; a indústria têxtil num padrão relativamente moderno, que antes disso já havia lançado raízes na região de Moscou e de Vladimir, assim como na região costeira do Mar Báltico, ganhou um novo impulso. Às ferrovias e fábricas se dissociaram as ampliações de bancos já existentes e a fundação de novos bancos; a libertação dos camponeses de sua servidão promoveu a liberdade de ir e vir, na expectativa de que logo grande parte desses camponeses se libertasse por si mesma também da posse da terra. Desse modo, em pouco tempo estavam postos todos os fundamentos do modo de produção capitalista na Rússia. Porém, ao mesmo tempo cravava-se o machado na raiz da comunidade camponesa russa (ENGELS, 2013b, p. 138-139, grifos nossos).

Vemos que o alerta de Marx e Engels, o qual apresentava um fatalismo para a comuna russa (*obchtchina*), feito na década de 1880, começava a se concretizar: o desenvolvimento da indústria moderna nas relações de produção e reprodução social da Rússia. E, de acordo com a perspectiva do socialismo científico, este desenvolvimento da indústria moderna era exigido pelas próprias condições socioeconômicas russas que estavam em transformação desde a segunda metade do século XIX: suas relações de produção arcaicas que estavam definindo e a estrutura do Estado e do Exército em crise. Engels destaca que o movimento foi até acelerado na passagem desses anos desde a década de 1870. Os fundamentos da indústria moderna através do modo de produção capitalista rapidamente se desenvolveram na Rússia como uma necessidade objetiva de reprodução social daquele país em conexão com o resto dos países do sistema capitalista global. Concomitantemente, como previsto, a comunidade camponesa russa (*obchtchina*) recebia sua machadada fatal. Porém, Engels continua:

⁶⁰ Neste *Posfácio ao texto “Questões sociais da Rússia”*.

Ficar lamentando isso agora não resulta em nada. Se depois da Guerra da Crimeia o despotismo czarista tivesse sido substituído por um governo parlamentarista direto, exercido pela nobreza e pelos burocratas, o processo talvez tivesse sido um pouco mais lento; se a burguesia em formação tivesse tomado o poder, certamente ela o teria acelerado ainda mais. Do jeito que estavam as coisas não havia alternativa. Ao lado do Segundo Império na França, ao lado do fulgurante crescimento da indústria capitalista na Inglaterra, realmente não se poderia pedir que a Rússia, tendo por base apenas a comunidade camponesa, se lançasse de cabeça em experimentos visando a um Estado socialista. Algo tinha que acontecer. Aconteceu o que foi possível naquelas circunstâncias, como sempre acontece nos países que adotaram a produção de mercadorias, as coisas se dão geralmente apenas na semiconsciência ou de modo totalmente mecânico, sem que se saiba o que está sendo feito.

Deu-se então o novo momento da revolução vinda de cima, oriunda da Alemanha, e com ele, o período de crescimento rápido do socialismo em todos os países europeus. A Rússia participou do movimento geral. Nela, esse movimento assumiu, naturalmente, a forma de uma investida para derrubar o despotismo czarista e conquistar a liberdade de movimento intelectual e político para a nação. A crença na força milagrosa da comunidade camponesa, da qual poderia e deveria vir o renascimento social – e pela qual, como podemos ver, Tchernichevski não pode ser isentado de responsabilidade –, contribuiu com a sua parte para aumentar o entusiasmo e a energia dos heroicos precursores russos. Eram apenas algumas centenas de pessoas que, com sua abnegação e seu heroísmo, levaram o czarismo absoluto a ter de ponderar a possibilidade e as condições de uma capitulação – não arrazoamos com essas pessoas quando consideram o seu povo russo como o povo eleito da revolução social. Mas nem por isso precisamos partilhar de sua ilusão. O tempo dos povos eleitos passou para sempre.

Durante essa luta, porém, o capitalismo avançou lépido na Rússia e logrou cada vez mais aquilo que o terrorismo não conseguira: levar o czarismo à capitulação (ENGELS, 2013b, p. 139-140, grifos nossos).

Como expressão do crescimento do movimento socialista europeu, este movimento na Rússia voltou-se para a derrubada do czarismo através de uma forma de luta baseada no terrorismo de algumas centenas de pessoas na tentativa de derrubar o despotismo do Czar ou mesmo fazê-lo capitular diante das necessidades sociais latentes da massa do povo. Mas esta última tarefa, como argumenta Engels, foi melhor empreendida pela própria reprodução do sistema do capital em sua variedade capitalista, pois

O czarismo precisava de dinheiro. Não só para o luxo da corte, para a sua burocracia, sobretudo para o seu exército e para a sua política exterior baseada no suborno, mas principalmente para a sua miserável economia financeira e a ridícula política ferroviária que lhe correspondia. O exterior não queria e não podia mais custear todos os déficits do czar; o próprio país tinha de se ajudar. Uma parte das ações das ferrovias precisava ser colocada no próprio país, assim como uma parte dos empréstimos. A primeira vitória da burguesia russa consistiu nas concessões ferroviárias, que contemplavam os acionistas com todos os lucros futuros, mas também oneravam o Estado com todas as perdas futuras. Em seguida, vieram as subvenções e os prêmios para empreendimentos industriais, o imposto sobre a importação de produtos visando proteger a indústria autóctone, que acabou praticamente impossibilitando a importação de muitos artigos. Em vista de seu endividamento irrefreável e seu crédito arruinado quase que por completo no exterior, o Estado russo possui um interesse diretamente fiscal no desenvolvimento turbinado da indústria autóctone. Ele necessita continuamente de ouro para pagar os juros da dívida com o exterior. Mas na Rússia não há ouro, lá circula apenas papel. Uma parte é fornecida pelo pagamento em ouro, prescrito em lei, das taxas

alfandegárias, prescrição que eventualmente também aumenta essas taxas em 50%. Porém, a ideia é que a maior parte do ouro seja fornecida pelo excedente da exportação de matérias-primas nacionais em relação à importação de produtos industrializados estrangeiros; o câmbio obtido do exterior por esse excedente é comparado pelo governo no próprio país com papel, recebendo ouro em troca. Portanto, se o governo não quiser pagar os juros ao exterior contraindo novos empréstimos externos, ele precisa providenciar que a indústria russa se fortaleça rapidamente a ponto de atender toda a demanda interna. Daí a exigência de que a Rússia se torne um país industrial independente do exterior, que baste a si mesmo, e daí também os esforços convulsivos do governo para levar o desenvolvimento capitalista da Rússia ao ápice em poucos anos. Porque, se isso não acontecer, não restará outra saída senão apelar para o fundo de guerra metálico acumulado no banco estatal e no tesouro estatal, ou então declarar a bancarrota do Estado. E ambos os casos implicariam o fim da política externa russa.

Uma coisa é clara: nessas circunstâncias, *a jovem burguesia russa tem o Estado totalmente em seu poder*. Em todas as questões econômicas importantes ele tem de dobrar-se à sua vontade. Se por enquanto ela ainda suporta a presunção despótica do czar e de seus funcionários, é porque essa presunção, de alguma forma atenuada pela venalidade da burocracia, ainda lhe oferece mais garantias do que transformações, mesmo que ocorram em termos liberais-burgueses, cujas consequências, em vista da situação interna da Rússia, ninguém pode prever. *Assim, a transformação do país em uma nação industrial capitalista, a proletarianização de grande parte dos camponeses e a decadência da antiga comunidade comunista avançam com rapidez cada vez maior* (ENGELS, 2013b, p. 140-141, grifos nossos).

De acordo com este autor, a própria situação da estrutura social russa da segunda metade do século XIX exigia uma alteração das relações de produção em direção à produção capitalista. Simplesmente a forma anterior de reprodução social e das funções estatais não estava mais sendo eficaz na perpetuação daquela sociedade como um sistema integrado. Neste sentido, anos antes do czarismo cair de fato, o próprio poder do Estado czarista já estava totalmente no poder da jovem burguesia russa. A tendência objetiva da situação russa era clara para Engels e avançava depressa: o avanço do sistema capitalista, a transformação da Rússia em uma nação industrial, a proletarianização dos camponeses e o golpe fatal na comunidade comunista russa remanescente. Diante desta confirmação e aprofundamento das tendências objetivas já visualizadas anos atrás, Engels afirma que

*Não me aventuro a responder à questão se ainda terá se salvado dessa comunidade o suficiente para ela eventualmente, como Marx e eu ainda esperávamos em 1882, se torne o ponto de partida de um desenvolvimento comunista em consonância com uma reviravolta na Europa ocidental. Porém, isto é certo: para que ainda se conserve um resquício dessa comunidade, a primeira condição é a derrubada do despotismo czarista, a revolução na Rússia. Esta não só arrancará a grande massa dessa nação, os camponeses, do isolamento de seus povoados que constituem seu *mir*, seu “mundo”, e a conduzirá ao grande palco, onde conhecerá o mundo exterior e, desse modo, a si própria, a sua própria situação e os meios para salvá-la da presente penúria, mas ela também proporcionará ao movimento dos trabalhadores do Ocidente um novo impulso e novas e melhores condições de luta e, *desse modo, acelerará a vitória do moderno proletariado industrial, sem a qual a Rússia atual não conseguirá sair nem da comuna nem do capitalismo, rumo a uma transformação socialista** (ENGELS, 2013b, p. 142, grifos nossos).

Como mencionamos no início deste item, entre tantos elementos importantes nestes textos da *Luta de Classes na Rússia*, para o nosso trabalho, destacamos cinco pontos. Primeiramente, na Rússia, havia um processo revolucionário em desenvolvimento anos antes da tomada do poder pelo Partido Bolchevique na Revolução Russa de outubro de 1917. Com um movimento marxista crescente desde a década de 1880, a Rússia vivia um impasse entre o acúmulo progressivo de contradições da organização social russa pré-capitalista (centro da reação europeia contra o proletariado) e a impossibilidade de saltar para a organização social socialista devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, por conta de um processo histórico particular russo, que consiste no fato de que a indústria moderna ainda estava florescendo de maneira incontestada.

Em segundo lugar, como complicador deste impasse social na Rússia, entre tendências do movimento revolucionário, havia fortes esperanças de que o resultado deste processo revolucionário que se desenvolvia fosse a emergência de uma organização social socialista, baseando-se em aspectos particulares da vida russa (como por exemplo a potencialidade conferida pela existência da comuna russa *obchtchina* e do *artel*). Assim, de alguma forma, o atraso do desenvolvimento das forças produtivas russas é visto como uma *vantagem* em relação à parte do mundo em que a indústria moderna sob o comando do capital já estava consolidada – a Europa ocidental capitalista.

Para Marx e Engels, em terceiro lugar, não havia uma fatalidade histórica nas grandes questões da Rússia. Era necessário investigar a realidade russa em relação ao sistema global. Somente uma análise que contemplasse a particularidade histórica da Rússia com a situação universal do sistema global do sistema do capital poderia captar as vantagens reais que este país poderia ter na tarefa de regeneração social da humanidade – em confronto com as desvantagens e fortes obstáculos objetivos para esta regeneração.

Neste sentido, em quarto lugar, estes dois pensadores enxergavam graves complicadores para que a revolução russa iminente se concretizasse como uma revolução socialista. Era preciso nada menos do que revoluções em partes do mundo que fogem da situação concreta específica da Rússia. Eram preciso revoluções onde a indústria moderna já tinha se consolidado e desenvolvido as forças produtivas de tal forma que a eliminação de classes fosse um genuíno avanço social.

Assim, sozinha, não era capaz dar início a uma organização social socialista. Ou seja, havia impedimentos objetivos para que o caráter da revolução iminente fosse um caráter socialista e, conseqüentemente, os revolucionários russos, por maiores que fossem suas

intenções, não poderiam reorganizar a sociedade de forma socialista por conta do avanço das forças produtivas: que não era suficiente para que houvesse a anulação das distinções de classe entre os indivíduos. Para a anulação das classes, *uma das* condições fundamentais é aumentar a produção a tal ponto que esta eliminação das classes sociais (ou seja, da expropriação do trabalho excedente da massa de produtores por um círculo dirigente alienado aos produtores) seja um verdadeiro progresso social.

Por último, é importante nunca perder de vista que a tarefa de regeneração social da humanidade tem como objetivo central prático colocar as forças produtivas modernas da indústria a serviço da coletividade, emergindo uma forma de propriedade que é genuinamente social, comunitária. É preciso reorganizar a relação de produção da humanidade de maneira que *das forças produtivas da indústria moderna* emergja uma sociedade sem distinções de classes, onde não haja uma expropriação do trabalho excedente das massas de produtores por um círculo dirigente.

Do desenvolvimento social da Rússia do século XX, não foi uma sociedade sem expropriação do trabalho excedente que emergiu da experiência soviética, na concepção de Mészáros.

4.2. A vitória da revolução na Rússia e o início do impasse da experiência soviética

Fervilhando desde a segunda metade do século XIX, somente alguns anos depois, no início do século seguinte, em 1905⁶¹, foi que, de fato, aconteceu a primeira expressão significativa deste processo revolucionário que estava latente. Em 1917, foi o ano de dois episódios fundamentais desta história revolucionária: fevereiro e outubro. Em fevereiro, tem-se o fim da monarquia e o surgimento de uma república liberal burguesa na Rússia, mas que não foi o suficiente para criar as condições necessárias para conter o movimento

⁶¹ Para Trotski, os “acontecimentos de 1905 foram o prólogo das duas revoluções de 1917: a de fevereiro e a de outubro. O prólogo já continha todos os elementos do drama, embora esses não se desenrolassem até o fim. A guerra russo-japonesa fez o tzarismo tremer. A burguesia liberal se valeu do movimento das massas para infundir um pouco de medo na monarquia. Mas os operários se emanciparam da burguesia, organizando-se separadamente e em oposição a ela nos soviets, criados pela primeira vez. Levantes camponeses para a conquista da terra ocorriam em toda a gigantesca extensão do país. Os elementos revolucionários do Exército sentiam-se atraídos, tanto quanto os camponeses, pelos soviets, que, no auge do impulso revolucionário, disputaram abertamente o poder com monarquia. Foi quando atuaram pela primeira vez na história da Rússia todas as forças revolucionárias: careciam de experiência e lhes faltava confiança em si mesmas. Os liberais retrocederam ostensivamente ante a revolução no preciso momento em que se demonstrava não ser suficiente abalar o tzarismo, mas que era preciso derrubá-lo. A brusca ruptura da burguesia com o povo, tanto mais que a burguesia arrastava consigo uma parte considerável da intelectualidade democrática, facilitou para a monarquia a obra de diferenciação dentro do Exército, permitiu-lhe selecionar as forças fieis ao regime e organizar uma sangrenta repressão contra os operários e camponeses. E, apesar de algumas costelas quebradas, o tzarismo saiu vivo e relativamente forte da prova de 1905” (TROTSKI, 2017, p. 28-29).

revolucionário existente no país que lutava contra as contradições econômicas e políticas, e que, inclusive, estabelecia um contato com a perspectiva do socialismo científico.

As transformações realizadas pela Revolução de 1905 e a de fevereiro de 1917 não foram suficientes para modificar e destruir a velha condição russa. Por exemplo, a revolução que derrubou o poder do czar em Fevereiro não trouxe nenhuma modificação quanto a participação russa na guerra, permanecendo nela apesar de estarem arruinados pela Primeira Guerra mundial, que havia começado ainda durante o governo do czar destituído. Os soldados cada vez mais se revoltavam contra as situações sociais da Rússia, com militância até no *front* e nas trincheiras.

Em Outubro de 1917, as diferenças foram mais profundas: o poder do Estado decadente foi tomado e dentro de meses começaria um processo de expropriação dos expropriadores burgueses. Na concepção de Mészáros, apesar da *destruição revolucionária*, no lugar da antiga sociedade decadente que se fundamentava numa antiga forma decadente de expropriação do trabalho excedente consolidou-se uma *forma moderna de expropriação do trabalho excedente pela relação-capital*. Neste episódio, um dos elementos centrais é a tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique e expropriação dos capitalistas privados e concentração dos meios de produção e do controle do processo de trabalho nas mãos do Estado-Partido.

Considerando toda a contradição da sociedade russa no século XIX até o eclodir de 1905, fevereiro de 1917 e outubro de 1917, parece-nos correta a afirmação de Mészáros de que esta última revolução certamente aconteceu com “causas socioeconômicas e políticas profundamente enraizadas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 73). Em relação ao contexto internacional, a Revolução de Outubro aconteceu durante uma crise profunda enfrentada pelo capitalismo global. Esta revolução russa, em outubro de 1917, de fato, tinha a intenção de iniciar a transição para outra forma de organização social, em relação à situação de crise social na qual o país estava mergulhado, encontrando-se em uma situação insustentável desde o final do século XIX. Para Mészáros, “ela aconteceu no meio de uma imensa crise do sistema do capital global e afetou – para melhor e para pior – o resto do mundo por um longo período, que ainda não terminou” (MÉSZÁROS, 2009, p. 73).

Segundo este autor, esta experiência “irrompeu da primeira crise global do *capitalismo*, na fase final da Primeira Guerra Mundial”, agravando enormemente as condições sociais de alguns países, entre eles a Rússia czarista, trazendo “soluções e vantagens” para outros como a Grã-Bretanha e França (MÉSZÁROS, 2009, p. 727). Contrapondo-se a forma de existência reproduzida pelo capitalismo, como ímpeto original, a Revolução Russa de

Outubro de 1917 “visava iniciar a necessária transição do reino do capital para uma nova forma histórica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 72). Mas, para Mészáros, o “tipo soviético de desenvolvimento” se “paralisou desde muito cedo, logo após a conquista do poder da Rússia por Lenin e seus seguidores” (MÉSZÁROS, 2009, p. 349).

Para Mészáros, Lenin, considerado o maior teórico da revolução deste período, foi quem elaborou a estratégia da “revolução no elo mais fraco da corrente”, como estratégia revolucionária para a Rússia. De acordo com Mészáros, Lenin teria insistido que “a ditadura do proletariado deveria ser considerada a única forma pública viável para todo o período de transição que antecede o mais elevado estágio do comunismo, no qual, finalmente, se torna possível implementar o princípio da liberdade”. No entanto, é importante estarmos atentos que “a modificação mais significativa de sua análise, em relação a Marx, consistiu em pensar que a ‘base material’ e a superação da ‘penúria’ estariam realizadas sob a ditadura do proletariado em um país que arranca de um nível de desenvolvimento extremamente baixo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1018). Como vimos nos textos de Marx e Engels, ainda que eles não se aprofundassem sobre o tema, esta era uma contradição visível: sozinha, a revolução na Rússia estaria perdida, pois *uma* condição *necessária* para que seja possível a superação da penúria, através da eliminação das distinções de classe entre os indivíduos, é que haja uma alta produção, um alto desenvolvimento das forças produtivas⁶².

O que se chama por “ditadura do proletariado” que emergiu de uma situação de baixo desenvolvimento das forças produtivas, apesar do nome, não poderá concretizar na realidade

⁶² Além das citações já mencionadas dos textos contidos na *Luta de Classes na Rússia*, mencionamos uma importante passagem contida na *Ideologia Alemã* em que Marx e Engels tinham claro, para si mesmos, que a “alienação”, para continuarmos compreensíveis para os filósofos, só pode ser superada, evidentemente, dadas duas premissas *práticas*. Para que ela se torne um poder ‘insuportável’, isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade absolutamente ‘destituída de propriedade’ e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (com o qual já está dada, simultaneamente, a existência empírica concreta dos homens no plano *histórico-mundial*, em vez de no plano local) é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a *escassez* se generaliza e, portanto, com a *carência* também teria de recomeçar a luta pelo necessário e teria de se produzir de novo toda a velha merda; porque, além disso, só com esse desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens, que por um lado produz o fenômeno da grande massa ‘destituída de propriedade’ em todos os povos ao mesmo tempo (concorrência geral), tornando todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocando indivíduos empiricamente universais, indivíduos *histórico-mundiais*, no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo apenas poderia existir como algo local; 2) os *poderes* do intercâmbio não teriam eles próprios pedidos desenvolver-se como poderes *universais*, e por isso insuportáveis, e teriam permanecidos ‘circunstâncias’ de superstição locais; 3) todo o alargamento do intercâmbio superaria o comunismo local” (MARX; ENGELS, 2009, p. 50-51). A “massa de meros trabalhadores – força de trabalho massiva separada do capital ou de qualquer limitada satisfação –, e por isso também a perda não temporária desse mesmo trabalho como uma fonte segura de vida, pressupõe o *mercado mundial* por meio da concorrência. O proletariado só pode, por conseguinte, existir à *escala histórico-mundial*, tal qual o comunismo; a sua ação apenas pode se dar como existência ‘histórico-mundial’; existência histórico mundial dos indivíduos, ou seja, a existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial” (ENGELS; MARX, 2009, p. 52).

– contando somente com as forças internas de um país – o conteúdo da emancipação social, o fim da distinção de classes na humanidade, *o fim da expropriação do trabalho excedente dos produtores por um círculo dirigente*.

Além disso, para Mészáros, havia um “erro curioso no seu raciocínio”, que era “frequentemente impecável”. O erro curioso de Lenin era sua argumentação de que

“graças ao capitalismo, o aparato material dos grandes bancos, sindicatos, estradas de ferro, além de outros, cresceu”, e “a imensa experiência dos *países avançados* acumulou um estoque de maravilhas da engenharia cujo uso está sendo obstruído pelo capitalismo”, concluindo que os bolcheviques (que, de fato, estavam confinados em um *país atrasado*) podem “apoderar-se desse aparato e colocá-lo em movimento” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1018).

Para Mészáros, o sucesso definitivo de uma revolução global contra o sistema do capital está “além do controle de qualquer agente particular, ainda que tenha disciplina e consciência de classe”. Esta postura prática de Lenin acima descrita significou que a “imensa dificuldade da transição de uma revolução particular ao sucesso irrevogável de uma revolução global [...] foi mais ou menos deixadas de lado”. Uma condição tão fundamental como esta foi deixada de lado “pela postulação voluntária de que os bolcheviques eram capazes de tomar o poder e de ‘retê-lo até o triunfo da revolução socialista do mundo’⁶³” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1018). Para o pensador húngaro, a questão se complicou bastante, pois

enquanto a viabilidade de uma revolução socialista no elo mais fraco da corrente era defendida, o imperativo de uma revolução mundial como condição do sucesso da primeira era reafirmado da forma mais instável: como uma tensão insolúvel do próprio interior da teoria. Mas o que poderia dizer caso uma revolução socialista mundial não ocorresse e os bolcheviques se vissem obrigados a reter o poder indefinidamente? Lenin e seus camaradas revolucionários não estavam dispostos a considerar esta pergunta, uma vez que conflitava com certos elementos de sua visão. Eles tinham que proclamar a viabilidade de sua estratégia de uma forma que, necessariamente, implicava a antecipação de desenvolvimentos revolucionários em

⁶³ Em 8 de outubro de 1917 (mas publicado pela primeira vez apenas em 7 de novembro de 1920), Lenin escreve um texto chamado *Conselhos de um Ausente*, argumentando que acreditava que “O triunfo da revolução russa e da revolução mundial depende de dois ou três dias de luta” (LENIN, 2017, p. 265). Em 24 de outubro de 1917, Lenin escreve uma *Carta aos membros do Comitê Central* afirmando que “A situação é extremamente crítica. Está claro como a luz do dia que, hoje, qualquer demora na insurreição equivale à morte. [...]. Não se pode esperar! Podemos perder tudo! [...] Quem deve tomar o poder? Agora isto não tem importância: que o tome o Comitê Militar Revolucionário ‘ou outra instituição’ de *que declare somente entregar* o poder aos verdadeiros interesses do povo, dos interesses do exército (proposta de paz imediata), dos interesses dos camponeses (tomada de posse das terras imediatamente, abolição da propriedade privada), dos interesses dos famintos. É necessário que todos os distritos, todos os regimentos e todas as forças estejam mobilizadas imediatamente e que enviem, sem demora, delegações ao Comitê Militar Revolucionário, ao CC do Partido Bolchevique [...]. A história não perdoará qualquer demora dos revolucionários que podem triunfar hoje (e que triunfarão hoje com toda certeza) e que amanhã correrão o risco de perder muito, de perder tudo. Se hoje tomamos o poder, não o tomamos contra os Sovietes, mas *a favor deles*. A tomada do poder é obra da insurreição; sua meta política se tornará clara *depois que tivermos tomado o poder*” (LENIN, 2017, p. 267; 268; 269, grifos nossos).

áreas sobre as quais suas forças não tinham nenhum controle. Em outras palavras, a sua estratégia continha a contradição entre dois imperativos: primeiro, a necessidade de seguir adiante sozinhos como pré-condição (histórica) *imediate* de sucesso (de, pelo menos, tentá-lo); segundo, o imperativo do triunfo da revolução socialista mundial como pré-condição (estrutural) *última* de todo o esforço (MÉSZÁROS, 2009, p. 1019).

Além destes complicadores e a contradição entre estes dois imperativos, é importante ressaltar que Lenin, a partir do entendimento das relações capitalistas enquanto relações globais, enquanto uma “corrente” que possui uma hierarquia mundial em relação ao desenvolvimento social dos diversos países, baseou “a sua estratégia de quebrar ‘o elo mais fraco da corrente’ numa interpretação da lei de desenvolvimento desigual” (MÉSZÁROS, 2009, p. 790). O “elo mais fraco da corrente” seria a subdesenvolvida Rússia, e tinha a esperança de que esta quebra russa afetasse a “corrente” inteira: países capitalistas no mundo todo. Portanto, baseado nesta perspectiva teórica, Lenin esperou “que a revolução política de Outubro abrisse a ‘época de tempestuosas conclusões políticas e econômicas’, que se manifestaria no mundo inteiro por toda uma série de revoluções, até que as condições de uma vitória socialista estivessem firmemente asseguradas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 790). Neste sentido, Lenin compreendia que as alterações revolucionárias na Rússia não poderiam ficar isoladas naquele país, tinha que atingir o sistema em sua natureza global e, além disso, a revolução socialista não poderia ser entendida como um *ato isolado*, mas sim como um *processo*, insistindo que

revoluções *políticas* não podem em caso algum, nunca e em nenhuma condição, encobrir ou enfraquecer a palavra de ordem da revolução *socialista* ... que não pode ser encarada como um *só ato*, mas deve ser encarada como uma *época* de tempestuosas convulsões políticas e econômicas, de guerra civil, de revoluções e contra-revoluções (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 790).

No entanto, apesar da tomada do poder do Estado na Rússia pelo Partido Bolchevique em outubro de 1917, a série de revoluções que se alastraria pelo mundo inteiro não se realizou – e quando a tão esperada (pois era considerada uma condição fundamental para seguir adiante com o projeto socialista na Rússia) “onda de motins revolucionários se esgotou sem resultados positivos importantes em outras partes, Lenin observou [sobriamente - *soberly*]⁶⁴ que não se poderia devolver o poder aos czares, e continuou o trabalho de defender o que fosse possível naquelas circunstâncias”. É verdade, portanto, que Lenin “originalmente

⁶⁴ De acordo com a edição brasileira, Lenin teria observado *racionalmente* que não poderia devolver o poder ao czar. No entanto, no original Mézáros afirma que “*he soberly remarked that one could not hand back power to the Czars*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 675).

esperava combinar o potencial político do ‘elo mais fraco’ com as condições economicamente maduras dos países capitalistas ‘avançados’”, mas a realidade que se efetivou foi a impossibilidade desta combinação, por conta do “fracasso da revolução mundial que violentamente trancou a sua estratégia”. Segundo Mészáros, o truncamento de sua estratégia acabou “impondo-lhe os constrangimentos deformadores de uma *defesa desesperada*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 790, grifos nossos).

Assim, como continuidade da atividade revolucionária já iniciada, na “ausência da revolução mundial”, Lenin “entendeu a sua tarefa geral como uma *operação de manutenção* (a ser substituída no devido tempo pelos desenvolvimentos mundiais favoráveis)” (MÉSZÁROS, 2009, p. 790) – *se eles viessem*.

De fato, a onda revolucionária no mundo das fases finais da Primeira Guerra Mundial tinha dado à III Internacional Comunista – que foi fundada em março de 1919 – “um grande ímpeto original, mas mal se passaram doze meses depois de seu Congresso fundador para que Lenin tivesse de admitir que ‘*era evidente* que o movimento revolucionário perderia inevitavelmente velocidade quando as nações assegurassem a paz” (MÉSZÁROS, 2009, p. 792, grifos nossos). De acordo com Mészáros, “significativamente, o mesmo discurso que reconheceu ter passado a onda revolucionária no Ocidente se concentra fortemente na questão de concessões econômicas aos países capitalistas”, caminhando para a estrutura econômica da NEP (nova política econômica). Este discurso concentrado nas concessões econômicas aos capitalistas, também aprovava “uma citação de Keynes com relação à importância de matérias-primas russas para a reconstituição e a estabilização da economia global do capital e adotado conscientemente esta estratégia para o futuro imediato” (MÉSZÁROS, 2009, p. 792; 793), coerentemente com a sua perspectiva de *operação de manutenção*.

Alguns anos antes da tomada do poder, em outubro de 1917, na época em que Lenin escrevia *O que fazer?* [1902], havia uma controvérsia latente no partido que fazia parte, o Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), sobre “o tipo de organização política exigida para realizar a revolução socialista sob as circunstâncias brutalmente repressivas do regime czarista”. Para Mészáros,

A questão crucial é saber, segundo Lenin, se o objetivo da socialdemocracia russa deveria ser a criação de uma organização política de *massa* ou a de uma organização mais fechada, capaz de operar com sucesso apesar das pressões, das limitações e dos perigos inseparáveis das condições de clandestinidade a ela impostas. Dadas as circunstâncias do Estado policial czarista, Lenin opta pela organização de *revolucionários profissionais* que podem operar sob as condições de *segredo rigoroso* (MÉSZÁROS, 2009, p. 481).

É importante destacar a ênfase de Mészáros de que a última coisa que Lenin “estaria disposto a considerar, mesmo sob as circunstâncias históricas prevalentes (para não mencionar o futuro mais distante), era a perpetuação da divisão entre intelectuais e trabalhadores” (MÉSZÁROS, 2009, p. 481). No entanto, Mészáros objeta que, diante da “ausência de condições específicas (ou seja, o repressivo Estado policial czarista)”, que é o elemento objetivo “a partir da qual Lenin justifica o princípio organizacional recomendado do partido de vanguarda – a organização de um número limitado de revolucionários profissionais que podem trabalhar em segredo rigoroso”, exige-se dos revolucionários em geral “uma reavaliação radical do próprio princípio nas sociedades pós-revolucionárias, de acordo com a mudança das condições históricas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 482).

Assim, era preciso realizar uma reavaliação desta perspectiva após a tomada do poder em outubro de 1917, pois se antes de tomar o poder, a influência do partido de vanguarda sobre a massa do povo era a partir “de fora”, isto se altera radicalmente quando o poder é tomado. Para o filósofo húngaro, após a revolução,

quando o partido detém as rédeas do poder e o controle social, não pode mais haver qualquer coisa parecida com o “de fora”. Este “de fora” – *vis à vis* às massas de trabalhadores – se transforma simultaneamente no hierarquicamente autoperpetuador *de cima*. Assim, a liderança intelectual não pode ser exercida nas sociedades pós-revolucionárias simplesmente “de fora”, como acontece sob as circunstâncias de comando capitalista, quando os trabalhadores e intelectuais progressistas são igualmente o objeto deste domínio. Diferentemente, sob as circunstâncias alteradas, a “liderança intelectual” se transforma num *controle político das massas* institucionalizado, exercido *de cima* e imposto com todos os meios à disposição do Estado pós-capitalista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 482).

Aquela primeira crise global do capitalismo foi o “ponto de partida necessário” da Revolução Russa e “lhe deu ímpeto original”. Por um tempo considerável, o “desenvolvimento pós-revolucionário administrou com sucesso a crise capitalista”. Mészáros argumenta, portanto, que o “regime pós-revolucionário precisou enfrentar não apenas a profunda crise do sistema herdado, mas também o estabelecimento de uma ordem reprodutiva alternativa – pós-capitalista – capaz de assegurar as condições de expansão socioeconômica em um ambiente global hostil” (MÉSZÁROS, 2009, p. 735).

Após a tomada do poder, portanto, as dificuldades de se levar a frente um sistema social socialista na Rússia, se acumulavam bastante. Com a passagem do poder do Estado para as mãos do Partido Bolchevique, o país viveu uma intensa Guerra Civil até os primeiros anos da década de 1920, com os partidários da monarquia czarista tentando restabelecer o *status quo* anterior, com uma importante ajuda de países estrangeiros interessados em sufocar

a revolução que se reiniciava em uma fase nova e mais radical. Para enfrentar os opositores na Guerra Civil, foi adotada a estratégia do Comunismo de Guerra, voltando todas as forças sociais do país para o enfrentamento dos inimigos⁶⁵.

Lenin, em seu artigo *Sobre o imposto em espécie (O significado da nova política e as suas condições)*, publicado em 21 de abril de 1921, considerava que a guerra civil se deu “de 1918-1920”, embora alguns conflitos tenham permanecido ainda por volta de 1922-1923 e que esta guerra “aumentou extraordinariamente a ruína do país, retardou a restauração das suas forças produtivas, dessanguando sobretudo precisamente o proletariado” e ainda “a isso há que acrescentar a má colheita de 1920” (LENIN, 2017, p. 497). Lênin argumenta, neste artigo, de abril de 1921, que o “‘comunismo de guerra’ foi-nos imposto pela guerra e pela ruína. Não foi nem podia ser uma política que correspondesse às tarefas econômicas do proletariado. Foi uma medida provisória” (LENIN, 2017, p. 500). Passada a Guerra Civil, a situação socioeconômica da Rússia pós-revolucionária não melhorou, pois, apesar da vitória diante do exército inimigo, o enfrentamento com a adoção da estratégia do Comunismo de Guerra contribuiu para a intensificação da crise social na Rússia no início da década de 1920.

Depois da fase do “comunismo de guerra”, diante da situação econômico-social russa, para Lenin, a “última política possível e a única razoável” (LENIN, 2017, p. 502) era

não procurar proibir ou bloquear o desenvolvimento do capitalismo, mas tentar orientá-lo para a via do *capitalismo de Estado*. Isto é economicamente possível, porque o capitalismo de Estado existe – sob uma outra forma, em um ou outro grau – em toda parte onde existem elementos do comércio livre e do capitalismo em geral.

Será possível a combinação, a união, a compatibilidade do Estado soviético da ditadura do proletariado, com o capitalismo de Estado?

Claro que é possível. Era isso precisamente o que eu procurava demonstrar em maio de 1918. É isso que eu espero ter demonstrado em maio de 1918. Mais ainda: demonstrei também então que o capitalismo de Estado é um passo em frente em comparação com o elemento pequeno-proprietário (pequeno-patriarcal e pequeno-burguês). Comete-se uma infinidade de erros ao contrapor ou comparar o capitalismo de Estado apenas com o socialismo, enquanto na situação político-econômica presente é obrigatório comparar também o capitalismo de Estado com a produção pequeno-burguesa.

Toda a questão – tanto teórica como prática – consiste em encontrar os métodos corretos de como se deve orientar precisamente o inevitável (até certo ponto e por um determinado prazo) desenvolvimento do capitalismo para a via do capitalismo de Estado, em que condições fazê-lo e como assegurar num futuro próximo a transformação do capitalismo de Estado em socialismo (LENIN, 2017, p. 503).

⁶⁵ Na visão de Lenin, “A peculiaridade do ‘comunismo de guerra’ consistia em que tomávamos de fato aos camponeses *todos os excedentes*, e por vezes mesmo não os excedentes, mas uma parte dos víveres necessários ao camponês, para cobrir o consumo do exército e da manutenção dos operários. A maioria das vezes tomávamos-los a crédito, em troca de papel-moeda. De outro modo não poderíamos vencer os latifundiários e os capitalistas num país arruinado de pequenos camponeses” (LENIN, 2017, p. 499, grifos nossos).

Para realizar esta tarefa de orientar o inevitável desenvolvimento do capitalismo russo no sentido de um capitalismo de Estado para transformá-lo, num futuro próximo de 1921, em um sistema socialista, Lenin argumenta que é preciso conceber que o capitalismo de Estado sob as condições revolucionárias russas será diferente do que pode ser implementado em outros países tipicamente capitalistas. Ou seja,

Para abordar a solução desse problema é necessário, antes de mais nada, conceber do modo mais preciso possível o que será na prática e o que pode ser o capitalismo de Estado dentro do nosso sistema soviético, no quadro do nosso Estado soviético. O caso ou o exemplo mais simples de como o Poder Soviético dirige o desenvolvimento do capitalismo para a via do capitalismo de Estado, como “implanta” o capitalismo de Estado, são as concessões. [...] O que são as concessões no sistema soviético, do ponto de vista das estruturas econômico-sociais e correlação entre elas? São um acordo, um bloco, uma aliança do poder de Estado soviético, isto é, proletário, com o capitalismo de Estado, contra o elemento pequeno-proprietário (patriarcal e pequeno-burguês). O concessionário é um capitalista. Dirige as coisas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucros, estabelece um acordo com o poder proletário a fim de obter lucros extra, superiores aos habituais, ou de obter um tipo de matérias-primas que de outro modo não poderia conseguir ou que dificilmente poderia conseguir. O Poder Soviético obtém vantagens sob a forma do desenvolvimento das forças produtivas, do aumento imediato, ou a mais breve prazo, da quantidade de produtos. Temos, por exemplo, uma centena de explorações, minas ou florestas. Nós não podemos explorar tudo: não temos máquinas, víveres, meios de transporte suficientes. Pelo mesmo motivo exploramos mal os setores restantes. [...] “Implantando” o capitalismo de Estado sob a forma de concessões, o Poder Soviético reforça a grande produção contra a pequena, a avançada contra a atrasada, a mecanizada contra a manual, aumenta a quantidade de produtos da grande indústria nas suas mãos (a sua cota-parte da produção), reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso às relações pequeno-burguesas anárquicas. A política das concessões, aplicada com medida e prudência, nos ajudará, sem dúvida, a melhorar rapidamente (até certo grau, não muito elevado) o estado da produção, a situação dos operários e camponeses – à custa naturalmente de certos sacrifícios, da entrega aos capitalistas de dezenas e dezenas de milhões de *puds* de produtos valiosíssimos. A determinação da medida e das condições em que as concessões são vantajosas e não representam perigo para nós depende da correlação de forças e resolve-se pela luta (LENIN, 2017, p. 503-504)

A esperança nas concessões às empresas capitalistas era defendida sob o argumento de que “a política de concessões, em caso de êxito, nos dará um pequeno número de grandes empresas modelo – em comparação com as nossas – que estarão no patamar do atual capitalismo avançado”. E assim, “depois de algumas dezenas de anos, essas empresas passarão inteiramente para nós” (LENIN, 2017, p. 508). Apesar dos sacrifícios em prol dos capitalistas, havia a esperança de que a NEP fosse vantajosa para o Poder Soviético no rumo em direção ao socialismo, como resultado final da estratégia. No seu artigo intitulado *Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro*, publicado em 14 de outubro de 1921, Lenin argumentava que

E nós, que em três ou quatro anos aprendemos um pouco a fazer transformações bruscas (quando se exige uma transformação brusca), pusemo-nos com zelo, atenção e afincos (embora ainda com insuficiente zelo, insuficiente atenção e insuficiente afincos) a estudar uma nova transformação, a “nova política econômica”. O Estado proletário deve tornar-se um “patrão” prudente, diligente e hábil, um consciencioso *comerciante atacadista* – de outro modo não pode pôr economicamente de pé um país de pequenos camponeses; agora, nas condições atuais, ao lado do Ocidente capitalista (ainda capitalista), não há outra passagem para o comunismo. O comerciante atacadista parece um tipo econômico tão afastado do comunismo como o céu da terra. Mas essa é precisamente uma das contradições que na vida real conduzem da pequena exploração camponesa ao socialismo, através do capitalismo de Estado (LENIN, 2017, p. 540-541).

No entanto, estas enormes esperanças não se concretizaram. Para Mészáros, nas circunstâncias em que esta experiência se desenrolou, “mesmo que os líderes pós-revolucionários desejassem fazê-lo (o que, claro, eles não desejavam), não poderiam ter seguido a via capitalista, nem mesmo a via de ‘capitalismo de Estado’”, termo teorizado por Lenin (MÉSZÁROS, 2009, p. 735). Segundo este autor,

mais tarde Lenin admitiu que esta sua reflexão sobre o “capitalismo de Estado” foi orientada pela esperança de que, dentro da estrutura da nova política econômica [NEP], o governo pudesse “arrendar concessões” a empresas capitalistas estrangeiras e locais, o que em sua visão legitimaria o uso do termo, já que concessões capitalistas permaneceriam estritamente sob controle do Estado soviético. Contudo, tal como Lenin também reconheceu mais tarde, “as concessões não se desenvolveram em nenhuma escala considerável”, e ele abandonou completamente o termo, transferindo seu interesse para as cooperativas e argumentando que “cooperação sob nossas condições quase sempre coincide plenamente com socialismo”. Além disso, como já é de conhecimento geral, a nova política econômica foi mais tarde completamente abandonada, e o desenvolvimento subsequente da economia soviética não poderia ser, de modo algum, caracterizado como capitalista ou capitalista de Estado (MÉSZÁROS, 2009, p. 736).

Diante da crise econômica e social que a Rússia vivia, a passagem para a NEP prometia melhorias para aquela empreitada revolucionária, com a reconstrução do país, reconhecendo os problemas sociais causados pela estratégia do Comunismo de Guerra. Conforme vimos na citação de Mészáros acima, no contexto da estrutura econômica da NEP, Lenin caracterizava a sociedade soviética como Capitalista de Estado, uma vez que esta estratégia para a economia soviética significava tentar desenvolver o país (rumo ao acúmulo para a emancipação social) através de concessões arrendadas a empresas capitalistas do estrangeiro e russas pelo Estado soviético que permanecia no controle estrito destas concessões. Com o fracasso dessa medida, reconhecido por Lenin, em controlar as concessões às empresas capitalistas para desenvolver o país, Lenin não só abandonou o termo Capitalismo de Estado e a estratégia da NEP, como deu uma ênfase estratégica às cooperativas, na esperança de encontrar a alternativa capaz de contribuir para a construção de

uma sociedade socialista, nas condições existentes – acreditando que a “cooperação sob nossas condições quase sempre coincide plenamente com socialismo” (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 736).

No texto de Lenin intitulado *Sobre a Cooperação*, publicado em 4 e 6 de janeiro de 1923, o autor menciona o que considerava um problema do período em que a experiência soviética passou a adotar a estratégia econômica da NEP, afirmando que

Ao passar à NEP fomos demasiado longe, não no sentido de termos dedicado demasiado lugar ao princípio da indústria e do comércio livres, mas ao passar à NEP fomos demasiado longe no sentido de que nos esquecemos da cooperação, de que subestimamos agora a cooperação e começamos a esquecer a gigantesca importância da cooperação (LENIN, 2017, p. 555).

Enfatizar a importância gigantesca da cooperação era vital para a experiência soviética, porque, segundo Lenin,

Uma vez que o poder de Estado está nas mãos da classe operária e uma vez que a este poder de Estado pertencem todos os meios de produção, só nos resta efetivamente a tarefa de *cooperativizar a população*. Conseguindo *a máxima cooperativização da população, realiza-se por si mesmo aquele socialismo* que anteriormente suscitava legítimas zombarias, sorriso e uma atitude de desprezo por parte daqueles que estavam justamente convencidos da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Pois nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização da Rússia (LENIN, 2017, p. 554, grifos nossos).

Para aquela experiência revolucionária, portanto, era uma tarefa simplesmente vital *cooperativizar a população ao máximo*, pois isto começaria a finalmente *realizar o socialismo* tentado desde os primeiros passos em outubro de 1917. Frente às críticas que recebia, à época, pelo conteúdo de tais ideias, Lenin tenta esclarecer:

Com que meios se pode e se deve começar a desenvolver atualmente esse princípio “cooperativo” de tal modo que para todos e para cada um seja claro o seu significado socialista? *É necessário organizar politicamente a cooperação* de modo que ela não só tenha em geral e sempre certas vantagens, mas que essas vantagens sejam *de ordem puramente material (taxa de juro bancário, etc.)*. É necessário conceder à cooperação dos meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até ao nível dos concedidos à indústria pesada, etc. [...] agora devemos ter consciência e pôr em prática a verdade de que *o regime social* que no presente devemos apoiar acima do habitual *é o regime cooperativo* (LENIN, 2017, p. 555-556, grifos nossos).

Para lidar com as contradições vigentes na experiência soviética até àquela altura da história, Lenin propunha então criar um *regime social* caracterizado como *regime cooperativo*. Este regime cooperativo, que tinha a promessa de começar a realizar o

socialismo, iria emergir como *regime social* através da organização *política* da cooperativização da população através do Estado. No final da primeira parte deste artigo (*Sobre a Cooperação*), publicada em 4 de janeiro de 1923, para concluir, o autor diz:

Termino: uma série de privilégios econômicos, financeiros e bancários à cooperação; nisso deve consistir o apoio prestado pelo nosso *Estado socialista* ao novo princípio *de organização da população*. Mas com isso problema está colocado apenas em linhas gerais, porque aqui ainda fica por determinar e descrever pormenorizadamente *todo o conteúdo da tarefa prática*, isto é, é preciso descobrir a *forma dos “prêmios” (e as condições para a sua entrega) que daremos pela cooperação*, a forma dos prêmios pela qual ajudaremos suficientemente a cooperação, a forma dos prêmios que nos permita formar cooperadores cultos. *Com a propriedade social dos meios de produção, com a vitória da classe do proletariado sobre a burguesia, o regime dos cooperadores cultos é o regime socialista* (LENIN, 2017, p. 558, grifos nossos).

A partir da posição que ocupava naquela estrutura de reprodução do metabolismo social, Lenin via como não-problemática a situação que o *Estado supostamente socialista* iria começar a *consolidar o socialismo* como *regime social* a partir da cooperação das pessoas, através de uma série de privilégios do Estado fornecidos aos indivíduos. Com os “prêmios” que seriam *dados* à população como gratificação pela cooperação era esperado que isso propagasse ainda uma cooperação entre as pessoas por seu livre interesse, formando – com esta ação estratégica – cultura nos cooperadores. Isto era absolutamente fundamental no atual momento em que “*o regime dos cooperadores cultos é o regime socialista*” (LENIN, 2017, p. 558, grifos nossos). E diante do fato de que a cooperação das pessoas para desenvolver a economia nacional é também uma estratégia econômica de países tipicamente capitalistas, Lenin explica que:

Não há dúvida de que a cooperação, nas condições do Estado capitalista, é uma instituição capitalista coletiva. Também não há dúvida de que nas condições da nossa atual realidade econômica, quando unimos as empresas capitalistas privadas – mas unicamente com base na terra socializada e unicamente sob o controle do poder de Estado, pertencente à classe operária – com *as empresas de tipo consequentemente socialista (quando tanto os meios de produção como o terreno em que se encontra a empresa e toda a empresa no seu conjunto pertencem ao Estado)*, surge ainda a questão de uma terceira forma de empresa, que anteriormente não constituía uma categoria à parte do ponto de vista da importância de princípio, a saber: as empresas cooperativas. [...] No nosso regime atual, as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas não diferem das empresas socialistas, *desde que o terreno onde estão instaladas e os meios de produção que empregam pertençam ao Estado, isto é, à classe operária*. Não temos suficientemente em conta esta circunstância quando discutimos sobre a cooperação. Esquece-se que a cooperação adquire no nosso país, devido à peculiaridade do nosso regime estatal, uma importância verdadeiramente excepcional. Pondo de parte as concessões, que, diga-se de passagem, não alcançaram no nosso país um desenvolvimento importante, nas nossas condições a cooperação coincide muitas vezes inteiramente com socialismo (LENIN, 2017, p. 559-560, grifos nossos).

Portanto, o que se considerava por *empresa socialista* era uma unidade produtiva que estava dentro de uma estrutura econômica na qual os meios de produção (terreno onde a empresa está instalada e os meios de produção que as empresas empregam no seu processo produtivo) são pertencentes ao *Estado* – acreditando que isto era sinônimo de afirmar que eles pertencem à *classe operária*. Vemos, assim, que, numa rápida autocrítica às concessões da NEP que não se desenvolveram na experiência revolucionária de maneira significativa, nas atuais condições de controle do Estado sobre os meios de produção, as unidades produtivas, a cooperativização da população – com suas forças de trabalho – “coincide muitas vezes inteiramente com socialismo” (LENIN, 2017, p. 560). Portanto, segundo o autor, nesta nova situação social da Rússia:

Agora temos o direito de dizer que para nós o simples crescimento da cooperação se identifica (salvo a “pequena” exceção indicada anteriormente) com o crescimento do socialismo, e ao mesmo tempo vemo-nos obrigado a reconhecer *a mudança radical de todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo*. Essa mudança radical consiste em que anteriormente colocávamos e devíamos colocar o centro de gravidade na luta política, na revolução, na conquista do poder, etc. Mas agora o centro de gravidade desloca-se e transfere-se para *o trabalho pacífico de organização “cultural”*. Estou tentado a dizer que para nós o centro de gravidade se transferiria para a ação cultural, se não fossem as relações internacionais, se não tivéssemos de lutar pela nossa posição em escala internacional. *Mas se deixarmos isso de lado e nos limitarmos às relações econômicas internas, na realidade o centro de gravidade do trabalho reduz-se agora à ação cultural* (LENIN, 2017, p. 561, grifos nossos).

Na concepção de Mészáros, vemos que

Na sequência da Revolução de Outubro, enquanto pôde ser mantida a esperança de uma revolução global, a preocupação estratégica de Lenin era “segurar a posição” até a situação se tornar verdadeiramente favorável, graças à revolução nos países avançados, capacitando os bolcheviques a “lançar mão do aparato produtivo desenvolvido e coloca-lo em movimento”. Isto explica por que a noção de “capitalismo de Estado” foi considerada por Lenin uma fase muito limitada, estritamente supervisionada pelo Estado. Após grandes desapontamentos, esta perspectiva teve que ser abandonada e uma definição mais positiva do socialismo em um só país devia ser dada (MÉSZÁROS, 2009, p. 741).

Para Mészáros, tratava-se de uma “definição mais positiva”, mais próxima, mas não a aceitação plena desta ideia, pois Lenin ainda enxergava enormes complicações objetiva para a instauração de um sistema socialista na experiência soviética. Ainda segundo o autor supracitado, esta mudança de ênfase de Lenin “foi utilizada mais tarde por Stalin para afirmar o desenvolvimento real do ‘socialismo em um só país’” e isto era “absolutamente ilegítimo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 741), pois Lenin terminara o mesmo artigo argumentando que

Esta *revolução cultural* agora bastaria para tornar nosso país um país completamente socialista⁶⁶; mas ele apresenta imensas dificuldades de caráter puramente *cultural* (pois somos analfabetos) e *material* (pois para ser cultos devemos realizar um certo desenvolvimento dos meios de produção, devemos ter uma certa *base material*) (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 741).

Apesar da ilegitimidade de Stalin quanto a este aspecto do pensamento de Lenin, o lema do “socialismo em um só país” foi levado adiante. Depois que este lema foi aprovado na primeira metade de 1925⁶⁷, para Mészáros, “o ‘socialismo em um só país’ se tornou a ortodoxia aceita por todo o movimento comunista”. Nesta nova *ortodoxia supostamente marxista* “perguntar *se* o sistema soviético poderia realizar o socialismo no interior da estrutura socioeconômica e com a política adotada tornou-se um tabu”, pois “a única questão legítima era *quanto tempo* seria necessário para realizar a transição completa e irreversível para o socialismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 745).

Depois do reconhecimento do fracasso das concessões às empresas capitalistas estritamente controladas pelo Estado soviético na estrutura econômica da NEP (nova política econômica), Lenin abandonou o termo de Capitalismo de Estado transferindo seu interesse para as cooperações, como acabamos de ver. Após isto, segundo Mészáros, “como já é de conhecimento geral, a nova política econômica foi mais tarde completamente abandonada, e o

⁶⁶ Nesta primeira frase temos um problema de tradução na edição brasileira. Nesta, a passagem sugere que ilegitimidade de Stalin estaria no fato de que Lenin não teria dado essa afirmação negativa, pois nela vemos Lenin afirmar que “esta *revolução cultural* não será suficiente para tornar nosso país um país completamente socialista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 741). Enquanto que, na edição original, a versão utilizada por Mészáros fala que “This *cultural Revolution* would now suffice to make our country a completely socialista country” (MÉSZÁROS, 2010, p. 634). Acreditamos que a ilegitimidade de Stalin consiste no fato de que, apesar desta afirmação positiva de Lenin, o autor apontava duas imensas dificuldades sem as quais nenhum socialismo pode ser instaurado em nenhum país: cultura e base material, demonstrando o quanto a experiência soviética ainda estava longe de algumas condições fundamentais para a emancipação social começar a se realizar.

⁶⁷ Segundo Mészáros, “em abril de 1925, Stalin obteve, na 14ª Conferência do partido, aprovação oficial para a doutrina do ‘socialismo em um só país’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 744). Além disso, “O lema do ‘socialismo em um só país’” foi “adotado oficialmente pela Internacional Comunista como parte de seu próprio programa” e “foi imensamente danoso para o movimento socialista, não somente na Rússia, mas em todo o mundo. Levou não apenas à desesperadora deformação de todo traço teórico importante da transformação socialista originalmente prevista. Pior que isto, o país onde foi implementado tornou-se o modelo de socialismo ‘realmente existente’; um modelo que poderia ser usado como uma arma pelos adversários do socialismo contra seus partidários. Quando à questão da União Soviética, a questão não podia sequer ser resumida à mentira apresentada ao povo da ‘efetivação do socialismo em um só país’. Após a passagem de algumas décadas seria necessário afirmar que o socialismo pleno já tinha sido realizado, e agora a fase mais elevada de desenvolvimento, o *comunismo* – cujo princípio orientador é: ‘de cada um segundo sua habilidade, para cada um de acordo com suas necessidades’ – estava em processo de ser efetivada. Naturalmente, as personificações pós-capitalistas do capital só podiam pregar tal absurdo, com o maior *cinismo*, em um país onde até mesmo as necessidades mais básicas (de comida até roupa e moradia decente) estavam em falta para incontáveis milhões; enquanto isso, as personificações tratavam a si mesmas com generosidade sem limites, ‘segundo suas necessidades’ (ou, antes, ganância), por meio da montagem de uma elaborada rede de lojas especiais, luxuosos *resorts*, caças de caça, *dachas*, etc. Assim, não apenas o ‘socialismo’ mas até o ‘comunismo’ já tinha chegado para elas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 742-743).

desenvolvimento subsequente da economia soviética não poderia ser, de modo algum, caracterizado como capitalista ou capitalista de Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 736).

A revolução russa entrava em um verdadeiro impasse, pois esta ênfase na cooperação enquanto coincidência do socialismo após o abandono da NEP, segundo Mészáros, abriu um momento da experiência soviética em que seu desenvolvimento subsequente, por um lado, se distanciava cada vez mais do modo de produção *capitalista*.

No entanto, por outro lado, ao invés de abrir uma nova fase de acúmulo para a perspectiva da emancipação humana – e o fim da distinção de classe, com o fim da expropriação do trabalho excedente da massa de produtores – este momento histórico soviético entra por um caminho que iria determinar fundamentalmente o desenvolvimento econômico e social da Rússia pós-revolucionária como uma nova forma de exploração do homem pelo homem baseada na *relação-capital*. Na concepção de Mészáros, “a questão fundamental é a relação estrutural *antagônica* no interior do próprio processo de trabalho sob o domínio do capital”. Além disso, “este é o caso em todos os domínios e em todos os níveis do sociometabolismo, desde o ‘microcosmo’ das iniciativas econômicas locais até as inter-relações reprodutivas mais abrangentes” (MÉSZÁROS, 2009, p. 738).

É importante mencionar que a situação se complica ainda mais com a consolidação do regime stalinista, visto que é um período concomitante com o que a cooperação levada à frente pelo Estado soviético se consolida, tendo como ponto fundamental a centralização dos meios de produção e do controle do processo de trabalho nas mãos do Estado (que estava nas mãos do Partido Bolchevique), ao invés de se fundamentar na autogestão dos produtores livremente associados.

Nos próximos pontos deste capítulo, abordamos primeiro alguns aspectos da argumentação de Mészáros a respeito do papel que o Estado moderno teve na experiência soviética. No último ponto, discutimos, portanto, a expropriação do trabalho excedente no sistema social que emergiu desta experiência – que era uma extração politicamente determinada. Ambos os temas compõem a argumentação de Mészáros quanto à permanência do sistema do capital na experiência soviética.

4.3. O papel do Estado na experiência soviética

Quando os Bolcheviques tomaram o poder do Estado, em outubro de 1917, o regime pós-revolucionário que se instaurou precisou enfrentar a profunda crise do sistema que eles herdaram quando levaram a frente a experiência revolucionária. Além disso, além de lidar

com o passado, tinha de construir alguma perspectiva de futuro, ou seja, estabelecer uma ordem reprodutiva alternativa em relação ao capitalismo. Esta perspectiva de desenvolvimento, que Mészáros denomina pós-capitalista, deveria ser capaz de expandir sócio e economicamente, mesmo que estivesse cercada por um contexto global bastante hostil.

Durante os meses que se passavam, era preciso buscar novas alternativas para desenvolver a Rússia revolucionária. Como vimos, por um momento, dava-se algum crédito a um tipo de Capitalismo de Estado – a estrutura econômica da Nova Política Econômica (NEP) era, então, uma tentativa de lidar com a crise, controlando estritamente as concessões às empresas capitalistas estrangeiras e nacionais. Com a continuidade das contradições, Lenin admite que a denominação Capitalismo de Estado era problemática e volta a sua atenção para outra perspectiva alternativa: as cooperativas. Como vimos na citação acima, segundo Mészáros, se Lenin tinha alguma razão em caracterizar o sistema soviético como Capitalista de Estado enquanto matinha a estratégia econômica da NEP de reter sob controle do Estado soviético as concessões às empresas capitalistas, depois que a nova política econômica foi completamente abandonada, “o desenvolvimento subsequente da economia soviética não poderia ser, de modo algum, caracterizado como capitalista ou capitalista de Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 736).

Na concepção de Mészáros, se a “forma política requerida para se tentar quebrar o domínio do capital” é chamada de “ditadura do proletariado” ou “por qualquer outro nome, permanece aguda a necessidade de se instituir uma forma de Estado transicional capaz não apenas de enfrentar e superar o poder do capital, mas também de progressivamente ‘fenece’ no momento devido”, num processo histórico que corre em paralelo com a “transferência das funções estatais tradicionais para o corpo social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 741). Para este autor,

esta forma transicional de controle político não poderia, no mais agudo contraste com a tomada pós-revolucionária do poder, se converter em um órgão estatal separado, mais do que nunca fortalecido e centralizado, pelo qual o novo tipo de “personificação do capital” poderia se apropriar, para si próprio das alavancas de controle das funções sociometabólicas e perpetuar a subordinação estrutural do trabalho aos imperativos reprodutivos do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 741-742).

Na experiência soviética, o que aconteceu foi que, neste processo de tomada do poder e com a *operação de manutenção* como tarefa imediata, o “‘Partido de Vanguarda’ de Lenin reteve algumas características organizacionais constituídas na ilegalidade e na luta pela mera sobrevivência contra o Estado policial czarista”. Mas com a mudança histórica após a tomada

do poder, “ao se tornar o governante inquestionável do novo Estado, deixou de ser um partido leninista e se tornou o *Partido-Estado*, impondo e também sofrendo todas as consequências que esta mudança necessariamente acarreta” (MÉSZÁROS, 2009, p. 795).

O governo inquestionável do Partido Bolchevique no novo Estado criado pela experiência revolucionária legitima o termo Partido-Estado e, na concepção de Mézáros, mais que um impasse, a experiência revolucionária vivia uma grande tragédia com o desenvolvimento social do país estruturado sob o governo inquestionável do Partido Bolchevique no Estado soviético, que se apropriou das alavancas de controle das funções de reprodução do metabolismo social (criando uma nova forma de controle do *sistema do capital*). Segundo este autor, foi uma “verdadeira tragédia”⁶⁸ o fato de que,

sob as circunstâncias de revoluções derrotadas por toda parte, exceto na Rússia – o que inevitavelmente também significou o isolamento da única revolução sobrevivente –, se negaram cruelmente as condições históricas para o desenvolvimento bem-sucedido dos termos materiais e institucionais exigidos pelo modo socialista da alternativa metabólica ao domínio do capital como empreendimento *global*. Abriam-se totalmente as portas, não somente para a estabilização do sistema do capital seriamente abalado no Ocidente, mas também para a emergência, na Rússia pós-revolucionária, de uma nova forma de “personificação do capital”, que poderia operar um ritmo forçado de extração do trabalho excedente em nome da revolução e para o propósito declarado da necessária “acumulação socialista”, justificada pela promessa de ultrapassar em pouco tempo os principais países capitalistas na produção *per capita* de ferro gusa, aço e carvão como medida do sucesso socialista. Como estrutura de comando desse novo gênero de controle sociometabólico, o Partido teria de pairar acima de todos como regulador da extração politicamente compulsória do trabalho excedente, com todos os seus corolários culturais/ideológicos. Com isso, o Estado foi reforçado e, mais do que nunca, centralizado na forma de Partido-Estado, em vez de dar início ao próprio “encolhimento”, conforme previsto no projeto socialista original (MÉSZÁROS, 2009, p. 80-81).

Uma ilustração importante da constituição do papel do Estado na experiência soviética – tornando-se o que Mézáros caracteriza por Partido-Estado – é uma mudança significativa

⁶⁸ Enquanto que para Mézáros, apesar da tomada do poder do Estado e da expropriação dos capitalistas privados, a experiência vivia uma verdadeira tragédia, para muitos pensadores da esquerda mundial, o significado conferido à “revolução política que ‘expropriava os expropriadores’, os capitalistas”, era celebrado como “não simplesmente o primeiro passo na estrada para uma potencial transformação socialista, mas a abolição de toda oposição ‘entre passado e presente’”. Acreditou-se que “por meio do ato político” de separar o domínio do trabalho do comando capitalista, a “emancipação do trabalho estaria efetivamente realizada, restando apenas para o futuro a tarefa da ‘socialização’” das relações produtivas (MÉSZÁROS, 2009, p. 84). De acordo com esta perspectiva, a expropriação dos expropriadores é identificada com a emancipação socialista – e capital é identificado ao capitalismo. Isto trouxe enormes problemas para a concepção do projeto marxiano. Para Mézáros, “Por muito tempo – mas especialmente durante a década seguinte à Segunda Guerra Mundial –, a esquerda comunista considerava que, depois da ‘vitória do socialismo’ na maior parte do mundo, todos certamente viveríamos em uma ordem socialista irreversível. Esta visão representava um terrível empobrecimento do projeto marxiano, pois o que se entendia por ‘vitória do socialismo’ era apenas a *derrubada política do capitalismo*, nos moldes da Revolução Russa” (MÉSZÁROS, 2009, p. 896).

de Lenin em relação ao Estado. Antes da tomada do poder, vemos que a sua posição em relação ao Estado era mais próxima do pensamento de Marx e Engels. Segundo Mészáros,

em março e abril de 1917 Lenin ainda defendia “um Estado *sem* exército mobilizado, *sem* uma polícia oposta às pessoas, *sem* funcionários acima do povo”, e propunha “organizar e armar todos os segmentos da população pobres e explorados para que estes *por si mesmos* tomassem diretamente em suas próprias mãos os órgãos do poder do Estado, para que *eles mesmos possam constituir* estes órgãos do poder do Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1019).

No entanto, é importante termos em mente que “uma mudança significativa” na sua concepção de Estado “tornou-se evidente na sua orientação após a tomada do poder” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1019). Neste sentido, Mészáros argumenta que

Os principais temas de *O Estado e a Revolução* passam mais e mais para os bastidores de seu pensamento. Referências positivas relativas à Comuna de Paris (como exemplo de envolvimento direto de “todos os segmentos da população pobres e explorados” no exercício do poder) desapareceram de seus discursos e escritos; e o acento foi colocado na “necessidade de uma *autoridade central*, de ditadura e de uma vontade conjunta de assegurar que a vanguarda do proletariado cerrasse *suas fileiras*, desenvolvesse o Estado e o colocasse sobre nova base, enquanto *retinha firmemente as rédeas do poder*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1019-1020).

É uma mudança, de fato, bastante significativa. Na teoria de Lenin antes da tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique, suas “intenções originais” tinham como argumentação a “identidade fundamental entre ‘*todo o povo armado*’ e o poder do Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1020). No entanto, no lugar da autonomia dos produtores livremente associados, aparece uma separação do poder do Estado em relação aos “trabalhadores”, em que:

o *poder do Estado* está em organizar a produção em *larga escala*, em solos de *propriedade do Estado*, e em escala nacional em empresas de *propriedade do Estado*, está na distribuição da força de trabalho entre os vários ramos da economia e várias empresas, e está na distribuição entre os trabalhadores de grande quantidade de artigos de consumo *pertencentes ao Estado* (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 1020).

Na concepção de Mészáros, esta distribuição central da força de trabalho pelo poder do Estado, que se constituía naquela experiência, era uma “*subordinação estrutural*”, não se tratava de emancipação dos produtores. Esta perspectiva era problemática para a continuidade daquela experiência levada à frente em nome do socialismo, pois

O fato de o relacionamento dos trabalhadores com o poder do Estado, manifestado como *distribuição central da força de trabalho*, ser um relacionamento de

subordinação estrutural parece não ter sido problema para Lenin, que evitou a questão ao simplesmente descrever a nova forma de poder do Estado como “poder estatal proletário”. Assim, a contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado desaparece do seu horizonte ao mesmo tempo em que vem à tona o poder centralizado do Estado que determina por si só a distribuição da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2009, p. 1020).

Obviamente, num país com uma situação social tão problemática, não foi fácil lidar com a tarefa de estruturar a sociedade russa em novas bases, como Lenin mesmo teve de admitir. Com a tomada do poder do Estado, novas dificuldades começam a se somar, pois

a extensão pela qual os recém-constituídos órgãos do Estado eram estruturalmente condicionados pelo velho Estado não é subestimada. A análise de Lenin sobre este problema no seu discurso sobre a NEP é altamente reveladora: “Nós tomamos a velha máquina do Estado e este foi o nosso infortúnio, pois, com frequência, esta máquina trabalhou contra nós. Em 1917, depois que tomamos o poder, os funcionários do governo nos sabotaram. Isto nos amedrontou muito e então suplicamos: ‘Voltem, por favor’. Todos eles voltaram e esse foi o nosso azar. Agora temos um vasto exército de funcionários de governo, mas nos faltam quadros suficientemente educados para exercer controle real sobre eles. Na prática, acontece com frequência que, *aqui do alto onde nós exercemos o poder político*, a máquina funciona de alguma maneira; *mas, embaixo*, funcionários públicos são dotados de poderes arbitrários e eles geralmente os usam de forma a contra-atacar nossas medidas. *No alto*, não estou bem certo mas, em todo caso, eu acho que temos não mais que alguns milhares e, lá fora, algumas dezenas de milhares da nossa própria gente. No entanto, *embaixo* há centenas de milhares de velhos funcionários que tomamos do Czar e da sociedade burguesa que, parte deliberada e parte inconscientemente, trabalham contra nós” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1020, grifos nossos).

Para Mézáros, “o novo poder do Estado foi constituído e consolidado por meio de tais tensões e contradições, que afetaram profundamente sua articulação estrutural em todos os níveis”. A enorme inércia da herança da velha Rússia que se tentava superar “foi fator de muito peso nos sucessivos estágios do desenvolvimento soviético”. Para o pensador húngaro, este peso no desenvolvimento soviético existia “não apenas porque os ‘burocratas do Estado colocados acima do povo’ pudessem anular as ‘boas medidas’ tomadas no alto, onde o poder político estava sendo exercido”. O que ele destaca como principal é que: o peso no desenvolvimento social emancipatório existia “porque esse tipo de tomada de decisões [do alto] – longe de representar as alternativas propostas originalmente em *O Estado e a Revolução* com referência aos princípios da Comuna de Paris – tornou-se um ideal” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1021).

Ou seja, porque o ideal era uma determinada estrutura em que as medidas eram tomadas pelo alto, onde o poder político era exercido, conseqüentemente, como um poder separado e alienado em relação aos produtores. A coisa se complica quando, “daí em diante, o

mal foi identificado como uma consciente obstrução da autoridade do Estado por funcionários locais e seus aliados” e, além disso, o “remédio” era concebido “como a forma mais rígida possível de controle sobre todas as esferas da vida social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1021). Desta maneira, a autonomia dos trabalhadores era duramente atacada enquanto que se *fortalecia o Estado*.

Neste sentido, na concepção de Mészáros, o Estado assumiu “de forma voluntarista a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*” da sociedade soviética (MÉSZÁROS, 2009, p. 124). Consequentemente, após 1917, a relação do Partido e do Estado com as massas é radicalmente diferente do período anterior. Não se trata mais de um partido de vanguarda, no sentido de uma organização política que era uma minoria perseguida na Rússia, “mas o poder inquestionável do país”. Isto configurou uma nova situação econômico-social que estabeleceu uma nova relação entre o partido e a “estrutura institucional total da sociedade *pós-revolucionária*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 479).

Desta maneira, é preciso sempre ter em mente que a conquista do poder em outubro de 1917 pelo Partido Bolchevique criou uma nova situação social na Rússia, que estava em contradição com a perspectiva emancipadora de autogestão dos produtores associados, mesmo que os trabalhadores tenham se mobilizado em massa neste processo revolucionário. De acordo com o pensador húngaro, é uma questão fundamental o fato de que o “controle da reprodução sociometabólica era deixado nas mãos do partido e do Estado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 508), ou seja, “o Estado assumiu o controle sobre todas as facetas da vida social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 561). Nas próprias palavras de Lenin, vemos que, ao contrário do desenvolvimento do “ideal de ação autônoma da classe trabalhadora”, a situação pós-revolucionária

requer e pressupõe a *maior centralização possível* de produção em larga escala através do país. Ao comando central de toda a Rússia, portanto, deveria ser dado definitivamente o *controle direto de todas* as empresas de dado ramo da indústria. Os centros regionais definem suas funções na dependência das condições locais de vida etc., de acordo com as diretrizes gerais de produção e com as *decisões do centro* (LENIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 1022).

Para o pensador húngaro, “qualquer outra ideia aquém dessa centralização era condenada como ‘anarcossindicalismo’ regional” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1022). Assim, a consolidação da experiência soviética e a constituição do chamado *Estado proletário* significou que “tanto os *soviets* como os conselhos de fábrica foram destituídos de qualquer poder efetivo”. Além disso, “no decorrer do debate sindical, qualquer tentativa de assegurar

mesmo um grau bem limitado de autodeterminação para a base da classe trabalhadora era descartada como ‘tolice sindicalista’ ou como ‘um desvio em direção ao sindicalismo e ao anarquismo’”. Ou seja, contraditoriamente a defesa da autodeterminação da base da classe trabalhadora era “vista como uma ameaça direta à ditadura do proletariado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1022). Segundo este autor,

a ironia cruel de tudo isso é que o próprio Lenin, totalmente dedicado à causa da revolução socialista, contribuiu para paralisar as mesmíssimas forças da base da classe trabalhadora às quais, mais tarde, voltaria pedindo ajuda, uma vez percebidos por ele os perigos dos desenvolvimentos que, na Rússia, iriam culminar no stalinismo. Contra este cenário, é patético ver Lenin, um gênio da estratégia realista, comportar-se como um utópico desesperado, de 1923 até o momento da sua morte: propondo insistentemente esquemas impossíveis – como a sugestão de criar uma maioria no Comitê central com quadros da classe trabalhadora, a fim de neutralizar os burocratas do Partido – na esperança de reverter esta tendência perigosa, então já muito avançada. A grande tragédia de Lenin foi que a sua incomparável, instrumentalmente concreta e intensamente prática estratégia o derrotou no final. No último ano de vida, então já não havia mais saída para seu isolamento total. Os desenvolvimentos que ele mesmo, mais que qualquer outro, ajudou a dinamizar fizeram-no historicamente supérfluo. A forma específica como ele viveu a unidade de teoria e prática acabou por ser o limite de sua grandeza (MÉSZÁROS, 2009, p. 1022-1023).

Lenin, portanto, pela ótica de Mészáros, teria contribuído em dinamizar um determinado tipo de desenvolvimento que ele mesmo não estaria de acordo, quando ele começou a se consolidar e mostrar seus aspectos profundamente problemáticos para a emancipação humana. O desenvolvimento que ele ajudou a dinamizar estruturava de maneira profunda a emergência de um círculo dirigente que foi se consolidando como os burocratas do Partido, e tal tendência perigosa não poderia ser resolvida simplesmente pela substituição destes burocratas por quadros esclarecidos da classe trabalhadora, mantendo a estrutura de um poder ditado de cima, onde o Partido-Estado centraliza o poder sobre os meios de produção e sobre os trabalhadores e o processo de trabalho. Portanto, nestas circunstâncias sociais *inéditas até este momento na história*, Mészáros argumenta que

no nível mais genérico das relações de classe – correspondente à oposição polar entre o proletariado e a burguesia –, a contradição *parecia não existir*. O novo Estado tinha que assegurar sua própria base material e a distribuição centralizada da força de trabalho parecia ser o único princípio viável para atingir esse objetivo. Na realidade, contudo, era o próprio “povo trabalhador”, como força de trabalho, que precisava ser reduzido e distribuído: não apenas por imensas distâncias geográficas – com todas as inevitáveis revoltas e deslocamentos envolvidos em tais sistemas de distribuição impostos de forma centralizada –, mas também “verticalmente” em toda e cada localidade, segundo os ditames materiais das estruturas de produção herdadas, e dos ditames políticos inerentes ao princípio e aos órgãos de regulação recém-instituídos (MÉSZÁROS, 2009, p. 740, grifos nossos).

Desta maneira, de acordo com Mészáros, “quando Lenin começou a concentrar-se nos terríveis perigos de uma crescente dominação dos ideais do socialismo pelas ‘instituições da necessidade’, já era muito tarde”. Era tarde tanto para Lenin pessoalmente como “historicamente também muito tarde – para reverter o curso dos acontecimentos”. Pois Mészáros enfatiza que, concretamente nas relações de produção e reprodução social da Rússia, “o ideal da ação autônoma da classe trabalhadora foi substituído pela defesa da ‘maior centralização possível’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1022). Uma substituição que significa uma diferença gigante em relação ao projeto de organização social socialista – que tem como elementos fundamentais (para ficarmos dentro do nosso tema) uma organização social incompatível com qualquer forma de Estado e que se fundamenta numa relação de produção que é autodeterminada pelos produtores livremente associados. Ou seja, uma relação de produção que é antagonicamente diferente da estratégia de “maior centralização possível” do processo produtivo (e reprodutivo), o que significa operar às custas da extração do trabalho excedente por um círculo dirigente.

Desta maneira, é importante termos em mente que, de acordo com Meszáros, “a expropriação da classe capitalista e a interferência e alteração das condições normais de mercado que caracterizam a sociedade capitalista impõem radicalmente novas funções ao Estado proletário”. O chamado “Estado Proletário” (uma formação estatal específica da experiência revolucionária russa) é “chamado a regular, *in toto* e em detalhe, o processo de produção e distribuição”. Este Estado exercia seu papel “determinando diretamente a alocação de recursos sociais, as condições e a intensidade do trabalho, a taxa de extração do excedente e da acumulação, além da participação de cada indivíduo naquela parcela do produto social disponível para o consumo”⁶⁹ (MÉSZÁROS, 2009, p. 1027). De acordo com Mészáros

A partir daí, confrontamo-nos com um sistema de produção no qual a *extração do trabalho excedente é determinada politicamente* da forma mais sumária, utilizando-

⁶⁹ Lenin teria expressado isso de uma forma não problemática em um artigo publicado já em 30 de outubro de 1919, chamado *A economia e a política na época da ditadura do proletariado*. Simplesmente um tema crucial para uma revolução que tenta superar o sistema do capital. Depois de fazer uma ressalva de que entre o comunismo e o capitalismo existe um período de transição e, portanto, a Rússia está em um período de transição (e nenhuma transformação radical poderia estar finalizada) ele argumenta que a ditadura do proletariado russa se distingue da possível ditadura do proletariado do resto dos países da Europa de maneira inevitável por conta das peculiaridades históricas russas. E chega a afirmar que “A economia da Rússia na época da ditadura do proletariado representa a luta dos primeiros passos do trabalho unido segundo o princípio comunista – à escala única de um enorme Estado – contra a pequena produção mercantil, contra o capitalismo que subsiste e contra o que renasce na base dela. O trabalho está unido na Rússia segundo o princípio comunista porquanto, primeiro, está abolida a propriedade privada dos meios de produção e, segundo, porquanto o poder de Estado proletário organiza em escala nacional a grande produção das terras estatais e nas empresas estatais, distribui a mão de obra entre os diferentes ramos da economia e entre as empresas, distribui entre os trabalhadores grandes quantidades de artigos de consumo pertencentes ao Estado” (LENIN, 2017, p. 404-405).

se critérios extra-econômicos (em última instância, a própria sobrevivência do Estado), o que, sob determinadas condições, pode de fato perturbar ou até atrasar cronicamente o desenvolvimento das forças produtivas (MÉSZÁROS, 2009, p. 1027).

Ou seja, no pensamento do filósofo húngaro István Mészáros, as unidades produtivas do sistema (no caso, as empresas capitalistas expropriadas) não foram reapropriadas como poder do corpo social, como “*forces propres*” (Marx, A Questão Judaica), mas continuaram alienadas dos trabalhadores, submetendo o processo produtivo a um poder alheio (não mais sob o domínio dos capitalistas, mas agora do Partido-Estado). Os indivíduos não se tornaram, com o processo revolucionário, autônomos, trabalhadores organizados livremente, que espontânea e conscientemente deliberam como executar sua relação de trabalho, mas continuaram reduzidos à condição de “força de trabalho” que deveria ser distribuída de acordo com os ditames políticos impostos de cima.

De igual modo, o produto que era resultado deste processo produtivo não poderia ser pertencente ao trabalhador, que se reconheceria no resultado de sua atividade de livre produção, mas era necessariamente um produto alienado do trabalhador individual. O produto do trabalho deveria, portanto, ser *distribuído entre* o povo trabalhador, pois era, na verdade, *pertencente ao Estado*. Nesta base estrutural de processo de produção e distribuição social, nem as unidades produtivas do sistema estiveram sob o controle dos próprios produtores associados livremente, nem tampouco, conseqüentemente, o Estado enquanto tal pode dar um único passo na direção do seu desaparecimento, da destruição, do fenecimento.

Então, o papel que o Estado teve não foi nada menos do que concentrar o poder dos meios de produção e do processo de trabalho, porque a forma metamorfoseada de controle que a relação-capital começava a desenvolver naquela experiência tinha como um elemento central a *extração política do trabalho excedente dos produtores através da indústria moderna*. O Estado, ao invés de fenecer, sobre esta base estrutural de produção, ele tinha que se *fortalecer imensamente*, controlando todas as facetas da vida social. E assim se expandiu para vários âmbitos da vida do indivíduo, do seu nascimento a sua morte.

Para finalizar este capítulo, no próximo ponto abordamos, a partir da perspectiva de Mészáros no *Para Além do Capital*, mais um elemento da caracterização da experiência soviética como uma *forma metamorfoseada de controle do capital* em relação ao capitalismo: a extração do trabalho excedente *determinada politicamente*.

4.4. A experiência soviética e a permanência da relação-capital através da extração do trabalho excedente determinada politicamente

De acordo com algumas características fundamentais do modo de produção que começava a ser adotado na experiência soviética – e com o papel que o Estado desempenhava nesta relação de produção – a continuidade da divisão social do trabalho, sob uma forma alterada, foi algo necessariamente concomitante ao fortalecimento do papel do Estado pós-revolucionário. Os desdobramentos da perspectiva problemática que postulou a viabilidade de uma revolução que acontecesse no elo mais fraco da cadeia global do capitalismo (na esperança de reter o poder até que os países avançados iniciassem seu processo revolucionário) começaram a se tornar cada vez mais distantes de uma perspectiva emancipatória.

O que existia de combativo e autônomo nas massas do povo operário e camponês foi se apagando e sendo apagado. Ainda pior que isso, o “partido do partido-Estado pós-revolucionário”, com o processo levado a frente pela experiência, “terminou conseguindo voltar a classe trabalhadora – o sujeito histórico da emancipação socialista – contra a própria ideia de socialismo”. Na concepção de Mészáros, “o resultado foi que as revoltas espontâneas anteriores dos trabalhadores foram efetivamente desarmadas pelas amedrontadoras práticas de exploração e repressão de um sistema que alegava ser socialista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 511).

Nesta experiência, o Estado – que se desenvolveu de forma inédita após a revolução – se tornou mais uma expressão da natureza da própria formação estatal como “um órgão estatal separado, mais do que nunca fortalecido e centralizado” contra os produtores. Para Mészáros, a nova relação de produção que se estruturava em tal formação estatal determinou um “novo tipo de ‘personificação do capital’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 741): algo inédito na história da humanidade até então. Através deste Estado pós-revolucionário, este novo tipo de “personificação do capital” pode “se apropriar, para si próprio, das alavancas de controle das funções sociometabólicas e perpetuar a subordinação estrutural do trabalho aos imperativos reprodutivos do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 742). Portanto, levando à frente décadas de uma experiência que estava indo no sentido contrário da emancipação humana.

Assim, ao invés de significar uma luta pela superação das relações de produção fundamentadas na expropriação do trabalho excedente do produtor, o que aconteceu na prática foi que o poder estatal que fora conquistado em 1917 pelo Partido Bolchevique se tornou o “controlador das funções estatais diretas” e, além disso, supervisionava – “em sua totalidade e

em cada um dos detalhes – o processo reprodutivo material e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 780). Segundo Meszáros, depois de expropriados os expropriadores (junto com o papel que o Estado adquiriu na produção e reprodução daquela sociedade), a nova relação antagonista estabelecida entre *controle* e *produção* “criou uma relação capital-trabalho *sem igual* na sociedade pós-revolucionária” (MÉSZÁROS, 2009, p. 780, grifos nossos). Esta nova relação criou uma relação entre o capital e o trabalho inédita na história da humanidade, uma vez que, até então, a relação-capital, o sistema do capital, significava tão somente o sistema capitalista de produção.

Na concepção deste pensador, apenas a negação política da “forma capitalista específica de propriedade privada, por meio da ‘expropriação dos expropriadores’ e da concomitante instituição da propriedade estatal” é insuficiente para a superação do capital e para levar ao caminho da emancipação dos produtores, pois se apenas se nega politicamente esta forma específica de propriedade privada, “persistem ainda – no importantíssimo processo de trabalho da sociedade – muitas das condições substantivas do metabolismo socioeconômico, mesmo que a ‘personificação do capital’ (Marx) em uma base *hereditária* tenha sido proscrita naquelas circunstâncias” (MÉSZÁROS, 2009, p. 450). Portanto, Meszáros argumenta que

A enorme importância deste fato se refere diretamente às alavancas práticas disponíveis para controlar efetivamente a operação das condições de produção. O fetichismo da mercadoria e a forma jurídica duplamente mistificadora em que se articulam nas esferas política e legal as determinações materiais do capital que governam o sociometabolismo ofuscam, de forma inacreditável, estas questões. Pois, na realidade, o capital é, ele próprio, essencialmente um *modo de controle*, e não meramente um *direito* de controle legalmente codificado. Isto é verdadeiro independentemente do fato de que, sob as condições históricas específicas da sociedade capitalista, o direito de exercer controle sobre a produção e a distribuição seja “constitucionalmente” atribuído a um número limitado de indivíduos, na forma de direitos hereditários de propriedade bem protegidos pelo Estado (MÉSZÁROS, 2009, p. 450).

De nada adiantou, para a perspectiva emancipatória, portanto, mudar parcialmente o *modo de controle* que a relação-capital exerce sobre a produção e a reprodução social. Como, para este pensador, as “formas particulares de personificação do capital podem variar consideravelmente, contanto que as formas assumidas se moldem às exigências que emanam das características definidoras essenciais do sistema” (MÉSZÁROS, 2009, p. 781), com as alterações revolucionárias na Rússia, não se tratava mais (como no capitalismo) de um “processo socioeconômico de produção” que era “regulado por uma *pluralidade de capitais*

privados claramente identificáveis e efetivamente em funcionamento” (MÉSZÁROS, 2009, p. 780), mas novas personificações tiveram que surgir nas condições objetivas existentes.

O novo tipo de personificação do capital não podia exercer individualmente uma autonomia nas tomadas de decisões como o tipo de personificação do capital capitalista, pois “no sistema de tipo soviético, as funções controladoras do capital eram investidas no partido e não em indivíduos particulares”. Essa diferença não contradiz a relação-capital, pelo contrário: pelo caminho trilhado até ali, era assim que os líderes se transformavam em personificações genuínas do capital. Eles eram equivalentes aos capitalistas privados, mas com a característica peculiar de que se configuravam como personificações do capital “apenas na sua capacidade coletiva”, como membro do Partido e do Estado (MÉSZÁROS, 2009, p. 781). Desta maneira, alteradas as condições históricas específicas da sociedade capitalista, a inédita relação-capital que se desenvolvia (a “relação-capital pós-revolucionária”), possuía suas personificações próprias e também inéditas: a personificação do capital pós-capitalista e a personificação do trabalho pós-revolucionário – ou seja, os burocratas dirigentes do Partido e os trabalhadores “socialistas” cumpridores de ordens do comando central.

Nestas condições alteradas da experiência soviética, desenvolveu-se um novo modo de produção e, conseqüentemente, de reprodução social. No entanto, era uma ilusão que esta novidade histórica se tratasse de um “modo de reprodução social radicalmente diferente nas sociedades pós-revolucionárias” (MÉSZÁROS, 2009, p. 206). Para Mézszáros,

Presume-se que o novo modo de reprodução social funcione com base nas decisões verdadeiramente democráticas e conscientemente planejadas de todos os indivíduos, embora estes na realidade estejam tão à mercê da “força das coisas” quanto no passado. A sociedade é administrada pelo novo tipo de “personificações do capital”, os burocratas do partido do sistema pós-capitalista do capital, cuja função primordial é impor ao novo tipo de “personificações do trabalho” (os “trabalhadores socialistas”, de quem se extrai, não de modo economicamente controlado, o trabalho excedente) os imperativos de um sistema reificado e fatalmente alienador de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2009, p. 206).

Neste sentido, Mézszáros destaca cinco forças através das quais a força de trabalho era controlada. Ao invés de terem o poder sobre os meios de produção e sobre o próprio processo de trabalho, as decisões fundamentais eram tomadas a partir do centro do poder político e os trabalhadores eram, de fato, controlados:

- 1) Pela máquina administrativa;
- 2) Pelas forças de segurança do Estado;
- 3) Pelo pessoal de comando dos empreendimentos industriais e agrícolas particulares;

4) Pelas denominadas “correias de transmissão” da política central – como os sindicatos e outras organizações de massa, do *Konsomol*⁷⁰ às organizações de mulheres; e

5) Pelas organizações de base do próprio partido nos locais de trabalho (cf. MÉSZÁROS, 2009, p. 782-783).

Nestas condições, a reprodução social não poderia “se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as *relações de poder* historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária *imposta* sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital”, visto que, para o pensador húngaro, era uma variedade do sistema do capital chamada de “variedade pós-capitalista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 268-269). Mézáros caracteriza esta experiência como uma variedade pós-capitalista do sistema do capital, porque através de suas relações de produção era realizada uma extração do trabalho excedente dos produtores de uma maneira significativamente diferente em relação ao capitalismo.

Diferentemente do capitalismo, na experiência soviética se constituiu um “modo *político* de imposição da extração autoritária centralizada do trabalho excedente” que, sob determinadas condições socioeconômicas que estavam em operação desde a conquista do poder do Estado em 1917, pode ser “instituído por Stalin” (MÉSZÁROS, 2009, p. 754). E este “modo *político* de extrair o trabalho excedente”, depois de expropriados os expropriadores e tomado o poder do Estado, “se tornou necessário no sistema de tipo soviético porque era estruturalmente incompatível com as exigências objetivas de montar e manter em operação um mercado de trabalho pós-revolucionário”, visto que o mercado de trabalho propriamente dito não existia mais depois das transformações revolucionárias. Neste sentido, foi esta nova relação para exercer a extração do trabalho excedente que tornou o sistema soviético “genuinamente pós-capitalista, já que nele o processo socioeconômico de reprodução não poderia ser regulado por uma *pluralidade de capitais privados* claramente identificáveis e efetivamente em funcionamento” (MÉSZÁROS, 2009, p. 780).

De acordo com Mézáros, a “economia de tipo dirigido instituída por Stalin” estendeu “seu controle autoritário sobre a troca de produtos”, privando “o sistema reprodutivo até mesmo de um limitado mecanismo de *feedback*”, como no capitalismo. Este sistema do capital pós-capitalista substituiu “o sistema de mercadorias alocadas-pelo-mercado pela produção centralmente controlada e a distribuição burocrática/iníqua de bens e serviços”. Pois

⁷⁰ Sigla russa para UJC – União da Juventude Comunista.

enquanto “a sociedade pós-capitalista reviver a divisão estrutural do trabalho e sua relação de troca orientada para produtos (mesmo que não mercantilizada), ela apenas poderá dar origem a uma economia dirigida e controlada burocraticamente”. O que é extremamente contrário à emancipação social fundamentada na autodeterminação dos produtores, pois “este tipo de controle” apenas “reforça a divisão estrutural hierárquica do trabalho e a forma correspondente de distribuição”. No capital pós-capitalista de tipo soviético existia, portanto, um “‘planejamento’ da economia dirigida” que era “voltado para a produção e a alocação de recursos centralmente controladas”, que na verdade era um “‘planejamento’ *post festum* bastante defeituoso e só em ficção um genuíno processo de planejamento social”, pois os “objetivos planejados” eram “impostos a um corpo social recalcitrante” (MÉSZÁROS, 2009, p. 885). Assim, conseguiu-se manter o controle sobre a sociedade “cujo processo de reprodução” era “administrado em uma base orientada-para-o-produto (a que se subordinava o trabalho vivo)” e que abandonou “a produção de *mercadorias* como tal” (MÉSZÁROS, 2009, p. 886).

No contexto desta nova forma de controle do sistema do capital, em contraposição com a realidade soviética, Stalin tentou negar – “no interesse da apologia do capital pós-capitalista” – que determinadas categorias desenvolvidas por Marx “tivessem qualquer relevância para a compreensão crítica dos antagonismos alienantes e deficiências socioeconômicas da ordem estabelecida”, como por exemplo a categoria do *trabalho excedente*. De acordo com Mészáros, “Stalin fez o que foi possível para *confinar* a validade da concepção marxiana de capital *estritamente ao capitalismo*, distorcendo assim grosseiramente o significado de sua obra” (MÉSZÁROS, 2009, p. 747, grifos nossos). O último texto de Stalin, chamado *Problemas Econômicos do socialismo na URSS* (1952), era “apresentado como uma elaboração teórica dos problemas da economia política – e em particular da economia política ‘socialista’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 747). Neste texto, Stalin proclama que:

Eu acho que nós devemos também descartar alguns outros conceitos tirados de *O Capital* – onde Marx se preocupou com uma análise do *capitalismo* – e artificialmente anexados às nossas relações socialistas. Eu me refiro a conceitos como, entre outros, trabalho “necessário” e “excedente”, “produto necessário e excedente”, tempo “necessário e excedente”. Marx analisou o capitalismo para elucidar a mais-valia, fonte de exploração da classe trabalhadora – carente dos meios de produção –, para equipá-la com uma arma intelectual para a derrubada do capitalismo. É natural que Marx utilizasse conceitos (categorias) que correspondiam plenamente às *relações capitalistas*. Mas é estranho, para dizer o mínimo, utilizar estes conceitos agora, quando a classe trabalhadora não apenas não carece do poder e dos meios de produção, mas, pelo contrário, está de *posse do poder e do controle dos meios de produção* (STALIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 747-748).

Na concepção de Mészáros, com esta postura de Stalin em relação aos problemas antagônicos da sociedade soviética, “desprezou-se convenientemente a questão crucial de *quem controla* a alocação da força de trabalho em relação tanto aos objetivos adotados da produção como à distribuição do produto social total”. A solução prática da questão deste controle é radicalmente diferente se considerarmos, por um lado, a alocação sendo “feita pelos próprios produtores associados, exercendo seu controle no interior da estrutura de um modo de produção e distribuição plenamente cooperativo”, ou se, por outro lado, considerarmos o controle desta alocação sendo exercido “pelas novas personificações do capital que implacavelmente impõem os imperativos do sistema por meio de uma maquinaria estatal autoritária” (MÉSZÁROS, 2009, p. 748). O desprezo desta questão é crucial, visto que são duas formas radicalmente diferentes de estabelecer a produção e a reprodução da sociedade.

Na verdade, para Mészáros, a “categoria rejeitada de *trabalho excedente* não apenas existia na sociedade soviética como continuava a ser alocada com grande arbitrariedade política – e com imensa perdulariedade, devido à incontrolabilidade fundamental do trabalho recalcitrante”, que reage frente à imposição dos interesses particulares daqueles que o explora. Além disso, os defensores do sistema soviético – concordantes com Stalin – “postularam a abolição da oposição entre cidade e campo, e mesmo entre trabalho físico e mental” e estas postulações absurdas foram tornadas possíveis, porque as questões cruciais acima foram removidas “com a mesma varinha mágica – referência à derrubada jurídica do capitalismo – que fez desaparecer o antagonismo resultante da subordinação estrutural alienada do trabalho ao sistema hierárquico estabelecido” (MÉSZÁROS, 2009, p. 748).

Assim, tem-se que enfatizar a derrubada da forma de exploração capitalista, mas não se pode voltar a análise para a forma específica em que o trabalho excedente dos produtores era expropriado *de maneira inédita* e que, conseqüentemente, constitui-se como uma nova forma de exploração do homem pelo homem que o sistema do capital pode desenvolver, metamorfoseando sua forma de controle: da forma contratual/econômica para a forma *determinada politicamente de extrair o trabalho excedente dos produtores*.

Stalin defende sua tese de fim das oposições alienantes da sociedade capitalista argumentando que

A base econômica da antítese entre trabalho mental e físico é a exploração dos trabalhadores físicos pelos trabalhadores mentais. Todos estamos familiarizados com o abismo que, sob o capitalismo, dividiu os trabalhadores físicos do pessoal administrativo. Sabemos que esse abismo deu origem a uma atitude hostil dos trabalhadores para com os administradores, capatazes, engenheiros e outros

membros do corpo técnico, a quem os trabalhadores consideravam seus inimigos. Naturalmente, com a abolição do capitalismo e do sistema de exploração, o antagonismo de interesses entre o trabalho físico e mental também está destinado a desaparecer. E ele de fato desapareceu em nosso atual sistema socialista. Hoje, os trabalhadores físicos e o pessoal administrativo não são inimigos, mas camaradas e amigos, membros de um único corpo de produtores que está vitalmente interessado no progresso e na melhoria da produção (STALIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 748-749).

E assim, através de palavras doces como camaradagem e amizade entre os trabalhadores físicos e o pessoal administrativo, como a unidade harmônica de um corpo de produtores que possui um interesse vital pelo progresso e melhoria da produção pura e simplesmente, as condições de exploração dos chamados *trabalhadores físicos* são amargamente ocultadas. Por sua vez, na concepção de Mézszáros, com essa ocultação amarga das contradições fundamentais em relação aos produtores e ao processo de produção:

nada precisaria ser mudado na organização do processo de trabalho. Grandes avanços poderiam ser mostrados, sem que absolutamente nada mudasse. Era possível fingir que no “nosso atual sistema socialista” o controle do trabalho já era não-hierárquico e puramente técnico, e as pessoas nele envolvidas eram “camaradas e amigos”, constituindo um “único corpo de produtores”. Em nenhum lugar foi mencionada a tirania política pela qual uma taxa imposta de extração do trabalho excedente era assegurada sob o sistema pós-capitalista de produção de capital. Não havia espaço para tais considerações na proclamada “economia política científica”, pois na terra da fantasia stalinista os trabalhadores estavam “de posse do poder do Estado e do controle dos meios de produção”. Nenhuma tarefa ou realização poderia ser considerada grande demais para o assim chamado “corpo único de produtores”. O esquema stakhanovista, cinicamente utilizado pelo Estado para impor aos trabalhadores “normas” e métodos de trabalho exploradores, foi descrito como “emulação socialista”, e projetava grandes coisas para o futuro (MÉSZÁROS, 2009, p. 749).

Vemos que, no pensamento do pensador húngaro, a tomada de poder do Estado e a expropriação dos capitalistas não significou que os trabalhadores estavam, de fato, de posse do poder do Estado e do controle dos meios de produção, pois havia uma tirania política através da qual era imposta uma taxa de extração do trabalho excedente. Inclusive, quando esta forma mutante de realização da extração do trabalho excedente pelo sistema do capital entrou em uma crise profunda na década de 1950, as personificações do capital pós-capitalista, vendo vantagens capitalistas para a reprodução do sistema do capital, perceberam a necessidade de trazer elementos capitalistas para as suas relações de produção na tentativa de fazer uma mistura entre os dois modos de extração do trabalho excedente que a relação-capital pode realizar (a forma politicamente determinada com a forma prioritariamente econômica). Isto foi tentado sem sucesso por décadas até que se iniciou de vez a tentativa de restaurar completamente o capitalismo. Assim, o último texto de Stalin (*Problemas*

Econômicos do socialismo na URSS), que foi publicado em 1952, surge quando a “economia soviética estava passando por graves dificuldades, após os anos relativamente calmos da reconstrução do pós-guerra, com sua alta taxa de crescimento” (MÉSZÁROS, 2009, p. 750).

Para Mézáros, Stalin era incapaz de “perceber os desenvolvimentos pós-revolucionários na sua perspectiva histórica objetiva”, devido a “racionalização e legitimação ideológicas do regime stalinista” que se estabelecia na experiência soviética, no sistema do capital pós-capitalista. Portanto, “os limites nos quais operava o sistema do capital pós-capitalista soviético tinham que ser teorizados como não-existentes ou, pior ainda, transubstanciados em realizações socialistas permanentes e exemplares”. Mas, na verdade, “após ‘quebrar o elo mais fraco da cadeia’, a sociedade pós-revolucionária teve que encontrar suas próprias soluções para várias dimensões da crise capitalista da qual emergiu, permanecendo, portanto, dependente das condições objetivas que precisou negar”. A dependência das condições objetivas que a experiência negou ao se contrapor à crise capitalista “foi totalmente excluído do horizonte quando visto do prisma distorcido do ‘socialismo em um só país’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 750).

Diante desta crise que se alastrou pela URSS depois da II Guerra Mundial, “assegurar a ‘contínua expansão’ no interior de uma estrutura administrada num estado de emergência artificialmente estendido, dando primazia à produção extremamente perdulária de meios de produção, tornava-se cada vez menos viável”. Portanto, era preciso buscar “alternativas” para dar continuidade à expansão e, assim, “outros meios tinham que ser tentados para dar impulso à economia”. Foi neste contexto, segundo Mézáros, que “Stalin terminou por dar sua bênção à busca de lucro nos empreendimentos soviéticos”, no seu último texto de 1952. No entanto, Mézáros ressalta que esta busca de lucro nos empreendimentos soviéticos era, em larga medida, apenas um desejo, “dadas as outras exigências reguladoras que ele desejava manter simultaneamente em operação” (MÉSZÁROS, 2009, p. 752). Era um desejo complicado de realizar: misturar as duas formas de extração do trabalho excedente do sistema do capital (a extração econômica e a extração politicamente determinada), com tudo o que elas carregam consigo em relação à reprodução de toda a sociedade.

No seu texto de 1952, Stalin argumenta:

A operação da lei do valor não está confinada à esfera da *circulação de mercadoria*. Também se estende à produção. ... De fato, *bens de consumo*, que são necessários para compensar a *força de trabalho* gasta no processo de produção, são produzidos e realizados em nosso país como *mercadorias* fabricadas sob a operação da *lei do valor*. É precisamente aqui que a lei do valor exerce sua influência na produção. Nesta conexão, tais coisas, como *contabilidade de custo e lucratividade*, custo de

produção, preços etc. são de real importância em nossas empresas. Consequentemente, nossas empresas não podem, e não devem, funcionar sem levar em conta a lei do valor. E isto é bom? Não é mau. Nas presentes circunstâncias, de fato não é mau, já que treina nossos *executivos* a conduzir a produção em linhas racionais e lhes dá *disciplina*. Não é uma coisa ruim porque ensina nossos executivos a contabilizar magnitudes de produção, a contabilizá-las com precisão, e também a calcular precisamente o que é importante na produção... Não é mau porque ensina nossos executivos sistematicamente a melhorar os métodos de produção, a baixar os custos de produção, a praticar o controle contábil dos custos e a fazer suas empresas se pagarem. É uma boa escola prática que acelera o desenvolvimento do nosso *pessoal executivo* e seu crescimento em genuínos *líderes da produção socialista* no estágio atual de desenvolvimento (STALIN *apud* MÉSZÁROS, 2009, p. 752).

Na concepção de Mézáros, muitos aspectos desta argumentação, “do que foi aqui decretado”, na verdade era “teoricamente infundado, pertencia ao reino da mera fantasia”. Pois “sob a lei do valor, o sistema soviético não poderia operar com base na produção e na circulação de mercadorias, acima de tudo porque não tinha um mercado adequado, e muito menos um mercado de trabalho”. Os trabalhadores não eram, tal como no capitalismo, uma mercadoria que estabelecia uma relação contratual de compra e venda com um capitalista privado. Assim, “muitas coisas podem ser reguladas numa economia de confiabilidade tolerável com a ajuda de um pseudomercado, mas certamente não a alocação e o controle firme da força de trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 752), que era realizada pelo Partido-Estado e suas forças complementares.

Ainda assim, diante da suposta solução que Stalin aponta neste texto de 1952, para Mézáros, “naturalmente, a ideia socialista original segundo a qual os próprios trabalhadores deveriam por si próprios decidir tanto seus objetivos produtivos como o modo de operar a produção e a distribuição, não poderia se encaixar nesta concepção”. Na concepção de Stalin (que expressava neste momento a tendência central da experiência soviética), os trabalhadores existiam “apenas como uma ‘força de trabalho’ a ser compensada pelas mercadorias lucrativamente produzidas”. Consequentemente, as “decisões sobre as tarefas produtivas imediatas deveriam ser deixadas para ‘nossos executivos’ e para o ‘pessoal executivo’ em geral”. Estas decisões das tarefas produtivas imediatas eram deixadas também “para os líderes partidários, claro, que permaneciam encarregados do processo de decisão geral num sistema que operava a extração politicamente imposta do trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 2009, p. 752-753), mesmo que Stalin tentasse defender que a categoria marxiana de trabalho excedente não tivesse validade para as relações de produção soviética.

Portanto, na tentativa de encontrar soluções para a crise do sistema soviético, o modo antagônico da reprodução do metabolismo social “prevalecente sob o sistema do capital pós-

capitalista tinha que ser consagrado deste modo também para o futuro, quaisquer que fossem as variações e inovações na conduta do pessoal executivo e técnico que devessem ser consideradas no percurso” (MÉSZÁROS, 2009, p. 753). Assim, dentro destas supostas “soluções” de Stalin, não era necessário “alterar a subordinação estrutural do trabalho ao modo rudemente imposto de controle sociorreprodutivo hierárquico” (MÉSZÁROS, 2009, p. 754).

Depois da morte de Stalin, algumas outras supostas transformações importantes pareciam estar em desenvolvimento. Segundo Mészáros, “somente depois da morte de Stalin se puderam fazer tentativas de ‘liberalizar’ o controle político direto do processo de trabalho, quando se imputaram, no discurso secreto de Krushev, todos os fracassos e contradições do passado ao ‘culto de personalidade’ de Stalin” (MÉSZÁROS, 2009, p. 750). Depois da morte desta personificação do capital pós-capitalista *específica* e da condenação meramente política do “autoritário ‘culto à personalidade’”, os seus herdeiros anunciaram o “programa de ‘desestalinização’”, mas as “suas ‘boas intenções’ tinham que falhar porque o diagnóstico da situação, e os remédios propostos em sintonia com ele, foram formulados essencialmente do mesmo ponto de vista que havia prevalecido no passado”. O ponto de vista que formularia as alternativas tinha que ser o mesmo, pois, como eram personificações do capital, “a última coisa que eles poderiam considerar, ou questionar radicalmente, era a *subordinação estrutural do trabalho ao capital* no seu sistema e as inevitáveis consequências negativas de operar no interior de tal estrutura socioeconômica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 754).

Na trajetória destas supostas alternativas, existiram “quase quatro décadas de tentativas de reforma que vão da ascensão de Krushev ao poder até a implosão final do sistema Gorbachev”, na tentativa de “desestalinizar” o sistema soviético, mas mantendo o *antagonismo social* que fundamentava toda a sociedade soviética. Uma tarefa impossível, se considerarmos que o que ficou conhecido como *stalinismo* nada mais é do que uma estrutura social que tem como um dos elementos fundamentais a extração do trabalho excedente através de uma determinação política do núcleo central do Partido-Estado. Ou seja, para resolver seus problemas antagônicos, de nada adiantaria condenar Stalin enquanto esta estrutura continuasse em operação. Com suas contradições políticas e econômicas, no decorrer de várias décadas de “tentativas reformistas” (“que vão da ascensão de Krushev ao poder até a implosão final do sistema sob Gorbachev”), a “contradição que permaneceu insolúvel tinha emergido do desejo fútil da liderança de resolver o *antagonismo social* profundamente

assentado no sistema pós-capitalista soviético pela invenção de algum *mecanismo* neutro⁷¹” (MÉSZÁROS, 2009, p. 754).

Um dos elementos necessários para estas reformas pró-capitalismo era a existência de um mercado de trabalho, mas o “estabelecimento do mercado de trabalho provou ser particularmente difícil, o que não seria surpreendente, já que o mercado de trabalho é um tipo bastante peculiar de mercado também sob o capitalismo”. De acordo com Mézáros, “uma transação no mercado de trabalho não é uma relação direta de compra e venda – diferentemente da aquisição e venda de produtos do consumo –, mas uma *relação hierárquica de poder estruturalmente predeterminada*” e com determinações sociais profundas. Desta maneira, os indivíduos trabalhadores “entram na relação como personificações individuais do trabalho duramente constrangidas que confrontam as personificações do capital preponderantemente favorecidas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 973).

É interessante percebermos que, segundo Mézáros,

O caráter peculiar do mercado de trabalho sob o capitalismo foi, em primeiro lugar, uma grande ajuda para o sistema do capital pós-capitalista. Ou seja, o modo stalinista de regulamentação “mimetiza” algumas das importantes características definidoras do mercado de trabalho herdado. Até certo ponto, isto poderia funcionar bastante bem, já que o Estado e as personificações pós-capitalistas do capital cumpriram as funções deles exigidas como parte estruturalmente dominante da relação pseudocontratual. Eles poderiam alocar e dirigir a “força de trabalho” – em teoria, estritamente em nome dos trabalhadores, imitante, nesse sentido, os fictícios “contratos livres” e a autodeterminação dos trabalhadores. E onde fosse necessário exerceria, ao mesmo tempo (como o capital sempre o faz), o sistema de comando separado e alienado sobre os trabalhadores individuais tanto quanto sobre a totalidade do trabalho como classe (MÉSZÁROS, 2009, p. 973).

Apesar desta semelhança (afinal, são duas formas de controle do próprio sistema do capital), uma imensa dificuldade para estas reformas era que “faltava, porém, uma característica essencial do mercado de trabalho capitalista, a que desenvolve a disciplina, o que provou ser uma razão importante para a implosão do tipo soviético de sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 973). Na variedade capitalista do sistema do capital,

⁷¹ Segundo Mézáros, as “sugestões consideradas pela liderança política variavam desde a melhoria do instrumental técnico do planejamento cnetral – graças à aplicação de ferramentas matemáticas advogadas pelos principais economistas – até a ideia de plena ‘mercadização’. Mesmo esta última tinha que ser caracterizada, para fins de desenvolvimento econômico socialista, como o ‘mecanismo racional’ perfeitamente adequado – de fato, na visão de muitos dos seus defensores, o ‘mecanismo racional’ *ideal*. Debates acerca de ser ou não desejável e praticável introduzir melhorias técnicas no planejamento e no mecanismo de contabilidade social geral se iniciaram já no final dos anos 50, que atingiram maior proeminência nos anos 60. A obstinada resistência do trabalho como a causa dos principais problemas não podia ser enfrentada ideologicamente, já que sua remoção requeria a impensável instituição de um modo radicalmente diferente de controle global do sistema sociometabólico de produção” (MÉSZÁROS, 2009, p. 754-755).

não é apenas a totalidade do trabalho que é subsumida ao capital; simultaneamente, determinados grupos de trabalhadores também se relacionam diretamente com uma pluralidade de capitais, e são por eles dominados. Sob o capitalismo, o capital, com suas determinações estruturais, é articulado como uma multiplicidade de capitais, apesar da crescente – mas nunca completamente realizável – tendência para o monopólio. Capitais diversos controlam grupos particulares do trabalho sob seu comando por meio tanto do autoritarismo mais óbvio do local de trabalho como da sua, mais ou menos favorável, posição no mercado nacional e internacional. Também a natureza e as correspondentes limitações rígidas do “*pluralismo político*” no sistema capitalista – a “democracia multipartidária” da estrutura parlamentar sob o comando das forças parlamentares e extraparlamentares do capital – são determinadas por essa pesada base socioeconômica (MÉSZÁROS, 2009, p. 973-974).

Desta maneira, na argumentação de Mészáros, vemos que

a atração principal que a mercadização exercia sobre as personificações pós-capitalistas do capital – de Stalin, nos seus últimos anos de poder, até Gorbachev e companhia, na União Soviética e na Europa oriental – era o desejo de fortalecer seu domínio sobre o trabalho intensificando a disciplina do trabalho nas novas circunstâncias. Esperava-se que a adoção do mercado atingisse esta finalidade, na medida em que o autoritarismo do local de trabalho herdado – por meio do qual se impunham politicamente, sem dificuldades insolúveis sob Stalin e depois dele – seria complementado e grandemente fortalecido pela *tiranía do mercado*. Devido às exigências de um tipo mais intensivo de produção no país e às ligações cada vez mais íntimas das suas economias com o mercado mundial, as personificações pós-capitalistas projetaram seu sucesso na combinação da extração política de trabalho excedente com o (grotesco e falsamente concebido) “mecanismo de mercado”, esperando extrair dessa forma a desejada produtividade mais elevada de uma força de trabalho menos obstinada (MÉSZÁROS, 2009, p. 974).

Apesar de todo o controle que o Estado-Partido teve sobre a produção e todas as facetas da vida social, com a crise do sistema do capital soviético, a disciplina se tornava cada vez mais um obstáculo para que as personificações do capital pós-capitalista exercessem bem a sua função na reprodução e expansão do sistema. Desta maneira, para este autor,

uma vez que a imposição política extrema da disciplina do trabalho provou ser contraprodutiva, a legitimação do “socialismo de mercado” pareceu às personificações stalinistas do capital ser a saída das dificuldades. Contudo, a lógica objetiva das suas tentativas de reforma apontou para a restauração completa do capitalismo, ainda que se tivessem de passar três décadas até que se pudesse defender abertamente que o caminho para o futuro teria que ser, como vimos acima, a “busca coerente do socialismo de mercado” – mercados de capital e trabalho e “*reestruturação da propriedade*”, isto é, a restauração jurídica do sistema capitalista privado. Portanto, a legitimação das relações mercantis na produção de bens de consumo, assim como o mercado correspondente e a contabilidade-de-lucro, para ajudar a impor disciplina não era, como Stalin imaginava, suficiente. Não era possível parar a meio caminho nesse processo de restauração (MÉSZÁROS, 2009, p. 972).

Portanto, a suposta solução de combinar as duas formas de extração do trabalho excedente (que a relação-capital ineditamente se mostrou capaz de realizar) não deu o resultado pretendido. Para o pensador húngaro, o motivo pelo qual esta fórmula não funcionou foi porque o “mercado de trabalho capitalista”, que não existia “no sistema pós-revolucionário”, “revelou sua importância precisamente na ocasião em que os ‘socialistas de mercado’ tentaram tornar plenamente operacional um verdadeiro mercado de trabalho na União Soviética e na Europa oriental”. A vantagem em questão, do sistema capitalista, era que sob o sistema do capital capitalista “os trabalhadores são presos às condições contratuais das companhias para as quais trabalham de modo a serem induzidos a *internalizar* a exposição das companhias às vicissitudes do mercado nacional e mundial” (MÉSZÁROS, 2009, p. 974-975), ao invés de ser necessária uma imposição principalmente política de cima para que realizem o trabalho necessário, e hajam de acordo com as determinações do sistema social, um elemento *exterior* aos trabalhadores. Segundo Mézszáros, isto não acontecia na experiência soviética até a restauração capitalista, onde

as condições objetivas demonstram o caráter absurdo do sonhado projeto de combinar a extração política do trabalho excedente com o mercado, e de prever o estabelecimento de um verdadeiro mercado de trabalho sem a restauração do capitalismo. Sob o sistema capitalista, a internalização pelo trabalho das consequências dolorosas da “necessidade externa” de competição que afeta os empreendimentos particulares no mercado funciona, na verdade, porque a ameaça de consequências negativas é muito real. Sob o sistema soviético, ao contrário, faltava absolutamente a possibilidade de internalização. Pois, dado o modo pelo qual o sistema pós-capitalista foi constituído, a recalcitrância do trabalho foi dirigida contra a autoridade real – a estrutura de comando político global do capital tal como encarnada pelo Estado – e não contra os gerentes locais, que, às vezes, poderiam até mesmo conspirar com os trabalhadores (naturalmente no seu próprio interesse) para burlar as autoridades centrais. Para conferir sentido à defesa do estabelecimento de um verdadeiro mercado de trabalho era necessário: 1) abolir o direito constitucional dos trabalhadores ao emprego, e 2) introduzir reformas pelas quais os empreendimentos “menos eficientes” pudessem ir (e, sob a proposta de competição do mercado, realmente iriam) à falência. Não surpreendentemente, portanto, à medida que ganhava impulso o “movimento pela reforma”, a “*draconiana legislação de falência*” figurasse cada vez mais proeminente na lista de prioridades do “socialismo de mercado”, em conjunção íntima com demandas para o estabelecimento de “mercados de capital e trabalho, reestruturação da propriedade e pluralismo político (MÉSZÁROS, 2009, p. 975-976).

De acordo com a concepção do pensador húngaro, “é assim que a *tiranía do mercado* – a dimensão da disciplina diretamente relacionada ao mercado, à qual o trabalho deve ser sujeitado sob a variedade capitalista do sistema do capital – teve que ser introduzida no tipo soviético de sistema do capital”. E isto, ironicamente, contribuiu “de modo ativo para sua desintegração” (MÉSZÁROS, 2009, p. 976). Pois

Devido à natureza incorrigivelmente conflitante do processo de trabalho pós-capitalista e à alienada estrutura de comando econômica e política exigida para seu controle, a “melhora da disciplina do trabalho”, prevista nas reformas de mercado, só poderia ser realizada – ao contrário das fantasias de se combinar a “democracia socialista” com a “eficiência econômica” de um “mercado social” iluminado e caridoso – na fusão do autoritarismo bem entrincheirado do local de trabalho com a tirania selvagem produtora de desemprego do mercado, graças, em grande medida, ao mercado de trabalho reconstituído de modo capitalista (MÉSZÁROS, 2009, p. 976).

Nesta concepção, vemos que, de acordo com este autor, o sistema soviético de produção e reprodução social era diferente do sistema capitalista. São duas formas de controle do sistema do capital – e nisto reservam muitas semelhanças fundamentais – mas tinham peculiaridades específicas em cada modo de reprodução social estruturada a partir de diferentes formas de extração do trabalho excedente dos produtores. Como diferença importante entre os dois sistemas sociais fundamentados na relação-capital, Mézáros destaca que

fora as relações comerciais com o Ocidente capitalista ao longo das décadas pós-revolucionárias, algum tipo de “quase-mercado interno” existiu na União Soviética, na forma da “circulação de mercadorias”, pela qual a força de trabalho era “compensada pelo esforço despedindo no processo de produção”, de acordo com o último texto de Stalin sobre economia política. Contudo, isto estava muito distante de constituir realmente um mercado de trabalho. A característica definidora do mercado de trabalho é que as partes envolvidas na relação de troca não são simplesmente os “compradores e os vendedores” que poderiam, a princípio, alterar as suas posições e papéis, sendo às vezes compradores e outras vezes vendedores. Pelo contrário, elas são *personificações particulares* da relação-capital *estruturalmente enraizada* mas necessariamente particularizada – isto é, *personificações particulares* tanto do capital como do trabalho – que entram em uma relação contratual recíproca de transação comercial. Não havia nada comparável a isto no sistema do capital de tipo soviético. Além disso, devido às imensas exigências de trabalho do desenvolvimento industrial tanto anterior como sob Stalin e os seus sucessores, não existia o problema de desemprego na União Soviética, e o *direito ao trabalho* se tornou até mesmo constitucionalmente garantido nos anos 1930. A adoção de tal abordagem do trabalho seria inconcebível – e, claro, absolutamente intolerável – na ordem capitalista, pois o direito constitucional ao trabalho eliminaria a possibilidade de um “exército industrial de reserva”, com todas as suas vantagens para o capital, anulando ao mesmo tempo o modo econômico herdado de alocar a força de trabalho no interior da estrutura do mercado de trabalho capitalista. Em outras palavras, se pudessem ser concedidas, e implementadas, garantias constitucionais de direito ao trabalho no sistema capitalista, isto arruinaria e, no final das contas, destruiria o mercado de trabalho, tornando assim completamente insustentável o modo especificamente capitalista – primordialmente econômico – de controlar a extração da mais-valia (MÉSZÁROS, 2009, p. 779-780).

No sistema pós-capitalista do capital, “o poder centralizado do Estado” era o que determinava “por si só a distribuição da força de trabalho” e assim era estabelecida uma subordinação estrutural no “relacionamento dos trabalhadores com o poder do Estado,

manifestado como *distribuição central da força de trabalho*". A nova forma de distribuição da força de trabalho e de extração e alocação do trabalho excedente era nada menos que uma nova forma de relação de subordinação estrutural do trabalho ao capital, ou seja, uma nova forma de mediação subjugadora do trabalho ao capital. Uma diferença em relação ao capitalismo consiste, entre outros aspectos, em que ao invés de ser uma extração do trabalho excedente através de uma relação econômica que é contratualmente estabelecida, na experiência soviética a extração do trabalho excedente era *politicamente regulada* através do partido e do Estado. Foi construído um sistema de produção baseado em "uma associação *forçada*", pois ao invés de um plano conscientemente concebido pela totalidade dos produtores individuais, era imposto a eles "com o exercício do poder político como separado e oposto à sociedade de produtores". Os produtores eram "obrigados a aceitar e implementar propósitos e objetivos que não partiam de suas deliberações conscientes". A concepção e a implementação do planejamento social eram exercidas "como uma imposição vinda de cima" pela força política (MÉSZÁROS, 2009, p. 739, 1020, 1015).

Portanto, a tarefa de retornar ao capitalismo também não seria fácil. Inclusive, para o retorno ao capitalismo (que se tornava cada vez mais necessário com o passar do tempo da década de 1950 para 1990), um dos maiores problemas era o Partido, no sentido de que era uma peculiaridade do sistema pós-capitalista do capital enquanto uma "organização de massa hegemônica da sociedade soviética, com seu modo único de legitimar – em nome da classe trabalhadora e da ditadura do proletariado – a extração política de trabalho excedente". Segundo Mézáros, "era este o tipo de legitimação que era totalmente incompatível com a mercadização capitalista, na qual as massas do povo não têm poder algum de votação regular, nem mesmo no sentido de mera aprovação" (MÉSZÁROS, 2009, p. 783). Desta maneira, o Partido-Estado era um obstáculo ao retorno do sistema propriamente capitalista, ou seja,

não havia a menor chance de instituir o mercado de trabalho e, portanto, sujeitar a força de trabalho às "determinações de ferro" da "racionalidade econômica" enquanto permanecessem as imprevisíveis organizações do partido nos locais de trabalho, organizações que se tornaram mais imprevisíveis ainda, sob o impacto das reformas introduzidas na sequência imediata da *glasnost* e da *perestroika*. Na realidade, a crítica da "democracia" se tornou cada vez mais violenta à medida que os "democratas" argumentavam a favor da suspensão ou eliminação daquelas organizações (MÉSZÁROS, 2009, p. 783).

Era preciso derrubar este obstáculo diante da necessidade expansiva do sistema do capital. Portanto, "significativamente, para cortar este 'nó górdio', na primavera de 1991, Boris Yeltsin começou a proibir o trabalho do Partido nas fábricas por meio de um decreto

presidencial” (MÉSZÁROS, 2009, p. 783). E, neste sentido, o “secretário geral do partido, Mikhail Gorbachev, dissolveu o Partido por decreto” (MÉSZÁROS, 2009, p. 784). Removeu-se, portanto, “o principal obstáculo ao restabelecimento do capitalismo por meio de um mercado de produtos e trabalho”. Porém, Mézszáros ressalva que “o sucesso da restauração do capitalismo na antiga União Soviética” não estava garantido com “a remoção de ambiguidades pela dissolução da antiga forma de legitimar o sistema pós-revolucionário do capital, e a abertura da via para a conversão das personificações de tipo soviético do capital em capitalistas privados completamente prontos” (MÉSZÁROS, 2009, p. 785). De fato, as reformas da *perestroika* falharam “tal como o sistema stalinista antes delas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 785).

Para o pensador húngaro, “em contraste com o sistema parlamentar, nas sociedades pós-capitalistas as ‘personificações do capital’ funcionaram sob mistificação bem diferente, mas igualmente prejudicial”. Na experiência soviética, “tentaram tratar o capital ou como uma *entidade material* – o depositário neutro da ‘acumulação socialista’ – ou como ‘mercado social’, *mecanismo* igualmente *neutro*: ignorando que o capital, na verdade, é sempre uma *relação social*”. Portanto, segundo este autor, “mesmo que a nova legalidade do capital tivesse que assumir uma forma diferente, o *fetichismo do capital* dominou as sociedades pós-capitalistas da mesma forma que imperou sob o capitalismo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 837), pois ambos são apenas variações diferentes que o sistema do capital pode realizar sua forma de controle social.

De acordo com a análise de Mézszáros, o *capitalismo* é uma “fase particular da produção do capital” e, em sua obra, destaca seis características fundamentais desta fase particular:

1. A produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante;
2. A própria força de trabalho, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;
3. A motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
4. O mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
5. A mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
6. De acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 2009, p. 736-737).

Para o pensador húngaro, o sistema que emergiu nas sociedades pós-revolucionárias não pode ser confundido com o sistema capitalista, porque dessas seis características fundamentais apenas a de número quatro se mantém. Faz ainda uma importante ressalva dizendo que até mesmo esta quarta característica (“o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma *forma inerentemente econômica*”) se mantém “de forma *radicalmente alterada*, já que a *extração do trabalho excedente é regulada política e não economicamente*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 737).

Se pudemos dizer que o capitalismo e o pós-capitalismo tem semelhanças em comum, já que ambos são fases particulares da produção do capital, confundir a experiência soviética com capitalismo “implica o desprezo ou a confusão das condições objetivas do desenvolvimento, com sérias consequências para a possibilidade de entendimento da natureza real dos problemas em questão” (MÉSZÁROS, 2009, p. 737). E sem possibilidade de entender a natureza real da contradição do sistema do capital (em sua forma pós-capitalista ou capitalista), os indivíduos acabam perpetuando teoricamente o sistema de comando separado e controle alienado do capital sobre o trabalho. Os dois sistemas sociais (capitalismo e pós-capitalismo) possuem formas bastante diferentes de extração do trabalho excedente dos produtores, que o sistema do capital desenvolveu historicamente para perpetuar a relação-capital que comanda o processo produtivo e reprodutivo. Segundo Meszáros,

no capitalismo privado (seja ele “avançado” ou “subdesenvolvido”), enquanto prevalecer, a bem-sucedida extração *econômica* do trabalho excedente (na forma capitalista de apropriação e acumulação da mais-valia) atribuirá aos políticos e à tomada de decisão política direta funções muito diferentes das existentes nas variedades pós-capitalistas do sistema do capital. Nestas, o controle da extração do trabalho excedente está no terreno da política (para o bem ou para o mal) e o tipo soviético da “personificação do capital” não cumpre suas funções sem envolver-se diretamente nas formas altamente centralizadas de tomada de decisão política, em que sempre há muito em jogo e cujas consequências tem longo alcance. Diferentemente disso, nos sistemas de capitalismo privado, o papel essencial da política é o de *facilitadora* (e, em seu devido momento, também o de codificadora legal) de mudanças que se *desdobram espontaneamente* – e não o de sua *iniciadora* (MÉSZÁROS, 2009, p. 291-292).

Vemos que, neste sistema do capital pós-capitalista que tem a política como *iniciadora*, o “Partido do Estado-partido” é uma “autoridade política absolutamente incontestável e despersonalizada” que “deve ser superposta individualmente ao pessoal político sob o domínio do capital pós-capitalista, articulado na forma da estrutura de comando hierárquica mais rigorosa, orientada para a extração máxima do trabalho excedente politicamente regulada” (MÉSZÁROS, 2009, p. 293).

Assim, na visão de Mészáros, o “burocratismo” não é entendido como uma “questão marginal”, pois “as contradições básicas incuráveis do sistema estabelecido do capital pós-capitalista” era o resultado do “modo de controle *necessariamente* autoritário do metabolismo socioeconômico que operava a extração politicamente imposta – altamente antagônica – do trabalho excedente, com sua própria forma de ‘personificação do capital’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 505). Como argumentamos, a mudança fundamental realizada pela experiência soviética, em relação ao capitalismo, que queremos destacar neste item, foi uma mudança na forma da extração do trabalho excedente (mas lembremos que isto implicou uma alteração significativa em toda a forma de reprodução social). Na experiência soviética, ocorreu uma “mudança na forma da extração diretamente econômica da mais-valia, sob o capitalismo, para a extração do trabalho excedente imposto e controlado politicamente sob o sistema do capital pós-capitalista” (MÉSZÁROS, 2009, p. 709).

Segundo Mészáros, “a tentativa fracassada da *perestroika* de Gorbachev tentou combinar os dois modos de extração exploradora do trabalho excedente, sob as projeções fantasiosas do ‘socialismo de mercado’”. Gorbachev se equivocava ao pressupor que “sua dominação compartilhada do trabalho era por si mesma suficiente para compensar a ausência de condições objetivas da modalidade de compulsão fundamentalmente econômica praticada sob o capitalismo plenamente desenvolvido” (MÉSZÁROS, 2009, p. 710). Na concepção de Mészáros, na situação pós-revolucionária,

a viabilidade do sistema de tipo soviético se tornou não apenas muito problemática mas, como parte da crise estrutural geral, absolutamente impossível. Na situação pós-revolucionária, o sistema soviético, em sua oposição ao capitalismo, pôde por um longo tempo redefinir negativamente a si próprio. Ofereceu um modo de superar a crise do capitalismo ao assegurar o desenvolvimento industrial pela instituição de sua própria forma – pós-capitalista – de extração do trabalho excedente. A exaustão deste apego à reprodução ampliada do capital no interior de uma estrutura pós-capitalista diretamente administrada pelo Estado coincidiu com o desdobramento da crise estrutural do *sistema do capital* como um todo, trazendo com ele uma dramática implosão da ordem sociometabólica do tipo soviético (MÉSZÁROS, 2009, p. 734).

O antagonismo que existia na forma de produção da sociedade soviética – o qual provocava distúrbios econômicos e sociais em seu funcionamento e que não podia ser eliminado – “era o contínuo antagonismo estrutural entre o capital pós-capitalista – imposto por suas personificações com implacáveis meios políticos e militares – e o trabalho”. Ou seja, “a contradição fundamental da economia soviética” era “o *antagonismo* insuperável entre capital pós-capitalista e o trabalho recalcitrante pós-revolucionário” (MÉSZÁROS, 2009, p. 759, 768).

É importante termos em mente que a implosão da “economia de tipo soviético”, ao invés de representar, para os defensores do capital, “um verdadeiro triunfo”, na concepção de Mészáros, “apenas sublinhou a inviabilidade de se tentar resolver, de forma duradoura, a crise do sistema global do capital por meio de um maciço envolvimento direto do Estado no processo sociometabólico”. Esta era uma “solução que até o colapso do ‘socialismo realmente existente’ pareceu ser uma alternativa, apesar de muito problemática, ainda assim praticável” (MÉSZÁROS, 2009, p. 735). O acúmulo das contradições do sistema trouxe problemas inclusive para esta forma de controle do sistema, uma vez que a “crise do *capitalismo* no século XX se converteu numa crise estrutural ou sistêmica do próprio *sistema do capital*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 735), complicando bastante esta tentativa de desenvolvimento econômico.

Portanto, mesmo depois da abolição da forma do capitalista privado (um tipo específico de personificação do capital), e depois da tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique (e não o início do processo de seu fenecimento), no pensamento deste autor, o

trabalhador permaneceu subsumido às condições objetivas do trabalho, ao controle autoritário do Estado gerido pelas personificações pós-capitalistas do capital. Na qualidade de trabalhadores isolados, que sob nenhuma circunstância poderiam organizar a si próprios *vis-à-vis* a autoridade controladora do processo de trabalho, poderiam ser premiados como indivíduos “stakhanovistas” exemplares (a serem emulados por outros) ou punidos e enviados aos milhares aos campos de trabalho como “sabotadores criminosos” e “agentes inimigos”. Mas o trabalho em si não poderia adquirir legitimidade como agente coletivo do processo de trabalho, muito menos assumir o controle da reprodução sociometabólica como um todo (MÉSZÁROS, 2009, p. 856-857).

A permanência da subsunção do trabalhador às condições objetivas do trabalho, além da subsunção ao controle autoritário do Estado, não poderia significar um passo na direção da perspectiva emancipatória desenvolvida por Marx, pois significava a negação do indivíduo trabalhador enquanto controlador genuíno da reprodução do metabolismo social. Mészáros enfatiza, portanto, que

a contradição da qual Marx fala não pode ser superada sem que se avance para além do capital não como uma entidade jurídica, mas como uma ordem sociometabólica. É por isso que o tipo soviético de sistema do capital redundou em fracasso. Seu modo de exercer a disciplina sobre o trabalho só poderia funcionar tornando o trabalho “*subserviente*” e conduzido por uma “*vontade e uma inteligência estranhas*”. A determinação antagonista do processo de trabalho, diretamente controlado pelas personificações pós-capitalistas do capital, continuou a prevalecer a plena força ainda que a impiedosa imposição de extração do trabalho excedente fosse regulada politicamente, e não por intermediação do mercado capitalista. O trabalhador só “se relaciona com o produto do seu trabalho como *algo estranho*, ele se relaciona com a combinação do trabalho como uma *combinação estranha*, como

também com o seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença, *é alheio a ele e dele é roubado*". Mesmo na ausência do mercado, a "disciplina do trabalho" do capital tinha que ser observada em todos os lugares, sob pena de castigo. E, finalmente, os campos de trabalho forçado, para os quais foram enviadas massas de trabalhadores, sob Stalin (e não apenas sob ele), impuseram o autoritarismo do local de trabalho da forma mais brutal, transformando em escárnio completo as afirmações de que a alienação havia sido superada na sociedade "socialista" pós-revolucionária⁷² (MÉSZÁROS, 2009, p. 972).

Naquele sistema, ao perpetuar a imposição impiedosa da extração do trabalho excedente (ainda que de maneira diferente, determinada politicamente), perpetuou-se a determinação antagonista do processo de trabalho e de toda a reprodução social. A relação-capital que é caracterizada por Marx tem, portanto, enorme validade para além do capitalismo, se ainda se perpetua a relação em que o produto do trabalho e a combinação do trabalho é um produto e uma combinação alienada em relação ao trabalhador, como se o próprio trabalho do indivíduo é alheio e é roubado do próprio trabalhador. É importante ter em mente que, na concepção do autor investigado por nós, apesar da destruição do capitalismo, o sistema econômico que a experiência soviética levou à frente se caracteriza pela permanência do sistema do capital, numa forma de controle da produção (e da sociedade) que é uma forma de controle metamorfoseada em relação ao capitalismo. Portanto, não podemos perder de vista, na concepção do pensador húngaro, que

o capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, por funcionários públicos do Estado de tipo soviético). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal*, por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da "burocratização", eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do "pessoal burocrático" deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista (MÉSZÁROS, 2009, p. 98).

Ou seja, as contradições da relação-capital não podem ficar confinadas à dimensão diretamente ligada aos capitalistas, nem ao Estado capitalista – que poderiam ser removíveis pela expropriação dos expropriadores e a tomada do poder do Estado. É preciso estarmos conscientes de que "as relações hierarquicamente articuladas do capital (a divisão do trabalho capitalista há muito estabelecida vigente em cada fábrica singular, etc.) são *relações materiais*

⁷² Lembramos ao leitor que, como mencionamos no capítulo 1, um dos motivos impulsionadores para que Mézáros escrevesse sua obra *Para Além do Capital* foi a crítica radical da ideia de que tanto no Ocidente quanto nas experiências pós-revolucionárias, sobretudo na URSS, a alienação estava superada.

de dominação que afirmam a si próprias primariamente pela própria instrumentalidade dada da produção” (MÉSZÁROS, 2009, p. 448).

A concepção desenvolvida por Mészáros é de que a contradição entre capital e trabalho é uma “contradição irreconciliável”, que “emana de uma relação material substantiva” (MÉSZÁROS, 2009, p. 449). De acordo com esta perspectiva,

a emancipação do trabalho do jugo do capital é inseparável da necessidade de substituir e superar a *divisão social do trabalho*, hierárquica e antagônica. Isto não pode ser realizado pelo ato *político* de abolir a dominação jurídica do capitalista sobre o trabalho, pois a estrutura objetiva da divisão social do trabalho herdada – a articulação material de produção existente – permanece basicamente inalterada na sequência de qualquer revolução socialista, mesmo sob as mais favoráveis condições históricas e relações de poder (MÉSZÁROS, 2009, p. 450).

Ainda segundo este autor, “a enorme importância deste fato se refere diretamente às alavancas práticas disponíveis para controlar efetivamente a operação das condições de produção”. E, diante do “fetichismo da mercadoria e a forma jurídica duplamente mistificadora em que se articulam nas esferas política e legal as determinações materiais do capital que governam o sociometabolismo”, estas questões sobre o controle efetivo da operação das condições de produção são ofuscadas “de forma inacreditável” (MÉSZÁROS, 2009, p. 450). Na concepção do pensador húngaro,

enfrentar a questão do *direito* dos capitalistas de dominar o trabalho – um direito que pode ser instantaneamente “tirado” ou “abolido” pela ditadura do proletariado, ou até mesmo restaurado mais tarde por meio de algum tipo de intervenção contra-revolucionária – há de resultar apenas em mudanças muito limitadas na estrutura da sociedade transicional. O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital como modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital”. O fracasso, qualquer que seja a razão, em efetuar a erradicação estrutural objetiva do próprio capital dos processos reprodutivos em andamento, mais cedo ou mais tarde deve criar um intolerável vácuo no [nível de] controle metabólico vital da sociedade. Isto exigiria o estabelecimento de novas formas de “*personificação*”, visto que a articulação estrutural socioeconômica de controle em vigor continua a ser marcada pelas características objetivas da divisão social hierárquica de trabalho herdada, cuja natureza mais íntima demanda algum tipo de personificação iníqua (MÉSZÁROS, 2009, p. 451).

Na concepção de Mészáros, o processo que caracteriza a transformação socialista da sociedade – “precisamente porque deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre *capital, trabalho e Estado* – é concebível apenas como uma forma de reestruturação transitória no poder das mediações materiais herdadas e progressivamente alteráveis” (MÉSZÁROS, 2009, p. 599). Para este autor, “desconcertantemente, a ‘expropriação dos

expropriadores' deixa de pé a estrutura do capital. Tudo o que pode realizar por si é mudar o tipo de personificação do capital, mas não a necessidade de tal personificação” (MÉSZÁROS, 2009, p. 599). Portanto, em sua obra *Para Além do Capital*, ele demonstra que

não apenas pela significativa continuidade do pessoal de comando da economia e do Estado nas sociedades pós-revolucionárias mas também pelos movimentos de restauração pós-soviética em toda a Europa oriental, frequentemente o pessoal pode permanecer o mesmo mudando, por assim dizer, apenas a carteira de filiação ao partido. Isto ocorre porque as três dimensões fundamentais do sistema – *capital, trabalho e Estado* – são *materialmente* constituídos e ligados um ao outro, e não simplesmente em uma base legal/política (MÉSZÁROS, 2009, p. 599-600).

Assim, não se poderia dar nenhum passo na direção de uma forma de organização social que tornasse retrógrada a função da formação estatal, ou seja, não é “de modo algum acidental que a experiência histórica tenha produzido abundantes exemplos de *fortalecimento* do Estado pós-revolucionário, sem dar sequer o menor passo na direção do seu ‘fenecimento’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 600). A uma forma metamorfoseada de controle do capital – alterando a maneira como a extração exploradora do trabalho excedente é realizada – corresponde uma forma metamorfoseada de Estado moderno, designado a cumprir a mesma função, ainda que de maneira diferente do Estado capitalista. Para se contrapor às formas metamorfoseadas de controle do capital e a emergência de uma forma específica de Estado moderno condizente com esta forma de controle, é preciso estarmos atentos à *todas as formas possíveis* em que o próprio trabalho continua a reproduzir o poder do capital. Portanto, na concepção de Mézszáros,

qualquer tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma “coisa material” ligada a uma “relação simples” com seu proprietário privado – em vez de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico, “em cujos vários momentos ele nunca deixa de ser capital” – pode apenas resultar em fracasso catastrófico. Nenhum mecanismo jurídico pode, por si só, remover o capital, como *comando necessário sobre o trabalho*, do processo sociometabólico sob as circunstâncias que prevaleceram historicamente durante tanto tempo e que inevitavelmente foram herdadas após a revolução. Não é possível restituir o poder alienado de comando sobre o trabalho ao próprio trabalho simplesmente atingindo as personificações do capital privado, isto ocorrerá apenas quando se substituir o “sistema orgânico” estabelecido como o controlador absolutamente abrangente e dominante da reprodução societária. Isto requer a auto-emancipação substantiva do trabalho, ao contrário da ficção jurídica de emancipação tragicamente perseguida sob a dependência do fetichismo herdado do capital – na qualidade de “mecanismo” e entidade material capaz de “acumulação socialista” – sob os sistemas pós-capitalistas de tipo soviético (MÉSZÁROS, 2009, p. 712).

A perspectiva emancipatória exige mudanças na produção e na distribuição que “equivalem à total erradicação do capital, como *comando sobre o trabalho*, do

sociometabolismo”. No pensamento de Meszáros, a total erradicação do capital “por sua vez, é inconcebível sem superar irreversivelmente a *objetivação alienada* do trabalho sob todos os seus aspectos, incluindo o Estado político – além do impedimento simultâneo da *personificação* tanto do capital como do trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 722-723). Desta maneira, não deveria ser uma surpresa o fato de que

submeter ao controle social as posses materiais dos capitalistas privados é uma parte relativamente fácil desse empreendimento. Pois “o próprio capitalista apenas mantém o poder como *personificação do capital*”. Não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução; elas o controlam *em favor do próprio capital*. Por isso, não devem ser concedidas, equivocadamente, como sujeitos do processo sociometabólico “em cujos vários momentos” o capital em si é o *sujeito em comando* real (por mais que perversamente reificado), permanecendo “sempre capital”, mesmo em suas instâncias personificadas (MÉSZÁROS, 2009, p. 723).

Com a impossibilidade de se desenvolver uma “alternativa sociometabólica”, o que “torna a relação-capital sustentável durante determinada época histórica” é que capital e trabalho “estão inseparavelmente associados no processo de reprodução material, incapazes de sobreviver por si próprios sem a reprodução contínua de um e de outro, assim como de seu antagonismo estrutural”. Meszáros ressalva, entretanto, que não é “*apesar* desta contradição, mas precisamente *por causa* dela, a relação-capital é constituída e mantida em existência, como um *sistema orgânico*, afirmando a si mesma como o *processo de reprodução ampliada do capital*, em cujos vários momentos ‘é sempre capital’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 713). Para o filósofo húngaro, a questão fundamental é a

dinâmica interna do processo de reprodução social do capital e o seu *comando sobre o trabalho*. Ao remover os capitalistas da estrutura de tomada de decisões de um país – isoladamente ou em muitos deles – o *comando sobre o trabalho* não é, *ipso facto*, restituído ao trabalho. O proprietário capitalista dos meios de produção funciona como a *personificação do capital*; sem o capital o capitalista não é nada: uma relação cuja recíproca obviamente não é verdadeira. Em outras palavras, seria absurdo sugerir que sem os proprietários capitalistas privados dos meios de produção o capital não é nada. Isto porque as personificações possíveis do capital não estão, de modo algum, confinadas à variedade capitalista privada; nem sequer na estrutura de um sistema “capitalista avançado” (MÉSZÁROS, 2009, p. 718-719).

Portanto,

Enquanto o capital, sob qualquer forma, mantiver seu poder regulador substantivo sobre o sociometabolismo, a necessidade de encontrar uma forma de personificação do capital adequada às circunstâncias permanece inseparável dele. O capital como tal é inerente ao princípio de estruturação conflitante herdado que opera no processo de trabalho. Se, no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista –

que prevê o controle da reprodução sociometabólica por meio das autodeterminações autônomas dos produtores associados –, este princípio estruturador não foi radicalmente superado, o capital há certamente de reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação necessárias para manter o trabalho sob o controle de uma “vontade alheia”. Em qualquer de suas variedades viáveis apropriadas às circunstâncias, essa “vontade alheia” se torna absolutamente insubstituível na operação de um *sistema conflitante*, quando o comando do trabalho é objetivamente alienado do trabalho (MÉSZÁROS, 2009, p. 719).

Neste sentido, segundo Mézszáros, na experiência iniciada em 1917 desenvolveu-se uma *forma mutante* de controle do sistema do capital, antes inexistente. As *condições objetivas* do processo de trabalho continuaram *separadas* e alienadas do próprio trabalho, dos próprios indivíduos trabalhadores. Estas condições *objetivadas e alienadas* continuaram sendo *impostas* sobre os trabalhadores “como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*”. Também continuou existindo uma determinada forma de *personificação do capital* caracterizada como “‘*valor egoísta*’ – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *auto-expansão*, com uma *vontade* própria (sem a qual não poderia ser ‘capital-para si’ como controlador do sociometabolismo)”; uma vontade que Mézszáros caracteriza “não no sentido do ‘capricho individual’, mas no de definir como sua finalidade internalizada a realização dos imperativos expansionistas do capital em si” – e isto é a base sob a qual emerge a “noção grotesca de ‘acumulação socialista’, a ser realizada sob o comando inquestionável do burocrata de tipo soviético” (MÉSZÁROS, 2009, p. 720).

A relação causal existente entre o capitalista e o capital (que vai do capital para o capitalista), na verdade, a partir do que vimos, podemos dizer que é uma relação causal que vai do capital para a personificação do capital. Ou seja, isto vale para a personificação do capital pós-capitalista de tipo soviético. De acordo com Mézszáros:

é importante sublinhar aqui que não é o burocrata que produz o perverso sistema do capital de tipo soviético, por mais que ele esteja implicado em sua desastrosa condução, mas, antes, a forma de capital pós-capitalista herdada e reconstituída faz emergir sua própria personificação na forma do burocrata como equivalente pós-capitalista do antigo sistema do capital orientado-para-a-extração-econômica que deu origem ao capitalista privado (MÉSZÁROS, 2009, p. 720).

Diante de toda esta relação social de produção e reprodução, os próprios trabalhadores não passavam de *força de trabalho*, ou seja, permaneceu a “equivalente *personificação do trabalho*”. Isto significa que os trabalhadores continuaram personificados como “trabalho” que era “destinado a entrar numa relação de dependência” – não mais contratual/econômica – mas, agora, “politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital”. De

qualquer forma, esta relação dos trabalhadores como *personificação do trabalho* confina “a identidade do sujeito deste ‘trabalho’ às suas funções produtivas fragmentárias”. E, segundo Mészáros, isto “ocorre quando pensamos na categoria de ‘trabalho’ como o trabalhador assalariado sob o capitalismo ou ainda como o ‘trabalhador socialista’ cumpridor e supercumpridor de normas sob o sistema do capital pós-capitalista”, que possui “sua forma própria de divisão horizontal e vertical de trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p. 720-721). Portanto, para Mészáros,

ao lado da radical linha de demarcação traçada pela derrocada do capitalismo, o projeto de Marx ocupa-se igualmente das formas e modalidades nas quais a necessidade de produção de capital está fadada a sobreviver nas sociedades pós-capitalistas por um longo e doloroso período histórico – isto é, até que a própria divisão social hierárquica do trabalho seja satisfatoriamente superada e que a sociedade seja completamente reestruturada de acordo com a livre associação dos indivíduos sociais, que conscientemente regulam suas próprias atividades (MÉSZÁROS, 2009, p. 1029).

Neste capítulo, abordamos um elemento fundamental da concepção de Mészáros a respeito da permanência da relação-capital na experiência soviética: em linhas gerais, para este pensador, depois da tomada do poder do Estado pelo Partido Bolchevique e da expropriação dos capitalistas privados, o poder de controle sobre o processo de produção e reprodução social passou a ser cada vez mais centralizado nas mãos do Estado controlado pelo Partido Bolchevique (agora um Partido-Estado). Esta formação estatal específica, que exercia o controle do processo de produção através da estrutura da grande indústria em conexão com o sistema do capital a nível global, foi uma forma inédita de expressão do Estado moderno; e esta estrutura produtiva foi uma forma inédita na história de realização da extração do trabalho excedente pela relação capital.

Desta forma inédita de relação-capital emergiram novas personificações do capital. Nesta nova relação-capital, suas funções controladoras não eram vinculadas a indivíduos particulares, elas eram restritas ao partido. O que determinaria que, para este pensador, os indivíduos só poderiam exercer seus papéis de personificações genuínas na medida em que estivessem de acordo com a totalidade coletiva daquela forma de comando alienada. Ou seja, daquela tentativa de emancipação humana – na ausência de importantes condições objetivas e com problemas profundos na própria estratégia de libertação – emergiu um determinado modo de controle do metabolismo social que era autoritário por sua natureza. E que, para Mészáros, tratava-se de uma variedade do sistema do capital, ainda que metamorfoseada em relação ao capitalismo. Como um exemplo fundamental da distinção fundamental em relação

ao capitalismo, esta nova forma de relação-capital operava a extração do trabalho excedente através de uma determinação política.

A ausência de condições objetivas e as contradições antagônicas com a liberdade humana não podem ser negligenciadas por nenhum momento. Segundo este pensador, caso os indivíduos, numa empreitada revolucionária, fracassarem em efetuar a superação da estrutura objetiva do próprio capital que controla autoritariamente os processos reprodutivos – que estão, sempre, em operação, mesmo em todos os momentos da tentativa revolucionária – o vácuo que momentaneamente existe no controle do metabolismo social deve ser preenchido mais cedo ou mais tarde, como uma exigência, com o estabelecimento de novas formas de personificações, visto que um dos elementos da natureza íntima da divisão social hierárquica do trabalho é a demanda de algum tipo de personificação.

Assim, desta experiência também emergiu uma nova forma de personificação do trabalho ao capital: os trabalhadores “socialistas” soviéticos. Segundo o pensador investigado por nós, o indivíduo trabalhador não superou sua condição de subsunção às condições objetivas do trabalho, ao controle autoritário do Estado. Na verdade, este controle autoritário do Estado se expressou em uma forma inédita em que ele era gerido pelas novas formas de personificação do capital que emergiram. Portanto, os trabalhadores não tinham realmente o controle da reprodução do metabolismo social como um todo, como um modo específico de reprodução social. Estes seres humanos tinham, como destino de vida, que entrar numa nova relação de dependência com o capital e esta relação confina a identidade destes sujeitos às funções produtivas que eles poderiam desenvolver dentro do processo de produção.

A permanência do capital, na argumentação do filósofo húngaro, se expressaria no fato de que o processo revolucionário russo teria destruído as condições de produção do capital sob a variedade capitalista, mas constituiu sua própria forma de perpetuar a relação-capital como controladora do processo de produção e reprodução social. Consequentemente, a diferença crucial, em relação à variedade capitalista de produção de capital, é que a extração do trabalho excedente, ao invés de ser realizada por uma forma contratual/econômica, era politicamente determinada pelo Estado-partido. E assim se reproduziu o sistema do capital sob uma forma metamorfoseada que entrou para a história como o “sistema socialista” colocado em prática, antes do retorno ao capitalismo (que era, na verdade, o outro lado da moeda do sistema do capital).

5. CONCLUSÃO

Em cada capítulo desenvolvemos uma parte muito importante da argumentação de Mészáros sobre a permanência do capital na experiência soviética, contida em sua obra *Para Além do Capital*. Assim, apresentamos três capítulos em que desenvolvemos três partes fundamentais para a afirmação deste autor de que o sistema do capital continuou na experiência soviética, apesar da destruição do capitalismo. Começamos pela abordagem da própria concepção de capital de Mészáros a partir de uma apropriação da concepção de capital de Marx; depois a relação dialética de autossustentação entre o Estado moderno e o sistema do capital; e, por último, no terceiro capítulo, a extração do trabalho excedente desenvolvida pelo sistema do capital soviético: uma extração determinada politicamente.

Mészáros entende que Marx não poderia ter imaginado a particularidade histórica do desenvolvimento social que iria emergir a partir da experiência soviética, uma forma metamorfoseada de controle do capital. No entanto, isto não invalida o fato importante de que Mészáros se apropria com grande criatividade teórica da concepção de capital elaborada por Marx que o caracteriza como um *processo*, uma *relação social de produção*, determinando a reprodução social que dela emerge. Portanto, na concepção do filósofo húngaro, se o capital não for superado em todas as suas relações enquanto um sistema, consideradas em sua totalidade, o seu modo característico de reproduzir o metabolismo social se perpetuará – ainda que de forma modificada em relação ao capitalismo – dominando o processo produtivo dos indivíduos e, conseqüentemente, a reprodução social.

Ou seja, o pensador húngaro compreende o conceito de capital como um sistema social – um determinado modo de operar o intercâmbio dos indivíduos com a natureza para realizar o seu processo produtivo – e, conseqüentemente, este autor traz uma grande contribuição ao entender a *relação-capital* como um determinado modo de reproduzir o metabolismo social que pode se estender para além da destruição do capitalismo (compreendido, portanto, como uma *variedade* de controle deste modo de produção e reprodução social).

No capítulo 1, vimos como a própria concepção de Marx e Engels se expressa como uma preocupação científica contra qualquer forma de exploração do homem pelo homem. No contexto da formação intelectual destes pensadores, a variedade capitalista do sistema do capital (a formação social concreta alienadora que se desenvolvia como modo de produção global) exigiu que a crítica de Marx ao capital tivesse como foco o estudo de seu desenvolvimento da época pré-capitalista até (e sobretudo) a sua consolidação como sistema capitalista. Através da variedade capitalista, o sistema do capital conquista o mundo como um modo de produção global, apesar de possuir um desenvolvimento anterior, marginal em

relação aos demais modos de produção (antiguidade e feudalismo, por exemplo) como mencionamos na introdução. Mas a preocupação científica de Marx e Engels era sempre contra qualquer forma de extração do trabalho excedente de uma classe por outra, buscando cientificamente a igualdade social através de uma relação de trabalho que seja autodeterminada pelos próprios produtores associados. E ainda que visasse o capitalismo, Mészáros enfatiza a importância de lembrar que Marx escreveu *O Capital* ao invés de O capitalismo – elemento significativo para realizar a crítica à experiência soviética a partir da própria elaboração de Marx.

A partir do que foi investigado por nós, a concepção de Marx, dentro de sua própria perspectiva, não pode ficar confinada às denominações monetárias da relação de exploração. Denominações monetárias que, quando são as predominantes na tentativa de entender o pensamento de Marx e sua concepção de capital, acabam por ressaltar a crítica ao trabalho *assalariado* e enfraquecer a crítica ao *trabalho explorado*. Por sua vez, a análise da mais-valia não pode ocultar a crítica presente em Marx em relação a qualquer forma de expropriação do trabalho excedente (crítica que abrange, de diferentes maneiras, a antiguidade, o feudalismo e o capitalismo).

As condições objetivas de trabalho também não podem ser confinadas à perspectiva de que são *mercadorias*, tal como o trabalhador assalariado, mas a ênfase de Marx é de que as condições objetivas de trabalho estão radicalmente alienadas dos produtores reais no sistema do capital. E, na medida em que as condições objetivas de trabalho estejam radicalmente alienadas dos trabalhadores sob a grande indústria, tais condições continuam usando o trabalhador, e o meio de trabalho continua a se confrontar com o trabalhador também como capital, ou seja, um *trabalho morto que domina a força de trabalho*, conseqüentemente, que domina todos os indivíduos. Assim, se perpetua a relação em que as *potências espirituais* do processo de trabalho são poderes do sistema do capital contra os produtores. E apesar da revolução russa ter destruído as relações em que as condições objetivas de trabalho são *mercadorias*, os meios de produção continuaram constituídos como uma parte componente do capital, ou o *fator objetivo* do processo produtivo.

As categorias de *personificações do capital* se tratando do *capitalista* e do *trabalhador assalariado* também não podem ficar confinadas a estas últimas caracterizações (*capitalista* e *trabalhador assalariado*) – se o que de fato é fundamental é que, enquanto a relação-capital permanecer, o seu sistema social irá encontrar as formas de personificações adequadas a sua natureza interna antagônica, condizentes com as condições estruturais antagônicas da produção sob a grande indústria. Afinal, na concepção de Marx, o “capital” como uma relação

de produção sistêmica não é criado pelo indivíduo capitalista, o indivíduo caracterizado como *capitalista* é apenas um personagem econômico, uma personificação desta relação de produção (*relação-capital*).

É por isso que no caso da expropriação dos exploradores capitalistas, mas, apesar disto, da continuidade de uma relação de produção baseada em um *comando supremo na indústria* alienado dos trabalhadores; no caso da continuidade de um *impulso vital* de *absorver* a maior quantidade de *mais-trabalho* possível com os meios de produção – o sistema do capital rapidamente dará conta de encontrar a sua forma de personificação adequada às circunstâncias históricas modificadas. Neste sentido, no caso da expropriação dos expropriadores e da permanência de uma divisão do trabalho em que há uma oposição alienadora entre as *forças intelectuais* do processo produtivo e os produtores, este poder domina os trabalhadores e deve ser exercido pela nova personificação desenvolvida pelo sistema do capital em sua forma metamorfoseada, ou seja, o burocrata estatal da experiência soviética, membro do Estado-Partido.

Nesta relação de produção sob o comando do capital pós-capitalista, mesmo que de uma forma metamorfoseada, os trabalhadores continuam a não pertencer a si mesmos quando entram no processo de trabalho, pois eles entram em uma relação com o próprio capital como meras *personificações do trabalho*, ou seja, incorporados ao capital. Nas circunstâncias alteradas, eles permanecem meros membros de um *organismo que trabalha*, submetidos ao despotismo do próprio sistema, tal como antes, no capitalismo. E, desta maneira, são um mero *modo específico que o capital precisa existir* para realizar a relação produtiva, e toda força produtiva desenvolvida sob esta *relação-capital* (mesmo que além do capitalismo) é uma *força produtiva do capital enquanto tal*.

Portanto, a crítica ao *comando capitalista* carrega consigo a crítica a uma forma de comando das relações de produção que é alienada dos trabalhadores pela relação-capital (que dá origem ao capitalista como uma personificação necessária); um comando imposto por uma autoridade alheia aos produtores dentro da estrutura produtiva da grande indústria. Neste sentido, Mészáros, portanto, realiza uma apropriação criativa da perspectiva de Marx a respeito da concepção de capital ao analisar que – apesar da destruição do capitalismo –, na experiência soviética, permaneceram os elementos mais fundamentais da crítica de Marx ao *capital* como modo de controle do metabolismo social do homem com a natureza. Vimos, portanto, que, na perspectiva de Mészáros, enquanto a categoria do “mais-trabalho” e “trabalho necessário” continuarem em operação através de uma expropriação alienada do trabalho, a validade do pensamento de Marx continua cientificamente relevante para a análise

das contradições vigentes. Compreendemos, assim, que – no pensamento de Mészáros – o chamado *comando capitalista* foi destruído pelo processo revolucionário que começou em Outubro de 1917, no entanto, o *comando do capital* enquanto tal encontrou formas adequadas para se perpetuar sob uma forma metamorfoseada em relação ao capitalismo, enfatizando que um dos limites constrangedores da experiência foi ter realizado apenas uma mudança no *peçoal de comando*.

Assim, à luz da novidade histórica instaurada pela experiência soviética, no que concerne uma forma de controle do capital, Mészáros se apropria criativamente da concepção de Marx e argumenta que o capital possui modalidades de exercer o seu comando sobre a produção social e toda a sociedade que podem (e devem) variar de acordo com as circunstâncias históricas alteradas – enquanto este sistema não for superado em sua totalidade. Uma das questões principais é que estas mudanças históricas se adequem à necessidade de manter em operação um comando objetivado e alienado sobre o trabalho social. Ou seja, a forma do domínio da relação-capital sobre a sociedade pode mudar significativamente enquanto permanecerem as condições básicas de sua reprodução como modo de controle do metabolismo social, e isto tanto dentro da historicidade do sistema capitalista, quanto para além do sistema capitalista de capital, se as circunstâncias históricas que foram alteradas exigirem.

Então, considerando os princípios metodológicos mencionados de *modificação significativa* e *apropriação criativa*, o pensamento de Marx é fundamental para analisarmos a experiência soviética, colaborando cientificamente para esclarecer os erros desta experiência revolucionária através da concepção de que o modo de operar o metabolismo social comandado pelo capital trata-se de um *sistema orgânico* – ou seja, as partes que constituem este sistema de reprodução social são responsáveis por sua sustentação recíproca.

Podemos dizer que, na concepção de Mészáros, a personificação do capital e o comando sobre o trabalho pode ou não ser expresso pelo capitalista privado; os meios de trabalho, instrumentos, e as condições de trabalho, podem ou não ser mercadorias; a personificação do trabalho ao capital pode ou não ser o trabalhador assalariado – e o sistema em questão ainda pode ser estruturado de acordo com os parâmetros essenciais do *sistema do capital*. Destruindo as condições de reprodução da *forma capitalista* de controle do capital, mas permanecendo dentro do parâmetro estrutural fornecido pelo sistema orgânico do capital, os seus elementos se repõem de acordo com as circunstâncias históricas cambiantes para continuar a reprodução progressivamente ampliada da relação-capital, através da extração de trabalho excedente sob uma forma metamorfoseada em relação ao capitalismo.

A permanência do capital sob uma forma metamorfoseada em relação ao capitalismo (destruído pelo processo revolucionário) significa um movimento de continuidade e descontinuidade. A continuidade se refere à necessidade de perpetuar as características mais essenciais do sistema do capital; enquanto que a descontinuidade se refere à necessidade de que estas características essenciais se realizem sob uma forma condizente com as modificações históricas, se distinguindo significativamente do capitalismo, para dar continuidade a sua reprodução ampliada.

Em relação aos outros dois capítulos, estes elementos de continuidade e descontinuidade se expressam na manutenção do Estado *moderno*, mas sob a forma metamorfoseada de *Estado pós-capitalista*, e a manutenção da extração do trabalho excedente dentro da estrutura da grande indústria sob a forma metamorfoseada de uma extração *politicamente determinada*. Certamente podemos dizer que a apropriação criativa de Mészáros também tem uma validade para os demais capítulos, ou seja, para os demais temas abordados em nosso trabalho.

No capítulo dois, vimos que todos os três pensadores (Marx, Engels e Mészáros) concebem *o fim do Estado enquanto tal* como uma tarefa muito importante para a emancipação humana, isto é, não basta sua substituição por outra forma determinada de Estado, seja ele qual for, uma vez que a existência do Estado e a existência da escravidão (a expropriação sistemática do trabalho excedente dos produtores por um círculo dirigente) são inseparáveis. A existência do Estado, portanto, pressupõe a existência de alguma forma específica de extração do trabalho excedente. Além disso, como ponto fundamental sobre a permanência do capital na experiência soviética dentro do contexto do segundo capítulo, o Estado moderno consolidado e o sistema do capital consolidado só podem existir conjuntamente, de acordo com a concepção do capital como um *sistema orgânico* em que suas partes constituintes possuem uma relação dialética de autossustentação.

Diante do estudo do desenvolvimento do capital e sua contraposição ao mundo feudal, estava claro para Marx que existia uma relação dialética entre a indústria moderna sob o comando da relação-capital e o poder de Estado que foi constituído neste processo histórico de revolução do mundo feudal, culminando no Estado *moderno*. Conforme o processo da indústria moderna sob o comando do capital se desenvolvia, o poder do Estado *moderno* que precisava ser desenvolvido em contraposição ao mundo feudal concomitantemente significava o poder do capital sobre o trabalho, para que realizasse, à sua maneira, a extração do trabalho excedente. Portanto, além do fato de que o Estado deve ser entendido como uma necessidade social que emerge de uma sociedade fundamentada sobre a divisão hierárquica e estrutural do

trabalho, é fundamental compreender que a consolidação do Estado *moderno* foi uma necessidade crucial para que o próprio sistema orgânico do capital como um todo se tornasse integrado e sustentável para realizar um processo produtivo profundamente antagônico ao produzir e extrair dinamicamente o trabalho excedente.

Neste sentido, na concepção de Mészáros, o sistema do capital e o Estado moderno são inconcebíveis um sem o outro. Ou seja, há uma determinação recíproca entre eles, uma relação dialética de autossustentação entre a base do metabolismo social do sistema do capital e o Estado moderno constituído como sua estrutura de comando político. Por um lado, é verdade que, para Marx e Engels, as expressões do Estado moderno historicamente apresentadas na época em que desenvolveram suas obras científicas estavam restritas à *forma capitalista* de controle do capital e, conseqüentemente, seu Estado *moderno capitalista*. Mas, por outro lado, ao analisar cientificamente a experiência soviética a partir dos princípios metodológicos de *revisão constante* e *modificação significativa*, Mészáros traz uma grande contribuição ao argumentar que o chamado “Estado proletário” é, na verdade, o Estado *moderno* em sua variedade *pós-capitalista*.

Conseqüentemente, a análise da relação entre o Estado moderno e o sistema do capital se enriquece na medida em que a contribuição – à sua maneira, como estrutura de comando político do capital – para a realização do imperativo estrutural do capital de expansão e de extração do trabalho excedente não se resume às variedades possíveis dentro do Estado *capitalista* (de democracias para ditaduras e vice-versa). Esta é uma característica inerente a todas as formas de Estado *moderno* que a estrutura da ordem de reprodução do metabolismo social comandado pelo capital, incluindo o Estado *pós-capitalista* desenvolvido na experiência soviética. Ou seja, o Estado *moderno* em geral (capitalista ou pós-capitalista) tem como um princípio estruturador a importante função de garantia e proteção das condições elementares da extração do trabalho excedente, ainda que de formas significativamente diferentes: seja pela via da extração economicamente determinada ou através da extração politicamente determinada, o que implica em diferenças significativas na própria estrutura do Estado, como vimos no capítulo dois. Mészáros torna a análise da relação dialética de autossustentação entre o sistema do capital e o Estado moderno mais abrangente do que a relação entre *capitalismo* e Estado *capitalista*, através da sua crítica à experiência soviética, ao argumentar que, enquanto o sistema do capital sobreviver (para além de uma forma de controle distinta da *variedade capitalista*), o Estado *moderno* pode se manifestar através de uma forma metamorfoseada em relação ao Estado capitalista – como um Estado *moderno pós-capitalista*.

Desta maneira, se o Estado é uma necessidade social que emerge de uma estrutura produtiva fundamentada na expropriação do trabalho excedente (escravização social) e, nos tempos modernos, é constituído enquanto parte integrante do sistema orgânico do capital, ou seja, se o Estado *moderno* é uma parte constituinte do sistema do capital, então a experiência não só se fundamentava numa base produtiva estruturada sobre a extração do trabalho excedente por um círculo dirigente, como, para Mészáros, esta é uma parte importante de sua argumentação sobre o fato de que o capital permaneceu naquela experiência revolucionária. Consequentemente, esta experiência tem uma profunda contradição em sua história de luta pela emancipação, e isto ocorre na medida em que esta forma metamorfoseada de Estado *moderno* não só permaneceu como se *fortaleceu imensamente*, o que acaba contrariando o princípio emancipatório fundamental de destruição total do Estado enquanto tal (ou fenecimento do Estado, nas palavras de Mészáros).

Portanto, a permanência do Estado moderno na experiência soviética, ou pior, o seu *fortalecimento*, se constitui para Mészáros como elemento significativo para a argumentação a respeito da permanência do capital. Isto porque o fortalecimento do Estado na experiência soviética carrega uma contradição interna em relação modo de realizar a produção social (e reprodução social), que era baseada em um comando alienado aos produtores sob a estrutura da grande indústria. Ou seja, o fortalecimento do Estado não diz respeito apenas a uma questão de burocracia ou força das circunstâncias na luta contra cerco capitalista internacional. Devido às transformações existentes com a destruição do capitalismo, o *fortalecimento* do Estado moderno nas mãos do Partido Bolchevique tornou-se uma *necessidade interna* para aquele modo de produção e reprodução, na medida em que a sua estrutura produtiva tinha como um dos elementos fundamentais a extração do trabalho excedente realizada de maneira que era determinada politicamente pelo núcleo central do Partido-Estado. Isto porque a substância do sistema do capital, que exerce um comando absoluto do processo de metabolismo social, para este pensador, permanecerá sempre que ele retiver as funções de controle do processo de trabalho alienado, e será assim, mesmo com a destruição do capitalismo.

Isto quer dizer que o *fortalecimento* do Estado após a revolução russa foi uma exigência da própria estrutura produtiva para agir sobre e contra a própria força de trabalho pós-revolucionária, contribuindo para a submissão dos trabalhadores a um processo produtivo alienador, extraindo o trabalho excedente de maneira politicamente determinada. Na concepção de Mészáros, portanto, este *fortalecimento* deve ser caracterizado como uma necessidade estrutural do metabolismo social russo pós-revolucionário a partir da extração do

trabalho excedente regulada de maneira política. Este tema é muito importante para a argumentação de que o capital permaneceu na experiência soviética, pois este *fortalecimento* do Estado *moderno* não pode ser compreendido se for separado da dependência estrutural que existia entre o trabalho e a relação-capital naquelas circunstâncias históricas inéditas que emergiu no início do século XX.

No terceiro capítulo, vimos que a Rússia vivia, desde a metade do século XIX, numa situação insustentável e para muitos pensadores uma revolução estava iminente. Mas havia enormes dificuldades para que a revolução em questão fosse de caráter socialista. Com a tomada do poder do Estado, em outubro de 1917 pelo Partido Bolchevique, a tentativa revolucionária de dar um caráter socialista a esta transformação social entrou em uma profunda contradição sobretudo no momento em que tinham que assegurar sua própria forma de desenvolvimento social. Pois esta forma de desenvolvimento social possuía uma contradição fundamental em seu modo de reprodução do metabolismo social. A partir da revolução que de fato se realizou na Rússia a partir de 1917, o capitalismo foi destruído. No entanto, aquela sociedade continuou fundamentada numa relação de produção que se baseava na extração do trabalho excedente dentro da estrutura produtiva da grande indústria.

No processo revolucionário, o poder do Estado capitalista decadente foi tomado pelo Partido e, na sequência deste processo, começaram as expropriações dos capitalistas privados. O papel do Estado se expandiu significativamente na medida em que ele concentrava o poder sobre as terras russas, sobre as empresas individuais, sobre o processo de trabalho, sobre a própria força de trabalho tanto geograficamente pelo território russo que se expandia, quanto hierarquicamente dentro das estruturas sociais pós-revolucionárias. Desta maneira, o que foi considerado como um *ideal* necessário era uma estrutura reprodutiva na qual se tomava as decisões fundamentais da reprodução pelo alto do poder político concentrado nas mãos do Estado (e este nas mãos do Partido Bolchevique).

Consequentemente, as contradições entre as autoridades do Estado e os trabalhadores ou funcionários estatais eram consideradas, cada vez mais, um mal que deveria ser combatido pelo controle progressivamente mais rígido possível do Estado sobre todas as esferas que compõe a vida dos indivíduos, atacando sistematicamente a autonomia dos trabalhadores enquanto que o *Estado moderno se fortalecia*. Ou seja, na concepção de Mészáros, um elemento fundamental da crítica a esta experiência foi que o Estado assumiu uma regulação das funções de produção e distribuição, que culminaram em uma determinação *política* – diferentemente do capitalismo – se tornando um poder que era inquestionável pela sociedade russa pós-revolucionária.

Portanto, a conquista do poder em outubro de 1917 pelo Partido Bolchevique criou uma nova situação social na Rússia, que estava em contradição com a perspectiva emancipadora de autogestão dos produtores associados, contradição expressa mesmo que os trabalhadores tenham se mobilizado em massa neste processo revolucionário. Nesta nova situação social, o Estado não era composto por diversos partidos que podem se alterar na composição do governo, como nas democracias capitalistas, mas o Partido Bolchevique, que tinha o poder do Estado nas mãos, controlava exclusivamente a reprodução do metabolismo social. Controlando, conseqüentemente, todas os âmbitos da vida social. Isto caracterizaria, na concepção de Mészáros, os burocratas do Partido como genuínas *personificações do capital*, numa forma inédita na história de controle do capital, pois

Enquanto o capital, sob qualquer forma, mantiver seu poder regulador substantivo sobre o sociometabolismo, a necessidade de encontrar uma forma de personificação do capital adequada às circunstâncias permanece inseparável dele. O capital como tal é inerente ao princípio de estruturação conflitante herdado que opera no processo de trabalho. Se, no curso de uma articulação prática viável do projeto socialista – que prevê o controle da reprodução sociometabólica por meio das autodeterminações autônomas dos produtores associados –, este princípio estruturador não for radicalmente superado, o capital há certamente de reafirmar seu poder e encontrar as novas formas de personificação necessárias para manter o trabalho sob o controle de uma “vontade alheia”. Em qualquer de suas variedades viáveis apropriadas às circunstâncias, essa “vontade alheia” se torna absolutamente insubstituível na operação de um *sistema conflitante*, quando o comando do trabalho é objetivamente alienado do trabalho (MÉSZÁROS, 2009, p. 719).

Isto significa que diante da expropriação dos capitalistas privados e da modificação revolucionária das condições que estruturam o mercado capitalista, exigiu-se que o chamado “Estado proletário” assumisse novas funções na reprodução social. Neste contexto, o poder do Estado foi responsável por determinar diretamente tanto a alocação dos recursos sociais russos, quanto as condições de trabalho e a sua intensidade. Além disso, era responsável também por determinar a taxa de extração do trabalho excedente e a taxa de acumulação daquela variedade do sistema do capital. Assim, ele foi responsável também por determinar significativamente o consumo, ao determinar a participação de cada indivíduo na parcela do produto social produzido pelos trabalhadores pós-revolucionários.

Então, o papel que o Estado teve não foi nada menos do que concentrar o poder dos meios de produção e do processo de trabalho, porque a forma metamorfoseada de controle que a relação-capital começava a desenvolver naquela experiência tinha como um elemento central a *extração política do trabalho excedente dos produtores dentro da estrutura da indústria moderna*. O Estado – ao invés de fenecer – sobre esta base estrutural de produção,

ele tinha que se *fortalecer imensamente*. Neste sentido, indo no sentido contrário da emancipação social, vimos que, nas palavras de Mészáros,

Presume-se que o novo modo de reprodução social funcione com base nas decisões verdadeiramente democráticas e conscientemente planejadas de todos os indivíduos, embora estes na realidade estejam tão à mercê da “força das coisas” quanto no passado [no sistema capitalista que foi destruído pela revolução]. A sociedade é administrada pelo novo tipo de “personificações do capital”, os burocratas do partido do sistema pós-capitalista do capital, cuja função primordial é impor ao novo tipo de “personificações do trabalho” (os “trabalhadores socialistas”, de quem se extrai, não de modo economicamente controlado, o trabalho excedente) os imperativos de um sistema reificado e fatalmente alienador de reprodução sociometabólica (MÉSZÁROS, 2009, p. 206).

Em sua concepção, mesmo com as modificações revolucionárias realizadas pela experiência soviética, a *relação-capital* enquanto uma *relação de produção* e reprodução social assumiu uma legalidade diferente, mas o *fetichismo* deste sistema social continuou a dominar a sociedade pós-revolucionária da mesma forma, em sua essência, em que dominava no capitalismo, uma vez que ambos são apenas variações diferentes que o sistema do capital pode realizar sua forma de controle social. Assim,

enfrentar a questão do *direito* dos capitalistas de dominar o trabalho – um direito que pode ser instantaneamente “tirado” ou “abolido” pela ditadura do proletariado, ou até mesmo restaurado mais tarde por meio de algum tipo de intervenção contra-revolucionária – há de resultar apenas em mudanças muito limitadas na estrutura da sociedade transicional. O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a *completa erradicação do capital como modo de controle totalizante* do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o *deslocamento* dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital”. O fracasso, qualquer que seja a razão, em efetuar a erradicação estrutural objetiva do próprio capital dos processos reprodutivos em andamento, mais cedo ou mais tarde deve criar um intolerável vácuo no [nível de] controle metabólico vital da sociedade. Isto exigiria o estabelecimento de novas formas de “*personificação*”, visto que a articulação estrutural socioeconômica de controle em vigor continua a ser marcada pelas características objetivas da divisão social hierárquica de trabalho herdada, cuja natureza mais íntima demanda algum tipo de personificação iníqua (MÉSZÁROS, 2009, p. 451).

Capitalismo e pós-capitalismo são variedades particulares da produção de capital que contribuem imensamente para entender a natureza do sistema do capital em suas contradições mais profundas, entretanto possuem diferenças bastante significativas dentro desta continuidade. Mészáros caracteriza esta experiência como uma variedade pós-capitalista do sistema do capital, porque através de suas relações de produção era realizada uma extração do trabalho excedente dos produtores de uma maneira significativamente diferente em relação ao capitalismo. Para este autor, o sistema do capital permaneceu, mas de uma forma de controle

que ele caracteriza como metamorfoseada. Esta metamorfose na forma do controle do capital é uma característica fundamental que diferencia o sistema do capital soviético da variedade capitalista do capital, e aqui focamos em um elemento fundamental: a extração do trabalho excedente determinada politicamente.

Ou seja, para compreender a *permanência do capital* na experiência soviética é importante levarmos em conta a descontinuidade entre uma variedade e outra. Um elemento fundamental desta *descontinuidade* (embora não é nem de longe a única diferença) é que os dois sistemas sociais (capitalismo e pós-capitalismo) possuem formas bastante diferentes de extração do trabalho excedente dos produtores, o que o sistema do capital desenvolveu historicamente para perpetuar a relação-capital que comanda o processo produtivo e reprodutivo. O processo revolucionário, neste aspecto, desenvolveu uma mudança nesta forma de extrair o trabalho excedente, passando da forma diretamente econômica da mais-valia que constitui o capitalismo para uma extração do trabalho excedente que é imposta e controlada politicamente pelo Partido-Estado. Assim, vimos que, em suas palavras,

a contradição da qual Marx fala não pode ser superada sem que se avance para além do capital não como uma entidade jurídica, mas como uma ordem sociometabólica. É por isso que o tipo soviético de sistema do capital redundou em fracasso. Seu modo de exercer a disciplina sobre o trabalho só poderia funcionar tornando o trabalho “*subserviente*” e conduzido por uma “*vontade e uma inteligência estranhas*”. A determinação antagonista do processo de trabalho, diretamente controlado pelas personificações pós-capitalistas do capital, continuou a prevalecer a plena força ainda que a impiedosa imposição de extração do trabalho excedente fosse regulada politicamente, e não por intermediação do mercado capitalista. O trabalhador só “se relaciona com o produto do seu trabalho como *algo estranho*, ele se relaciona com a combinação do trabalho como uma *combinação estranha*, como também com o seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença, *é alheio a ele e dele é roubado*”. Mesmo na ausência do mercado, a “disciplina do trabalho” do capital tinha que ser observada em todos os lugares, sob pena de castigo. E, finalmente, os campos de trabalho forçado, para os quais foram enviadas massas de trabalhadores, sob Stalin (e não apenas sob ele), impuseram o autoritarismo do local de trabalho da forma mais brutal, transformando em escárnio completo as afirmações de que a alienação havia sido superada na sociedade “socialista” pós-revolucionária (MÉSZÁROS, 2009, p. 972).

Diante do que foi investigado, vemos que existiu uma forma metamorfoseada de controle do capital com a alteração da maneira como a extração do trabalho excedente é realizada. E podemos dizer que também existiu uma forma metamorfoseada de Estado *moderno* em relação ao capitalismo. Portanto, para que os indivíduos possam se contrapor ao sistema do capital enquanto tal – em todas as formas de controle que ele possa se expressar – e para que possam se contrapor ao Estado *moderno* na forma específica em que emerja das

relações produtivas controladas pela *relação-capital*, é preciso estarem atentos à *todas as formas possíveis* em que o próprio trabalho continua a reproduzir o poder do capital.

A permanência do capital, na argumentação do filósofo húngaro, se expressaria no fato de que o processo revolucionário russo teria destruído as condições de produção do capital sob a variedade capitalista, mas constituiu sua própria forma de perpetuar a relação-capital como controladora do processo de produção e reprodução social. Consequentemente, a diferença crucial, em relação à variedade capitalista de produção de capital, é que a extração do trabalho excedente, ao invés de ser realizada por uma forma contratual/econômica, era politicamente determinada pelo Estado-partido. E assim se reproduziu o sistema do capital sob uma forma metamorfoseada que entrou para a história como o “sistema socialista” colocado em prática, antes do retorno ao capitalismo (que era, na verdade, o outro lado da moeda do sistema do capital). Portanto, na experiência soviética, a formação estatal específica desenvolvida foi uma forma inédita de constituição histórica do Estado moderno, bem como a estrutura produtiva pós-revolucionária foi uma forma inédita na história em que a relação-capital se mostrou capaz de realizar a extração do trabalho excedente.

Então, a partir destes três argumentos principais: 1) a concepção de capital como uma relação social de produção que estrutura a reprodução social por inteiro como um sistema; 2) a relação dialética da existência do Estado moderno e a existência do sistema do capital; e 3) a permanência de uma forma de extração do trabalho excedente, organizada sob a grande indústria, que era determinada politicamente, caracterizamos três elementos fundamentais da argumentação de Mészáros a respeito da permanência do capital na experiência soviética sob uma forma metamorfoseada de controle em relação ao capitalismo. Estamos em contato, portanto, com uma contribuição de Mészáros para o entendimento da natureza do capital. Até o surgimento da experiência soviética, o sistema do capital poderia ser confundido com o sistema capitalista (apesar das referências e estudo de Marx a respeito do capital pré-capitalista), mas depois da experiência soviética, a partir da argumentação do pensador húngaro, a natureza do capital industrial deve ser vista em seus aspectos mais fundamentais, abrangendo, portanto, a variedade capitalista e a variedade pós-capitalista de produção do capital. Isto significa que – ao adotar os princípios metodológicos de *revisão constante* e *modificação significativa* – a autocrítica da experiência soviética, que o socialismo científico deve realizar, se caracteriza também como uma crítica da própria natureza contraditória da *relação-capital*, concebendo tanto o capitalismo quanto o pós-capitalismo como partes integrantes de sua natureza real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. Literatura de Refugiados. *In: Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. Posfácio a “Questões sociais da Rússia”. *In: Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. Prefácio à terceira edição alemã de 1885 para o 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In: A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- _____. Introdução à edição de 1891 da Guerra civil na França. *In: A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- HOBBSBAWM, E. Introdução. *In: Formações Econômicas Pré-capitalistas*. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- LENIN, V. I. **Lenin e a Revolução de Outubro: textos no calor da hora (1917-1923)** São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LÖWY, M. Introdução. *In: Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANDEL, D. *Rabotyagi* – uma visão dos de baixo, após a Perestroika (Introdução e capítulo I). *In: Mézáros e a crítica à experiência soviética*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017a.
- _____. Por que não há revoltas? A classe trabalhadora russa e o movimento operário. *In: Mézáros e a crítica à experiência soviética*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017b.
- MARX, K. **A revolução antes da revolução**. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*. *In: Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

- _____. **Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie.** 39ª edição. Primeiro volume. Berlim: Dietz, 2008.
- _____. Esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch. *In: Luta de classes na Rússia.* São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. **Para a crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **O capital. Crítica da Economia Política.** Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital. Crítica da Economia Política.** Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista. *In: Luta de classes na Rússia.* São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond capital: toward a theory of transition.* New York: Monthly Review Press, 2010.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J. P. Apresentação. *In: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* São Paulo: Boitempo, 2010.
- SERGE, V. **Memórias de um revolucionário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TROTSKI, L. **História da revolução Russa**. Tomo I. São Paulo: Sunderman, 2017.

ZASULITCH, V. Carta a Karl Marx. *In*: **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.